UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

AGILDO SANTOS SILVA DE OLIVEIRA

**A construção do projeto didático de antologias escolares do Império
Brasileiro e da Primeira República: uma abordagem dialógica**

Versão corrigida

São Paulo

2019

AGILDO SANTOS SILVA DE OLIVEIRA

**A construção do projeto didático de antologias escolares do Império
Brasileiro e da Primeira República: uma abordagem dialógica**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Batista Campos.

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48c Oliveira, Agildo Santos Silva de
A construção do projeto didático de antologias escolares do Império Brasileiro e da Primeira República: uma abordagem dialógica / Agildo Santos Silva de Oliveira; orientadora Maria Inês Bastista Campos. - São Paulo, 2019.
371 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Antologias escolares. 2. Língua nacional. 3. Gêneros discursivos. 4. Império Brasileiro. 5. Primeira República. I. Campos, Maria Inês Batista, orient.
II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE

Termo de Ciência e Concordância da orientadora

Nome do aluno: Agildo Santos Silva de Oliveira

Data da defesa: 13/06/2019

Nome da Profa. orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Batista Campos

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 09/08/2019.

(Assinatura da orientadora)

OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de. **A construção do projeto didático de antologias escolares do Império Brasileiro e da Primeira República: uma abordagem dialógica.** 2019. 371f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovado em: 13/06/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Inês Batista Campos (Presidente)

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Geraldo Tadeu Souza

Instituição: Universidade Federal de São Carlos – *Campus* Sorocaba

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Urbano Cavalcante da Silva Filho

Instituição: Instituto Federal da Bahia/ Universidade Estadual de Santa Cruz

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Dedico esta tese às mulheres da minha família:
Elza e Maria José, minhas avós (*In memoriam*);
Maria de Fátima, minha mãe; Éricka e Sheylla,
minhas irmãs; Ana Beatriz, minha sobrinha.

Agradecimentos

*“Mais grato a ti, mais grato a ti
De coração, ó Senhor, quero ser;
Celeste dádiva eu recebi,
Quero teu Nome, ó Deus, engrandecer”*
Hino 125, CCB Hinário 5.

Deus seja louvado!

Agradeço a Deus pela vida, pelas proteções, pela fé e as demais coisas que minha mente e meus olhos não alcançam, mas que das Suas mãos tenho alcançado.

À minha família, por regar as minhas forças, a proteção, a vida, por meio das orações, que, simbolicamente, marcaram seus joelhos. Por acreditar que a educação seria uma certeza para nós (eu e minhas irmãs), mesmo quando se mostrou distante e impossível para todos eles.

À cara irmandade da Congregação Cristã no Brasil, tanto da Bahia quanto de São Paulo, que manifestaram suas atenções a mim e a esta tese.

Agradecimento especial à minha orientadora Professora Doutora Maria Inês Batista Campos, pela acolhida e orientações nestes quatro anos de pesquisa e formação profissional.

À CAPES, pela concessão da bolsa, possibilitando à dedicação exclusiva para esta pesquisa.

Aos amigos-irmãos Magno, Urbano Cavalcante, Solineide Maria, Rosana e Eudes, amor fraternal e presença constante. À querida Janaína Soares de Oliveira Alves, grande referência para nós.

Aos colegas e amigos do grupo de pesquisa *Redes Bakhtinianas*, pelas contribuições manifestadas nos seminários de pesquisa *Perspectivas teórico-metodológicas na concepção bakhtiniana*.

Aos prezados Professores Doutores Maria das Graças Soares, Luis Alvaro Sgadari Passegi, João Gomes da Silva Neto e todos amigos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que me acolheram no estágio sanduíche. Assim como à Professora Doutora Zilda Gaspar de Oliveira Aquino, pelas interlocuções aqui na USP por meio dos Seminários do PROCAD.

À Professora Doutora Vânia Lúcia MenezesTorga, pelas valiosas leituras e sugestões realizadas no exame de qualificação. Ao Professor Doutor Geraldo Tadeu Souza também pela preciosa e apurada leitura e indicações realizadas no exame de qualificação e na defesa. Ao querido Professor Doutor Urabano Cavalcante Filho, pela generosidade de participar da avaliação desta tese. À Professora Doutora Sheila Vieira de Camargo Grillo, pelo valioso curso proferido na Pós-Graduação em 2015.2, do qual fui aluno, e pelas presentes contribuições realizadas na defesa.

Ao Professor Doutor Paulo Roberto Gonçalves-Segundo e amigos do Encontro de Pós-Graduandos em Estudos Discursivos (EPED), pela acolhida e pelo aprendizado nos dois anos que participei da comissão organizadora.

Aos secretários do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, especialmente à Vera, pela generosidade.

Aos bibliotecários da USP, principalmente do Instituto de Estudos Brasileiros e Biblioteca do Livro Didático, especialmente à bibliotecária Maria José Fagundes, pela dedicação, zelo e generosidade. Assim como todos os demais funcionários desta universidade, incluindo os queridos dos Restaurantes Universitários e aqueles que zelam pelos prédios.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

Deus seja Louvado!

*Em cada época, e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em roupagens verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos 'senhores do pensamento' de uma época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. Já nem falo dos modelos de **antologias escolares** nos quais as crianças aprendem a língua materna e que, evidentemente, são sempre expressivos.*

Mikhail Bakhtin, 2016a, p.54, grifos meus.

RESUMO

OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de. **A construção do projeto didático de antologias escolares do Império Brasileiro e da Primeira República: uma abordagem dialógica.** 2019. 371f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Nesta tese, investiga-se a construção do projeto didático de duas antologias escolares do Império Brasileiro e da Primeira República, analisando as concepções de língua nacional que, aí materializadas, nortearam o ensino de português nesses contextos de construção da identidade nacional brasileira. Para constituição dos *corpora* estabeleceram-se quatro critérios: a) nível escolar: ensino secundário; b) épocas: Segundo Reinado e Primeira República; c) gêneros da emoldura: textos que contextualizam as obras; e d) subjetividade autoral: obras assinadas por autores. Assim, selecionamos *Iris Classico* (1873), do conselheiro português José Castilho, e *Autores Contemporaneos* (1917), do Acadêmico João Ribeiro. A fundamentação teórico-metodológica concentrou-se na abordagem dialógica da linguagem de Bakhtin e o Círculo, nos conceitos de gênero discursivo, dupla orientação do gênero na realidade, discurso do outro e emoldura. Assim, nesta tese, depreendeu-se as antologias escolares como gêneros discursivos, compostas por coletâneas de excertos que configuram modelos linguístico-ideológicos da língua nacional. Sendo a abordagem das orientações dialógicas do gênero correspondente à articulação dos seus elementos exteriores (interlocutores previstos e especificidades das condições de realização e percepção do gênero) e interiores (conteúdo temático), então compreendeu-se que esse seria um modo apropriado de apreensão dos projetos didáticos das obras. Orientada para determinados interlocutores (D. Pedro II; mestres e “amiguinhos estudiosos”; opositores intelectuais) em uma polêmica atmosfera axiológica em torno da representação da língua nacional, *Iris Classico* (1873) compõe-se de 181 excertos, a maioria do cânone português dos séculos XVII e XVIII, período vinculado às ascensões da nação e literatura portuguesas. Aqui, predominaram quatro temas: i) exaltação à língua portuguesa; ii) exploração de países, povos e costumes ultramarinos; iii) afirmação de princípios cristãos e morais; iv) representação de homens históricos, sobressaindo quatro elementos ideológicos da história da nação portuguesa: i) língua literária nacional clássica; ii) passado histórico glorioso; iii) religião cristã; iv) homens históricos. Assim, a obra representa um projeto de afirmação da língua nacional clássica, pelo prisma da identidade nacional portuguesa, ou seja, um projeto linguístico-ideológico europeu. Também orientada para destinatários específicos (professores e alunos do Ginásio Nacional, candidatos aos exames de preparatórios; opositores do autor) em um tenso contexto axiológico em torno da representação da língua nacional, *Autores Contemporaneos* (1917) constitui-se de 71 fragmentos de autores, majormente brasileiros, do século XIX, época atrelada à construção da identidade nacional brasileira. Na coletânea, predominaram dois temas: i) prosa literária; ii) crítica histórica; homens históricos e fatos históricos, destacando-se dois elementos ideológicos da construção da nacionalidade brasileira: língua literária nacional contemporânea e história do Brasil. Portanto, a obra constitui-se em um projeto de afirmação da língua nacional contemporânea, sob a ótica da identidade nacional brasileira, isto é, um projeto linguístico-ideológico nacional.

Palavras-chave: Antologias escolares. Língua nacional. Gêneros discursivos. Império Brasileiro. Primeira República.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de. **The construction of an education project of school anthologies from Brazilian Empire and First Republic: a dialogic approach.** 2019. 371f. Thesis (Doctorate in Letters) - Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

In this dissertation, it's researched the construction of an education project of two anthologies from the Brazilian Empire and First Republic, analyzing the national language conceptions that, materialized on this, guided the Portuguese teaching in these contexts of Brazilian national identities' construction. For the corpora compilation, it was established four criteria: a) school level: secondary school; b) periods: Second Empire and First Republic; c) frame genres: texts which contextualize the works; and d) author's subjectivity: works signed by authors. Thus, we selected *Iris Classico* (1873), of the Portuguese adviser José Castilho, and *Autores Contemporaneos* (1917), of the Academic João Ribeiro. The theoretical and methodological foundation was based in Bakhtin and his Circle's language dialogic approach, in the conceptions of discourse genre, double genre orientation in the reality, the discourse of the other and frame. Therefore, in this dissertation, it was considered the school anthologies as discourse genres, composed by collections of excerpts that appears as linguistic and ideological models of national language. Regarding the dialogic orientations of genre approach related to the articulation of its external elements (predicted interlocutors and specificities of the the performing conditions and genre perception) and internal (thematic content), so it was understood that this would be an appropriate way of grasping the works' education projects. Recommended for certain interlocutors (D. Pedro II; teachers and "studious little friends"; intellectual opponents) in a polemic axiologic atmosphere around the national language representation, *Iris Classico* (1873) is formed by 181 excerpts, in which the most part is from the Portuguese canon of the 16th and 17th centuries, period related to the nation rising and Portuguese literature. Here, four themes are prevailing: a) exaltation to the Portuguese language; b) countries, peoples and overseas habits exploration; c) christian and moral principles establishing; c) representation of historical men, highlighting four ideological elements of the Portuguese nation's history: 1) classical national literary language; 2) glorious historical past; 3) christian religion; 4) historical men. Thus, the work represents an establishing project of classical national language, by the Portuguese national identity perspective, in other words, an European linguistic and ideological project. It is also oriented by specific recipients (Ginásio Nacional's teachers and students, candidates to the preparatory exams; author's opponent) in a tense axiologic context in relation to the national language representation, *Autores Contemporaneos* (1917) is constituted by 71 excerpts of 19th century authors, mainly Brazilian ones, moment related to the construction of the Brazilian national identity. In this collection, two themes were prevailing: a) literary prose; b) historical criticism; c) historical facts; and historical men, emphasizing two ideological elements of the Brazilian nationality construction: contemporary national literary language and Brazil's history. Therefore, the work constitutes an establishing of the contemporary national language project, under the perspective of the Brazilian national identity, i.e., a national linguistic and ideological project.

Key-words: School anthologies. National language. Discourse genre. Brazilian Empire. First Republic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percurso espaciotemporal das antologias escolares	63
Figura 2 – Rosto da 1ª edição de 1859	122
Figura 3 – Recorte do anúncio da venda de <i>Iris Classico</i> (1859)	123
Figura 4 – Rosto da 5ª edição de 1904	146
Figura 5 – Rosto da 5ª edição de <i>Iris Classico</i> (1873)	166
Figura 6 – Carta dedicatória de <i>Iris Classico</i> (1873)	172
Figura 7 – 1ª página das Notas da segunda edição de <i>Iris Classico</i> (1873)	173
Figura 8 – 1ª página do preâmbulo de <i>Iris Classico</i> (1873)	177
Figura 9 – 1ª página da Despedida do coletor em <i>Iris Classico</i> (1873)	183
Figura 10 – 1ª página do Epílogo de <i>Iris Classico</i> (1873)	187
Figura 11 – Rosto da 11ª edição de <i>Autores Contemporaneos</i> (1917)	235
Figura 12 – Advertência preliminar de <i>Autores Contemporaneos</i> (1917)	238
Figura 13 – 1ª página da Introdução de <i>Autores Contemporaneos</i> (1917)	241

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Antologias escolares no Colégio Pedro II: 1850-1930	61
Tabela 2 – Antologias escolares: 1850-1930	114
Tabela 3 – Índice expandido de <i>Iris Classico</i> (1873)	131
Tabela 4 – Índice expandido de <i>Autores Cocontemporaneos</i> (1917)	154
Tabela 5 - Galeria de autores em <i>Iris Classico</i> (1873)	191
Tabela 6 – Tema I: exaltação à língua	200
Tabela 7 – Tema II: exploração de países, povos e costumes ultramarinos	204
Tabela 8 - Tema III: afirmação de princípios cristãos e morais	209
Tabela 9 – Tema IV: representação de homens históricos	218
Tabela 10 – Galeria de escritores em <i>Autores Contemporaneos</i> (1917)	249
Tabela 11 – tema I: prosa literária	256
Tabela 12 – tema II: crítica histórica	261
Tabela 13 – tema III: homens históricos	266
Tabela 14 – tema IV: fatos históricos	267

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
 CAPÍTULO I	
ANTOLOGIAS ESCOLARES: DAS RAÍZES GREGAS AO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO	22
1.1 Antologia: de signo linguístico a signo ideológico	24
1.2 Antologias escolares: contextos dialógicos	29
1.3 Do Império à República: contextos nacionais de integração das antologias escolares	39
1.4 Ensino secundário, ensino de português e antologias escolares sob a égide do Colégio Pedro II	55
Considerações parciais: rastros do discurso do outro	64
 CAPÍTULO II	
ORIENTAÇÕES NA REALIDADE DAS ANTOLOGIAS ESCOLARES: PESQUISAS, ABORDAGEM TEÓRICA, ESFERA DE PRODUÇÃO	67
2.1 Antologias escolares no contexto científico brasileiro: diálogo com as pesquisas	68
2.2 Gêneros do discurso e a dupla articulação na realidade: uma abordagem dialógica para as antologias escolares	77
2.3 Antologias escolares sob o enfoque do discurso do outro: intercalação, emoldura, transmissão do discurso alheio e autoritarismo	82
2.4 Esfera de produção dos livros e das antologias escolares	100
Considerações parciais	111
 CAPÍTULO III	
ORIENTAÇÕES DIALÓGICAS DAS ANTOLOGIAS ESCOLARES: ENFOQUE METOLÓGICO DA PESQUISA	113
3.1 Construção e delimitação dos <i>corpora</i> : o (in)tenso diálogo na temporalidade da pesquisa	113
3.2 <i>Iris Classico</i> : antologia escolar do Segundo Reinado	122

3.2.1	Produção, circulação e recepção	122
3.2.2	José Castilho, conselheiro da realeza	128
3.2.3	Seleção de excertos	131
3.3	<i>Autores contemporaneos</i> : antologia escolar da Primeira República	146
3.3.1	Produção, circulação e recepção	146
3.3.2	João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras	149
3.3.3	Seleção de excertos	154
3.4	Orientações metodológicas: eixos e elementos de análise	162
3.4.1	Gêneros da emoldura	163
3.4.2	Repertório temático	163
3.4.3	Valorações	164

CAPÍTULO IV

***IRIS CLASSICO*: UM PROJETO LINGÜÍSTICO-IDEOLÓGICO**

EUROPEU NO ENSINO SECUNDÁRIO DO IMPÉRIO BRASILEIRO 165

4.1	Orientações externas de <i>Iris Classico</i> : sob os olhos dos gêneros da emoldura	166
4.1.1	Página de rosto: vozes da interlocução	167
4.1.2	Carta dedicatória: À Sua Majestade, voz de autoridade	171
4.1.3	Nota para a segunda edição: louvores à obra e à língua portuguesa	173
4.1.4	Conversação preambular com “meninos estudiosos”, seus “amiguinhos”	177
4.1.5	Despedida do coletor: justificativa das escolhas e configuração da obra	184
4.1.6	Epílogo da terceira edição: definição de clássico	188
4.2	Orientação interna de <i>Iris Classico</i> : sob os olhos da antologia	192
4.2.1	Exaltação à língua portuguesa	201
4.2.2	Exploração de países, povos e costumes ultramarinos	204
4.2.3	Firmação de princípios cristãos e morais	210
4.2.4	Representação de homens históricos	219
4.3	Títulos dos excertos de <i>Iris Classico</i> : emoldura axiológica	222

4.3.1 Valoração de um discurso epidítico em torno da língua clássica	223
4.3.2 Valoração de um passado épico e glorioso português	226
4.3.3 Valorações religiosas e éticas europeias	228
4.3.4 Valoração dos heróis portugueses	231
Considerações parciais	232

CAPÍTULO V

AUTORES CONTEMPORANEOS: UM PROJETO LINGUÍSTICO- IDEOLÓGICO NACIONAL NO ENSINO SECUNDÁRIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

5.1 Orientações externas de <i>Autores Contemporaneos</i> : sob os olhos dos gêneros da emoldura	234
5.1.1 Página de rosto: vozes da interlocução	235
5.1.2 Advertência preliminar: vozes da polêmica	236
5.1.3 Introdução: polêmicas intelectuais	238
5.2 Orientação interna de <i>Autores Contemporâneos</i> : sob os olhos da antologia	241
5.2.1 Prosa literária	249
5.2.2 Crítica histórica	256
5.2.3 Homens históricos	261
5.2.4 Fatos históricos	266
5.3 Títulos dos excertos de <i>Autores Contemporaneos</i> : emoldura axiológica	269
5.3.1 Valoração elementos composicionais da prosa literária	270
5.3.2 Valoração da própria história	271
Considerações parciais	274

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

Anexo A – Página de rosto de <i>Iris Classico</i> (1873)	298
Anexo B – Dedicatória de <i>Iris Classico</i> (1873)	299
Anexo C – Notas da segunda edição de <i>Iris Classico</i> (1873)	300
Anexo D – Preâmbulo de <i>Iris Classico</i> (1873)	302
Anexo E – Despedida do coletor de <i>Iris Classico</i> (1873)	315
Anexo F – Epílogo da terceira edição de <i>Iris Classico</i> (1873)	323
Anexo G – Índice de <i>Iris Classico</i> (1873)	326
Anexo H – Página de rosto de <i>Autores Contemporaneos</i> (1917)	332
Anexo I – Advertência preliminar de <i>Autores Contemporaneos</i> (1917)	333
Anexo J – Introdução de <i>Autores Contemporaneos</i> (1917)	335
Anexo L – Índice de <i>Autores Contemporaneos</i> (1917)	366
Anexo M – Demais excertos e temas de <i>Iris Classico</i> (1873)	368
Anexo N – Demais excertos e temas de <i>Autores Contemporaneos</i> (1917)	370
Anexo O – Anúncio de <i>Iris Classico</i> em <i>A Marmota</i> (1859)	371

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa vincula-se ao projeto de pesquisa *Letramentos, ensino, memória: a teoria dialógica do discurso*, coordenado pela Professora Doutora Maria Inês Batista Campos (DLCV/USP), que integra projetos de doutorandos e mestrandos do grupo *Redes Bakhtinianas* da Universidade de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, na linha de pesquisa de Linguística Aplicada do Português. O projeto comporta pesquisas que visam discutir, na abordagem dialógica de Bakhtin e o Círculo para os estudos da linguagem, acerca das práticas de leitura, produção escrita e oralidade em materiais didáticos de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio.

Nesse contexto de pesquisa, a investigação acerca das antologias escolares do ensino secundário, um dos gêneros do discurso constitutivos das aulas de língua portuguesa no Segundo Reinado (1840-1889) e na Primeira República (1889-1930), surgiu como possibilidade de se investigar os projetos didáticos de obras desse gênero. A fim de refletir acerca das concepções de língua nacional que, concretizadas nas obras, implicaram o ensino de língua portuguesa numa atmosfera axiológica marcada pela construção da identidade nacional e cultural do Brasil nos séculos XIX e XX.

Nosso trabalho visa contribuir com os estudos da Linguística Aplicada e da abordagem da Análise Dialógica do Discurso, uma vez que pesquisas acerca das antologias escolares estão situadas nas áreas da Teoria Literária, História das Ideias Linguísticas e História da Educação. Em ambas as áreas, os estudos acerca de materiais didáticos para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa estão direcionados, em sua maioria, para coleções de livros da era do Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD, que surgiu em 1937.

Na nossa pesquisa, compreendemos as antologias escolares do ensino secundário como um gênero do discurso, que originados de esferas de atividades humanas são constituídos de enunciados concretos, relativamente estáveis, dialogicamente construídos, produzidos por sujeitos sócio-históricos. Aqui também defendemos que esses enunciados-obra são compostos por

coletâneas de excertos citados (discursos do outro), que no contexto autoral configuram-se coleções de modelos linguístico-ideológicos da língua nacional.

Tendo isso em vista, cotejamos uma variedade de antologias escolares selecionadas a partir de três bancos de dados: i) virtual: Banco de Dados de Livros Escolares (Livres)¹; ii) presenciais: Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação e Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros, ambas as duas da USP. Diante desse acervo e em diálogo com questões e objetivos norteadores da pesquisa, estabelecemos critérios² para escolha dos *corpora*, assim chegamos a seleção das seguintes obras: a) *Iris Classico: coordenado e oferecido aos mestres e aos alumnos das echolas brasileiras* (1873 [1859]), do conselheiro português José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha; b) *Autores Contemporaneos: excerptos de escritores brasileiros e portugueses do século XIX* (1917 [1894]), do membro da Academia Brasileira de Letras João Ribeiro.

Definidos os *corpora*, delineamos três questões norteadoras desta tese: i) como os autores de *Iris Classico* (1873 [1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) defendem suas concepções de língua, linguagem e textos literários para os interlocutores de suas obras? ii) A partir dos conceitos em torno da língua nacional, como a identidade linguístico-discursiva se faz presente nos projetos didáticos de *Iris Classico* (1873 [1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894])? iii) Que mecanismo de regulação da língua nacional, os autores *Iris Classico* (1873 [1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) recorreram para ensinar a leitura dos excertos literários e não literários como bem cultural?

Questionamentos que nos provocaram possíveis responsabilidades materializadas em três hipóteses. Primeira, se as antologias escolares são organizadas a partir da seleção de melhores excertos em prosa e em verso de autores portugueses e brasileiros entre os séculos XVI e XIX, então se incita a reconhecer que em *Iris Classico* (1873 [1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) haverá uma hegemonia (imposição) ou uma preservação da integridade da língua (defesa), deixando pouco espaço para a preservação das diferenças linguísticas e culturais.

Segunda, se nas antologias escolares a identidade linguístico-discursiva é construída através da cultura da leitura do texto literário, de autores dos séculos

¹ <http://www2.fe.usp.br:8080/livres/>

² Esses critérios estão descritos no capítulo III.

XVI ao XIX, então no projeto didático de *Iris Classico* (1873 [1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) a presença dessa identidade recairá na exploração da relação existente entre língua e literatura.

Terceira, se nas antologias escolares encontra-se o princípio de que o modelo da língua nacional está no cânone literário, na forma como os autores renomados usaram a língua, então através do ensino de um tipo de leitura literária os autores recorreram ao jogo da sustentação de um ideal identitário de língua nacional, porém de diferentes perspectivas. *Iris Classico* (1873 [1859]), alicerçado no ideal de que havia uma herança linguística escrita comum ao Brasil e a Portugal. Já *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) firmado na defesa de uma configuração própria da língua nacional brasileira.

A partir dessas reflexões, concentramos no seguinte objetivo: investigar a construção do projeto didático de *Iris Classico* (1873 [1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]), com o propósito de refletir sobre questões relacionadas às concepções de língua nacional constitutivas das obras e norteadoras do ensino de língua portuguesa, num contexto de construção da identidade nacional e cultural do país nos Oitocentos e Novecentos brasileiros. Com isso, delineamos três objetivos específicos: i) identificar e analisar as concepções de língua nacional presentes nos discursos dessas antologias escolares; ii) analisar como as obras recorreram a gêneros da emoldura e seleção de textos literários e não literários a fim de construir uma ideia de identidade nacional; iii) analisar as seleções dos diferentes repertórios temáticos constitutivos dessas obras a fim de compreender os valores axiológicos disseminados que construíram o eixo das antologias escolares utilizadas em escolas brasileiras do contexto estudado.

Diante dessa compreensão, passamos a apresentar a estrutura geral desta tese, um enunciado responsivo ativo, construído com a finalidade de responder às questões norteadoras da pesquisa e alcançar os objetivos delineados, a partir da abordagem dialógica de Bakhtin e o Círculo. Mas, acima de tudo, para convocar o diálogo, abrindo novos espaços para responsabilidades mais imediatas e outras mais futuras.

No capítulo I, “Antologias escolares: das raízes gregas ao ensino secundário brasileiro”, realizamos um estudo acerca das origens e circulação do gênero antologia escolar. A pesquisa compreende, o percurso do “contexto

dialógico” desse gênero na esfera da educação, da sua gênese à inserção e circulação na escola secundária brasileira dos séculos XIX, com foco no Segundo Reinado, e XX, especificamente na Primeira República.

No capítulo II, “Orientações na realidade das antologias escolares: pesquisas, abordagem teórica, esfera de produção”, dialogamos com pesquisas e pesquisadores se apropriaram desse gênero escolar como objeto de estudo, quais abordagens encontramos nessas investigações e as produções consequentes desses trabalhos, de modo a compreender quais contexto e repertório científicos encontramos quando o objeto de estudo são as antologias escolares da escola secundária. Em seguida, tratamos do conceito de gêneros do discurso, a partir da abordagem teórica de Bakhtin e o Círculo, principalmente sob a perspectiva de Medeviédev (2012) e a questão da dupla orientação na realidade. Além disso, discutimos acerca do conceito de discurso do outro (Volóchinov, 2017 e Bakhtin, 2015) e seus desdobramentos (formas de citação do discurso alheio: estilo linear e estilo pictórico; molduragem discursiva; discurso autoritário) relacionando-os às antologias escolares. Por fim, discutimos sobre o contexto histórico da esfera de produções de livros e de antologias escolares no Segundo Reinado e na Primeira República.

No capítulo III, “Orientações dialógicas das antologias escolares: enfoque metodológico da pesquisa”, apresentamos o percurso de investigação. Onde descrevemos o decurso de construção e delimitação dos nossos *corpora*. Apresentamos as antologias escolares escolhidas, a partir do contexto de produção, circulação e recepção, perfil dos autores, descrição concisa das obras. Descrevemos os eixos e elementos de análise que possibilitaram a compreensão da construção do projeto didático de cada obra e as concepções de língua nacional que as sustentaram.

Nos capítulos IV, “*Iris Classico*: um projeto linguístico-ideológico europeu no ensino secundário do Império Brasileiro”, e V, “*Autores Contemporaneos*: um projeto linguístico-ideológico nacional no ensino secundário da Primeira República”, analisamos como se constituíram os respectivos projetos didáticos das obras. As análises fundamentaram-se no entrelaçamento dialógico dos elementos constitutivos das duas orientações dessas antologias escolares, que a nosso ver contempla seus projetos didáticos: i) orientação externa: analisamos os gêneros da emoldura, que contextualizam as obras e onde se integram os

interlocutores previstos e especificidades das condições de realização e percepção do gênero, ou seja, elementos da orientação externa; ii) analisamos a coletânea de excertos citados, a antologia, tendo em vista o perfil dos autores mais citados, nacionalidades, épocas, movimentos literários, repertório temático ostensivo, títulos dos excertos.

Os resultados atestaram que os elementos constitutivos da dupla orientação *Iris Classico* (1873 [1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) estão indissoluvelmente ligados e interdependente, isto é, estão em interações dialógicas atuantes na construção da totalidade dialógica das obras e dos seus respectivos projetos didáticos, nos quais as representações de língua nacional mostraram-se dessemelhantes.

CAPÍTULO I

ANTOLOGIAS ESCOLARES: DAS RAÍZES GREGAS AO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO

*O gênero vive do presente, mas sempre
recorda o seu passado, o seu começo.
Mikhail Bakhtin (2013, p. 121).*

Tendo em vista uma concepção histórica, cultural e social da linguagem, que nos possibilita pensar a língua como discurso, assim como as atividades humanas enquanto esferas nas quais os gêneros do discurso são constituídos (Brait, 2004), realizamos um estudo acerca das origens e circulação do gênero antologia escolar.

Serrani (2008, p. 270), pesquisadora da UNICAMP, que dedica suas pesquisas ao estudo de antologias literárias bilíngues, tomando como referência Benedict (1996), afirma:

A Antologia é um gênero discursivo que oferece muita informação sobre o modo que se escreve e lê literatura e sobre seu papel numa cultura e épocas dadas, e como se sabe, o gênero contribui diretamente para formar e transformar cânones, confirmar reputações literárias e estabelecer ou interferir em práticas letradas de gerações de leitores (SERRANI, p.270).

Essa noção, convergente com a concepção dialógica dos gêneros do discurso, de que a antologia preserva uma certa “memória sociocultural” (SERRANI, 2008, p. 277) vale também para as antologias escolares. Razzini (1992, p. 6), uma das principais pesquisadoras brasileiras do gênero em questão, tomando como exemplo a *Antologia Nacional*, seu principal *corpus* de pesquisa, defende que o estudo dessa obra possibilita o resgate de práticas e projetos de leituras do passado, contribuindo, assim, “[...] para a preservação da memória da leitura em nosso país, enquanto rascunho de um capítulo de sua história”. Desse modo, a antologia escolar, um gênero discursivo que, produzido numa época específica, direcionado a interlocutores específicos, e orientado para uma esfera ideológica particular – a educação – reflete e refrata valores sociais.

Dentre os quais o conceito de língua nacional, que, evidente em obras desse gênero, tende sempre a uma concepção homogeneizante, característica de um discurso movido por atuação de forças centrípetas, que, para Bakhtin (2015), são as responsáveis por unificar e centralizar ideologicamente a língua.

Serrani (2008, p. 275) destaca ainda que “as tradições, os patrimônios literários nacionais e seus leitores foram construídos, em boa parte, por antologias”; e nós acrescentaríamos que, em certa medida, por antologias escolares, pois estudos históricos, como os de Marrou (1966), mostram indícios de sua inserção, ainda que de forma embrionária, na educação grega a partir do século IV a.C., contexto de afirmação cultural da Grécia Antiga. Não por acaso, no contexto brasileiro a incidência de obras desse gênero ocorreria entre os séculos XIX e grande parte do século XX, período de construção e consolidação da nacionalidade cultural brasileira.

Diante dessa compreensão, neste primeiro capítulo da tese, a pesquisa compreende, o percurso do “contexto dialógico” desse gênero na esfera da educação, da sua gênese à inserção e circulação na escola secundária brasileira dos séculos XIX, com foco no Segundo Reinado, e XX, especificamente na Primeira República.

Esse percurso dialógico justifica-se porque em “O texto na linguística, na filologia e outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica” Bakhtin (2016b) defende que a atividade humana, enquanto texto em potencial, só pode ser compreendida quando recuperamos o seu “contexto dialógico”. Concebendo as antologias escolares como gêneros do discurso, provenientes de atos responsáveis humanos, logo, enunciados concretos, buscamos recuperar seus “contextos dialógicos” de produção, circulação e recepção, elementos constitutivos da orientação do gênero na realidade (Medviédev, 2012).

Diante desse objetivo, construímos este capítulo em quatro seções. Na primeira, “Antologia: de signo linguístico a signo ideológico”, procuramos compreender a inter-relação da “palavra antologia” com o “gênero antologia”. Para isso, desenvolvemos um estudo acerca da antologia em três níveis: etimológico, lexical e discursivo. Com isso, compreendemos as origens, inter-relação e significação ideológica (Volóchinov, 2017) constitutivas de antologia enquanto palavra no dicionário e gênero discursivo.

Na segunda seção, “Antologias escolares: contextos dialógicos”, tratamos de recuperar, nos vestígios históricos, a gênese e integração do gênero antologia escolar na história da educação. Em um período que abrange seu surgimento na educação grega do século IV a.C. à inserção, sistemática, na educação brasileira do Segundo Reinado (1840-1899), portanto, numa grande temporalidade. No terceiro segmento, “De Império à República: contextos nacionais de integração das antologias escolares”, apresentamos o contexto nacionalista dos Oitocentos e Novecentos brasileiros, com foco na política, organização das classes sociais, nos movimentos culturais. O objetivo foi compreender o contexto político, social e cultural de produção, adoção e circulação das antologias escolares no Segundo Reinado e na Primeira República, foco da pesquisa.

Na quarta seção, “Ensino secundário, ensino de língua portuguesa e antologias escolares sob a égide do Colégio Pedro II”, descrevemos, em linhas gerais, o projeto da escola secundária do Segundo Reinado e da Primeira República, o qual teve no Colégio Pedro II a instituição modelo para a realização do plano curricular do ensino secundário. Nesta parte, destacamos: os sujeitos constitutivos desse ensino; a inter-relação desse modelo de educação formal com o Brasil da época; a integração do português como disciplina curricular e das antologias escolares nesse projeto pedagógico clássico-nacionalista. Apresentamos também algumas das reformas pelas quais o ensino secundário passou durante o período estudado, reformas que interferiram nas alterações pedagógicas ocorridas no Colégio Pedro II.

Nas “Considerações parciais: rastros do discurso do outro”, apresentamos uma síntese dos contextos dialógicos em que as antologias escolares circularam. Destacamos os indícios de sua orientação na realidade, na grande temporalidade da esfera educacional e evidenciamos a importância do discurso do outro na constituição desse gênero, assim como nas aulas de língua materna.

1.1 Antologia: de signo linguístico a signo ideológico

Para Medviédev (2012), um dos elementos de realização dos produtos de criação ideológica, dentre esses os gêneros do discurso, é a palavra, uma vez que nelas se tornam realidade ideológica. Noção replicada por Volóchinov (2017, p. 181), ao afirmar que “*a palavra está sempre repleta de conteúdo e de*

significação ideológica ou cotidiana". Considerando essas afirmações dos teóricos russos, visamos compreender, nos rastros da criação verbal, a inter-relação do conceito de antologia – signo linguístico – com o sentido do gênero antologia – signo ideológico, ou seja, que significação ideológica sustenta a relação dessa palavra com a representação de um gênero do discurso. Para alcançar o objetivo, tratamos da palavra “antologia” em três níveis: etimológico, lexical e concreto.

Iniciamos compreendendo que antologia é um termo de origem grega, formada por dois elementos de composição: *ant(o)-* + *-log(o)*. Conforme definição de Machado (1952, p. 215 e 1354), as potencialidades de sentido para esses radicais são: “anto-, elemento de composição que traduz a ideia de <<flor>>; do gr.: <<o que cresce, o que se desenvolve>> pelo lat. –antho>>” e “-log(o) -, logia, <<elementos de composição culta que traduzem as ideias de palavra, tratado, estudo, ciência>>”.

A partir da conjunção dos significados desses elementos criou-se a palavra antologia, cujo conceito é: “antologia - do gr., <<acto de colher flores; selecta de trechos de poesias escolhidas>>; em lat. só se documentam *anthologica* [...] e *anthologumena*; pelo fr. *antologie*, já documentável no séc. XVI” (MACHADO, 1952, p. 216). No latim, a palavra é inserida a partir do seu adjetivo “antológica”, como substantivo ocorrerá só num termo equivalente “florilégio”, já o francês registrou diretamente *anthologie*, que parece ter influenciado a escolha desse registro no Brasil. Considerando essa definição, alcançamos o nível etimológico da palavra, que indica a gênese do processo de criação verbal da antologia.

Diante dessa compreensão, passamos ao segundo nível da discussão, em que analisamos como esse termo se configura no léxico da nossa língua, ou seja, enquanto palavra dicionarizada, ou signo linguístico, ou ainda potenciais concretizações de sentidos (Volóchinov, 2017). Assim, em Houaiss et al. (2001, p. 239) encontramos as seguintes definições:

Antologia (1858): 1 BOT. Estudo das flores. 2 coleção de flores escolhidas; florilégio. 3 coleção de textos em prosa e/ou em verso, geralmente de autores consagrados, organizados segundo tema, época, autoria etc. 4 livro que contém essa coleção. ETM gr. Antho- ant(o) – e –logia; f.hist. 1858 anthologia.

SN/VAR *analecto*, *catalecto*, *coletânea*, *grinalda*, *pancárpia*, *parnasos*, *seleta*.

A primeira acepção trata do domínio científico, especificamente da Botânica, em que antologia se configura como “estudo das flores”, isto é, uma tradução ao pé da letra da raiz etimológica da palavra. Em seguida, os autores remetem ao termo equivalente em português “florilégio”, contudo, seu conceito focaliza na “coleção de flores escolhidas”, diferente do primeiro registro, que trata dos “estudos das flores”. Nos dois últimos significados, os autores conceituam antologia no nível do gênero “coleção de textos em prosa e/ou verso”, enumerando os principais critérios composicionais de sua organização: “temas, época, autoria etc.”

O verbete traz também alguns sinônimos e variações do termo no plano do gênero: *analecto*, *catalecto*, *coletânea*, *grinalda*, *pancárpia*, *parnasos*, *seleta*. Acrescentamos ainda *florilégio*, o qual foi marcado no desenvolvimento conceitual do verbete, e *crestomatia*, outro sinônimo importante para o estudo da antologia, em especial da antologia escolar enquanto gênero discursivo. Das variações elencadas, citaremos, em ordem cronológica do primeiro registro destacado no dicionário, aquelas consideradas esclarecedoras para nossos estudos, a saber: *coletânea*, *florilégio*, *crestomatia* e *seleta*. Houaiss et al. (2001) apresentam as seguintes definições:

Coletânea: (1563): 1. Conjunto de trechos seletos de diferentes obras. 2. Coleção de várias obras ou coisas. ETM. Lat. *Collectânea*, orum ‘apontamentos ou extratos colhidos de vários livros’, neutro subtv. Do adj. *Collectaneus*, a, um ‘reunido, colhido de todas as partes’, do rad de *collectum*, supn. De *colligere* ‘reunir, juntar’ (HOUAISS, et al. 2001, p. 759).

Florilégio: (1817-1819): 1 coleção de flores escolhidas 2. Fig. Coletânea de trechos literários; antologia. ETM. Lat. cint. *florilegium* e ao mesmo tempo calcado em gr. Antologia, do qual é uma tradução literal (HOUAISS, et al. 2001, p.1360).

Crestomatia (1836) LIT. 1. Coletânea de trechos em prosa ou em verso escolhido da obra de um ou mais autores, ger. Com finalidade didática; antologia. 2. Obra que contém esta coletânea. ETM. Gr. *Khrestomátheia* ‘Estudo das coisas uteis, boa construção, crestomatia como recolha dos melhores ou mais uteis excertos de autores’ (HOUAISS, et al. 2001, p. 867).

Seleta: (1844) 1. Conjunto de trechos literários selecionados; antologia; *analecto* (HOUAISS, et al. 2001, p. 2538).

Esses registros apresentam dados importantes para o estudo da antologia, no âmbito do gênero do discurso, e sua orientação espaciotemporal. O primeiro deles trata-se das orientações temporais dos apontamentos dos termos, neles “coletânea” aparece como precursora, indicando que obras antológicas já circulavam no Brasil Colonial, pelo menos desde 1563, portanto, século XVI. Outro elemento é a concentração dos registros dos demais sinônimos – “florilégio (1817-1817)”, “crestomatia (1836)” e “seleta (1844)” – todos datados da primeira metade do século XIX, indicativo de uma forte circulação de gêneros antológicos num período histórico em que havia no Brasil aspirações de nacionalismo e independência política e cultural.

Os conceitos apresentados, considerando os que tratam da antologia como gênero, convergem para antologia no âmbito literário. Contudo, “crestomatia” apresentou uma especificidade que não encontramos nos demais conceitos: finalidade didática. Em um levantamento, a ser apresentado no capítulo III desta tese, no qual apresentamos títulos de antologias escolares do ensino secundário publicadas entre o Segundo Reinado e a Primeira República, em apenas duas obras esse termo figurou como título: *Pequena Chrestomathia portuguesa: oferecida á mocidade estudiosa* (1893), do português Innocencio Fr. Da Silva; e *Chrestomathia brasileira: colecção de páginas e excerpts de prosadores e oradores nacionaes do século 19* (1920), do brasileiro Henrique Coelho.

A nossa hipótese para o baixo número de obras do ensino secundário que traziam em seus títulos a palavra “crestomatia” é a de que sendo considerado um gênero antológico em que se focalizam os “estudos das coisas úteis, boa construção”, a crestomatia tendeu mais ao ensino primário do que o secundário.

Considerando as acepções tratadas tanto no nível etimológico quanto no nível lexical, compreendemos que esses conceitos, por si só, são insuficientes para explicar a relação do termo antologia com o gênero antologia. Em outros termos, essas considerações contemplam a palavra enquanto signo linguístico, mas não como signo ideológico. Para tratá-la nessa segunda perspectiva, buscamos rastros das primeiras orientações dessa palavra na vida, no plano do enunciado concreto. Os quais apresentam indicativos da inter-relação do conceito de antologia como estudo ou coletânea das flores, e o sentido de

antologia enquanto coletânea de trechos de textos literários, portanto, um gênero do discurso.

O ponto que mais nos aproxima da origem dessa inter-relação é a *Antologia Grega* ou *Antologia Palatina* considerada um dos marcos da antologia no prisma de gênero literário. Na obra, o poeta-editor, o grego Meleagro de Gádara (130 a.C. – 60 a.C.), reuniu mais de 4 mil epigramas³ de diferentes escritores, inclusive textos de sua autoria, e que, segundo Martins de Jesus (2016), remontam vários períodos da cultura grega, por volta de 17 séculos: Arcaico, Clássico, Helenismo e Bizantino.

Para introdução de sua antologia, Meleagro escreveu um próêmio, uma espécie de introdução, constituído de 58 versos. Nele, inicialmente, o autor apresenta e justifica seu trabalho; em seguida, dedica uma flor para cada escritor citado em seu poema epidítico, conforme lemos em um trecho a seguir:

- Musa amada, a quem levas este canto viçoso?
Que homem teceu semelhante grinalda de poetas?
- Foi Meleagro que a fez, e para o ilustre Diocles
levou a bom porto esta oferenda da memória.
Entrelaçou muitas açucenas de Ânite, e de Mero muitos
lírios, de Safo um punhado apenas – mas de rosas;
(GÁDARA, apud MARTINS DE JESUS, 2016, p. 180).

Dedicada a Diocles, possivelmente o filósofo grego Diocles de Magnésia, segundo Martins de Jesus (2016), a antologia apresenta uma finalidade: louvar os poetas, enaltecimento que se efetivaria na leitura dos poemas selecionados. Na sequência, são estabelecidas algumas relações metafóricas importantes: antologia/grinalda, poetas/flores e, nós acrescentamos, entrelace/intercalação⁴, que juntos representam os principais elementos constitutivos da coroa/seleção de poetas. Daí, metaforicamente, o sentido para antologia como gênero literário.

Nos versos, os escritores são relacionados a diferentes flores. À poetisa da Grécia Antiga, Ânite de Tégea (séc. III a.C.), é dedicada uma açucena, para Mero destinou vários lírios, e à poetisa Safo (630 a.C. a 580 a. C.) uma porção de rosas. Essa inter-relação grega, para o gênero antológico, do homem com

³ Retomaremos, mais profundamente, as discussões acerca dos epigramas no decorrer deste capítulo, quando tratarmos da constituição do gênero antologia.

⁴ A nosso ver, essa ideia de entrelace possivelmente originou, ou, ao menos, teria influenciado a discussão de Bakhtin (2013 e 2015) acerca da concepção de gêneros intercalados. Esse elemento mostra a importância da antologia na história dos gêneros intercalados.

espécies de flores revela uma concepção estética na constituição do gênero antológico. Conceito que permaneceu na grande temporalidade desse gênero, inclusive nas antologias escolares do século XIX e XX.

A partir dessas discussões, em que foram relacionados os níveis etimológico, lexical e concreto da palavra, compreendemos a inter-relação do termo antologia com o gênero antologia. Diante dessa compreensão dialógica, passamos a tratar, mais especificamente, acerca das antologias escolares, de suas origens na Grécia à inserção na educação brasileira do século XIX, objetivo da próxima seção.

1.2 Antologias escolares: contextos dialógicos

Nesta seção, recuperamos, na história, a gênese e a integração do gênero antologia escolar. Em um período que abrange seu surgimento na educação grega do século IV a.C. à inserção, sistemática, na educação brasileira no Segundo Reinado, espaço e tempo reais de sua orientação na realidade (Medviédev, 2012). Assim, considerando as inter-relações desse gênero com fases históricas de sua principal esfera ideológica, a educação, e dos indícios da construção de um projeto didático acerca da concepção de língua nacional.

Na segunda metade do século XIX, em particular a partir de 1856, as coletâneas de excertos de textos literários e não literários, de autores canônicos, isto é, as seletas, florilégios, crestomatias, como também ficaram conhecidas as antologias escolares, foram inseridas como um dos materiais didáticos para as aulas de língua portuguesa. Inserir essa espécie de livro escolar no ensino secundário oitocentista não foi uma inovação da escola brasileira, pois, segundo Domingues (2002), o uso desses livros escolares já era comum entre membros da Companhia de Jesus desde o século XVI. Contudo, a memória constitutiva desses compêndios escolares volta mais além, remonta uma grande temporalidade: a educação da Grécia Antiga. Antes disso, recuperamos e avançamos nas discussões acerca da origem do gênero antologia, uma vez que a história de uma dialoga com a da outra.

Os estudos acerca do conceito de antologia sempre estiveram atrelados aos epigramas gregos, gênero que ficou conhecido, amplamente na história, a partir do período helenístico, séculos IV a I a. C. Segundo Silva (2008), o

epigrama “[...] pode ser definido como uma breve composição literária, cuja extensão raramente excede uma dezena de versos [...] em suas origens não é um gênero poético” (SILVA, 2008, p. 19). O autor explica que esse paradoxo, de ser literário, mas, originalmente, não ser poético, está relacionado à sua origem, pois o epigrama, que significa “inscrição sobre algo”, se vinculava à Epigrafia, estudo das epígrafes. Assim, ficamos sabendo que essas inscrições eram destinadas a serem gravadas em pedras ou metais, mais precisamente em estátuas, troféus e lápides, sendo que as inscrições sobre essa última ficaram conhecidas como epitáfios, portanto, uma espécie de epigrama.

Inicialmente, essas grafias tinham a finalidade informativa. Em monumentos, informava o nome de quem as havia produzido, mandado produzi-las, a quem era dedicada. Na lápide, deixava o visitante a par da nacionalidade do morto e de sua figura na sociedade. Silva (2008) atesta que o epigrama mais longínquo no tempo trata-se de uma inscrição numa ânfora de vinho, no século VII a. C., na qual consta a informação de que se tratava de um prêmio àquele que vencesse um concurso de dança.

No período das Guerras Médicas no século IV a. C., um contexto de dor, a produção de epigramas cresceria, especialmente os epitáfios, destinados a engrandecer os gregos que estiveram nas frentes de batalhadas, mas que acabaram mortos. Multiplica-se também a produção de dedicatórias sobre troféus entregues a vitoriosos militares. Nesse período, os versos passam a ter autores próprios, especialmente poetas da época, e a serem escritos em papiros, circunstâncias que levariam o epigrama a ser considerado como gênero literário.

Outro dado para a consolidação do epigrama como gênero literário encontramos em Amaral (2009), ao argumentar que nesse mesmo período, após as conquistas gregas, iniciaram-se atividades de recolha e catalogação de todo legado literário dos séculos anteriores ao IV a. C. Assim,

Tais atividades influenciaram as obras dos grandes filólogos alexandrinos, e certamente, a atividade literária que muitos desses filólogos praticaram começou a ser [sic] diversificar. Foi então que o epigrama adquiriu o status de gênero e tamanha popularidade nos meios literários existentes no período. (AMARAL, 2009, p. 18).

Todo esse processo foi desenvolvido em três estágios. O primeiro, correspondente à “coleção”, consistiu na recolha dos epigramas de autorias anônimas e de poetas antecessores, o que permitiu a realização de uma linhagem desse gênero e sua influência na poesia Antiga e Clássica. A segunda, a etapa dos “livros”, fundamentou-se nas coletas realizadas pelos “poetas-filólogos”, que juntaram epigramas de suas próprias autorias e de outros escritores com o intuito de montar e preservar o acervo. Tais recolhas não eram aleatórias, pois, como também eram filólogos, os poetas agrupavam os poemas conforme os temas tratados nos textos. A terceira fase é a que dialoga, mais diretamente, com a nossa pesquisa, porque tratou-se do estágio da antologia propriamente considerada,

[...] que começa a ter sua forma característica com a recolha de textos de diversos autores encontrados nos papíros escolásticos, os quais, por sua vez, se faziam necessários para o exercício de leitura e escrita e também para o ensino moral [...] Desde o século IV a. C., essa prática consistia em dispor os materiais em seções temáticas e usar as citações poéticas para fins didáticos (AMARAL, 2009, p. 20).

Nessa descrição, destacam-se dois aspectos: primeiro, a evidência de que a “recolha de textos de diversos autores” não se restringia aos epigramas; e segundo, a clareza de que a compilação era uma atividade comum na cultura escolar. Desse modo, compreendemos que a primeira rama de excertos de textos recolhidos não foi exclusivamente epigramáticos.

Esses testemunhos papirológicos parecem indicar que as antologias escolares antecederam às literárias e influenciaram as modernas, uma vez que “no âmbito literário [da Antiguidade], a antologia se voltou com exclusividade ao epigrama” (AMARAL, 2009, p. 20). Tanto assim que o marco da antologia literária ocidental, conforme tratamos em parágrafos anteriores, foi concedido à *Antologia Grega*⁵, de Meleagro de Gadara, uma coletânea de epigramas gregos correspondentes aos vários séculos, que viria a ser conhecida no século X d. C. também como *Antologia Palatina*. A partir dessas considerações, podemos

⁵ Segundo Amaral (2009) há comprovações papiáceas que indicam ser de Aminta a primeira antologia literária que se tem notícia, por volta da segunda metade do século II a. C. Porém, a antologia de Meleagro tornou-se o marco porque foi aquela que os escritores posteriores se referiam e tinham como modelo, ou seja, a tradição a tornou canônica. De todo modo, o papiro escolástico nos indica que a antologia escolar veio antes.

concentrar nossas atenções na história das antologias escolares que está entrelaçada com a história da educação no Ocidente, a qual tem suas origens no período grego conhecido como Helenismo.

Segundo Marrou (1966), o apogeu da educação Antiga se deu nessa mesma civilização helenística grega e não por acaso, pois foi nesse contexto que ocorreu a maior expansão da civilização e cultura gregas. Com as investidas de Alexandre, o Grande, os gregos passaram a dominar grande parte do Oriente Médio e da Ásia Central. Após essas conquistas territoriais, foi necessária a propagação da cultura Clássica da civilização grega aos povos conquistados, ou aos bárbaros, como ficaram conhecidos aqueles povos que não falavam grego.

Nesse contexto, a educação passou a ser o meio privilegiado para a disseminação dessa cultura para o mundo conquistado, além de preservação cultural para os filhos daqueles gregos que acabaram se instalando em territórios recentemente conquistados, mas que culturalmente, não eram gregos. Assim sendo, a finalidade dessa educação clássica era “[...] essencialmente uma iniciação à vida grega que modela a criança e o adolescente em função dos costumes nacionais e submete-os ao estilo de vida característico que distingue o homem do bruto, o heleno do bárbaro” (MARROU, 1966, p. 160). Por isso, para o estudioso francês:

A educação helenística é realmente o que podemos chamar a educação clássica: é a de todo o mundo grego, quando se estabiliza após as grandes aventuras da conquista de Alexandre e das guerras que sucederam a sua morte. Ela permanece em voga, em todo o mundo mediterrâneo, por tanto tempo quanto este merece ser considerado antigo. Ultrapassa, com efeito, propriamente a fase helenística para estender-se pelo período romano (MARROU, 1966, p. 154).

Para esse pesquisador o legado da educação helenística, que se entendeu à romana, fecundaria toda a tradição pedagógica ocidental. Por essa razão, a educação, nesse período, deve ser vista como um dos símbolos da história constitutiva da educação.

A educação helenística ou clássica contemplava um conjunto denso de estudos que compreendia, teoricamente, quatorze anos, entre os sete e vinte e um anos de idade, dividida em três fases, a saber: “criancinha”, “criança” e “adolescente”, cada ciclo correspondente a sete anos. Na primeira fase, o ensino

destinava-se a criancinhas abaixo dos sete anos⁶; na segunda, às crianças entre sete e quatorze anos, aqui se compreende o ensino primário; e a terceira, entre quatorze e vinte e um anos, a qual compreendia a formação cívica e militar, conhecida como efebria (MARROU, 1966). Nesse sistema de educação, o ensino das letras, e por consequência da língua, alcançava relevo na escola primária, que se tornou o lugar onde se ensinava a ler e escrever em grego, qualquer que fosse o lugar onde o ensino clássico fosse implantado.

O programa da escola primária, discurso de autoridade, era tão sintético quanto ambicioso: ler, aprender de cor, escrever e contar. De acordo com Marrou (1966, p. 236), o primeiro ponto exigia “longas caminhadas” constituídas em cinco partes, às quais discutiremos, em linhas gerais, a seguir.

Primeiro, iniciava-se pelo alfabeto, formado de vinte e quatro letras, as crianças o aprendiam cantarolando os nomes das letras e não pelo seu valor fonético, assim, ao invés de /a/, /b/, /c/ aprendiam *alfa*, *beta*, *gama* e assim por diante. Segundo, aprendiam-se as sílabas e todas as suas combinações, ou seja, de *ba* – *be* – *bi* até *za* – *zé* – *zi* etc. Ainda nessa fase, os alunos conheciam as combinações de três sílabas e arranjos silábicos mais complexos.

Chegavam-se então às palavras, a terceira fase do aprender a ler. Aos estudantes, as primeiras listas de palavras apresentadas eram as monossílabas, seguidas das dissílabas, trissílabas e polissílabas, sempre separadas por uma espécie de travessão. Uma particularidade dessa fase: as listas de palavras eram compostas de nomes próprios, principalmente homéricos⁷, bem como de divindades, rios e meses do ano. As duas últimas fases são relevantes para nossos estudos, pois nestas destaca-se a leitura propriamente dita.

Na quarta fase, as crianças alcançavam a leitura de textos curtos, os quais apresentavam pontuação e sílabas separadas, o que mostra o zelo com que esses textos eram tratados. Logo depois, liam textos à moda da época: sem pontuação e sem separação entre as palavras. Assim, se antes a leitura de palavras isoladas era realizada através de listas de vocabulário, a partir dessa fase elegia-se um manual contendo “[...] excertos escolhidos de Eurípedes e, em

⁶ Aqui a educação era obrigação das mulheres, especialmente as escravas libertas que cuidavam das crianças.

⁷ Para Morrou (1966), essa peculiaridade é indício de uma preparação para a leitura de textos literários.

seguida, de Homero” (MARROU, 1966, p. 241). Semelhante constatação acerca do ensino da leitura, nesse período, encontramos em Fischer (2005):

Passados alguns anos, os alunos já liam textos contínuos (primeiro memorizados), os quais constituíam antologias especiais de passagens famosas selecionadas também de acordo com o conteúdo moral: em geral Homero, Eurípedes e alguns outros. A declamação tinha importância equivalente à leitura, pois ler sempre significou a leitura em voz alta (FISCHER, 2005, p. 52).

Dessa forma, podemos considerar, mais uma vez, estarmos diante de mais um registro da presença de antologias escolares⁸ na história da origem da nossa educação, precisamente na cultura helênica do século IV a. C. E nesse ponto, compreendemos ter identificado a gênese da produção e circulação desse gênero na esfera educacional. Como também a relevância desse gênero escolar na história constitutiva da esfera ideológica da educação, das aulas de língua materna e do discurso didático.

Relevância que ecoa em Comenius, considerado o precursor da didática moderna. Em *sua Didática Magna* (2001 [1657]) ao defini-la como a arte de ensinar, lembra que

Alguns esforçaram-se por arranjar compêndios apenas para ensinar mais facilmente, esta ou aquela língua. Outros procuraram encontrar os métodos mais breves para ensinar, mais rapidamente, esta ou aquela ciência ou arte (COMENIUS, 2001, p. 13).

Tal afirmação reforça nossa compreensão acerca do papel das antologias escolares, referidas nesse trecho como “compêndios”, na história da educação e, atrelado a essa, seu lugar no processo de constituição de uma didática, principalmente nos estudos da língua.

Considerando as características da educação grega na Antiguidade, sobretudo no que se referia à leitura e ao uso das antologias escolares, Carvalho (1997, s.p.) afirma que, no Helenismo, o ensino da leitura

⁸ Vale salientar que nesse período o que chamamos de livros são rolos de pergaminhos e não o *códex* que só surgirá tempos mais tarde.

[...] consistia fundamentalmente na assimilação literária dos autores consagrados, designadamente Homero, Hesíodo, Píndaro, Sófocles, Eurípides, Heródoto, Xenofontes, Tucídides etc., de cujos escritos se fizeram antologias, de finalidade escolar, acompanhadas por vezes de anotações. Ministrava esse ensino os gramáticos, também designados, por vezes, de philólogos que o desenvolvia fazendo incidir a atenção sobre a leitura e prescrevendo exercícios de redação (CARVALHO, 1997, s/p).

Marrou também assinala a prevalência de textos poéticos nessas antologias escolares, assim como aponta a longevidade alcançada por essa prática escolar. Em suas palavras:

O aprendizado da leitura continuava pelo estudo de certo número de trechos poéticos escolhidos. À medida que se enriquece nossa documentação papirológica, descobrimos que os mesmos fragmentos reaparecem muitas vezes, tanto nas antologias escolares como nas citações de autores. A tradição, ou para melhor dizer, a rotina, havia selecionado, de uma vez por todas, uma série de passagens famosas, que gerações de alunos repetiram e que assim constituíram a base da erudição poética comum a todos os homens culto (MARROU, 1966, p. 241).

Como já apontado anteriormente, a leitura desses excertos realizava-se em voz alta, o que já representava a quinta e última fase de aprendizado da leitura: a recitação. Essa tinha como repertório “[...] as peças de antologias, cujo uso acabamos de constatar, eram não apenas lidas, mas aprendidas de cor” (MARROU, 1966, p. 242). Esses mesmos excertos serviram de base para o ensino da escrita, que muitas vezes era realizado em forma de ditados ou mesmo cópias, o professor escrevia no quadro e os alunos reproduziam em suas tabuletas.

No trecho supracitado, o estudioso francês aponta para dois elementos que consideramos importantes para o estudo do gênero em questão: tradição e longevidade. Pelo discurso da tradição, selecionam-se textos e autores que deveriam ser lidos, imitados na sua escrita e referência para a língua oral, isto é, estabelecia-se uma identidade linguístico-discursiva. A longevidade cumpria a função de cimentar e homogeneizar culturalmente esses valores a gerações de alunos.

Essas características revelam marcas do modo autoritário⁹ de assimilação do discurso do outro (Bakhtin, 2015). Traços constitutivos desse gênero e que identificamos nas duas obras às quais os nossos *corpora* de estudo estão intercalados: *Iris Clássico* (1873 [1859]), no qual prevaleceram textos do cânone português, circulou em 5 edições, no mínimo 14 anos, entre 1859 e 1873; e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]), em que predominam escritos de brasileiros, com 25 edições, entre 1894 e 1937, circulando nas escolas por mais de 40 anos, estudando por ele gerações de estudantes da elite brasileira.

Retomando o processo de circulação desse gênero escolar, temos notícia de publicações na Roma do século XII. Para Domingues (2002), isso se deve ao fato de que

Os Romanos, tendo bem cedo tomado consciência do valor intelectual dos Gregos, seguiram as suas pisadas: tomaram por modelos os melhores de entre eles. Naturalmente, o acesso aos autores fazia-se a partir de antologias, sem prejuízo do conhecimento integral de algumas obras (DOMINGUES, 2002, p. 337 - 338).

Segundo Carvalho (1997), o ensino de leitura em latim tinha por base a bíblia, contudo, os alunos apenas ouviam sua leitura e a repetiam, além do clássico: “[...] *Disticha Catonis*, seleta organizada por um mestre de retórica do Baixo-império Romano e constituída por dísticos com máximas morais. A adoção desse livro foi geral, acusando-se ainda entre nós no século XV” (CARVALHO, 1997). Por volta do século XVI, esse tipo de compêndio foi adotado na ordem religiosa da Companhia de Jesus. Para esse mesmo estudioso, as antologias escolares cumpriam a finalidade não só do conhecimento da língua, como também da educação religiosa e formação moral. Intenção discursiva que prevaleceu em várias antologias do século XIX, *Iris Classico*, por exemplo, cuja coletânea de excertos, a maioria de escritores clérigos, predominou temas acerca da religião e formação moral, como trataremos no capítulo IV.

Para Domingues (2002), mais do que adotadas pelos jesuítas da Companhia de Jesus, responsáveis pelo ensino secundário seiscentista em Portugal, antologias escolares eram elaboradas pela própria instituição,

⁹ Discutimos, com mais detalhes, acerca do discurso autoritário e sua relação com a antologia no capítulo II.

sobretudo, na segunda metade do século XVI. De acordo com seus estudos, seletas de textos de autores latinos, considerados como clássicos, eram usadas, vertidas em latim, nas aulas dos professores da Companhia de Jesus, aqueles responsáveis pelos estudos de língua e cultura romana. Em uma de suas constituições, em 1599, e de seu currículo, o *Ratio Studiorum*, indica-se o uso de extratos de textos de autores clássicos como: Cícero, Virgílio, Horácio, Tito Livio etc. Domingues constatou que os antologistas deveriam seguir tanto às orientações das Constituições da Ordem jesuítica quanto a do *Ratio Studiorum* e nesse sentido, “[...] os cortes, as omissões, as manipulações de textos, praticados pelos organizadores das antologias, são da maior importância para avaliar o peso da censura” (DOMINGUES, 2002, p. 10).

Nessa reconstituição da linha do tempo das antologias escolares, encontramos o estudo de Pfromm et al. (1972), os quais afirmam ter conhecimento de um antigo registro do século XVIII, época em que a educação ainda estava a cargo dos jesuítas da mesma Companhia de Jesus, no qual foram listados alguns livros vindos de Portugal. Nessa lista, mencionam-se:

“[...] ‘Seletas’, a obra de Luiz de Camões comentada, a *Prosódia*, de Bento Pereira, cartapácios de sintaxe, os ‘Comentos de Seletas, com o latim vertido logo em português’, um volume abreviado de Vieira” (PFROMM, et al., 1972, p. 202).

Essa indica ter sido a provável porta de entrada das antologias escolares na educação brasileira. Entretanto, como já indicado no início deste capítulo, sua presença sistemática ocorreria no ensino secundário dos meados do século XIX, em 1856, quando o governo fixaria um programa, contendo ementas das matérias, e indicaria diretamente compêndios para os cursos do Imperial Colégio de Pedro II¹⁰, servindo de referência para as demais instituições.

Nele, indicavam-se três obras antológicas para o primeiro ano, série à qual constava a matéria de gramática. No âmbito escolar, esse gênero ganharia cada vez mais espaço à medida que a disciplina de português fosse adquirindo mais

¹⁰ Segundo Razzini (2000) desde sua fundação, o colégio teve alterações em seu nome, a saber: 1838 – 1889: Imperial Colégio de Pedro II; 1889: Instituto Nacional de Instrução Secundária; 1890 – 1909: Ginásio Nacional; 1909 - Internato Nacional Bernardo de Vasconcelos e Externato Nacional Pedro II; 1911 até hoje: Colégio Pedro II. A partir deste ponto, nos referiremos como Colégio Pedro II, pois, segundo Schwarcz (1999), era como as pessoas se referiam à instituição.

visibilidade no currículo, fato que começaria ocorrer em 1870. Vejamos quais antologias escolares estiveram presentes na primeira lista:

No primeiro anno, o alumno, depois de algumas prelecções de Grammatica geral, aperfeiçoa-se na Grammatica e lingua portugueza, e começa a estudar o latim, francez, e arithmetica.

Linguas.

O Conselho Director não estabelece já um systema para o ensino de línguas.

De accôrdo com os professores do collegio, prescreve para esta parte do programma os seguintes:

LIVROS:

Cyrillo Dilermando: *Grammatica da lingua portugueza*.

Frei Francisco de S. Luiz: *Synonimos*.

Barker: *Bibliotheca juvenil*.

Padre Antonio Vieira: *Cartas selectas*.

Padre Caldas: *Poesias escolhidas*.

Padre Antonio Pereira: *Arte latina*.

Sevenne: *Grammatica franceza*.

Fenelon: *Telemaque* (trechos escolhidos á vontade do professor). – *Fables choisies*. (BRASIL, 1856, s.p, grifos do documento).

A primeira antologia indicada *Bibilotheca juvenil*, de autoria do português Antonio Maria Barker, poderia passar despercebida, pois não havia, explicitamente, no título divulgado pelo governo, nenhuma referência ao gênero antologia. Só atentamos de que se trata de uma antologia escolar quando recuperamos o título completo da obra: *Bibliotheca juvenil ou fragmentos moraes, históricos, políticos, litterarios e dogmáticos, extrhaidos de diversos auctores e offerecidos á mocidade brasileira*. As *Cartas selectas*, do padre Antonio Vieira também podem ser consideradas como seletas, uma vez que são coletâneas das melhores cartas escritas por esse autor, que já era visto como literário, além disso, em antologias escolares futuras, muitos dos trechos dessas cartas comporiam os excertos dessas obras. Por fim, *Poesias escolhidas*, do padre Caldas.

Com essa tríade antológica, a educação brasileira, principalmente o ensino secundário, dava boas-vindas a um gênero que circularia, com força entre alunos e professores, por mais de um século. Um período que abrange a segunda metade do século XIX e primeiro cinquentenário do século XX, quando é substituído, gradativamente, pelo que hoje conhecemos como sendo o gênero livro didático de língua portuguesa, que de certo modo assimilou na sua

construção composicional o gênero anterior, conforme defende Bunzen (2005). Confirmando uma das principais características das antologias e demais gêneros escolares, a longevidade, pela qual se estabelecem, hegemonicamente, tradições, normas e valores a indivíduos em formação.

Esse esboço dos rastros históricos revelaram as primeiras manifestações de elaboração e inserção das antologias escolares na educação ocidental. Compreendemos também sua funcionalidade ideológica nas aulas de língua materna, apresentamos um dos percursos de circulação desse gênero ao longo de nossa história e chegamos à sua introdução no sistema educacional brasileiro do século XIX.

Por fim, a perspectiva dialógico-discursiva que sustenta esta tese leva-nos a compreensão de que todo gênero discursivo está integrado a um contexto dialógico. No caso das antologias escolares, sua inserção ocorreu na educação brasileira do século XIX, estendendo-se até parte do século XX. Considerando a orientação espaciotemporal de inserção das duas obras cotejadas nesta tese, *Iris Classico* situado, no Segundo Reinado, e *Autores Contemporaneos*, na Primeira República, construímos, na próxima seção, um panorama desse contexto sócio-histórico. Nosso objetivo: compreender a configuração social mais ampla em que as obras em estudo estiveram integradas.

1.3 Do Império à República: contextos nacionais de integração das antologias escolares

Para compreender o contexto político, social e cultural de produção, adoção e circulação das antologias escolares apresentamos os contextos nacionais dos Oitocentos e Novecentos brasileiros, com foco na política, organização das classes sociais, nos movimentos culturais.

Segundo Neves e Machado (1999, p. 254), “o século XIX foi marcado, em termos políticos, pela *questão das nacionalidades*”. A qual resultou de um extenso processo iniciado com o declínio da cristandade no século XVI, movida pela Reforma Protestante, passando pela firmação das monarquias absolutistas no século XVII e culminando com o clímax na França napoleônica do século XVIII, especificamente na Revolução de 1789. Para esses estudiosos, num contexto político europeu em que os impérios eram transnacionais, o sentido

político de nacionalismo enquanto “espírito do povo” foi útil à “minoridade oprimida”. No século XIX, a ideia de nacionalismo ecoaria por partes do mundo como sendo:

O direito natural e inalienável dos povos de se autogovernarem, a fim de preservar a identidade de língua, religião, cultura e costumes que os constituía em uma comunidade específica, em um território definido (NEVES e MACHADO, 1999, p. 255, grifos dos autores).

Tal concepção que seria sustentada pelo ideário liberal, defensor do rompimento do poder hegemônico e hereditário das monarquias, e da reconstituição das sociedades pela rota da autonomia nacional.

Hobsbawm (1998) sustenta que, de acordo como o ideal nacionalista moderno dessa época, para um povo ser considerado como uma nação deveria cumprir com três critérios: primeiro, possuir uma associação histórica com um Estado estabelecido; segundo, ter uma elite cultural firmada, que possuísse uma língua vernácula, de âmbito administrativo, e literária; terceiro, apresentar uma prova de capacidade para a conquista. Esses critérios materializavam o ideal de nação pela unificação histórica, política e linguística. Para o referido historiador, essa característica percorreu parte do século XIX e se estendeu até parte do século XX, sendo seu ápice em 1914, o que significa compreender que a questão do nacionalismo não foi um fenômeno que se encerrou no Oitocentos.

No caso do Brasil, segundo Fausto (2009), a tarefa de nacionalidade vinha sendo manifestada desde o final do século XVIII a partir de movimentos como a Inconfidência Mineira, em 1789, a Conjuração dos Alfaiates, em 1798, e mesmo no início do Oitocentos com a Revolução Pernambucana, em 1817. De acordo com esse historiador, é difícil saber em que momento específico nasceu o desejo de “ser brasileiro”, ainda assim, esses movimentos podem ser vistos como exemplos de uma afirmação de consciência nacional, que

[...] foi-se definindo na medida em que setores da sociedade da Colônia passaram a ter interesses distintos dos da Metrópole ou a identificar nela a fonte de seus problemas. Longe de constituir um grupo homogêneo, esses setores abrangiam desde grandes proprietários rurais, de um lado, até artesãos ou soldados mal pagos, de outro, passando pelos bacharéis e letrados. Também não tinha em comum exatamente uma ideologia. [...] devemos

lembrar que até a Independência e mesmo depois a consciência nacional passa pela regional (FAUSTO, 2009, p. 63).

Entretanto, seria no Brasil do século XIX que o nacionalismo ganharia força e viria ser implantado às avessas, pois ficaria a cargo dos herdeiros da Coroa portuguesa – e mais tarde da elite letrada – a configuração do país e da nossa nacionalidade. Por isso, o Oitocentos no Brasil pode ser considerado como período significativo para a história da então colônia portuguesa, que se tornou Império, alcançou a independência, construiu uma nacionalidade, e, às portas do século seguinte, se transformaria em República.

Estudiosos que dedicaram suas pesquisas ao período em questão como Basbaum (1986), Fausto (1995 e 2009), Costa (1999), Holanda (2004), entre outros, são unânimes em reconhecer que a vinda da família real para o Brasil, em 1808, foi o marco para o início de algumas transformações. Basbaum (1986) declara que quando a realeza chegou por aqui, encontrou uma população estimada em três milhões. Dessa, a maioria era livre, mestiçada entre africanos, índios e europeus, a quem eram confiados os direitos políticos, além dos escravos que representavam dois quintos dos habitantes, contudo, não eram considerados como gente.

O Brasil era uma extensa colônia rural, baseada no trabalho escravo e tendo como principal produto de mercado o açúcar. A vida se dava no interior das fazendas e dos engenhos, que configuravam “verdadeiros feudos bastando-se a si mesmos, fechados para a cultura ou qualquer atividade econômica, salvo produzir açúcar” (BASBAUM, 1986, p. 101), por isso, as poucas cidades existentes a exemplos de Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo desenvolveram-se ao longo de suas costas e viviam em função dos portos (Costa, 1999). Quanto à instrução, essa se desenvolvia no interior dos conventos e para poucas pessoas, assim sendo, podemos dizer que o analfabetismo era a regra.

Diante desses dados, constatamos que o Brasil do século XIX mantinha uma velha herança do período colonial, a estratificação social, que acabou por ser refletida na língua e, conforme esclarece Luccchesi (2015, p. 112), tratou-se de uma “estratificação sociolinguística”. Seu processo sistemático vinha se configurando desde meados do século XVIII com algumas medidas legais como

o Diretório dos Índios de 1757, lei sancionada pelo rei de Portugal D. José I, tornada pública pelo ministro do Império Marquês de Pombal, que proibia o uso de outras línguas (sobretudo as gerais) que não a língua portuguesa. Essa medida pode ser considerada como uma das primeiras ações de tentativa de se uniformizar a língua portuguesa no Brasil.

No Brasil do século XIX, a “estratificação sociolinguística” Lucchesi (2015, p. 112) sustentou-se em dois polos: de um lado a elite branca letrada, representando o topo da pirâmide social, “falava uma variedade de português fortemente lusitanizada”, tendo como referência o falar europeu, influência intensificada com a vinda Família Real; de outro lado, na base da pirâmide, os negros e mulatos, “entre estes se distinguiriam o português falado como segunda língua pelos africanos e a variedade de português falada como língua materna pelos crioulos” (LUCCHESI, 2015, p.112). Por isso, Faraco (2017, p. 138) argumenta que essa “estratificação sociolinguística” convergiu para uma “polarização da língua portuguesa”. Nas palavras do linguista,

[...] evidente que a língua portuguesa polarizada se converteu no Brasil numa marca distintiva de grupos sociais: a ‘boa sociedade’, a ‘sociedade dos homens bons’, a ‘camada superior’, a ‘flor da sociedade’ (para usar expressões correntes nos períodos colonial e imperial e ainda subjacentes hoje, de certa forma aos discursos depreciativos do português popular) a falar as variedades do português culto; e a ‘pobreza’, a ‘plebe urbana’; os ‘homens sem qualidade’, a ‘grande massa da população’, os ‘parasitas da árvore social’ (expressões recorrentes em textos do século XIX citados, por exemplo, por Mattos, 1987, cap. II) a falar as variedades do português popular (FARACO, 2017, p. 138).

Nessa mesma linha de compreensão, Lucchesi (2015, p. 117) defende que essa polarização entre a língua de prestígio e a língua estigmatizada proporcionou a “[...] difusão do padrão linguístico dominante, já que a assimilação dos modelos linguísticos da elite era geralmente condição para a ascensão social”. No dizer de Faraco (2017, p. 138): “[...] a língua portuguesa polarizada se converteu no Brasil numa marca distintiva de grupos sociais”. E como a educação formal era, quase que exclusivamente, voltada a atender a elite, então será a variedade linguística, que a identifica como tal, a ser incorporada aos materiais didáticos postos às mãos e aos olhos dos alunos,

principalmente obras que tratam do ensino da língua, a exemplo das antologias escolares.

Esse aspecto ideológico de um certo purismo linguístico atravessaria todo o século XIX, do Império à República, a diferença seria a referência de padrão linguístico. Antecipando algumas reflexões que nos parecem oportunas neste ponto da tese, citamos a configuração linguística das duas antologias escolares analisadas. No caso da obra referente o Segundo Reinado, *Iris Classico* (1873 [1859]), o padrão linguístico é o português lusitanizado, cuja referência encontra-se na tradição da literatura clássica portuguesa. Já na publicação alusiva à Primeira República, *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]), a referência de padrão linguístico é o português do século XIX, presente em escritos da contemporaneidade literária novecentista brasileira.

Voltando a tratar da presença da família real, podemos dizer que esse fato “provocou uma verdadeira revolução nos costumes e na vida social e econômica da modorrenta e tropical colônia” (BASBAUM, 1986, p. 102). Os portos foram abertos às nações amigas, o Rio de Janeiro tornou-se a capital digna do seu grande Reino, com isso ocorreram transformações física, cultural e social nessa cidade como: implantação da Imprensa Régia, que permitiu a criação, produção e circulação de jornais; fundação do Banco do Brasil; criação de uma Biblioteca Real; do Jardim Botânico, do Museu Nacional; fundação da Academia de Artes; Academia Militar, Escolas superiores; do Imperial Colégio de Pedro II, que passou a ser modelo de sistema seriado de ensino secundário¹¹, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, citando as principais.

Além dessas implementações, também merece importância a urbanização. Movida pela necessidade de um contato com a nobreza, a aristocracia rural, que vivia confinada nos seus feudos, migrou para a cidade, que a partir de então obtinha ares de metrópole. Contudo, os vícios do sistema colonialista atravessaram grande parte do Império, inclusive no seu processo de urbanização, na qual as cidades gravitavam ao redor dos feudos aristocráticos, mesmo porque, o Império herdou, do referido sistema, uma economia e cultura social essencialmente agrária. Isso significou: grandes propriedades nas mãos de poucos, latifúndios praticamente autônomos, neles se produziam quase tudo

¹¹ Deter-nos-emos sobre o colégio em uma das próximas seções, quando discutiremos acerca do ensino secundário.

do que precisava a comunidade latifundiária; a figura patriarcal de senhores feudais, detentores de tudo e de todos; marginalização das pessoas ao seu redor, que, a seu modo, anulou a funcionalidade da educação. Nesse contexto, era impossível pensar em unidade, num Brasil disperso política e geograficamente.

Outro aspecto característico de todo o Império, que havia iniciado desde o “descobrimento” e esmaeceria com o advento da República, foi a íntima relação Igreja e Estado (Neves e Machado, 1999), em que a primeira esteve subordinada à segunda. Entendemos que Igreja, e mais precisamente a Católica, representa a religião apostólica romana, que desde a Constituição de 1824 passou representar religião oficial do Império, portanto, o Império passa a ter um dos elementos constitutivos de uma nação, a religião. Essa união fortaleceu a influência da religião católica na ideologia do cotidiano e nas esferas ideológicas constituídas do Império. No que se refere à sua presença no primeiro campo, os autores supracitados relatam:

A religião estava presente, inclusive no aconchego do lar. Os inventários, que os habitantes do Brasil no século XIX deixaram, nem todos de muitas posses, revelam a frequência com que possuíam então objetos de culto nas casas, fossem missais e repertórios de orações, desfolhados pelo uso, singelos crucifixos, imagens impressas ou autênticos e ricos oratórios privados, bem mais tarde substituídos por quadro de são Jorge, dotado de uma lâmpada elétrica, em geral vermelha, sempre acesa. Em algumas bibliotecas particulares, verificava-se a presença de livros de devoção e de manuais de boas maneiras, nos quais as crianças aprendiam a confessar, a comportar-se na igreja e, assim que acordassem e se sentassem na cama, a elevar o pensamento e o coração a Deus, fazendo o sinal da cruz e curvando a cabeça em sinal de adoração, testemunho de sua fé (NEVES e MACHADO, 1999, p. 211-212).

Outro espaço em que o catolicismo manifestou-se e exerceu forte influência foi na escola, principalmente na educação primária. Avançando um pouco no tempo trazemos como exemplo a reforma do ensino primário e secundário da Corte, conhecida como Reforma Couto Ferraz, que ocorreria em 1854 revela a força da religião e de seus valores na instrução da aristocracia urbana do Império, como podemos ler em partes do capítulo III do Decreto nº1.331-A de 17 de fevereiro de 1854:

Das escolas publicas; suas condições e regimen:
 Art.47 O ensino primario nas escolas compreende:
 A instrução moral e religiosa,
 A leitura e escripta,
 As noções essenciais da grammatica,
 O systema de pesos e medidas do Municipio.

Art.56 [...] A adopção de livros e compendios que contenhão
 matéria do ensino religioso precederá sempre a aprovação de
 um Bispo Diocesano.
 (BRASIL, 1954, s.p).

Apesar da relação religião e escola ficar explícita nominalmente no ensino primário, mediante leitura do Artigo 47, é possível identificarmos reflexos no ensino secundário através de textos que circulavam na escola. Por exemplo, a nossa análise acerca de *Iris Clássico* (1873 [1859]) revela que o repertório temático predominante é de orientação religiosa e moralista. Outro aspecto, tratado no Artigo 56, é a censura da Igreja Católica no conteúdo religioso que circulava nas escolas através das obras aprovadas, certamente esse controle ideológico se refletiu em outras matérias.

Avançando ainda mais no tempo e chegando a meados do século XX, em cotejos com antologias escolares do período em estudo, identificamos na parte superior do verso da folha de rosto da obra *Noções Gerais de Literatura*, por F.T.D, edição de 1929, portanto, no final da Primeira República, dois selos correspondentes a aprovação oficial da obra, assinados por membros da Igreja Católica, com as seguintes expressões latinas: *Nihil obstant*, firmado pelo Monsenhor Martins Ladeira, cuja significação é “nada contra”; e *Imprimatur*, assinado Pelo Monsenhor Pereira Barros, significando “imprima-se”. Essa ordem de apresentação dos enunciados tem um significado ideológico, segundo Farias (2010), primeiro, uma autoridade da igreja católica verificava a ausência de conteúdo contrário a fé e a moral, em seguida, outro membro concederia a autorização para a impressão.

Buscando as origens da F.T.D., atestamos que se trata de uma editora de origem religiosa católica¹², sua sigla representa as iniciais do Superior Geral da Congregação Católica Marista, o francês Frère Théophane Durand, o grande influenciador de publicação de obras didáticas nesta Ordem (Farias, 2010). Por

¹² Segundo Bittencourt (2014), a F.T.D. é a única editora católica que se dedicou ao setor didático.

isso, a nosso ver, essa censura, estendida a uma obra que não é destinada diretamente ao ensino religioso, materializa um discurso autoritário que se harmoniza com valores ideológicos da editora, que possivelmente trouxe implicações na seleção do repertório temático de suas antologias, mas essa é uma responsividade para outra tese, e mesmo um esboço de agenda de pesquisa.

Incorporamos esses exemplos nas nossas discussões com o intuito de atestar a força da Igreja, e mais precisamente de valores ideológicos da religião católica na esfera educacional no Império brasileiro e seus vestígios na Primeira República. Após essas discussões, voltemos a tratar acerca da construção da nacionalidade no reinol do Brasil.

O ato da independência do Brasil, em 1822, impulsionou a implementação política de um projeto de unificação e criação de uma identidade nacional para o país. A constituição dessa nacionalidade serviria também como medida para sufocar a instabilidade política do Império, motivada por constantes revoltas ocorridas no período Regencial (1831-1840). Assim:

Urgia construir a nacionalidade brasileira, para garantir a integridade do Império e preservar a ordem escravista. O objetivo seria tão mais fácil de alcançar quanto mais consciente estivesse a própria elite da comunhão de seus interesses, de suas aspirações e de suas tradições (NEVES e MACHADO, 1999, p. 258).

Se, ideologicamente, na Europa do século XVIII, a concepção moderna de nação consistia numa

[...] ideia nova e subversiva, que provoca a contestação da sociedade de ordem e de um poder monárquico que se vale do direito divino ou do direito de conquista. No contexto da grande revolução ideológica que começa, a nação é concebida como uma comunidade de nascimento, instituindo uma igualdade e uma fraternidade de princípios entre seus membros (THIESSE, 2002, p. 8).

No Brasil, esse ideário foi manipulado e controlado pelo interesse da Coroa portuguesa em acordo com os interesses da recente burguesia-escravocrata, cimentada no paternalismo e clientelismo. Por isso que também a segunda parte constitutiva da ideia de nação, em especial o princípio da

igualdade, foi silenciado no Brasil, mantendo, assim, o abismo entre ricos e pobres.

Thiesse (2002, p. 8) afirma que

O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo.

A criação da nacionalidade brasileira não fugiu à regra. No contexto do primeiro cinquentenário do século XIX, foram criadas instituições com essas finalidades, sendo as principais: o Arquivo Público (1838), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), além da produção de livros históricos, literários e escolares que configurariam a nação brasileira vinculada à nação portuguesa. A criação do Colégio de Pedro II também foi primordial nesse projeto, mesmo porque

A formação das identidades nacionais [...] não consiste unicamente na elaboração de novas referências coletivas: ela está acompanhada de um gigantesco trabalho pedagógico para que parcelas cada vez maiores da população as conheçam e nela se reconheçam (THIESSE, 2002, p. 8).

Esse foi um dos principais papéis dessa instituição. Por ela se propagaram valores de elementos culturais considerados comuns entre os seus membros, dentre esses valores a instituição de um signo ideológico (Volóchinov, 2017): a língua nacional uniforme, que no plano da identidade nacional

tem por função assegurar a totalidade da comunicação no seio da nação: quaisquer que sejam suas origens geográficas e sociais, todos os seus membros devem compreendê-la e empregá-la em todos os seus usos. Ela deve permitir a expressão de qualquer ideia, de qualquer realidade, desde as mais antigas até as mais modernas, desde as mais abstratas até as mais concretas (THIESSE, 2002, p. 11).

Na então recente nação brasileira oitocentista, esse idioma nacional foi a língua portuguesa, instituída como idioma oficial desde 1857. Na esfera educacional brasileira do século XIX, controlada pelo governo monárquico, impôs-se o ensino de uma de suas variantes como elemento cultural comum de

seus interlocutores: a língua literária nacional clássica conservada, em especial, no cânone lusitano. Essa concepção integrou os livros adotados na instituição, pelos quais estudavam os filhos da elite urbana. Dentre essas obras, estavam presentes as antologias escolares, que traziam elementos constitutivos para a formação da identidade nacional: uma língua de base literária, um passado e uma religião. Diante desse contexto nacionalista, “a língua se tornou um exercício mais deliberado de engenharia social na medida em que seu significado simbólico passou a prevalecer sobre seu uso real” (HOBBSAWM, 1998, p. 135).

Devemos considerar que, em grande parte, a atmosfera nacionalista foi patrocinada pelo punho monárquico português. O que significou a manutenção do monopólio político e cultural de Portugal sobre o Brasil, principalmente, na construção da nossa nacionalidade, em que as heranças culturais tinham como referência sua “antiga” metrópole. Essa atmosfera nacionalista luso-brasileira se estendeu por quase todo o século XIX, incluindo 1856, ano em que as antologias escolares passaram a integrar oficialmente a educação secundária. Por isso, em sua maioria, principalmente aquelas indicadas pelo governo até o final do Segundo Reinado, predomina a referência à língua nacional dos escritores do passado literário português do que dos autores brasileiros. Revelando o papel político-ideológico desse gênero escolar num contexto social imediato – a escola – e mais amplo – o Império, algo que divergirá de antologias literárias que circulavam fora das escolas, como trataremos mais adiante.

Nessa mesma época, os filhos da burguesia urbana após completar seus estudos secundários no Brasil eram direcionados aos estudos superiores fora do país, mais precisamente nas faculdades em Coimbra e Paris. Ao regressarem, esses passaram a constituir a “inteligência nacional, a elite literária” (CAIRO, 1995, p. 44). Assim, aos poucos, numa configuração social desigual e hierárquica, surgia uma camada intelectual crítica, movida por novos conhecimentos e ideias vistas lá fora, especialmente a contestação da construção da identidade nacional sob a tutela dos portugueses.

Essa parcela de intelectuais, em sua maioria escritores e críticos literários, estavam movidos pelo espírito de nacionalidade constitutivo do Romantismo literário, principalmente o francês. Consequência da convivência que um grupo de estudantes tivera em Paris, o qual, tendo contato com as ideias

francesas da época, as incorporaram ao projeto literário romântico e nacionalista do Brasil. Esse movimento, que durou quase meio século de 1836 a 1881, ecoou como uma “[...] tomada de consciência e de formação de um ponto de vista que identificava a literatura clássica à Colônia, e sentia a necessidade de uma nova literatura, inspirada em outros modelos para a nova nação” (CAIRO, 1995, p. 44). Assim, coube à esfera literária, especialmente ao movimento romântico, a construção da identidade nacional brasileira a partir da (re)construção da sua literatura.

Em sua *Formação da Literatura Brasileira*, Candido (2000) sistematiza três momentos decisivos para a história da literatura nacional: a primeira, chamada de “bosquejos”, cumpriu a função de realizar um esboço do passado literário; o segundo buscou reunir produções literárias antepassadas, tarefa que se concretizou sob forma de florilégios, parnasos e antologias; e o terceiro construiu compêndios de teoria literária, acompanhada de biografias literárias, essas ficaram conhecidas como *pateóns* ou galerias. Dessas três fases, muito similares às desenvolvidas na catalogação do passado literário grego no século IV a. C, focalizaremos um pouco mais na segunda, uma vez que nos ajuda a compreender a inserção da antologia escolar na mesma contemporaneidade em que são convocadas as antologias literárias.

Segundo Candido (2000, p. 311), “[...] a função das antologias do tempo, [...] não eram, como hoje, seleção de obras conhecidas, mas repositórios de inéditos e raridades, doutra maneira inacessíveis”. Nessa fase, destacam-se três obras: *Parnaso brasileiro* (1831), de Januário da Cunha Barbosa, cuja finalidade da obra era apresentar a genialidade dos brasileiros e de suas produções, de modo que servissem de modelo à mocidade; *Parnaso brasileiro* (1843), de Pereira da Silva, com o intuito de melhorar a obra antecedente, esse escritor buscou recolher não apenas autores de poesia, como também de diversos gêneros, chegando numa longevidade anterior ao século XVIII.

Por último, *Florilégio da poesia brasileira*, em três volumes (1851-1853), de Francisco Adolfo de Varnhagen. Obra que já estava sob a firmação essencialmente nacional, primeiro porque evitou o uso de “parnaso”, utilizado por Almeida Garret em Portugal, segundo pelo fato de que para ser incluída em seu *Florilégio* o escritor deveria ter nascido no Brasil e o tema de seu texto trazer discussões acerca do Brasil. A partir disso o autor “identificou como critério de

literatura brasileira o nacional, que se consagrou como elemento organizador do patrimônio literário” (CAIRO, 1995, p. 45).

Ao comparar as três obras, o autor da *Formação da Literatura Brasileira* verifica “[...] um progresso constante na seleção dos autores, na qualidade e quantidade de amostras escolhidas, revelando consciência crescente dos valores, e o esforço para construir o elenco básico, o *cânon* da nossa literatura” (CANDIDO, 2000, p. 311). Esse esforço de construir o cânon nacional literário continuou na segunda metade do século XIX, principalmente as décadas de sessenta e setenta. Assim sendo, podemos dizer que “as antologias foram responsáveis pela recuperação do acervo literário disperso ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX” (CAIRO, 1995, p. 45).

Nessa mesma contemporaneidade, encontraremos semelhantes recolhas de flores, ou de “acervo literário” na esfera educacional secundária. Contudo, numa contramão do que se produzia entre os intelectuais nacionalistas, os alunos tinham mais às mãos e aos olhos antologias escolares lusitanas, pois os autores citados eram portugueses de nacionalidade ou de ideologia. Mesmo porque, quando as antologias escolares foram oficialmente integradas ao ensino, em 1856, elas estavam sob a tutela do Imperial Colégio de Pedro II, que se tornou responsável por aprovar as obras a serem adotadas nessa instituição assim como nos exames de preparatórios, uma espécie de vestibular da época. A relação desse gênero com a referida instituição escolar controlada pela monarquia portuguesa nos leva a crer que as antologias escolares do Segundo Reinado, majoritariamente de cunho lusitano, de certo modo, tentavam impedir a ruptura do cordão umbilical entre a metrópole portuguesa e sua antiga colônia brasílica, ou entre mãe e filha.

Contudo, eis que às portas do novo século, em 1889, foi proclamada a República, que na sua primeira fase estendeu-se até 1930, período conhecido como Primeira República. Segundo Basbaum (1986), a história da República confunde-se com a do Império, pois ambas foram concentradas nas mãos de uma mesma classe social: a elite. Tendo sido representada, no Império, pela aristocracia rural e latifundiária; e na República, pelos fazendeiros de café. O historiador, ao tratar da proclamação da República, afirma:

Na disputa pelas vantagens do poder, venceu a mais nova, a mais agressiva, a mais rica: a dos fazendeiros de café [...] De fato, o povo, que praticamente não existia, não participou da luta pela República e menos ainda da implantação do novo regime (BASBAUM, 1986, p. 278).

Isso explica, em partes, porque o regime republicano não garantiu amplamente uma mobilidade social, senão para uma parcela restrita: a recente burguesia urbana surgida durante o Segundo Reinado, oriunda de uma aristocracia rural escravocrata. Ou seja, esse

Pretensão Estado-nação da Primeira República era de fato um Estado de poucos beneficiários. A nação era uma “abstração” inclusive mal definida num país que não possuía sequer uma carta geográfica completa e detalhada de seu território, compostas por frações em geral artificialmente ajustadas, herdeiras ainda em grande parte da dispersão colonial (SVECENKO, 2003, p. 262).

Tampouco resolveu a questão da desigualdade social, do racismo – mesmo porque após abolição da escravatura, os negros tornaram-se uma classe marginalizada –, muito menos estabeleceu a democracia. Ainda assim, historiadores (Basbaum 1986; Carone, 1976) consideram que nas primeiras décadas do novo regime, o Brasil passou por transformações, entre as quais se destacaram: economia; política, e sociedade.

Mesmo com o novo regime, o Brasil preservou um dos elementos da sua base socioeconômica: o grande latifúndio. Assim como o açúcar foi o alicerce do desenvolvimento econômico no Império, o café passava a ser o produto exportador que impulsionava a economia, a política e a sociedade da Primeira República. Ou seja, tudo gravita ao seu redor e dos cafeicultores, inclusive as transformações sociais.

Vislumbrados pelo acúmulo do capital, parte dos fazendeiros e suas famílias passaram a conviver mais nas cidades, inclusive seus filhos frequentavam mais as escolas urbanas do que as antigas escolas rurais. Outras parcelas da população rural também mudaram para a cidade, ocorrendo, assim, um acentuado crescimento demográfico urbano. Crescia igualmente a classe média, integrados por profissionais liberais como professores, médicos, funcionários públicos, bem como intelectuais e militares, seus filhos representavam os principais interlocutores da escola republicana. No âmbito da

política, surgiram partidos de base republicana, sendo o principal deles o Partido Republicano Paulista. De acordo com Basbaum (1986), na prática, esses partidos atendiam interesses próprios de cada região em que seus políticos circulavam.

Nesse contexto, emergiram e circularam alguns movimentos político-sociais e correntes de ideias, dentre os quais o Socialismo, Catolicismo, Modernismo e Nacionalismo. Desses, destacaremos o último, que representou uma ideologia muito influente na esfera da educação. No caso do Brasil essa ideologia circulou, sistematicamente, pela primeira vez em grande parte do século XIX, como já tratamos aqui. Voltando a se destacar no século XX, sendo que no período da Primeira República sua intensidade foi notória entre as décadas de dez e vinte.

De acordo com Svecenko (2003), nesse último período, o Brasil conviveu com um tipo peculiar de Nacionalismo, o defensivo militarista. Motivado pelo temor de invasões estrangeiras – sobretudo com o advento da Primeira Guerra Mundial – que poderiam derrubar a recente “autonomia” política do país, assim como pela necessidade que se tinha de “construir a nação e remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país” (SVECENKO, 2003, p. 103). O principal líder desse projeto foi Olavo Bilac, o “representante de uma pequena burguesia, de seus dramas e valores, sonhos e tropeços” (LAJOLO, 1982, p. 42), membro de uma elite intelectual “europeizada”, pois muitas de suas ideias são de fontes francesas, sendo a principal delas o movimento cultural da Belle Époque.

Bilac chegou a fundar, em 1916, juntamente com outros intelectuais, a Liga de Defesa Nacional, uma associação burguesa que consistia em disseminar valores patrióticos a toda sociedade brasileira. Seus objetivos principais: manter a ideia da integração e unidade nacional; defender o trabalho nacional, difundir a instrução militar; desenvolver o civismo, o culto do heroísmo; disseminar a escola popular e profissional; avivar o estudo da História do Brasil; promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras (Nagle, 1974). Para esse estudioso, a congregação estava sustentada em dois pilares: o militarismo e a instrução, representantes da ordem e da disciplina.

Por isso, no contexto histórico em questão,

As primeiras manifestações nacionalistas apareceram, de maneira mais sistemática e mais influenciadora, no campo da educação escolar, com a ampla divulgação de livros didáticos de conteúdo moral e cívico, ou melhor, de acentuada nota patriótica (NAGLE, 1974, p. 44).

E mais uma vez Bilac protagonizava a cena, haja vista foi o autor de livro didático mais influente nas escolas primárias, e suas obras as mais adotadas, dentre elas alguns livros de leitura, das quais Lajolo (1982), pesquisadora das obras desse autor, destaca: *Contos pátrios* (1904), *Poesias infantis* (1904), *Teatro infantil* (1905), *Através do Brasil* (1910). Nelas, o autor projetou, mais sistematicamente, ideais nacionalistas como: o culto à pátria, ao civismo, à moral, à história, à língua.

Essa conjuntura socioideológica, integrou um fenômeno que Nagle (1974, p. 95) considera como “entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico”. O qual a ampliação quantitativa da educação primária, numa sociedade com alto índice de analfabetismo (mais de 80%), e seu foco na instrução profissional representavam a elevação da nação, a civilização do povo, sua integração à sociedade e atendia a um interesse econômico: formar mão de obra qualificada para a recente República, que aos poucos tornava-se mais urbana que rural. Um ponto importante, que vinha se desdobrando desde parte do Segundo Reinado e se acentuou na Primeira República, dialoga com esse projeto, trata-se do firmamento do comércio livreiro, particularmente das publicações de livros escolares. Os quais tratavam de disseminar os valores ideológicos do discurso oficial¹³.

Quanto ao ensino secundário, espaço dos filhos da classe média, manteve-se protegido desse entusiasmo educacional e do otimismo pedagógico, principalmente nas primeiras décadas do novo regime. Nas palavras de Nagle (1974, p. 117): “A escola secundária tem, portanto, uma posição singular. Os padrões de ensino e cultura que transmitia não se alteraram, ainda que fossem motivo de amplas discussões”. Algumas mudanças só ocorreriam no final dos anos vinte quando defronta o caráter literário *versus* o caráter científico da instrução secundária. Vigorando o último, pois contemplava as demandas do

¹³ Discutiremos mais acerca do papel do comércio editorial nos séculos XIX e XX no capítulo II.

mundo contemporâneo e que colocava o Brasil no patamar de uma Nação progressista, à altura das demais.

Nessa atmosfera política e social da Primeira República, particularmente da preservada escola secundária, antologias escolares mantiveram-se como parte constitutiva do ensino, integrado ao projeto nacionalista e republicano. Mesmo porque através desse gênero, a escola garantiria tanto a preservação dos seus padrões culturais de ensino, de cunho clássico e literário, como a construção de uma identidade nacional via produção literária brasileira, que serviria como padrão linguístico para os alunos. Numa leitura dialógica, podemos dizer que esse aspecto atesta que, assim como todos os gêneros do discurso, as antologias não estavam alheias à vida, mas sim orientadas para ela, conforme defende Medviédev (2012)¹⁴. As obras continuaram sendo indicadas pela mesma instituição de ensino-modelo do Império, o Colégio Pedro II, que com a virada política tornou-se Ginásio Nacional. Contudo, as obras indicadas apresentavam cada vez mais excertos de autores brasileiros, sem desconsiderar a produção lusitana, ou seja, a renovação defrontava-se com a tradição.

Diante dessa compreensão, podemos observar que a permanência da produção e circulação do gênero antológico escolar passou a ser imprescindível na esfera educacional. Aspecto que reitera a força ideológica desse gênero em contexto de (re)construção identitária nacional, sua relação com a orientação na realidade na qual é produzida e circula, ou seja, com elementos dialógicos de produção, circulação e recepção.

Para compreendermos um pouco mais a respeito da constituição do ensino secundário no Segundo Reinado e na Primeira República, horizonte espaciotemporal imediato em que as antologias escolares investigadas nesta tese estiveram integradas, é preciso discutir acerca do Colégio de Pedro II, padrão de ensino da elite imperial e republicana. Com essa discussão, tópico da seção, rematamos o percurso do surgimento desse gênero e sua integração na educação secundária brasileira dos períodos históricos referidos.

¹⁴ Aprofundaremos mais essa discussão da orientação do gênero na realidade também no capítulo II.

1.4 Ensino secundário, ensino de português e antologias escolares sob a égide do Colégio Pedro II

A história do ensino secundário brasileiro, – que hoje compreende os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio (RAZZINI, 2014)¹⁵ – principalmente dos intentos de centralização e sistematização por parte dos governos, está vinculada à história do Colégio Pedro II, e esse integrado ao progresso nacional do Brasil. Segundo Silva (1959), só a partir do Decreto 2/12/1837¹⁶, que a expressão *ensino secundário* tem o curso como termo legal: “O Seminário de São Joaquim é convertido em Colégio de instrução secundária. Este Colégio é denominado Colégio D. Pedro II” (apud SILVA, 1959, p. 217).

Em sua origem, o colégio tinha a função de representar o modelo sistematizado de ensino secundário não só para o Rio de Janeiro, capital do Império, como também para todas as instituições de ensino, fossem elas públicas ou particulares, que precisariam seguir o seu modo operante. Mas, durante todo o Império só conseguiu ser um padrão ideal, porque na prática limitou-se a desempenhar o papel de preparador dos candidatos aos exames preparatórios¹⁷ (HAIDAR, 2008).

O Imperial Colégio de Pedro II, nome imponente, foi de certa maneira dedicado ao Augusto Real D. Pedro II, uma vez que ele o teria patrocinado (Schwarcz, 1999). Ao longo de sua história, a instituição apresentou várias denominações: Imperial Colégio de Pedro II (1838-1889), Instituto Nacional de Instrução Secundária (1889-1890), Ginásio Nacional (1890-1909), Internato Nacional Bernardo de Vasconcelos e Externato Nacional Pedro II (1909-1911), e Colégio Pedro II, de 1911 até o presente momento.

Essas denominações atribuídas à escola revelam significações ideológicas constitutivas da sua história: a primeira delas – Imperial Colégio de Pedro II (1838-1889) –, que prevaleceu durante o Império, traz a imponentia da instituição e a ilustração do regime de governo, aspecto concretizado através do

¹⁵ Esse mesmo ensino “conheceu formas heterogêneas: colégios, liceus, aulas isoladas, cursos preparatórios, exames parcelados nas instituições secundárias e superiores” (SCHUELER, 2015, 29).

¹⁶ O colégio foi fundando nessa data, mas suas atividades só começaram em 25 de março de 1838.

¹⁷ Podemos compreender que, atualmente, esses exames equivalem às provas de vestibulares e do ENEM. Contudo, levando em conta suas particularidades espaciotemporais, esses gêneros apresentam algumas dessemelhanças.

adjetivo qualificador “Imperial”; já na locução adjetiva “de Pedro II”, cujo valor semântico é o de posse, reforça-se a ideia de que a escola seja mesmo de posse do imperador português. Na segunda – Instituto Nacional de Instrução Secundária (1889-1890) –, já no contexto político da Primeira República, notamos, por um lado, o apagamento de todas as palavras alusivas a elementos ideológicos imperiais, materializados no enunciado, constitutivo do antigo nome; e por outro lado, a incorporação de um nome que sintetiza a ideologia patriótica, concretizada no adjetivo qualificador “Nacional”.

Esse mesmo adjetivo de valor semântico patriótico foi mantido na terceira e quarta nomenclaturas: Ginásio Nacional (1890-1909) e Internato Nacional Bernardo de Vasconcelos e Externato Nacional Pedro II (1909-1911). Ratificando a força e o caráter do nacionalismo político e ideológico, que, vinculado à contemporaneidade do início do século XX, visou o rompimento tanto com o antigo regime governamental quanto com a antiga metrópole, assim como sua inter-relação com a República. Contudo, na quarta denominação voltam à cena duas personalidades imperiais, “Bernardo de Vasconcellos”, ministro que inaugurou o colégio, e o próprio imperador “Pedro II”. Esse vínculo, que à primeira vista funciona como etiqueta social, acaba por assimilar e incorporar uma das formas de discurso autoritário, o discurso da tradição, que se perpetuou no quinto nome atribuído à escola a partir de 1911, “Colégio Pedro II”. Discurso integrado também na abertura da narrativa histórica acerca da instituição, presente no ambiente virtual do colégio, no qual lemos: “Fundado em 2 de dezembro de 1837, o Colégio Pedro II é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil.” (COLÉGIO PEDRO II, 2018).

Para Vechia (2005, p. 83), o colégio foi “fundado com a finalidade de educar a elite intelectual [masculina]¹⁸, econômica e religiosa” (VECHIA, 2005, p. 83) do Império, adolescentes entre 10 e 17 anos¹⁹. Essa homogeneidade social, econômica e de gênero dos seus interlocutores, implicou numa

¹⁸ Com raras exceções, como uma concessão de matrículas concedidas às filhas do médico Dr. Candido Barata Ribeiro, Cândida e Leonor Lopes Ribeiro, que foram matriculadas no externato da instituição em 1883, representando as primeiras alunas do colégio, a abertura de matrículas para mulheres só ocorreria expressivamente a partir dos anos de 1920. Cf. Escragnolle Dória (1997).

¹⁹ CUNHA JUNIOR (2008) revela que apesar de o regulamento exigir idades mínimas e máximas para a primeira matrícula no Colégio, 8 e 10 anos respectivamente, documentos referentes às matrículas de 1838 mostram que teriam sido matriculados alunos entre 9 e 18 anos.

hegemonia ideológica, atestada na composição discursiva das obras didáticas que circularam nas mãos desses alunos, a exemplo dos temas tratados nos excertos citados que compuseram as antologias escolares, os quais eram de interesse do público masculino. Desse modo, encontraremos na obra do período imperial temas de orientação religiosa e moral; e na obra da época republicana, identificaremos uma supremacia de temas de cunho histórico, social e político. Tal particularidade se harmoniza com a tese de Medviédev (2012) acerca da dupla orientação do gênero na realidade, no sentido de que a obra se orienta para seus interlocutores e para a esfera de circulação, e essa dupla articulação é constitutiva da obra, que, por sua vez, está tematicamente orientada para a vida.

O Colégio Pedro II também era considerado “padrão a ser seguido pelos congêneres em todo o país” (VECHIA, 2005, p. 83). Esse protótipo passou por inúmeras reformas em seus estatutos, reflexo da constante instabilidade política que se deu até o final da primeira metade do século XIX, assim, essas inúmeras reformas, também configuraram a tensão social do seu contexto dialógico, mas em um aspecto a referida instituição se manteve firme: a disseminação de uma língua portuguesa uniformizada. Nesse sentido, Faraco (2017, p. 154) defende que o Colégio Pedro II foi a “principal sede do processo de gramaticização do português do Brasil” do Império à República, pois o ensino de língua portuguesa estava pautado na assimilação da sua variante de prestígio, na língua da ascensão social. No Segundo Reinado, essa variante era representada pela língua do cânone português, a que denominamos a língua literária nacional clássica; e na Primeira República, a língua do cânone brasileiro, que designamos a língua literária nacional contemporânea.

O principal objetivo a ser cumprido pela instituição foi declarado no discurso de inauguração proferido pelo Ministro Bernardo Vasconcelos, em 1838, já os problemas que assolavam a educação ficaram nas entrelinhas, leiamos (apud HAIDAR, 2008, p. 98):

Manter e unicamente adotar os bons métodos; resistir a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono de felizes resultados; proscrever e fazer abortar todas as espertezas de especuladores astutos que ilaqueiam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis e rápidos progressos na educação de seus filhos; e repelir os charlatões

que aspiram à celebridade, inculcando princípios que a razão desconhece, e muitas vezes, assustada reprova.

O tom de crítica não agradou a todos e o discurso do Ministro Vasconcelos foi alvo de ataques, dentre eles se destacou o deputado Manuel do Nascimento, que acusou o regulamento lido por Vasconcelos, quando da inauguração, de “fradesco”, pois atendiam as necessidades de formar frades, além de ser um regulamento importado da Europa. Vasconcelos (1838 apud HAIDAR, 2008, p. 98-99) responde:

O discurso era meu, mas o regulamento é alheio; em quase todas as suas disposições é copiado dos regulamentos dos colégios da França, apenas modificado por homem que gozam da reputação de sábios, e entendem o que deve alterar-se nas disposições desses estatutos [...] Segundo tenho ouvido, ou tenho, lido, foi ele [o regulamento] concebido, ou restaurado por Napoleão Bonaparte, e o empenho desse legislador não era criar frades, mas criar militares.

Como a educação brasileira desconhecia uma sistematização desde a expulsão dos jesuítas, em 1759, então, para garantir a qualidade do sistema de ensino, foram elaborados os estatutos do colégio, todos baseados, e alguns copiados, dos estatutos franceses. Dessa forma, o modelo de ensino dos liceus franceses foi uma importante lupa ideológica na constituição do ensino secundário brasileiro. Para melhor compreendermos a contínua constituição do colégio, bem como das diretrizes para o ensino secundário e os deslocamentos por várias séries da disciplina de português, na qual as antologias escolares eram indicadas, passemos a apresentar os principais pontos de regulamentos, leis e decretos governamentais estabelecidos no Segundo Reinado e Primeira República.

A primeira medida adotada pelo governo como tessitura do sistema do novo colégio modelo e do ensino secundário em geral veio por meio do regulamento dessa instituição, em que ficou evidente a força da tradição do ensino clássico e seu caráter enciclopédico. Desse regulamento do Colégio Pedro II, em 1838, destacamos três pontos. Primeiro, a elevação dos estudos clássicos (Latim e Grego), inspirado nos ideais franceses, revelando o ideal de ensino beletриста da escola. Segundo, a instalação do ensino seriado e distribuição das disciplinas em oito séries, buscando estabelecer organicidade do ensino. Terceiro, titulação de bacharel em Letras ao aluno que concluísse

regularmente o curso, grau que lhes conferia o passaporte para cursar qualquer faculdade, reforçando o perfil beletrista do colégio e do ensino.

O caráter de estudos clássicos foi representado pelo Latim, presente em todas as séries e com média de carga horária superior a 3 horas por semana, seguida do Grego, inserido nos quatro últimos anos, 4º ao 7º, e média de carga horária de 2 horas. Outro ponto destacado trata-se da presença da disciplina Gramática Geral e Gramática Nacional, que só esteve presente no 1º ano do curso. Mesmo considerando que o ensino das línguas clássicas e das línguas modernas faziam referência à gramática da língua nacional, o vernáculo tinha pouco espaço.

Em 1854, é aprovado, através do Decreto 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, o regulamento para a reforma do ensino primário e ensino secundário do município da Corte, o qual dava as diretrizes para a organização da educação nesses dois ciclos do sistema de ensino. Esse decreto influenciaria muitas instituições que se inspiravam na principal instituição da capital imperial, a exemplos das matérias constitutivas de cada série e os livros aí adotados, os quais passariam a ser avaliados pelo próprio governo antes de serem adotados nessa escola. Assim, em 1856, o governo fixou um programa, contendo ementas das matérias, e indicava diretamente compêndios para os cursos do Pedro II, que, conforme já tratamos, trazia na sua lista três antologias escolares: A primeira seleta indicada *Bibilothea juvenil*, de autoria Antonio Maria Barker; As *Cartas selectas*, do padre Antonio Vieira; e *Poesias escolhidas*, do padre Caldas.

Não podemos perder de vista que nessa mesma contemporaneidade havia a efervescência do nacionalismo romântico na literatura, que proclamava a independência literária. Ao tratarmos acerca das fases de formação dessa literatura, vimos que a segunda fase, nos anos cinquenta, os autores elaboram florilégios para recuperar o passado literário constitutivo da nossa literatura, portanto, tratavam-se de antologias brasileiras. O que não aconteceu com as antologias escolares indicadas para o ensino no Pedro II quanto no ensino em todo o Império, uma vez que se tratavam de antologias de cunho lusitano.

Em 1870, o governo decretou que nenhum aluno teria matrícula admitida, no primeiro ano, se não comprovasse ter habilidade mínima de ler e escrever corretamente em português, bem como ter noções elementares de sua gramática, saber doutrina cristã, além das quatro operações aritméticas e

sistemas decimais. Nesse mesmo ano, era exigido do candidato a aprovação, no exame preparatório, do Português para todos os cursos superiores.

Em 1871, o governo criou uma cadeira de Gramática e Língua Nacional junto às faculdades de Direito de São Paulo e de Recife. Em 1876, extinguiu do Colégio Pedro II as matrículas avulsas e transferiu as disciplinas exigidas nos exames preparatórios para os dois últimos anos do ensino secundário, medida tomada para evitar que os alunos fizessem só os anos iniciais do curso. No mesmo ano, a presença da disciplina de língua portuguesa resume-se aos 1º, 2º, 5º e 7º anos, sendo Português para os dois primeiros, Retórica e Poética, para quinto, e Literatura Nacional, para o sétimo.

Em 1881, a nova reforma no ensino do Pedro II instituía o ensino de Português em todas as séries, do 1º ao 5º como Português, no 6º como Poética e Literatura Nacional, e no 7º Português e História Literária. Em 1886, o governo decretou que qualquer candidato a prestar os exames preparatórios deve antes apresentar o certificado de aprovação no exame de Português, ou seja, passa a ser precedente para realizar os outros exames.

A década em que o regime Imperial se despediria, simbolicamente, do cenário brasileiro e viria o regime Republicano, seria também, e não por acaso, que o estudo do vernáculo volta a tomar fôlego, por conta dos ideais patrióticos. Eis que se aproxima a República, com o dever de solucionar um problema que vinha se arrastando desde 1759, que era ajustar o ensino secundário, que chegou à República assim como se apresentou ao Império, uma pérola irregular. A República inicia-se, em 1889, com uma força tarefa política já esperada, que era apagar dos estabelecimentos públicos qualquer palavra que remetesse a valores imperiais. Assim, conforme tratamos em parágrafos anteriores, o Imperial Colégio de Pedro II tornou-se, entre 1889-1890, Instituto Nacional de Instrução Secundária, Ginásio Nacional, entre 1890-1909, e tornando-se, em definitivo Colégio Pedro II. Essa foi a maior mudança que o governo republicano conseguiu realizar no início da nova era, porque “o fervor ideológico, apresentado no campo da escolarização, no início da República, não só não durou muito tempo como não rendeu os frutos que dele se esperava” (NAGLE, 1974, p.191).

A primeira reforma republicana foi instituída através da Reforma do Ministro Benjamin Constant, em 1890. Nessa, decretam-se: extinção do

programa do Instituto Nacional de Instrução Secundária das disciplinas de Instrução Religiosa, Teodicéia e Moral Religiosa, tal medida era um intento de romper completamente com as influências de Portugal, pois desde a era colonial o ensino religioso era o maior símbolo de dominação; exclusão da cadeira de Retórica, Filosofia e História Literária, em seu lugar cria-se a cadeira de História da Literatura Nacional. A disciplina de Português torna-se cadeira própria no primeiro ano (RAZZINI, 2000).

Em 1892, o governo regulamentou a procedência da prova de português sobre as demais, assim deixando dependente os outros exames à sua aprovação. Em 1895, o governo indicou para o exame de Português os seguintes compêndios: *Antologia Nacional* de Fausto Barreto e Carlos de Laet, *Autores Contemporaneos* de João Ribeiro.

No ano de 1898, a Reforma do Ministro Amaro Cavalcanti, regulamentou o ensino secundário em curso propedêutico ou realista, com duração de seis anos, e curso clássico ou humanista, com duração de sete anos. O curso clássico contava as mesmas disciplinas do humanista com acréscimos de Latim, do 2º ao 7º, grego, 5º ao 7º, História da Literatura Geral e Nacional, História da Filosofia, ambas as disciplinas no 7º ano.

Em 1901, o governo promulgaria mais uma reforma, que ficou conhecida como Reforma de Epitácio Pessoa, na qual foi regulamentada a unificação do ensino secundário em seis anos. Em 1911 com a Reforma do Ministro Rivadavia Correia foram eliminadas as cadeiras de Lógica e Literatura, substituídas pela de Higiene e Instrução Cívica. A Reforma do Ministro Carlos Maximiliano chega quatro anos depois, em 1915, que reorganiza o secundário em cinco anos, elimina a cadeira de grego, acrescenta às de psicologia, lógica e história da filosofia. Já Reforma Lei Rocha Vaz, de 1925, foi a última antes do período Vargas. Nessa reestruturação, o curso secundário volta a ser de seis anos, foram introduzidas as cadeiras de Literatura Brasileira, de Literaturas das Línguas Latinas, de Sociologia, de Instrução Moral e Cívica, de Filosofia e História da Filosofia.

As reformas ocorridas durante o Segundo Reinado e a Primeira República revelam que a partir de 1870 o português foi adquirindo relevância no currículo do Colégio Pedro II. Cotejando os programas de ensino de Português e

Literatura, e conferindo a lista de antologias adotadas no Colégio Pedro II entre 1850 e 1930, chegamos à seguinte relação, apresentada na tabela 1.

Tabela 1 – Antologias escolares no Colégio Pedro II: 1850-1930

Ano	Série	Disciplina	Título	Autor
1856-1858	1º ano	Português	<i>Biblioteca juvenil</i>	Antonio Maria Barker
			<i>Cartas seletas</i>	Padre Antonio Vieira
			<i>Poesias escolhidas</i>	Padre Caldas
1860-1869	1º ano	Português	Iris Classico	José F. Castilho Barreto e Noronha
			<i>Poesias escolhidas</i>	Padre Caldas
1870	1º ano	Português	<i>Ornamentos da Memoria</i>	Padre José Ignacio Roquette
	2º e 3º anos	Português	<i>Seleta Portuguesa</i>	F.M. de Andrade
			<i>Poesias seletas</i>	Henrique Carlos Midosi
1877	1º ano	Português	<i>Seleta Nacional</i>	Francisco Julio Caldas Aulete
	2º ano	Português	<i>Aprende a lingua vernacula</i>	A. da Silva Tulio
			<i>Ornamentos da Memoria</i>	Padre José Ignacio Roquette
	5º ano	Retórica e Poética	<i>Seleta Nacional</i>	Francisco Julio Caldas Aulete
	7º ano	Literatura	<i>Poesias seletas</i>	Henrique Carlos Midosi
1881	1º ano	Português	<i>Literatura brasileira</i>	Melo Moraes Filho
	2º e 3º anos	Português	<i>Seleta Nacional</i>	Francisco Julio Caldas Aulete
	4º ano	Português	<i>Trechos seletos dos autores clássicos</i>	Felix Ferreira
			<i>Antologia Portuguesa</i>	Teófilo Braga
	5º ano	Português	<i>Antologia Portuguesa</i>	Teófilo Braga
1892	1º ano	Português	<i>Seleção literária</i>	Fausto Barreto e Vicente de Souza
	2º ano	Português	<i>Seleção literária</i>	Fausto Barreto e Vicente de Souza
			<i>Antologia Portuguesa</i>	Teófilo Braga
	3º e 4º anos	Português	<i>Seleção literária</i>	Fausto Barreto e Vicente de Souza
			<i>Seleção literária</i>	Fausto Barreto e Vicente de Souza
	5º ano	Português	<i>Estudinhos da lingua patria</i>	Silva Tulio
	1º e 2º anos	Português	<i>Antologia Nacional</i>	Fausto Barreto e Carlos de Laet
			Autores Contemporaneos	João Ribeiro

1895	3º ano	Português	<i>Antologia Nacional</i>	Fausto Barreto e Carlos de Laet
			<i>Autores Contemporaneos</i>	João Ribeiro
			<i>Antologia Portuguesa</i>	Teófilo Braga
1898	1º e 2º anos	Português	<i>Antologia Nacional</i>	Fausto Barreto e Carlos de Laet
			<i>Autores Contemporaneos</i>	João Ribeiro
	3º e 4º anos	Português	<i>Antologia Nacional</i>	Fausto Barreto e Carlos de Laet
			<i>Seleção Nacional</i>	Francisco Julio Caldas Aulete
	5º e 6º anos	Português	<i>Antologia Nacional</i>	Fausto Barreto e C. de Laet
			<i>Antologia Portuguesa</i>	Teófilo Braga
1912	1º-4º anos	Português	<i>Antologia Nacional</i>	Fausto Barreto e Carlos de Laet
1916	1º-3º anos	Português	<i>Antologia Nacional</i>	Fausto Barreto e Carlos de Laet
1926-1929	1º-3º anos	Português	<i>Antologia Nacional</i>	Fausto Barreto e Carlos de Laet

Fonte: Razzini (2000).

As informações da tabela atestam o avanço do português no currículo da escola, que, concentrado apenas no 1º ano entre 1850 e 1860, foi sendo distribuído em outras séries entre 1870 e 1890, período de intensificação da afirmação da identidade nacional brasileira e encaminhamento da República. Nesse contexto, a partir de 1856, tivemos a integração sistemática de antologias nas aulas de português. A leitura dos títulos mostra que por mais de duas décadas, 1856 até 1880, as obras foram exclusivamente antologias portuguesas, indicando que o pilar da língua nacional no ensino secundário no Império era de base literária portuguesa.

O primeiro título de autoria brasileira só seria indicado no final do Segundo Reinado, em 1881, com a obra *Literatura Brasileira*, de Melo Moraes Filho, que, por sua vez, foi acompanhada por uma obra portuguesa a *Antologia Nacional*, de Caldas Aulete. Desde então, professores e alunos tinham às mãos nas aulas de português pelo menos uma antologia de nacionalidade brasileira, demonstrando que no ensino secundário da Primeira República a base da língua nacional era literária brasileira.

Assim, no contexto da Primeira República, constatamos um avanço no número de títulos de obras nacionais (*Seleção Literária*, *Antologia Nacional* e *Autores Contemporaneos*), as quais são de autoria de professores da própria

instituição de ensino, o Colégio Pedro II (Fausto Barreto, Vicente de Souza, Carlos de Laet e João Ribeiro). Um exemplo desse aumento é que no programa de 1895 vimos indicadas, no 1º ano, duas obras de dois desses docentes: *Antologia Nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, e *Autores Contemporaneos*, de João Ribeiro.

A relação mostra ainda uma certa estabilidade na seleção das obras adotadas, no sentido de que não houve uma grande variedade de títulos, refletindo o caráter conservador da instituição. Outro aspecto, até 1895, identificamos apenas em obras portuguesas o uso dos termos “antologia” e “nacional”, outra evidência de que a nacionalidade do vernáculo era de predomínio português, configuração que mudaria com a incorporação da *Antologia Nacional*, obra que permaneceu nas aulas do Colégio Pedro II e de outras instituições durante toda a Primeira República.

Considerações parciais: rastros do discurso do outro

Após o percurso dialógico empreendido nas seções anteriores, apresentamos uma síntese dos contextos dialógicos em que as antologias escolares circularam e suas orientações ideológicas, nas quais o discurso do outro se destaca. A figura 1 sintetiza essa trajetória, da sua origem até sua chegada ao contexto brasileiro. Certamente, essa rota não anula os outros possíveis espaços que as antologias escolares circularam.

Fig. 1 – Percurso spatiotemporal das antologias escolares

Fonte: elaborada pelo autor.

Compreendendo que as esferas de atividades humanas criam seus tipos relativamente estáveis de enunciados (Bakhtin, 2016a), vimos que a origem das antologias escolares está correlacionada à esfera da educação formal, em especial, as aulas de língua materna. Esse campo de atividade humana dialoga com seu horizonte cultural mais amplo, a Grécia Antiga do século IV a. C., cujas

duas das maiores características foram a expansão do território de domínio grego e o apogeu da educação. Esses dois elementos juntos propunham a assimilação da cultura grega em todo seu território de domínio, assim, em um dos estágios do aprendizado da leitura e da escrita usavam-se trechos de textos literários de autores consagrados, sobretudo de Homero, que para os gregos era uma divindade e exemplo de cultura clássica grega, ou seja, era representante da longa tradição grega.

O modelo de educação grega foi assimilado pelos romanos, por essa razão, estudiosos apontaram a presença do gênero antológico na escola da Roma do século XII, o que indica que sobreviveu na cultura ocidental. Nesse território os autores eram privilegiadamente latinos. Igualmente latinos eram os trechos de textos e autores de antologias escolares utilizadas na escola portuguesa do século XVI, que estavam a cargo da Companhia de Jesus. Como essa companhia tinha um currículo, o qual deveria ser seguido à risca em qualquer lugar onde o sistema de ensino fosse implantado, então, entendemos que obras desse gênero estiveram presentes nos territórios por onde esses missionários educaram.

Um desses territórios foi o Brasil, onde o sistema jesuítico durou mais de duzentos anos, entre 1549 a 1759. Segundo Pfromm et al. (1972), em uma lista de livros vindos de Portugal no século XVIII, encontraram-se algumas antologias escolares, indicativo de seu uso por aqui. Todavia o apogeu de obras desse gênero seria a segunda metade do século XIX, no Império, quando o governo começaria a indicar antologias escolares para uso nas aulas de língua portuguesa, e grande parte do século XX, na República.

Assim, nos períodos históricos estudados, nos quais a escola assimilou manifestações de nacionalidades invocadas em cada período, a língua portuguesa tornou-se um signo ideológico de excelência da esfera da educação secundária. Isso porque representava o principal elemento de constituição de uma identidade nacional. Ao lado disso, vimos também a inserção perene e progressiva do gênero antológico escolar, produto ideológico, que, desde a Antiguidade, revelou sua importância ideológica nas aulas de língua materna, com a finalidade de construir e estabelecer para seus interlocutores uma identidade linguística, literária, cultural e nacional, cuja referência é, de ponta a

ponta, o discurso do outro, sua assimilação, como trataremos nos próximos capítulos.

Essas particularidades revelam a força que o discurso do outro, como mostram Bakhtin (2013 e 2015) e Volóchinov (2017), representa em diferentes esferas ideológicas. Também mostra que a circulação das antologias escolares em diferentes temporalidades dialoga diretamente com sua orientação na realidade, isto é, orienta-se para seus interlocutores e suas esferas de circulação, por meio do conteúdo temático. Questões que discutiremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

ORIENTAÇÕES NA REALIDADE DAS ANTOLOGIAS ESCOLARES: PESQUISAS, ABORDAGEM TEÓRICA, ESFERA DE PRODUÇÃO

Neste capítulo, nosso objetivo é tratar das diferentes orientações na realidade das antologias escolares do ensino secundário. Primeiro buscamos compreender quais as pesquisas e os pesquisadores se apropriaram desse gênero escolar como objeto de estudo, quais abordagens encontramos nessas investigações e as produções consequentes desses trabalhos. Assim, identificamos quais contexto e repertório científicos encontramos quando o objeto de estudo são as antologias escolares da escola secundária, de modo que enxerguemos a contribuição desta tese para os estudos até então realizados.

Em seguida, tratamos do conceito de gêneros do discurso, a partir da abordagem teórica de Bakhtin e o Círculo, principalmente sob a perspectiva de Medeviédev (2012) e a questão da dupla orientação na realidade, enfatizando os elementos integrantes dessa dupla articulação, interlocutor e conteúdo temático, nas antologias escolares. Posteriormente, discutimos acerca do conceito de discurso do outro (Volóchinov, 2017 e Bakhtin, 2015) e seus desdobramentos (formas de citação do discurso alheio: estilo linear e estilo pictórico; molduragem discursiva; discurso autoritário) relacionando-os às antologias escolares, tanto no que tange à sua constituição interior, os enunciados internos da obra, quanto à sua constituição exterior, enunciados dos gêneros da emoldura.

E, por último, discutimos acerca do contexto histórico da esfera de produções de livros e de antologias escolares no Segundo Reinado e na Primeira República, no qual destacamos o desenvolvimento do mercado livreiro com foco na trajetória das principais editoras da época, especialmente a E. & H. Lammaert e a Livraria Francisco Alves, editoras das antologias escolares analisadas na nossa pesquisa, destacando a relação entre os principais personagens dessa história constitutiva das edições didáticas e das antologias escolares: os

livreiros-editores e Estado. Assim, compreendemos o contexto de produção e circulação em que as antologias escolares estiveram imersas, portanto, chegando ao nível da dupla orientação desse gênero na realidade, quando se trata do eixo de sua produção.

2.1 Antologias escolares no contexto científico brasileiro: diálogo com as pesquisas

Trataremos nesta seção sobre as pesquisas, desenvolvidas em dissertações e teses, cujo objeto foram as antologias escolares do ensino secundário. Assim, Podemos começar dizendo que já há algum tempo, por volta das últimas décadas do século passado, obras didáticas, especialmente as voltadas para o ensino de língua portuguesa, vêm despertando a atenção de estudiosos brasileiros como Magda Soares (UFMG), Antonio Gomes Batista (UFMG), Maria José Coracini (UNICAMP), Circe Bittencourt (USP), Roxane Rojo (UNICAMP), Maria Inês Batista Campos (USP), Beth Marschuschi (UFPE), Kazumi Munakata (PUC-SP), Clécio Bunzen (UFPE), Marcia Razzini, entre outros.

Quando à especificidade das pesquisas se volta para análise interna dos livros escolares do Segundo Reinado e da Primeira República, sobretudo aqueles voltados para a leitura, há duas constatações: a primeira a de que há um significativo número de pesquisas, de contribuições valiosas, maiormente nos programas *stricto sensu* da área da Educação, concentradas em obras direcionadas ao ensino primário a exemplo das cartilhas e as séries graduadas, como ficaram conhecidos alguns desses livros de leitura; a segunda aponta que quando se tratam de compêndios literários dirigidos ao ensino secundário, ou seja, de antologias, seletas, florilégios e crestomatias, temos ainda um repertório tímido de pesquisas, igualmente valiosas, sendo essas desenvolvidas nos programas de Letras e Linguística.

Nosso foco é esse segundo grupo de livros, por essa razão, entendemos a necessidade de localizar, assim como recuperar quais foram os estudos desenvolvidos, que pesquisadores estão envolvidos, suas abordagens teóricas, os resultados alcançados e respectivas produções.

O caminho pelo qual optamos para realização desse levantamento foi pesquisar no Banco de Teses & Dissertações da CAPES, que agrega informações de teses e dissertações, isto é, pesquisas, defendidas em todos os programas de pós-graduação no país, de diferentes áreas e instituições. Assim, conseguimos expandir nossas buscas, uma vez que procuramos averiguar, pela plataforma Lattes, as outras produções desses pesquisadores, orientações realizadas por ambos, grupos de pesquisas, eventos, participações em bancas de qualificações e defesas, produções bibliográficas, enfim, interlocuções, interlocutores e produtos acerca do objeto.

Finalmente, esclarecemos que nossa busca se concentrou nos trabalhos que tiveram diretamente antologias escolares dos séculos XIX e XX, dirigidas ao ensino secundário, como objeto de estudo, foco das nossas investigações. Nessa base de dados, expandimos a pesquisa a partir da busca por outros nomes que também se configuram como antologias escolares: florilégios, crestomatias e seletas.

Vale destacar que encontramos discussões a respeito das antologias escolares, voltadas para o ensino secundário brasileiro, em textos de pesquisadores brasileiros como Batista (2000), Bittencourt (2004), Buzen (2005), Buzen e Rojo (2008), Fiorin (1999), Lajolo e Zilberman (1991 e 1998), Pfrom et al. (1972), Rojo (2008), Soares (1998, 2001 e 2004) e Zilberman (1996). Nesses trabalhos, as discussões giram em torno do gênero escolar que era utilizado nas aulas de português; da sua composição por gêneros literários e autores consagrados, representando a longa tradição no estudo da língua portuguesa; e da ausência de atividades, indicativo da relativa liberdade que o professor tinha na condução das aulas.

Notamos que em todos esses trabalhos, a *Antologia Nacional* (1895), de Fausto Barreto e Carlos de Laet, é o exemplo de antologia escolar mais constante, uma vez que o compêndio circulou durante décadas nas escolas. Contudo, quando da abordagem da obra, a maioria dos autores refere-se às pesquisas de mestrado e de doutorado desenvolvidas por Razzini (1992 e 2000), a qual tem a obra *Antologia Nacional* como principal objeto de seus estudos, como discutiremos a seguir.

Nesse sentido, dentre os trabalhos desenvolvidos a níveis de mestrado e doutorado, dois se tornaram referências quando tratamos do tema em questão.

O primeiro refere-se à dissertação de mestrado defendida em 1992, “*Antologia Nacional* (1895-1969): museu literário ou doutrina?”, o segundo uma tese de doutorado defendida em 2000, “O espelho da nação: *Antologia Nacional* e o ensino de Português e Literatura (1838-1971)”. Ambos os trabalhos foram desenvolvidos no Programa de Pós-graduação de Teoria Literária no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, pela pesquisadora Razzini.

Todos os trabalhos aqui listados em algum momento citam a autora das pesquisas supracitadas. Assim como outros que tratam sobre o ensino de português na escola secundária dos séculos XIX e XX, livros escolares dessa época, livros de leitura, entre outros, trazem a voz da autora como forma de interlocução e constituição dos seus trabalhos.

Na base de dados do banco de Dissertações e Teses da UNICAMP é possível constatar a recorrência de visitas e downloads. Desde 2008, época do cadastro dos trabalhos no site, até o final de 2016, a dissertação obteve 2.419 acessos e foi baixada 140 vezes, a tese alcançou 6.790 consultas e 691 downloads. Tal fato comprova a relevância dessas produções e de seus enunciados como principais interlocutores com outros pesquisadores.

Tanto na dissertação como na tese o objeto central de investigação de Razzini foi a *Antologia Nacional*, um compêndio literário voltado ao ensino secundário entre final do século XIX, precisamente 1895, e parte do século XX, em específico o ano de 1969. Portanto, uma obra do Brasil República.

Segundo a autora, sua dissertação trata-se de um trabalho ligado ao resgate histórico, por isso teve como objetivo central:

[...] traçar o percurso histórico da **Antologia Nacional**, tecendo comparações internas, entre suas edições, e externas com obras anteriores; examinando o fenômeno de sua longevidade, assim como seu declínio; destacando-lhe os pontos de convergência com o ensino, com a literatura e com a produção cultural brasileira (RAZZINI, 1992, p. 06, negritos da autora).

Para alcançar esses objetivos a autora realizou alguns movimentos analíticos, dos quais destacamos três. No primeiro, apresenta a obra a partir da descrição das editoras responsáveis pelas publicações das quarenta e três edições. Destaca sua progressiva adoção nas escolas, principalmente aquelas que gozavam de prestígio na época como o Colégio Pedro II, o Ginásio

Nacional²⁰ e a Escola Normal. Discute alguns enunciados verbais da folha de rosto, focalizando naqueles em que revelam dados acerca da composição da obra: sua origem, produzida a partir de outra seleta, a *Seleção Literária*; seus autores; o título; a inversão da ordem cronológica em que os autores dos excertos foram apresentados; as epígrafes; introdução gramatical que iniciou a obra e os resumos bio-bibliográficos.

No segundo, faz uma comparação interna entre as obras, com o objetivo de identificar o que permaneceu e o que foi alterado nas inúmeras edições da obra, portanto, na sua grande temporalidade. Assim, percebeu que alguns autores foram sendo substituídos por outros, sobretudo, autores representativos da nossa literatura e que já possuíam uma das exigências para serem inseridos na obra, estarem mortos. Outro ponto de destaque nessa comparação foi um certo equilíbrio entre autores portugueses e brasileiros.

O terceiro movimento que destacamos trata-se da comparação externa da *Antologia Nacional* com outras obras, em especial as didáticas. Nesse caminho, Razzini compara o referido compêndio a outro *Curso elementar de literatura nacional*, do Conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, para a autora as obras se aproximam em dois pontos: i) separação de autores portugueses e brasileiros; e ii) a adjetivação do “nacional” que compreende Brasil e Portugal. Quanto à *Seleção Literária*, de Fausto Barreto e Vicente de Souza, os autores da *Antologia Nacional* apontam que essa é resultado da fundição daquela. E como é de se esperar alguns elementos composicionais permaneceram como a separação da obra em prosa e poesia, alguns autores e a predominância de autores portugueses.

O resultado da pesquisa apontou para algumas transformações na obra em sua longevidade como mudança de editora, acréscimos de autores contemporâneos, em especial brasileiros e a permanência de alguns autores e excertos já inseridos na *Seleção Literária*, obra de origem. Para Razzini, a *Antologia Nacional* representou um papel importante no projeto de nacionalização, ancorados na incorporação dos programas do Colégio Pedro II, esse compêndio precisa ser encarado como “um objeto culturalmente relevante ao longo de sua existência” (RAZZINI, 1992, p. 117).

²⁰ Lembramos que o Ginásio Nacional trata-se foi um dos nomes temporários do Colégio Pedro II logo após a proclamação da República.

Na tese a *Antologia Nacional* como objeto de pesquisa, mantém-se a perspectiva de resgate histórico, entretanto, a pesquisadora convoca outros fios dialógicos para construção de sentido da obra. Nesta pesquisa, foi traçado como objetivo a compreensão da *Antologia Nacional*, em toda sua história editorial, a partir do histórico do ensino de Português e Literatura na escola secundária brasileira, para isso foram tomados como referências o programa de ensino do Colégio Pedro II e a legislação vigente (Razzini, 2000). A pesquisadora realizou um estudo cronológico desses documentos que remontam o ano de 1838, ano do primeiro programa de estudos do Colégio Pedro II e início do sistema de ensino secundário no Brasil, até 1871, ano da Lei de Diretrizes e Bases 5.692, que concentrou o foco do ensino de língua portuguesa para a comunicação e expressão. Assim, no lugar da exclusividade de excertos de textos literários, passou-se a diversidades de textos de outras esferas, com isso as antologias escolares, dentre elas a *Antologia Nacional*, entraram em declínio na sua principal esfera de circulação: educação secundária brasileira.

Esse movimento analítico permitiu a compreensão do contexto social e histórico tanto do sistema de ensino secundário, quanto do lugar da disciplina de Português e Literatura ao longo do período analisado, assim como do contexto dialógico de convocação, adoção e longevidade da *Antologia Nacional*.

Nesse histórico, foi verificado que o ensino do vernáculo, desde os primeiros programas do Colégio Pedro II, era subjugado aos estudos do clássico, com foco no Latim, fato que mudaria em 1870 com ascensão do ensino de Português e Literatura, após sua inserção nos Exames de Preparatórios. Quanto à *Antologia Nacional*, essa nasceu no contexto republicano, o qual aspirava por nacionalismo, nesse sentido, podemos dizer que a referida obra cumpria o papel de representar essa nacionalidade, pois era indicada diretamente no programa do Colégio Pedro II.

Entretanto, ressaltamos que esse nacionalismo foi acontecendo ao logo das edições, pois, como já apontava a dissertação da pesquisadora, o nacional agregava autores brasileiros e portugueses. Não podemos perder de vista que os programas e legislações vigentes no período das edições da obra também atravessaram sua constituição, ou ainda apontava para uma excelência e prestígio, pois era adotada em colégios de referências, como discutido na dissertação.

Além dessa relação entre obra, programas e leis vigentes, Razzini aprofunda a análise do interior da obra, comparando-a com outras (*Iris Classico*, *Seleta Nacional* e *Seleção Literária*) para verificar excertos e autores que se repetem, a distribuição de autores, a nacionalidade, os gêneros mais presentes e quais épocas. Também analisou como cada século, entre XIX ao XVI, foi representado tomando como parâmetros os autores e os excertos, realizando assim uma morfologia da obra. Nesse estudo, chama-nos a atenção o papel da *Antologia Nacional* como o bom modelo não só literário, mas também linguístico. Fato que também pode se estender a outras obras às quais a autora comparou o compêndio.

Como sabemos, uma pesquisa nunca acaba, ela sempre remete a um futuro do diálogo. Assim sendo, destacamos a continuidade do exercício de pesquisa da autora tanto com a própria *Antologia Nacional* como em outras obras. Desde o término da sua pesquisa no mestrado até o final de 2016 artigos foram publicados em periódicos Razzini (1994, 1995, 1997, 2002, 2007 e 2010), assim como capítulos de livros (2004, 2005, 2010, 2014 e 2016), participações em eventos com apresentações de trabalhos e publicações em anais. Essa breve descrição da pesquisa, sua abordagem e produções consequentes delas nos permitem identificar as abordagens realizadas quando se tratamos de antologias escolares.

A dissertação intitulada *O ensino de Língua Portuguesa e leitura na República Velha: aliados da cultura brasileira ou representantes da nação?* foi desenvolvida por Restaino, em 2005, no Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP. Os dados quantitativos de acessos e downloads do trabalho não são fornecidos pelo banco de dissertações e teses da universidade, por essa razão, não tratamos desse tópico.

Situada no interior da História da Ideias Linguísticas, a estudiosa buscou na sua pesquisa de mestrado “[...] compreender como se realizou o ingresso do estudo do vernáculo e de leitura na educação brasileira e sua ligação com a cultura nacional” (RESTAINO, 2005b, p. 10). Para isso, também buscou os programas do Colégio Pedro II como ponto de partida para as análises comparativas com três obras didáticas da época: *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881), *História da Literatura Brasileira* (1888) de Sílvio Romero e a *Antologia Nacional* (1895) de Fausto Barreto e Carlos de Laet. Essa comparação

triádica tinha como objetivo levá-la “[...] conhecer e interpretar os caminhos seguidos pelo ensino de Língua Portuguesa e leitura, suas dificuldades e seu relacionamento com a cultura brasileira” (RESTAINO, 2005b, p. 06).

A pesquisadora segue o caminho: construção de um paradigma dos estudos de sua filiação teórica, a História das Ideias Linguísticas, que tem uma ligação com a Linguística e a História, cujo objetivo é descrever e explicar como o saber linguístico se constitui e se propaga ao longo do tempo, por isso, enfatiza seu caráter transdisciplinar; discussão do contexto histórico, social, político, econômico e cultural da República Velha²¹, destacando o papel da elite burguesa na construção político-cultural da República e do nacionalismo; estudo acerca do Colégio Pedro II, a partir de seus programas e regulamentos, permitindo a localização da inserção da leitura e recitação na cadeira de Português, como também os livros adotados e a confirmação do caráter clássico, propedêutico e elitista do colégio, modelo de ensino na época, ou seja, um perfil nacional; chegando a análise dos três compêndios.

No primeiro, a *Antologia Nacional*, a análise da pesquisa encontra semelhanças dialógicas, também indicadas por Razzini (1992 e 2000) nos dois trabalhos já descritos, como a origem da obra refundida da *Seleção literária*, ordem cronológica inversa e sua longevidade. Destacaria nessa parte, a exploração dos dados referentes aos autores da obra, como suas filiações políticas e demais redes de sociabilidade, que nos ajudam na compreensão da constituição do compêndio.

No segundo passo, o estudo se volta para a *História da Literatura Brasileira*, livro de cunho mais polêmico e republicano, coerente com as convicções de seu autor, Sílvio Romero, um crítico das relações da metrópole e sua antiga colônia, além de questões das raízes culturais brasileiras, questões locais como a mestiçagem, o abismo social, etc. Esse posicionamento do crítico literário atravessa o seu livro e o autor realiza um mergulho nas raízes históricas e etnográficas constitutivas da sociedade brasileira, o fato é que Romero apontou para o caráter imitador da cultura elitista brasileira.

Na terceira etapa, Restaino discutiu os pontos da *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro. A gramática é diferente das anteriores, apresenta um caráter

²¹ Mantivemos a nomenclatura, referente ao período histórico, conforme utilizada pela pesquisadora.

mais científico e de modelo mais germânico, ou seja, constituiu-se de um perfil evolucionista do estudo da língua, muito forte na época. O autor realizou um estudo da gramatização do português no Brasil, descrevendo seus usos.

Como resultado da investigação, a pesquisadora constatou pequenos, mas significativos, movimentos de mudanças nas abordagens das obras de Sílvio Romero e de Júlio Ribeiro e certa estabilidade convencional no compêndio de Fausto Barreto e Carlos de Laet, ou seja, no projeto da República Velha havia resistência a mudanças.

Quanto às produções posteriores a essa pesquisa, não foi possível identificá-las, pois a última atualização do currículo lattes da autora foi realizada em meados de 2004, antes da finalização de sua pesquisa, ocorrida em 2005.

Por fim, encontramos a tese de doutorado *João Köpke e a escola republicana: criador de leitura, escritor da modernidade*, desenvolvida por Panizzolo, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da PUC-SP. O título já nos indica que a pesquisa não teve como foco as antologias escolares, mas sim o autor de uma delas, João Köpke, constatação que se confirma na passagem em que a autora caracteriza sua pesquisa: “este é um estudo historiográfico da trajetória intelectual e profissional de João Köpke” (PANIZZOLO, 2006, p. 08). Uma das etapas dessa pesquisa foi a análise de cartilhas e de livros de leituras, produzidos pelo autor e adotados na escola primária e secundária da Primeira República, sendo essa a razão pela qual consideramos que a pesquisa tratou do tema dos compêndios literários do ensino secundário.

Focando no segundo conjunto da produção de Köpke, a autora analisou o projeto köpkeniano para seus livros de leituras graduadas, constituídos por cinco volumes: “Primeiro livro de leituras morais e instrutivas”, “Segundo livro de leituras morais e instrutivas”, “Terceiro livro de leituras morais e instrutivas”, “Quarto livro de leituras” e “Florilégio contemporâneo”. Nos três primeiros volumes, constatou um perfil de leituras voltadas a formação moral da criança, segundo a pesquisadora:

Esses livros de leitura, constituídos por textos moralizantes, relatos edificantes e também historietas sobre a vida cotidiana das crianças, tanto em prosa quanto em versos, buscavam conciliar dois propósitos: instruir e educar (PANIZZOLO, 2006, p. 210).

Enquanto que nos dois últimos, quarto e quinto volumes, a ênfase era na disseminação dos valores relacionados à pátria, assim como o amor à literatura e à língua nacional, tudo isso alicerçado na construção de um projeto republicano. Panizzolo esclarece:

Para implementar esse projeto cultural, João Köpke selecionou cuidadosamente trechos de autores portugueses e brasileiros, que expressavam ideias e sentimentos acerca da Nação, do Estado e do trabalho. Assim, através da 'boa literatura', ao mesmo tempo em que o autor enaltecia os valores contidos na República, convencia seus leitores de qual era o melhor caminho para a sociedade brasileira (PANIZZOLO, 2006, p. 211).

Vale destacar um pouco a estrutura dessas duas obras analisadas na investigação. Os livros foram organizados em lições, cada lição apresentou três ou quatro excertos, seus trechos eram mais extensos porque serviriam para o exercício de resumos, esclarecimento destacado pelo próprio autor no prefácio do quarto volume.

Após as análises das obras, a autora concluiu de que suas produções representaram o posicionamento republicano e positivista do autor. Cada trecho selecionado, seja de prosa ou poesia, estava de acordo com os princípios progressistas de Köpke, que aspirava a transformação do homem em cidadão republicano.

No que tange a produção científica da autora, atualmente professora na área de Educação na UNIFESP, e que dizem respeito aos livros de leituras, essa se concentra naqueles que circularam na educação primária. O que se pode constatar nos artigos publicados Panizzolo (2010²², 2012 e 2014), além de participações em eventos com apresentação de trabalhos sobre o tema, orientações de pesquisas no programa de Educação a nível de mestrado e coordenação de dois projeto de pesquisas: Cartilhas e livros de leitura: ideários e práticas na configuração da primário em São Paulo – séculos XIX e XX (2008-2008) e A arte de civilizar: um estudo dos livros para a leitura para a escola paulista – 1870-1950 (2014 – Atual).

A partir das dissertações e teses que elencamos e discutimos, em linhas gerais, constatamos: i) as pesquisas desenvolvidas integram três diferentes

²² Neste trabalho, Panizzolo é coautora, sendo a primeira autora Warde.

eixos teóricos: aquelas realizadas por Razzini (1992 e 2000) concentram-se na Teoria Literária, a investigação desenvolvida por Restaino (2005) ancora-se na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, e Panizzolo (2006) focalizou-se no ponto de vista da História da Educação; ii) todas trouxeram contribuições valiosas e originais para o repertório de pesquisa brasileiro, em Razzini não podemos deixar de registrar o marco que se tornaram suas pesquisas que são de referências para todo pesquisador que busca estudar as antologias escolares, já em Restaino a abordagem historiográfica linguística empreendida no trabalho ratifica o quanto de ideias linguísticas contemporâneas constitui uma antologia escolar e Panizzolo o quanto uma obra representa o posicionamento axiológico do seu autor.

Nesta tese, encaramos as antologias escolares como gêneros do discurso, ou seja, enunciados concretos produzidos por sujeitos socialmente organizados e historicamente situados. Nessa perspectiva dialógica, em que a linguagem é vista a partir de uma concepção histórica e social, evidencia-se a inter-relação dos discursos constitutivos dos gêneros com seus interlocutores e as esferas ideológicas que os orientam. Nesse sentido, visamos investigar: a construção do projeto didático de antologias escolares do Império brasileiro e da Primeira República. Com isso, buscamos contribuir, juntamente com as pesquisas realizadas, para a compreensão da construção de obras didáticas constitutivas da escola brasileira.

2.2 Gêneros do discurso e a dupla articulação na realidade: uma abordagem dialógica para as antologias escolares

Trataremos nesta seção acerca da abordagem teórica dos gêneros do discurso em Bakhtin e o Círculo, a partir da qual desenvolvemos nosso estudo acerca das antologias escolares, tendo as discussões acerca da dupla orientação do gênero na realidade (Medviédev, 2012) nosso principal foco.

Os estudos das obras do Círculo permitem-nos entender que a abordagem dialógica para os gêneros do discurso não se tratou de uma reflexão individual e isolada de Bakhtin, essa perspectiva tratou-se de um conceito constitutivo de um projeto arquitetônico coletivo, que começou nos anos vinte e finalizou nos anos sessenta, dos três membros mais representativos do Círculo:

Bakhtin, Volóchinov e Medviédev. Esses estudiosos russos tinham como objetivo a proposição de uma nova perspectiva de estudos no âmbito da linguagem e da literatura, a qual ficou conhecida como método sociológico, nos anos 1920, e metalinguística, nos anos 1960.

Tal projeto ficou verbalmente evidenciado em três títulos *O Método Formal nos Estudos Literários: Introdução Crítica a uma Poética Sociológica*, de Medviédev, de 1928; *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*, de Volochínov, de 1929; e *Problemas da obra de Dostoiévski* reformulado para *Problemas da Poética de Dostoiévski*, de Bakhtin, de 1929 e 1963, tendo sido a primeira versão elaborada no contexto da proposição do método sociológico e a segunda na formulação de um novo programa de disciplina proposta por Bakhtin, a metalinguística. Em todas essas obras, o conceito de gênero mostra-se presente e convergente, uma vez que pertencia a uma agenda de pesquisa em comum.

A concepção de gêneros do discurso no Círculo passa pela compreensão de dois conceitos: linguagem e enunciado. Para os estudiosos russos, a linguagem não é imanente, porque é produto da atividade humana coletiva, e toda e qualquer atividade de linguagem origina-se de uma esfera ideológica, para Volóchinov (2017 [1929]), ou meio ideológico, para Medviédev (2012 [1928]), ou esfera de atividade humana, para Bakhtin (2016 [1953]). Já enunciado é o elo na cadeia da comunicação discursiva, unidade da comunicação verbal. Em ambas as concepções, compreendemos que linguagem e enunciado ultrapassam as fronteiras linguísticas, porque chamam outros elementos extralinguísticos, que lhe são constitutivos. Nesse projeto se desenvolveu o conceito de gêneros do discurso, concebido como o todo do enunciado, modos de ver e compreender a realidade, reunião de enunciados, até se chegar à concepção de tipo relativamente estável de enunciado.

Podemos considerar que os gêneros discursivos dialogam com os dois elementos anteriormente destacados: com a esfera, através do conteúdo temático, porque, ao surgirem nela, são uma espécie de seus produtos ideológicos, e com o sujeito, haja vista arquiteta suas ininterruptas interações discursivas. Este é o ângulo pelo qual focalizaremos o conceito de gêneros do discurso, para isso temos em vista as reflexões tratadas por Medviédev em seu *Método Formal nos Estudos Literários*, de 1928. Tal escolha justifica-se uma vez

que, no grande tempo desse texto, constatamos a relação de constituição do conceito de gênero, sobretudo a reflexão da dupla orientação do gênero na realidade: o sujeito e o conteúdo temático.

Em *O Método Formal nos Estudos Literários*, um enunciado-obra, Medviédev dialoga com a crítica literária russa de sua época, mais precisamente com a primeira fase dos estudos formalistas. O autor tece uma crítica ao trabalho desses estudiosos por entender que o objeto de estudo da obra artística, especificamente da obra literária, deveria ser a construção do seu todo, que só é alcançável quando se considera o todo arquitetônico do enunciado, a que ele se refere como gêneros do discurso. Por isso, afirma que “[...] a poética deve partir precisamente do gênero. Pois o gênero é uma forma típica do todo da obra, do todo do enunciado. Uma obra só se torna real quando toma a forma de determinado gênero” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 193). Segundo o autor, para que possamos entender os elementos de construção de uma obra artística, devemos relacioná-los ao todo do gênero, que é constituído de enunciados.

Para o Círculo de Bakhtin, o enunciado, seja como elo na cadeia da comunicação discursiva ou mesmo como unidade da comunicação discursiva, está em relação com elementos extralinguísticos, como o sujeito e esfera ideológica. Por essa razão, ao conceituar gêneros como o todo do enunciado, o autor também propõe a concepção e a constituição do gênero em planos extralinguísticos. Reflexão que fica mais evidente quando o estudioso russo discorre acerca da “dupla orientação do gênero na realidade”.

Para compreendermos a totalidade dialógica da forma típica do todo do enunciado, devemos ter em vista a orientação desse todo, constituída numa direção dupla e articulada: interlocutores (orientação externa do gênero) e conteúdo temático (orientação interna do gênero). Essa dupla orientação do gênero na realidade assim como suas propriedades assumem uma importância fundamental no projeto conceitual de Medviédev para os gêneros do discurso. Relevância destacada pelo verbo “determinam”, constitutivo dos primeiros enunciados do subcapítulo em que o estudioso dedica atenção acerca de “A dupla orientação do gênero na realidade”. Nas palavras do autor: “as particularidades dessa dupla orientação determinam o tipo dessa totalidade, isto é, seu gênero” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 195). Dito de outro modo, em princípio,

os gêneros discursivos estão subordinados a essa díade, que passa a ser esclarecida pelo autor:

Em primeiro lugar, a obra se orienta para os ouvintes e os receptores, e para determinadas condições de realização e de percepção. Em segundo lugar, a obra está orientada para a vida, como se diz, de dentro, por meio do seu conteúdo temático. A seu modo, cada gênero está tematicamente orientado para a vida, para seus acontecimentos, problemas e assim por diante (MEDVIÉDEV, 2012, p. 195).

A primeira orientação contempla ouvintes, receptores e especificidades das condições de realização e percepção do gênero. Nas antologias escolares esses elementos compreendem: um conjunto de interlocutores: autores, professores, alunos, pais, diretores de ensino, avaliadores, críticos da obra e opositores intelectuais dos autores; editoras que as publicaram; instituições que as adotaram; contexto sócio-histórico de produção e circulação das obras; disputas ideológicas que circulam as obras. Nas análises das obras, capítulos IV e V, veremos que esses elementos são constitutivos da orientação exterior.

A segunda orientação abrange a vida, seus acontecimentos, problemas por meio do conteúdo temático, que deve ser compreendido como a dimensão dialógica do gênero que “dá conta do aspecto semântico do gênero, ou dito de outro modo, da relação entre enunciado e objeto do sentido ou referentes no mundo” (GRILLO, 2013, p. 41). O conteúdo temático de um gênero discursivo constitui-se de elementos verbais e extraverbais. Esse conjunto de elementos dialógicos constitutivos do conteúdo temático indica que ele está direcionado ao “todo do enunciado como apresentação discursiva [e] como determinado ato sócio-histórico” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 196-197).

Nas antologias escolares, essa dimensão é mais evidente na antologia, ou seja, na coletânea de excertos citados, onde se materializa o conteúdo didático das obras. A partir da seleção dos excertos, apreendemos quem os autores legitimam como representantes da língua nacional; quais as épocas dos escritos mais ostensivo nas obras; repertório de temas selecionados, modo de seu tratamento, e grau de profundidade. Compreendem ainda valores que circulam nos excertos – domínio de valores da esfera religiosa como fé, ética, moral, assim como reverência à cultura europeia, concepção de língua

portuguesa por meio da afirmação de uma variante de prestígio, nacionalidade; inter-relação de enunciados – enunciados do autor da obra com os dos autores citados no interior da antologia, e do autor nos gêneros da emoldura da obra, desses enunciados com o objeto de sentido, a antologia; acabamento do objeto do sentido – concepção de língua nacional.

Diante da constatação de que os gêneros apresentam particularidades temáticas e internas que lhe são constitutivas, Medviédev esclarece que

Cada gênero é capaz de dominar somente determinados aspectos da realidade, ele possui certos princípios de seleção, determinadas formas de visão e compreensão dessa realidade, certos graus na extensão de sua apreensão e profundidade de penetração nela (MEDVIÉDEV, 2012, p. 196).

Nessa abordagem, a concepção de gênero configura-se como modos particulares de ver e compreender parte da realidade. Tendo em vista que pensamos e construímos uma consciência acerca do mundo por meio de enunciados, que são regidos segundo princípios do próprio gênero, sendo, portanto, “esses princípios [que] estabelecem maneiras de ver [o mundo] (MORSON e EMERSON, 2008, p. 291). Os gêneros são, assim, uma espécie de lupa ideológica, porque cada um tem sua singularidade valorativa, em cada um deles prevalecem apenas determinados aspectos da realidade. Nas antologias escolares, a língua nacional, no nosso caso a língua portuguesa, é apreendida no seu ângulo normativo; nesse gênero de obra, a língua é vista como uma língua alheia e acabada, a coletânea de excertos citados, em que prevalece o discurso/língua da tradição literária, cimenta essa ideia, que acaba sendo um de seus princípios de seleção.

Todo esse percurso teórico mostra que a dupla orientação do gênero do discurso na realidade está indissoluvelmente ligada e interdependente, de forma que uma determina a outra. Assim, “a dupla orientação acaba por ser única, porém, bilateral” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 197), ou essencialmente dialógica.

Outra noção teórica que se mostra relevante nesta pesquisa com as antologias escolares trata-se das discussões acerca do discurso do outro, pois para onde se olha é para o discurso do outro que os enunciados do gênero apontam, que se inter-relacionam. Por isso, a nosso ver, essas discussões integradas à concepção e abordagem teórica dos gêneros do discurso, por meio

da dupla articulação, correspondem às nossas intenções de pesquisa de investigar a construção do projeto didático de antologias escolares do Império brasileiro e da Primeira República.

A concepção do discurso do outro e suas particularidades encontram-se minuciosamente discutidas no âmbito da teoria dialógica do discurso, especialmente em textos de Volóchinov e Bakhtin, tópicos da próxima seção.

2.3 Antologias escolares sob o enfoque do discurso do outro: intercalação, emoldura, transmissão do discurso alheio e autoritarismo

Temos em vista nesta seção discutir acerca do conceito do discurso do outro relacionando-o às antologias escolares, tanto no que tange sua constituição interior, a coletânea de excertos citados e intercalados, que compõem a antologia, ou enunciados internos da obra; quanto sua constituição exterior, enunciados dos seus gêneros da emoldura que as constituem dialogicamente; e a orientação autoritária constitutiva do discurso de obras desse gênero. Nossas discussões estão fundamentadas na perspectiva do discurso do outro, também chamado de discurso alheio, teorizado por Bakhtin e o Círculo, principalmente em *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (2017 [1929]), de Volóchinov, e *Teoria do Romance I. A estilística* (2015 [1934]), de Bakhtin.

No capítulo dois da terceira parte de *Marxismo e filosofia da linguagem*, intitulado “exposição do problema do discurso alheio”, Volóchinov (2017), empenhado na proposição de uma sintaxe sociológica do discurso, discute acerca das formas sintáticas disponíveis na língua para reportar o discurso alheio. Logo de início, apresenta sua definição acerca desse discurso: “O discurso alheio é o *discurso dentro do discurso*, o *enunciado dentro do enunciado*, mas ao mesmo tempo é também o *discurso sobre o discurso*, o *enunciado sobre o enunciado*” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 249, itálicos do autor).

Com essa definição dialógica do discurso do outro, o estudioso russo defende a tese de que o discurso é fruto da interação entre os enunciados, do diálogo. Sejam eles interiores, “o *discurso dentro do discurso*, o *enunciado dentro do enunciado*” e também exteriores, “*discurso sobre o discurso*, um enunciado *sobre o enunciado*”. Assim sendo, um discurso pode tanto participar na

construção de outro discurso, como um enunciado pode se tornar tema de outro enunciado.

Essa inter-relação dinâmica entre enunciados e discursos, tratada por Volóchinov ocorre no nível dos gêneros, sendo a antologia escolar um exemplo em que essa dinâmica ocorre. Um gênero que permite na sua composição e organização a introdução, intercalada, de enunciados e partes de gêneros de algumas esferas ideológicas como a literária, jornalística, científica, religiosa. Os gêneros introduzidos na composição de outro gênero são considerados por Bakhtin (2015, p. 108) como gêneros intercalados, esses gêneros apresentam algumas características que podem ser decisivas na construção da totalidade do gênero que o integra, uma vez que “costumam conservar a elasticidade de sua construção, sua autonomia e sua originalidade linguística e estilística”, podendo desempenhar diferentes funções. Nas antologias escolares, essas particularidades mostram-se relevantes, pois, o estilo dos excertos constitutivos das obras funcionava como modelo linguístico para os alunos, portanto, nessas obras, esses gêneros funcionavam como “formas elaboradas de assimilação verbal da realidade” (BAKHTIN, 2015, p. 109) e do discurso do outro.

Importante considerar que ao tratar da questão dos gêneros intercalados, Bakhtin tinha em vista sua funcionalidade heterodiscursiva na construção composicional do romance, um gênero de natureza discursiva heterogênea, haja vista integra diferentes linguagens, discursos e vozes sociais na sua composição. Uma das formas de integração e assimilação dessa heterodiscursividade é a introdução de gêneros intercalados, oriundos de diferentes esferas. Contudo, nas antologias escolares a integração dos fragmentos de gêneros intercalados tende a configurar-se como mecanismo de controle ideológico da diversidade/heterodiscursividade da língua, ou seja, atuam como força centrípeta, no sentido de que os fragmentos materializam a norma de uma variante linguística eleita como representante da língua nacional, logo, objeto de ensino nas escolas. Desse modo, as instituições de ensino opunham-se ao ensino de outras formas sociais de linguagem que não à incorporada em obras desse gênero.

No que compreende à construção composicional das antologias escolares, dois são os grupos de gêneros intercalados que as compõem. O primeiro grupo é antologia propriamente dita, constituída pela coletânea de

excertos citados e intercalados pelo autor da obra, a qual tende para um *discurso dentro do discurso*. O segundo são aqueles que convergem, essencialmente, para um *discurso sobre o discurso*, sendo representados pelos gêneros que tratam da recepção e circulação da obra, como: capa; folha de rosto; dedicatória; notas da edição; preâmbulo; introdução; despedida do coletor; epílogo; índice.

Esse segundo grupo de gêneros cria um fundo aperceptivo das obras para seus interlocutores. Plano dialógico, ou contexto transmissor, considerados por Volóchinov (2017, p. 255) e Bakhtin (2015, p. 133), respectivamente, como uma espécie de “emoldura” ou “molduragem” do discurso alheio. No plano das antologias escolares, esses gêneros configuram-se como uma emoldura da seleção de discurso citado, por isso, os compreendemos como *gêneros da emoldura das obras*²³.

No que diz respeito a outro aspecto dialógico do discurso alheio, o tema, Volóchinov considera que quando tratamos apenas do tema de um discurso alheio alcançamos o “como e sobre o que falou” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 250) uma pessoa, nos limitando ao assunto. Contudo, se quisermos contemplar “o que ele falou ao transmitir suas palavras” (Idem) é necessária uma análise da transmissão de seus enunciados. Essa última abordagem tornou-se uma tarefa para o teórico e relevante para esta tese, uma vez que nos permite compreender as antologias escolares e os gêneros que as emolduram no ângulo dialógico das palavras alheias. Explica o autor:

O discurso alheio é concebido pelo falante como um enunciado de *outro* sujeito, em princípio totalmente autônomo, finalizado do ponto de vista da construção e fora do contexto em questão. É justamente dessa existência independente que o discurso alheio é transferido para o contexto autoral, mantendo ao mesmo tempo o seu conteúdo objetivo e ao menos rudimentos de sua integridade linguística e da independência construtiva inicial. O enunciado autoral que incorporou outro enunciado em sua composição elabora as normas sintática, composicional e estilística do enunciado autoral, mantendo ao mesmo tempo, nem que seja de modo rudimentar, a independência inicial (sintática, composicional e estilística) do enunciado alheio, sem a qual a sua integridade seria imperceptível (VOLÓCHINOV, 2017, p. 250).

²³ A partir dessa abordagem, produzimos alguns trabalhos tendo esses gêneros como foco analítico. Cf. Campos e Oliveira (2016); Oliveira (2017, 2018a e 2018b).

Essas características da integração da palavra alheia no contexto autoral nos levam a enxergar certas semelhanças com a constituição interior das antologias escolares, isto é, no plano do “discurso no discurso” ou “enunciado no enunciado”. Primeiro, porque, como tratamos no capítulo I, obras desse gênero são, desde suas raízes, essencialmente de composição intercalada. Elas são constituídas de uma coletânea de excertos alheios, citados parcial e intercaladamente. Nas suas origens, esses textos são autônomos e apresentam construção completa. Isto é, esses enunciados já eram enunciados concretos e completos em outras esferas ideológicas como a literária, religiosa, jornalística, científica, antes mesmo de serem integrados aos livros da esfera ideológica educacional.

Em segundo lugar, esses enunciados estavam fora do contexto do enunciado autoral da obra. Somente a partir da seleção e apropriação de partes desses textos, pelo autor, e de sua inserção nas antologias escolares, ou nos enunciados-obras, essas palavras alheias foram incorporadas no contexto autoral. Nesse caso, o contexto autoral trata-se da própria obra, a qual é construída na incorporação intercalada de fragmentos de enunciado alheios, que se tornam enunciados integrais, pois configuram outra totalidade e outra esfera.

Terceiro ponto, nessa integração do discurso do outro nas antologias escolares, o autor tende a preservar o “conteúdo objetivo” dos excertos citados, sua “integridade linguística” e sua “independência construtiva inicial”. Essa conservação ocorre porque tanto o conteúdo quanto a estrutura linguística são relevantes na funcionalidade desse gênero antológico, ou seja, o enunciado do outro torna-se modelo. Norma de uma língua nacional, compartilhada entre membros da elite imperial e republicana e constitutiva do discurso oficial. Além disso, muitos dos excertos selecionados para servirem de modelo linguístico pertenciam a autores considerados como os guardiões da longa tradição da literatura e da língua, por isso, seus textos eram intocáveis, em alguns casos preservava-se até sua ortografia.

Quarta questão, esses livros eram compostos de fragmentos de textos. O enunciado-obra do autor, ao integrar no seu enunciado autoral um discurso de outrem procurava elaborar “normas sintáticas, estilísticas e composicionais” que atendessem a assimilação parcial desse discurso alheio. Essas regras podem ser vistas como a ordem de apresentação dos excertos dos textos no interior das

antologias, a organização em grupos, ou não, de textos que discutiam a mesma temática, a inclusão de textos visuais, ou ainda bibliografias dos autores desses textos, o tamanho e estilo das letras, a dimensão do livro, etc. A nosso ver, essas regras emolduram e enquadram, axiologicamente, o discurso alheio, os excertos citados, de acordo com a intencionalidade discursiva do autor.

Diante dessas propriedades da antologia escolar, podemos afirmar que essa “transmissão do discurso alheio”, no interior e exterior do livro, revela “a *relação ativa* de um enunciado com outro” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 251, *itálicos* do autor). Visto que encontramos aí uma interação entre enunciados do eu (autor da obra) e do outro (escritores dos excertos), portanto, o diálogo.

Volóchinov (2017, p. 252) argumenta que “as tendências sociais estáveis de percepção ativa do discurso alheio [...] se estratificam nas formas da língua”. Em outros termos, as formas do discurso citado (direto, indireto e suas variantes) indicam como em determinada época e esfera ideológica o discurso alheio era apreendido ativamente. Visto que esses esquemas assumem formas e funções na língua com o objetivo de controlar as tendências da apreensão apreciativa do discurso do outro. Assim, “em diferentes línguas, em diferentes épocas, em diferentes grupos sociais, em contextos que variam conforme os objetivos, predomina ora uma, ora outra forma, uma ou outras modificações dessas formas” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 253).

Segundo ele, para compreensão do fenômeno da transmissão do discurso alheio é indispensável o estudo da inter-relação dinâmica entre o discurso que se pretende transmitir e aquele que serve para transmiti-lo. Nessa perspectiva sociológica, a relação ativa desses dois discursos pode ocorrer de duas formas básicas: discurso indireto e discurso direto (eixo da língua). Modelos que, por sua vez, se realizam a partir de duas modificações: *estilo linear de transmissão do discurso alheio* e *estilo pictórico de transmissão do discurso alheio* (eixo do enunciado).

Se o objetivo for conservar a integridade e autenticidade do discurso do outro “a língua pode tentar criar limites claros e estáveis para o discurso alheio” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 255), assim protegendo-o de interferências semânticas do contexto do autor. Essa espécie de transmissão do discurso alheio, cuja forma linguística privilegiada é o discurso indireto, trata-se do *estilo linear*. De acordo com o autor, nessa primeira orientação, encontramos certo grau de firmeza

ideológica, assim como de autoritarismo e dogmatismo que acompanham a apreensão do discurso. Por essa razão, Morson e Emerson (2008, p. 179) afirmam que o discurso autoritário “[...] provavelmente será citado num tipo de discurso indireto [estilo linear] que oferece pouca oportunidade para se expressar concordância, discordância ou outras opiniões pessoais”.

Na segunda orientação do discurso citado, na qual a forma linguística privilegiada é o discurso direto, o dinamismo é o oposto do primeiro. Nesse, o contexto autoral tende a desfazer a rigidez e o fechamento do enunciado alheio, o que lhe permite entrar em acordo ou desacordo com a palavra do outro, através de seus comentários, e, assim, apagar as fronteiras dos enunciados do eu e do outro. Esse tipo de transmissão do discurso alheio trata-se do *estilo pictórico*, cuja tendência é de que o discurso seja mais individualizado, visto que a objetividade “o quê” cede espaço para o “como”. Em outros termos, com a finalidade de “colorir” o discurso do outro, o autor pode empregar ironia, humor, ódio, encantamento ou desprezo no processo de integração da palavra de outrem.

Nas formas estilístico-composicionais das coletâneas de excertos de *Iris Classico* (1873 [1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) predomina uma das modificações do discurso direto, o discurso direto preparado, descrito por Volóchinov como aquele que antecipa ou esclarece algo acerca do discurso citado (discurso do outro), criando um fundo aperceptivo para seus interlocutores previstos. Nas obras analisadas, configuram-se discurso direto preparado: o título do excerto, que antecipa e direciona o tema a ser privilegiado na discussão do fragmento; as advertências, que previne o leitor acerca do conteúdo ou escolha de alguns excertos; e notas, nas quais o autor contesta dados históricos apresentados nos extratos, afirmações teóricas, uso de estrangeirismos, ortografia das palavras.

No primeiro exemplo, apresentamos o modo de transmissão de um grupo de três excertos de uma obra acerca da história da língua intitulada *Origem da Língua Portuguesa* (1606), do gramático e historiador português Duarte Nunes de Leão (1530-1608), citados em *Iris Classico* (1873 [1859]).

18

mente se-fala em muitas cidades da Africa que ao nosso jugo são sujeitas, como no mesmo Portugal, e em muitas provincias da Ethiopia, da Persia e da India, onde temos cidades e colonias, nos syonitas, nos malaios, nos maluquezes, lequeus, e nos brasis, e nas muitas e grandes ilhas do mar oceano, e tantas outras partes, que com razão se-póde dizer por os portuguezes o que diz o psalmista: *In omnem terram exivit sonus eorum, et in fines orbis terrae verba eorum*. E a lingua portugueza com razão se-póde ter em muito, e chamar ditosa, pois por ella se-annunciou e manifestou a tantas gentes, e de tão remotas e estranhas provincias, a fé de Nosso Senhor Jesus Christo, e foi causa de se-tirarem as errôneas e trevas em que o mundo vivia.

DUARTE NUNES DE LEÃO.

Latinidade da lingua.

Sendo a lingua portugueza na origem latina, e reformada muitas vezes, e ampliada de vocabulos latinos de que carecíamos, por a corrupção que os godos n'ella fizeram, sem nenhum pejo, com mais honra nossa nos-devernos aproveitar d'ella, como filhos que dos bens paternos se-ajudam sem affronta sua, o que não fariam dos estranhos; e por a muita similhaça que a nossa lingua tem com ella, que é a maior que nenhuma lingua tem com outra, e tal que em muitas palavras e periodos podemos falar que sejam junctamente latinos e portuguezes, como muitos curiosos já mostraram em alguns poemas e orações, de que é uma este hymno, que ás onze mil Virgens fez um religioso principal, mui docto nas letras divinas e humanas, e noticia das linguas, e m'o-mandou com uns elegantes versos, que tido diz assim:

.....

19

SONETO.

De quem, Senhor, honrastes tantas vezes,
Aceitae estes versos peregrinos,
Que, lidos em latim, serão latinos,
Lidos em portuguez, são portuguezes.

De minha rude mão levam mil fezes;
Na vossa alcançação ficar tão finos,
Que de rudes que são, se-tornem dinos
De serem lidos uma e muitas vezes.

Das linguas a latina é mui presada,
E quanto mais a-mita a lusitana,
Tanto seo preço fica mais subido.

Agora ficará mais estimada,
Que descobrindo as fontes d'onde mana,
Descobris seo valor não conhecido.

Hymno a Sancta Ursula.

*Canto tuas palmas, famosos canto triumphos!
Ursula divinos martyr concede favores!
Subiectas, sacra nymphea, feros, animosa, tyrannos,
Tu placentis vivendo ardes, ardendo triumphas.*
etc. etc. etc.

Da mesma maneira se-podia incher muito papel d' versos junctamente latinos e portuguezes, se não fossem os artigos da lingua portugueza, porque não podem andar equal passo uns e outros.

DUARTE NUNES DE LEÃO.

Notes peculiares da lingua.

A lingua portugueza, assim na snavidade da pronunciação como na gravidade e composição das palavras, é lingua excellente... É branda para deleitar, grave

(NUNES, 1606 apud NORONHA, 1873 [1859], p. 18-19)

Nesse discurso citado, o autor da obra atribui os seguintes títulos, em negritos e letras cursivas: **“Latinidade da lingua”**, excerto no qual o gramático trata da origem latina da língua portuguesa e exalta semelhanças da segunda comparada à primeira; **“Soneto”**, trechos de um poema, de outro escritor, citado por Duarte Nunes Leão, em que se exalta a semelhança entre o latim e a língua portuguesa; **“Hymno a Sancta Ursula”**, em que se tecem louvores a uma das santas da igreja católica. Essa é a forma mais ostensiva na incorporação dos excertos.

No segundo exemplo, apresentamos um excerto do Canto IV da obra *Bosquejo Métrico dos acontecimentos mais importantes da história de Portugal até a morte do Senhor Rei D. João VI* (1858), do latinista de origem italiana, mas que se estabeleceu em Portugal, Antonio José Viale (1807-1889).

(VIALE, 1858, apud NORONHA, 1873, p. 32)

No excerto, José Castilho incorporou uma “ADVERTENCIA DO COLLECTOR”, que localizada no centro do texto, em letras maiúsculas, adverte o professor acerca dos versos de Vialle (1806-1889), o qual exalta heróis portugueses que atuaram na defesa do Brasil contra os holandeses:

Releve-se a modernidade do que se-vai ler; é a sua única desconveniencia para figurar em livro clássico; mas contra essa desconveniencia prepondera o serem estes uns muito bem cantados louvores da vossa terra (NORONHA, 1873, p. 32).

No texto, o autor, por um lado, esclarece ao professor acerca de um caráter constitutivo do fragmento citado, sua modernidade: “releve-se a modernidade do que se vai ler; é a sua única desconveniencia para figurar em livro classico”; e, por outro lado, justifica sua escolha através dos elogios atribuídos ao excerto: “estes [versos são] uns muito bem cantados louvores da vossa terra”.

O terceiro exemplo, “Linguas do Brazil”, trata-se do fragmento da crônica histórica *Noticias Curiosas e Necessárias das Coisas do Brasil* (1668), do Padre

da Companhia de Jesus Simão de Vasconcellos (1597-1691). No excerto, José Castilho incorpora três notas, conforme apresentamos.

92

Algarão outras, no porvir da idade,
Os trophéus que tiverem por vaidade.
Umás nas artes levarão a palma
De aos marmores dar vida, e aos bronzes alma;
Outras irão beber sua nobreza
Nos tractos mercantis. Tal que se-préza
De ver nas suas scenas e tribunas
Maior braço, mais inclitas columnas.
Aquella dos Timantes o extremoso
Pincel, com estro imitará fogoso.
Muitas serão mais destras no compasso
Que as linhas mede do celeste espaço;
Mas cuidar do seo rei, ser sua côrte,
Dar ás outras a lei, eis d'esta a sorte.

Fr. FRANCISCO DE S. CARLOS.

Linguas do Brasil.

A mudança e variedade das linguas do Brasil é sem duvida curiosa; porque se os primeiros povoadores falavam uma lingua (que nem podiam ser muitas, nem, quando fossem, podiam ser tantas como sabemos tẽem os indios, que chegam a contar-se mais de cem diversas), como se-multiplicou em tantas e tão differentes? Quem foi o auctor d'ellas? Em que escolas aprenderam, no meio dos sertões, tão acertadas regras da grammatica, que não falta um ponto na perfeição da praxe, de nomes, verbos, declinações, conjugações activas e passivas? Não dão vantagem n'isto ás mais polidas artes dos grugos e latinos. Veja-se, por exemplo, a arte mais commum do Brasil, do veneravel padre José de Anchieta, e os louvores que ahí traz d'esta lingua grega; e na verdade tem-me admirado, especialmente, a sua delicadeza, cópia e facilidade.

A esta pergunta responderam os indios, dando por causa o decurso do tempo e variedade dos logares. E certo, que se foram perfeitos politicos, não poderam responder mais em fórma. Todas as cousas d'esta vida, ou se-variam com o tempo, ou com elle acabam; quanto mais as linguas humanas, que, além de dependerem do ar, tẽem seo valor no ar-

93

bitrio do homem, por natureza inquieto e vário. O modo, contudo, com que uma lingua se-varia, ou muda em outra ou em muitas, não souberam explicar os indios; e nós o explicaremos por elles, ajudados porém do fundamento que elles deram. É seja a primeira resposta:

Toda a variedade da lingua, ou mudança d'ella, depende necessariamente da corrupção que o tempo faz nos vocabulos da primeira, e introdução de outros novos, que os homens inventam para a segunda, ou tomam de linguas differentes. E porque esta corrupção de uns vocabulos, e introdução de outros, melhor se-intenda, por exemplo n'uma só lingua, seja esta a de Portugal.

É commum entre os auctores, que a lingua, que falavam os homens portuguezes, no tempo em que os romanos senho-rearam a Lusitania, foi a latina perfeita e pura, assim como os mesmos romanos então a-falavam em Roma (1). Veja-se Duarte Nunes de Leão na sua *Origem da Lingua Portuguesa*. Os modos pois com que esta lingua se-foi variando, até chegar ao estado em que hoje a-falámos, foram os seguintes: Primeiro, por corrupção da terminação das palavras; porque em lugar de *sermo*, que antes diziamos, diremos hoje sermão (2): em lugar de *servus*, servo: *prudens*, prudente. Segundo, por corrupção de diminuição de letras ou syllabas; porque de *mare*, dizemos mar: de *nodum*, nó: de *agitta*, setta. Terceiro, por acrescrescentamento de letras ou syllabas; porque de *ambra*, dizemos sombra: de *mica*, migalha: de *acus*, agulha. Quarto, por troca de umas letras n'outras: como de *eclesia*, igreja: de *desiderium*, desejo: de *cupiditas*, cubica. Quinto, por trespassse de letras: como de *fenestra*, fresta: de *capistrum*, cabresto: de *feria*, feira. Outra casta de corrupção

(1) Nota do Collector. — O summamente provavel, e em que os melhores philologos concordam, é que a lingua latina, que se falou na Lusitania conquistada, deveu ser, não o pallido falar de Roma, senão o italiano rustico d'esses tempos.

(2) Nota do collector. — N'estes e nos seguintes exemplos labora o auctor em manifesto erro, porque o portuguez tira a desinencia dos seus substantivos e adjectivos, quasi constantemente, do ablativo latino, e não do nominativo; do que resulta ser n'esta parte muito menor a differença do que elle suppõe.

94

é por metaphora, muito natural aos portuguezes, como chamando assomado ao acelerado ou irado, tomando a metaphora dos que fazem a conta em somma, e não por mudo; porque o assomado não lança conta ao que faz por mudo. Da mesma maneira chamámos abelhudo ao que anda apressado, tomando a metaphora da abelha; e lampeiro ao que faz a cousa antes de tempo, tomando a metaphora dos figos lampos; taludo, ao que é já crescido, pela metaphora das alfices. E d'este genero são grande quantidade. Ajudou, além d'isto, para a mudança da lingua portugueza a invenção de vocabulos proprios, ou tomados das nações com que communicavam, como se-póde ver em Duarte Nunes de Leão, já citade.

Agora vindo ao nosso intento: assim como a lingua portugueza, por corrupção de uns vocabulos, e introdução de outros, veio a deixar de ser lingua latina, e ficou lingua portugueza; e como, antes de chegar ao estado em que a-ve-mos, teve tantas mudanças de linguas, que hoje não são intendidas, porque acabou nos portuguezes a lingua primeira que falavam, e se-mudou em outra, e esta em outra, e depois da latina se-formaram tantas especies, como são castelhana, gallega, franceza e outras; assim tambem todas estas variedades tẽem acontecido nas linguas do Brasil, que por similhantes corrupções e introduções de vocabulos, e similhante mudança de logares, se-veiu sua primeira lingua a corromper, e mudar em tão varias especies, até chegar á multidão, que hoje se-conta, de mais de cem diversas; umas de nenhum modo intendidas das outras, outras em parte; porque debaixo de alguma cabeça commum, a que chamam matriz, se-communicam algumas palavras, qual do castelhano, ou gallego, com portuguez. (3)

Padre SIMÃO DE VASCONCELLOS.

Do bom escrever em historia.

Uso ordinariamente de estylo menos affectado, sem li-sonjas, fôra de galas, e sem os infelizes e liberdades com que

(3) Nota do Collector. — E' summamente interessante para o estudo o que sob o titulo de *Lei da corrupção* escreve, com tanta philosophia e clareza como abundancia, Leoni, no seo *Genio da Lingua Portuguesa*, publicado em Lisboa, por fins do anno de 1658.

(VASCONCELLOS, 1668, apud NORONHA, 1873, p. 92-94).

No excerto Padre Simão de Vasconcellos trata de explicar, numa abordagem filológica, o processo em que se deu a variedade linguística do português no solo brasileiro. Para ele, esse movimento, constitutivo das línguas, se dá de duas formas: i) a corrupção, que ocorre com o tempo na alteração das palavras, por exemplo, *servus* que se tornou servo; e ii) introdução de novos vocábulos.

Para título de exemplo desse processo, Padre Vasconcellos se vale da seguinte afirmativa:

É comum entre os autores, que a lingua, que falavam os homens portuguezes, no tempo em que os romanos senhorearam a Lusitania, foi a latina perfeita e pura, assim como os mesmos romanos então a-falavam em Roma (1) (VASCONCELLOS, apud NORONHA, 1873, p. 93).

No que segue a seguinte nota, no pé da página, acerca desse enunciado:

(1) *Nota do Collector*. – O sumamente provavel, e em que os melhores filólogos concorda, é que a lingua latina, que se falou na Lusitania conquistada, deveu ser, não o polido falar de Roma, senão o italiano rustico d'esses tempos (NORONHA, 1873, p. 93, itálicos do autor).

José Castilho contesta a afirmação feita pelo autor do excerto citado. Para isso cita, em forma de paráfrase, vozes de autoridade dos “melhores philologos”, que, segundo ele, atestam o contrário do afirmado pelo Padre Vasconcellos, isto é, a língua falada na Lusitania não era o latim erudito de Roma.

No mesmo parágrafo, o padre jesuíta dá exemplos de um dos dois modos de variação e mudança da língua portuguesa, a corrupção:

Primeiro, por corrupção da terminação das palavras; porque em lugar de *sermo*, que antes dizíamos, diremos hoje sermão (2): em lugar de *servus*, servo: *prudens*, prudente (VASCONCELLOS, 1868, apud NORONHA, 1873, p. 93).

Outra vez, o autor contesta-o:

(2) *Nota do collector*. – N'estes e nos seguintes exemplos labora o autor em manifesto êrro, porque o portuguez tira a desinencia dos seos substantivos e adjectivos, quase constantemente, do ablativo latino, e não do nominativo; do que resulta ser n'esta

parte muito menor a diferença do que ele supõe (NORONHA, 1873, p. 93).

Na presente nota, José Castilho adverte para outro erro teórico do escritor citado. Mais um indicativo da avaliação austera dos textos citados, principalmente no conteúdo veiculado.

No último parágrafo do excerto, o autor finaliza com a constatação de que para que a língua portuguesa se apresentasse naquele estágio, isto é, o português do século XVII, havia passado inúmeros graus de mudança, assim como ocorrera com o francês, o galego, o castelhano. O resultado é a seguinte constatação:

[...] se-veiu sua primeira lingua a corromper, e mudar em tão varias especies, até chegar a multidão, que hoje se-conta, de mais de cem diversas; umas de nenhum modo intendidas das outras, outras em parte; porque debaixo de alguma cabeça comum, a que chamam matriz, se comunicam algumas palavras, qual do castelhano, ou galego, com o portuguez. (3) (VASCONCELLOS, apud NORONHA, 1873, p. 94).

Na nota, Castilho acrescenta:

(3) *Nota do collector.* – E' sumamente interessante para o estudo o que sob o título de *Lei da corrupção* escreve, com tanta philosophia e clareza como abundancia, Leoni, no seu *Genio da Lingua Portuguesa*, publicado em Lisboa, por fins do anno de 1858 (NORONHA, 1873, p. 94).

O autor fecha o excerto com o seu discurso, indicando a insuficiência no tratamento do tema da corrupção no processo de formação da língua. Nesse sentido, indica o “sumamente interessante” capítulo “Lei da corrupção”, da obra do português [Francisco Evaristo] Lioni (1804-1874), tanto rica em “philosophia e clareza como abundancia”.

Características semelhantes são constitutivas da coletânea de excertos de *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]), conforme podemos observar logo abaixo.

O PARAÍBA

José de Alencar (1)

Era alta noite; sombras espessas cobriam as margens do Paraíba.

De repente um rumor surdo e abafado, como de um tremor subterrâneo, propagando-se por aquella solidão, quebrou o silencio profundo do ermo.

(1) Jozé Martiniano de Alencar, um dos maiores escriptores brasileiros, nasceu no Ceará, 1829, e faleceu no Rio de Janeiro, 1877. Escreveu os romances: *Guarani*, o mais popular; *Minas de Prata*, *Viúvinha*, *Cinco minutos*, *Luciola*, *Diva*, *Senhora*, *Iracema*, *Gaúcho*, *Pata da Gazela*, *O Tronco do Ipê*, *Sonhos de ouro*, *Guerra dos Mascates*, *O Garatuja*, *O Ermitão da Gloria*, *Alma de Lazaro*, *Ubirajara*, *Til*, *Sertanejo*; as comédias: *Demonio familiar*, *Verso e reverso*, *A Noite de S. João*, *O Credito*, *Azas de um anjo*, *Expição*, *Mãe*, *O Jesuita* e muitas e varias obras de critica, politica e jurisprudencia, e deixou muitos escritos ineditos; destes, apenas dois, *Incarnação*, romance, e *Como e porque sou romancista*, nota autobiografica, foram publicados pelo seu illustre filho, Mario de Alencar.

JOSÉ DE ALENCAR

3

Tocando a margem, Pery saltou em terra, tomou Cecilia meio adormecida nos seus braços, e ia entranhar-se pela mata virgem que se elevava diante d'elle.

Nesse momento, o rio arquejou como um gigante estorcendo-se em convulsões, e deitou-se de novo no seu leito, soltando um gemido profundo e cavernoso.

Ao longe o cristal da corrente achamalo-tou-se; as aguas frizaram-se; e um lençol de espuma estendeu-se sobre essa face lisa e polida, semelhante a uma vaga do mar desenrolando-se pela areia da praia.

Logo todo o leito do rio cobriu-se com esse delgado sendal que se desdobrava com uma velocidade espantosa, rumorejando como um manto de seda.

Então no fundo da floresta troou um estampido horrivel, que veio reboando pelo espaço; dir-se-ia o trovão correndo nas quebradas da serania.

Era tarde!

Não havia tempo para fugir; a agua tinha soltado o seu primeiro bramido, e, erguendo o collo, precipitava-se furiosa, invencivel, devorando o espaço como algum monstro do deserto.

Pery tomou a resolução prompta que exigia a imminencia do perigo: em vez de ganhar a mata, suspendeu-se a um dos cipós, e galgando o cimo da palmeira, ahi abrigou-se com Cecilia.

2

JOSÉ DE ALENCAR

Pery estremeceu: ergueu a cabeça e estendeu os olhos pela larga esteira do rio, que, enroscando-se como uma serpente monstruosa de escamas prateadas, ia perder-se no fundo negro da floresta.

O espelho das aguas, liso e polido como um cristal, reflectia a claridade das estrellas, que já desmaiavam com a aproximação do dia; tudo estava immovel e quèdo.

O indio curvou-se sobre a borda da canôa, e de novo applicou o ouvido; pela superficie do rio rolava um som estrepitoso, semelhante ao quebrar-se de catadupa precipitando-se do alto dos rochedos.

Cecilia dormia tranquillamente; sua respiração ligeira resoava com a harmonia doce e subtil das folhas da canna quando estremeceem ao sopro tenue da aragem.

Pery lançou um olhar de desespero para as margens que se destacavam a alguma distancia sobre a corrente placida do rio. Quebrou o laço que prendia a canôa, e impelliu-a para a terra com toda a força do remo, que fendeu a agua rapidamente.

A beira do rio elevava-se uma bella palmeira, cujo alto tronco era coroado pela grande cupola verde, formada com os leques de suas folhas lindas e graciosas. Os cipós e as parasitas, engrazando-se pelos ramos das arvores vizinhas, desciam até o chão, formando grinaldas e cortinas de folhagem, que se prendiam á haste da palmeira.

4

JOSÉ DE ALENCAR

A menina, despertada violentamente e procurando conhecer o que se passava, interrogou seu amigo.

—A agua!... respondeu elle, apontando para o horizonte.

Com effeito, uma montanha branca, fosforescente, assomou entre as arcarias gigantescas formadas pela floresta, e atirou-se sobre o leito do rio, mujindo como o oceano quando açouta os rochedos com as suas vagas.

A torrente passou, rapida, veloz, vencendo na carreira o tapir das selvas ou a ema do deserto; seu dorso enorme se estorcia e enrolava pelos troncos diluvianos das grandes arvores, que estremeçiam com o embate herculeo.

Depois, outra montanha, e outra, e outra, se elevaram no fundo da floresta; arremessando-se no turbilhão, lutaram corpo a corpo, esmagando com o peso tudo que se oppunha á sua passagem.

Dir-se-ia que algum monstro enorme, d'essas giboias tremendas que vivem nas profundezas da agua, mordendo a raiz de uma rocha, fazia girar a cauda immensa, apertando nas suas mil voltas a mata que se estendia pelas margens.

Ou que o Paraíba, levantando-se qual novo Briareo no meio do deserto, estendia os cem braços titânicos, e apertava ao peito, estrangulando-a em uma convulsão horrivel, toda essa floresta secular que nascera com o mundo.

(ALENCAR, 1857 apud RIBEIRO, 1917, p. 3-5).

Esse excerto, intitulado “O Paraíba”, trata-se de um trecho do “Epílogo” do romance brasileiro, da fase indianista do Romantismo, *O guarani* (1857), de José de Alencar (1829-1877). No extrato, em que se destaca a descrição do Rio Paraíba, cenário do desfecho da narrativa épica e amorosa dos protagonistas da narrativa, Peri e Ceci, e foco temático do excerto, o autor da antologia escolar inclui duas notas localizadas no rodapé. A primeira constitui-se de uma pequena biografia, elogiosa, do autor da narrativa:

José Martiniano de Alencar, um dos maiores escritores brasileiros, nasceu no Ceará, 1829, e faleceu no Rio de Janeiro 1877. Escreveu os romances: *O Guarani*, o mais popular; *Minas de Prata*, *Viúvinha*, *Cinco Minutos*, *Lucíola*, *Diva*, *Senhora*, *Iracema*, *Gaúcho*, *Pata da Gazela*, *O Tronco do Ipé*, *Sonhos de oiro*, *Guerras dos Mascates*, *O Guaratuja*, *O Ermitão da Gloria*, *Alma de Lazaro*, *Ubirajara*, *Til*, *O Sertanejo*; as comédias: *Demonio familiar*, *Verso e reverso*, *A noite de S. João*, *O credito*, *As azas de um anjo*, *Expição*, *Mãe*, *O jesuita* e muitas e varias obras de critica, politica e jurisprudencia, e deixou muitos inscitos ineditos; destes apenas dois, *Incarnação*, romace, e *Como e porque sou romancista*, nota autobiografica, foram publicadas pelo seu ilustre filho, Mario de Alencar (RIBEIRO, 1917 [1894], p. 3).

Na nota, é atribuído a José de Alencar o título de um “dos maiores escritores brasileiros”. Em seguida, enumeram-se algumas de suas produções na esfera literária, destacando-se os romances e sua obra mais popular, *O Guarani*, origem do excerto citado; e campos político e jurídico.

A segunda trata-se de uma nota elucidativa, de abordagem filológica:

Destacar: <<marjens que se *destacam* a alguma distancia.>>
 Não é muito pura a expressão destacar, consagrada apenas e restritamente na arte militar; é galicismo com o emprego que se depara no texto, no sentido de – distinguir, vê ao longe, discernir. Outro galicismo pode ser a expressão <<respiração *lizeira*>>, no mesmo texto, em vez de *leve*; mas *lizeiro* (deriva do latim *leviarius*) é equivalente a *leve*. // << Á haste da palmeira>>; no texto original se lia – *ás hastes* – o que deve ser erro de impressão. // <<Mata virjem>>; mata e mato com t simples e não dobrado, como se vê comumente, sem que haja razão plausível. // No texto havia a <<*eminencia* do perigo>> descuido ou erro tipografico, que corriji para *imminencia*. // *Ombro* e não *hombro*, em que o h sobre ser inutil, deriva de antigo erro da ortografia latina (RIBEIRO, 1917 [1894], p. 5).

No texto, com o intuito de estabelecer uma normatização da língua nacional, o antologista cede lugar ao filólogo, o qual censura o empréstimo linguístico, principalmente o galicismo, que são palavras de origem francesa incorporadas a outro idioma. Além disso, critica e corrige a ortografia de algumas palavras que para ele não configuraria o idioma nacional.

Nas duas coletâneas de excertos citados, o modo privilegiado de transmissão do discurso do outro é a modificação do discurso direto preparado, materializados nos títulos e notas (discurso do autor) dos excertos (discurso citado). Os exemplos demonstram que discurso autoral interfere no discurso citado, de modo que, com seu acento valorativo, o primeiro exerça um domínio sobre o segundo, colocando-o no seu contexto, enquadrando-o na sua semântica. Pelo grau de profundidade e postura teórica que trata dos assuntos nesses enunciados, é possível prever que os seus interlocutores professores, estudiosos da língua, intelectuais. Portanto, é possível prever a exclusão dos estudantes, enquanto principais interlocutores das obras.

No projeto do Círculo, ainda nos anos trinta do século XX, o discurso do outro também foi de grande interesse para os estudos de Bakhtin. Importância

que abrangeu a temática tanto no que diz respeito ao seu funcionamento e particularidades na esfera literária, sendo o romance, especialmente as obras de Dostoiévski, seu grande interesse; quanto na esfera extraliterária, sendo uma delas a esfera educacional, que tem lidado de modo privilegiado com uma das formas do discurso do outro: o discurso autoritário. Discussões que nos interessam mais perto, por isso, focalizaremos no texto em que o autor russo debate essa segunda questão.

Em *Teoria do Romance I. A estilística*, texto dos anos trinta, o primeiro de três volumes que compreendem a obra *Teoria do Romance*, Bakhtin traçou como objetivo um estudo sobre “a vida específica do discurso no romance” (BAKHTIN, 2015, p. 22). Essa escolha se deu a partir da constatação do pesquisador de que o cenário russo dos anos vinte e trinta do século passado propiciaria para os estudos da estilística romanesca soviética a superação da “busca errática de sentidos nas linguagens” (BAKHTIN, 2015, p. 20), a qual se limitava à identificação das tendências estilísticas individuais do escritor. Para ele, só seria possível superar esse erro, presente na tradição da teoria literária, com um estudo aprofundado da estilística sociológica do gênero, uma vez que esse apresenta um “tom social de base”. Essa tonalidade sociológica é constitutiva da palavra viva, vista como enunciado concreto, construída por um falante. Por essa razão, Bakhtin entende que o objeto fundamental do gênero romanesco são o falante e a sua palavra. Sendo a principal característica do romance a representação literária da linguagem.

Segundo o estudioso russo, alguns pesquisadores já vinham se interessando pelo assunto, entretanto, concentravam seus estudos em fenômenos específicos como a estilização das linguagens, a paródia e o *skaz*. E tais estudos ainda não haviam conseguido trazer resultados novos, mesmo porque a perspectiva da estilística sociológica não era contemplada. Outras pesquisas, na área da filologia românico-germânica, tratavam da transmissão do discurso do outro, especialmente os problemas das formas sintáticas dessa transmissão. Contudo, essas investigações também não contemplavam com nitidez a questão da representação literária da linguagem. Sendo assim, Bakhtin se dedicou ao tema da transmissão da palavra alheia, essencial para a prosaística romanesca, em alguns dos seus textos a exemplo de “O falante no romance”, quarto capítulo da obra apresentada anteriormente.

Para Bakhtin, o fenômeno em questão ainda que fecunde o romance não se restringe a ele, uma vez que está presente “em todos os cantos da vida e da criação ideológica” (BAKHTIN, 2015, p. 130), ou seja, é um elemento constitutivo da história das interações sociais entre os homens. Por isso, antes de discutir a questão no romance, Bakhtin aborda o tema “nos campos extraficcionais da vida e da ideologia” (BAKHTIN, 2015, p. 130).

Ao realizar um breve levantamento sobre o tema da palavra alheia, Bakhtin chega à conclusão de que o discurso do outro ocupa um espaço significativo em todas as esferas de atividades humanas, a seu ver, o que mais se fala é sobre o falante e sua palavra:

Pode-se dizer francamente: o que mais se fala no dia a dia é sobre o que dizem os outros; transmitem-se, recordam-se, ponderam-se, discutem-se as palavras alheias, opiniões, afirmações, notícias, indigna-se com elas, concorda-se com elas, contestam-nas, referem-se a elas, etc. (BAKHTIN, 2015, p. 131).

Essa “hermenêutica do dia a dia” também se encontra nas esferas mais elevadas das interações discursivas, onde “as camadas semânticas e expressivas mais profundas do discurso [...] entram em jogo” (BAKHTIN, 2015, p. 135). Nesses campos, cujas esferas estão ideologicamente formadas, o tratamento do tema discutido ganha outro relevo porque toca na relação do homem com um mundo ideológico. Aqui, é necessário compreender que “o processo de formação ideológica do homem é um processo de assimilação seletiva das palavras dos outros” (BAKHTIN, 2015, p. 135).

Segundo Morson e Emerson (2008, p. 234) é preciso entender que

[...] ‘Assimilação’ (*usvoiénie*) é um termo geral empregado por Bakhtin para designar os processos mediante os quais o discurso dos outros vem a desempenhar um papel no nosso próprio discurso interior. Quando os enunciados são assimilados, eles podem conservar a aura de algo alheio ou, num ou noutro grau, ser trabalhados e providos de ‘variados graus de nossa-propriedade’.

Deste modo, a assimilação do discurso do outro pede a reação da palavra à palavra e do sujeito à palavra, ou seja, é um processo ativo. Porquanto, o

sujeito ao assimilar o discurso do outro pode reacentuá-lo mesmo quando se conserva “a aura de algo alheio”.

Tal assimilação é característica da escola, que atua diretamente nesse processo, especificamente das disciplinas escolares, e que, conforme Bakhtin, conhecem dois modos de determinar nossas relações ideológicas com o mundo e o nosso comportamento: o “de cor” e “pelas próprias palavras” do estudante. Assim sendo, a palavra do outro, que a escola convoca, opera como “discurso autoritário” e “discurso interiormente persuasivo”, respectivamente. O primeiro dispensa a necessidade de qualquer persuasão, pois como evidencia a palavra, ele é autoritário, é a autoridade; o segundo se isenta do autoritarismo, não tem reconhecimento social e é mais flexível, sendo esse último constitutivo do romance. Como o primeiro discurso é constitutivo dos *corpora* estudados nesta tese, então focalizaremos nas suas propriedades.

Dentre suas características principais destacamos: i) a exigência incondicional do seu reconhecimento e assimilação, o sujeito precisa reconhecê-lo como válido; ii) vinculação do discurso com uma autoridade, independente de sê-la amplamente conhecida; iii) organização de outros discursos ao seu redor, que dialoga diretamente com ele, seja o interpretando ou elogiando, mas sem haver uma fusão de discursos, pois é necessário que o discurso autoritário esteja em destaque, que seja localizado, nem que para isso tenha que se usar uma letra especial; iv) não pode ser representado, mas só transmitido, por isso, Bakhtin conclui que seu papel no romance é insignificante; v) há um contexto discursivo que precisa ser bem definido, visto que moldura e destaca o discurso, ou seja, é seu fundo dialogante, que exerce grande influência na construção de sentido do discurso.

Diante de todas essas particularidades, é possível compreender que o discurso autoritário exerce um controle absoluto em todas as suas instâncias, não sendo por acaso que sua presença seja constante na educação. Contudo, é necessário entender que “o discurso autoritário genuíno nunca soa estridente ou defensivo” (MORSON e EMERSON, 2008, p. 235), é como se ele viesse aos poucos e pelo entorno, ou “pelas beiradas”, como se registra popularmente. Outro ponto: esses discursos “estabelecem o tom para cada ação numa dada esfera da vida; e são assimilados na psique para estabelecer o tom para cada

esfera de pensamento particular [...] É percebido como algo herdado e inquestionável” (MORSON e EMERSON, 2008, p. 233).

Um dos meios privilegiados dessa assimilação do discurso do outro utilizado pela escola, nas disciplinas escolares, são as obras didáticas. Essa contemporaneidade livresca da escola representa o caráter de autoridade que as edições didáticas, enquanto discurso alheio ou enunciados-obras, exercem na construção ideológica do homem no grande tempo. Para Bakhtin, nas nossas comunicações discursivas sempre haverá aqueles enunciados de poder reconhecido, isto é, “enunciados investidos de autoridade”, nos quais nos baseamos, citamos, imitamos, seguimos, assimilamos. De acordo com Bakhtin:

Em cada época, e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em roupagens verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos ‘senhores do pensamento’ de uma época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. Já nem falo dos modelos de antologias escolares nos quais as crianças aprendem a língua materna e que, evidentemente, são sempre expressivos.

[...] Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de *assimilação* – mais ou menos criador – das palavras *do outro* (e não das palavras da língua) (BAKHTIN, 2016a, p. 54, *itálicos do texto*).

A partir dessa assertiva de que os enunciados são expressivos, compreendemos que nas antologias escolares, os trechos literários e extraliterários (discursos do outro) configuram-se como enunciados de poder reconhecido que precisariam ser assimilados pelos interlocutores.

Diante de todas essas discussões teóricas acerca da antologia escolar, compreendemos que, numa perspectiva dialógica, as antologias escolares tratam-se de um gênero discursivo, compostos por coletâneas de excertos citados (discursos do outro), que no contexto autoral configuram-se coleções de modelos linguístico-ideológicos da língua nacional. Nesse sentido, as seletas são construídas nas intercalações de diferentes enunciados investidos de poder, de seletos autores e épocas, que são postos em relações dialógicas pelos autores das obras, conforme suas intencionalidades discursivas.

2.4 Esfera de produção dos livros e das antologias escolares

Nesta seção, visamos discutir acerca do contexto histórico das produções de antologias escolares nos séculos XIX e XX, e mais especificamente A casa dos editores Eduardo & Henrique Laemmert e a Livraria Francisco Alves, editoras que publicaram as antologias escolares investigadas, *Iris Classico* (1873 [1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]), respectivamente. Para isso, traçamos um histórico das primeiras produções de livros escolares nesse período, o desenvolvimento do mercado livreiro com foco na produção escolar, seu auge, a relação entre editores e autores, assim como os principais personagens dessa história constitutiva das edições didáticas e das antologias escolares, em especial.

Estudiosos como Abreu (2000 e 2010), Bragança (2001, 2010 e 2016), Lajolo e Zilberman (1991 e 1998), Hallewell (1985), Mindlin (2010) e outros, que dedicam suas pesquisas ao tema do impresso no Brasil, são unânimes em afirmar que a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, foi o marco da cultura letrada entre nós. Uma vez que em maio desse mesmo ano instalou-se, no Rio de Janeiro, a Impressão Régia, atual Imprensa Nacional, que de imediato visou “apenas à publicação dos atos oficiais, mas em curto espaço de tempo passou a publicar obras que abrangeram quase todos os campos do conhecimento” (MINDLIN, 2010, p. 19).

Entre essas áreas de conhecimento, destacamos o campo da educação que também foi contemplado com impressões. Segundo Bittencourt, era um dos objetivos dessa instituição:

[...] o auxílio à expansão e melhorias de materiais para educação pública. Nela foram produzidos os primeiros manuais para cursos criados por D. João VI, notadamente os da Real Academia Militar. A maioria dos manuais impressos era composta de traduções francesas sobre matemática, física e alguns de filosofia e moral, além de livros para atender os Cursos de Medicina do Rio de Janeiro (BITTENCOURT, 1992, 79).

No catálogo da Impressão Régia, entre 1808 e 1822, é possível confirmar esse perfil matemático, filosófico e acadêmico das obras, além de livros de outras áreas.

Dentre esses, citamos: *Elementos de Geometria* (1909), por A. M. Legendre, obra traduzida do francês por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães e indicada aos alunos da Academia Militar do Rio de Janeiro; *Arte de grammatica da Lingua Portuguesa* (1912), por Antonio dos Reis Lobato; *Prelecções philosophicas sobre a theórica do discurso e da linguagem, a esthética, a do deceósy, e a cosmologia* (1813), por Silvestre Ferreira; *Tratado de óptica* (1813), por La Caille, utilizado na Real Academia Militar do Rio de Janeiro; *A arte da grammatica portugueza* (1816), por Ignacio Felizardo Fortes; *Compendio de grammatica ingleza e portugueza. Para uso da mocidade adiantada nas primeiras letras* (1820), por Manoel José de Freitas; *Espirito de Vieira ou selecta de pensamentos economicos, políticos, Moraes, litterarios, com a biographia deste celebrado escriptor* (1820), por José da Silva Lisboa e *Leituras para meninos* (1822), de José Saturnino da Costa Pereira (Camargo e Moraes, 1993).

Esse último, segundo Lajolo e Zilberman (1998), pode ser considerado o primeiro livro brasileiro de literatura infantil. Assim sendo, Hallewell (1985) afirma que as primeiras edições escolares foram estampadas pela Impressão Régia. Contudo, alerta que após o apaziguar das guerras napoleônicas (1803-1815), que implicou na dificuldade de circulação de produtos europeus no Brasil, pouco se registrou a impressão de livros escolares não só na Impressão Régia como em editoras nacionais. Isso porque não havia mercado para que se estimulasse o investimento das grandes editoras nesse ramo, como também “os métodos primitivos de ensino usados por muitas escolas dispensavam inteiramente o uso de livros” (HALLEWELL, 1985, p. 144).

Conforme discutimos no capítulo anterior, semelhantes dificuldades eram encontradas no ensino secundário de parte do século XIX, que desde a expulsão dos jesuítas, em 1759, até a inauguração do Colégio Pedro II, em 1838, correspondia às aulas avulsas, as quais não havia controle sobre a qualidade e regularidade da mesma, nem dos usos regulares de livros escolares. Essa configuração primitiva da educação brasileira não estimulava os editores de tipografias de alcance nacional a investirem nesse campo. Mesmo porque em escolas primárias e secundárias mais desenvolvidas, geralmente localizadas na Corte, os livros usados eram, em sua maioria, importados, principalmente da França e de Portugal.

Uma das tentativas de transformações para a melhoria e sistematização efetiva da educação ocorreu com a reforma do ensino primário e secundário da Corte, que estabelecia, entre outros pontos, regras para abertura de escolas e diretrizes para a produção de obras escolares. Mudança estabelecida no Decreto Nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, pelo Ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que em alguns dos seus pontos favoreceu o comércio editorial.

Retomamos o texto legal em questão para citar três artigos que se referem aos compêndios:

Art. 3º § 4º. Rever os compendios adoptados nas escolas publicas, corrigil-os ou fazel-os corrigir, e substituil-os, quando for necessario.

Art. 56. Nas escolas publicas só podem ser admittidos os livros autorisados competentemente.

São garantidos premios aos professores ou a quaesquer pessoas que computzerem compendios ou obras para uso das escolas, e aos que traduzirem melhor os publicados em lingua estrangeira, depois de serem adoptados pelo Governo, segundo as disposições do Art. 3º § 4º combinadas com as do Art. 4º.

Art. 60. Todo o expediente dentro das escolas será feito á custa dos cofres publicos.

Correrão tambem por conta dos cofres publicos as despezas de fornecimento de livros e outros objectos necessarios ao ensino (BRASIL, 1854).

Nesse trecho, é possível antever as condições propícias para o surgimento de um mercado livreiro escolar. Pelas orientações do quarto parágrafo do artigo terceiro, qualquer que fosse a tarefa de revisão dos compêndios, seriam necessárias reedições e/ou edição de novos livros, assim, o mais fácil seria a edição de obras nacionais que se adaptassem às exigências dos currículos. Na cláusula cinquenta e seis, havia o fomento para produção de novas edições e vantagens para os livros aprovados pelo governo, dessa forma haveria a certeza da compra, que ficou marcada no artigo sessenta, indicando que o governo ficaria responsável pela compra e distribuição dos compêndios nas escolas públicas. Entretanto, Haidar (2008) afirma que o cumprimento desses artigos, especialmente o que tange a compra e distribuição das edições escolares pelo governo, não ocorreu amplamente.

Ainda assim as medidas causaram um efeito direto no mercado editorial, que via nas obras aprovadas um produto de comercialização imediata. Tanto assim que um livro avaliado e aprovado pelo governo tornava-se imediatamente

alvo para a firmação de contrato entre editor e autor, conforme revelam Lajolo e Zilberman (2003, p. 97) em uma de suas análises daquele que pode ser considerado o primeiro documento desse gênero no Brasil na esfera da educação. Destaquemos a 1ª cláusula: “O Sr. Calógeras cede ao Sr. Garnier a primeira edição da sua obra intitulada *História Média* aprovada pelo Conselho da Instrução Pública, cuja edição não passará de dois mil exemplares”. Como vemos, a aprovação da obra pelo governo constituiu um elemento tão importante para o firmamento do contrato que figura logo a 1ª cláusula, tal relevância justifica-se pelo fato da certeza da sua comercialização.

Para Bragança, essas deliberações estabelecidas podem ser vistas como “o início de uma parceria entre o poder público e as editoras privadas de livros escolares, que é e foi fundamental para o desenvolvimento desse setor no Brasil, tal como foi no exterior” (BRAGANÇA, 2016, p. 16). Assim sendo, o contexto da década de 1850, especialmente com a expansão de escolas, aumento de público leitor, começou a favorecer o mercado do campo das edições e valorizar o setor dos livros escolares nacionais. Mesmo porque

O livro didático tornou-se, rapidamente, o texto impresso de maior circulação, atingindo uma população que se estendia por todo o país. A obra didática caracterizou-se, desde seus primórdios, por tiragens elevadas comparando-se à produção de livros em geral. A circulação dos livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um status diferenciado e até certo ponto privilegiado, considerando-se que a sociedade se iniciava no mundo da leitura (BITTENCOURT, 1992, p. 109).

Nesse sentido, instalações de livrarias-editoras que tinham como foco livros didáticos podem ser vistas como perspicácia empresarial de seus fundadores. Do qual o português Francisco Alves representa a personalidade mais importante no ramo das edições didáticas, de quem trataremos mais adiante.

A façanha do investimento próprio no mercado editorial brasileiro coube ao mais importante editor do século XIX, o francês Baptiste Louis Garnier, que ao lado dos ingleses Eduardo e Henrique Laemmert dominaram o setor editorial no Segundo Reinado. Assim como a maioria dos livreiros de sua contemporaneidade, Baptiste além de vender também publicava livros,

entretanto, por questões de custo – pois era muito caro importar papel –, como também da origem da firma – francesa – e do “apelo esnobe exercido por tudo que fosse francês” (HALLEWELL, 1985, p. 129) preferia que as impressões das obras fossem, em sua maioria, realizadas em tipografias francesas, desse modo, na Garnier as atividades de edição e impressão não se aglutinaram. Por isso, era muito comum que nas referências da edição encontrar estampados dois nomes, o da editora e o da tipografia.

A figura do editor dos séculos XIX e XX distancia-se da imagem dos editores atuais. Bragança (2001) defende a tese de que no Brasil surgiram, no curso da nossa história, três tipos ideais de função de editores: o impressor-editor, o livreiro-editor e o empresário-editor, sendo os dois últimos os mais comuns na fase histórica em estudo. Contudo, é preciso destacar que nessa contemporaneidade o profissional era mencionado como livreiro ou editor, ainda que na maioria das vezes suas funções estivessem aglutinadas.

O primeiro tipo, o qual o autor indica ter sido Gutenberg seu patrono, trata-se daquele que domina as técnicas da tipografia da fundição, das punções à impressão do texto, seu lugar é a oficina tipográfica; o segundo “nasce na loja [livraria-editora] e não na oficina” (BRAGANÇA, 2001, p. 122), pois seu centro é o mercado, ele precisa saber das demandas existentes, assim como ter boas relações com seus clientes, “mas o fundamental é a criação e o domínio de canais de comercialização” (BRAGANÇA, 2001, p. 124), sobretudo, com o poder, uma vez que as edições são controladas e/ou encomendadas pelo governo; e o terceiro, cujos alvos são o autor e a sua obra original, por isso, seu espaço é o escritório, ele precisa ter conhecimento do mercado de bens culturais, pois precisa criar uma política editorial da empresa, pela qual selecionará os originais, é o chamado “editor moderno, ou, simplesmente, o editor” (BRAGANÇA, 2001, p. 126).

Desses três, a função que prevaleceu nas edições de livros escolares do período histórico das publicações das duas antologias escolares analisadas nesta tese foi a de livreiro-editor. Ele atentava para qual perfil de obra e autor o mercado pedia, quanto mais autores e obras em seu catálogo, mais prestígio e possibilidade de vendas. Assim como transitava na esfera governamental, a voz de autorização da obra, ou seja, era imprescindível o estabelecimento de boas relações.

A título de exemplos desses perfis de editores citamos três casos envolvendo representantes do setor, em que se comprovam as relações particulares entre editor e membros influentes no Estado, a saber: Baptiste Garnier; Eduardo e Heinrich Laemmert; e Francisco Alves. Baptiste Garnier recebeu, em 1867, o título de oficial da Ordem Imperial da Rosa, condecoração militar oferecida àqueles considerados como leais à Sua Majestade e com serviços oferecidos ao Estado (Hallewell, 1985). Segundo Bittencourt (1992), semelhante título havia sido concedido a outros dois editores famosos, os irmãos ingleses Eduardo e Heinrich Laemmert, editores-livreiros de *Iris Classico*. Já Francisco Alves, outro que se destacou no ramo, a partir da Primeira República, editor-livreiro de *Autores Contemporaneos*, a pesquisadora salienta as suas redes de relações pessoais, em especial com o secretário da instrução pública do Rio de Janeiro, Theophilo das Neves Leão.

No contexto do Segundo Reinado, a livraria-editora que dominou grande parte do mercado livresco foi a E. & H. Laemmert, cujos proprietários os irmãos de origem alemã Eduardo e Henrique Laemmert, foram inseridos no comércio livreiro desde os 14 anos de idade, quando o pai os direcionou para trabalhar com impressores e livreiros experientes na capital da Alemanha. Experiência que renderia frutos no Brasil ao ponto de se firmar como a maior e mais luxuosa livraria-editora do Império. De acordo com Hallewell (1985), o ano de 1827 marca o início das atividades da empresa, deste período até o início dos anos de 1840 o impresso representou o produto primário de seus negócios, seguidos de outros como a música, água-de-colônia e água de soda. A partir de meados dessa última data, com a prosperidade da venda de livros, os editores-livreiros focalizaram o impresso como o produto privilegiado do seu comércio, tendo sido as publicações da área da História e da Ciência seu principal interesse.

Em meados de 1838, os irmãos inserem-se no setor gráfico, quando decidem implantar a própria oficina tipográfica da editora, a Tipografia Universal, a qual contava com máquinas modernas que imprimiam simultaneamente várias folhas em duas cores, algo muito moderno à época no Brasil. Dessa tipografia, suas produções passaram a ser impressas, incluindo seu principal produto o *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro*, um guia anual que continha informações de todo o Império, em pouco

tempo de publicação os irmãos Laemmert superou os demais concorrentes e esse guia tornou-se o mais completo e conhecido de todo o império.

O empreendimento se firmava cada vez mais com a expansão das publicações que abrangiam: “78 obras diversas de maior tomo e 49 brochuras, contando-se entre estas a célebre [...] *Folhinha de Laemmert*, o periódico bimestral *Revista dos Tribunais* (3 000 exemplares, outro dito trimestral *Revista Brasileira* (SILVA, apud HALLEWELL, 1985, p. 235). Aumentava-se também seu prestígio e sua rede de relações pessoais, importância confirmada por uma ilustre visita do imperador D. Pedro II à Tipografia Universal, em 1862.

De acordo com o Hallwell (1985, p. 237), a Laemmert apresenta dados impressionantes acerca do número de suas produções: de sua fundação até fins dos anos de 1850 havia produzido 250 títulos; em 1860, aproximadamente 400 obras; em meados de 1870, mais de 500; em 1909, quando abandonou o ramo das edições de livros, contava com 1440 obras de escritores brasileiros, além de 400 traduções em diversas línguas como alemão, francês e inglês.

Desse volume de produções, destacam-se aquelas que tratavam da História e Ciências, principais interesses da editora: *Historia Geral do Brazil*, de Varnhagen (edições de 1854-1857, 1877 e 1907); *Tratado Descritivo do Brazil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa; *Navegação no Interior do Brasil: Noticia dos Projetos Apresentados para a Navegação de Diversas Bacias Hidrográficas*, em 1853, de Eduardo José de Moraes; *Dicionário Biográfico de Brasileiro Célebres nas Letras, Artes, Política, filantropia, Guerra, Diplomacia, Indústria, Ciências e Caridade desde o ano de 1500*, de Manuel Francisco Dias da Silva. Publicou também obra de um importante político do império, o Marquês de Maricá, *Coleção Completa de Máximas Moraes, Pensamentos e Reflexões*; e algumas obras literárias como *Parnaso Brasileiro, ou Seleções de Poesias do Melhores Poetas Brasileiros desde o Descobrimento do Brasil*, de Pereira da Silva.

Suas publicações também integraram alguns títulos didáticos, dentre os quais uma das antologias escolares investigadas nesta tese: *Iris Classico* (1860-1873), do conselheiro português José Castilho Feliciano de Barreto e Noronha. Além da terceira e demais edições de *Aritmética*, de C. B. Ottoni; e *Por que me Ufano do Meus País*, de Afonso Celso, livro que se tornou um dos mais vendidos neste segmento;

Contudo, a livraria-editora que se destacou no ramo das edições didáticas desde final do Segundo Reinado e durante toda Primeira República a responsável por publicar *Autores Contemporaneos* (pelos menos entre 1905-1937), do membro da Academia Brasileira de Letras João Ribeiro, *corpus* da tese, a Livraria Francisco Alves²⁴. O seu proprietário é considerado o primeiro editor brasileiro a fazer das publicações didáticas o alicerce de seus negócios, como afirma Bragança:

[...] Fundada como Livraria Clássica pelo imigrante português Nicolau Antônio Alves, voltada especialmente para o nascente público escolar da Corte, logo se tornaria uma livraria-editora de livros didáticos (BRAGANÇA, 2016, p. 15).

Segundo o pesquisador, a inauguração da empresa, uma cerimônia muito festiva, ocorreu em 15 de agosto de 1854, não por acaso, pois essa é a data em que se comemora o dia de Nossa Senhora da Glória, a madrinha do imperador – estratégia típica de livreiro-editor. Além do dia, o ano também ajudou, pois no cinquentenário do século XIX, o Brasil, especialmente o Rio de Janeiro, começava a conhecer o desenvolvimento urbano, estabilidade política e econômica, conviver com os ideais capitalistas e burgueses. Também nesse mesmo ano, mais precisamente seis meses antes da inauguração da empresa, foi estabelecida a Reforma de Couto Ferraz, que, como tratamos anteriormente, fomentou diretamente a produção e comercialização de livros didáticos em território nacional.

A partir de 1868, o jovem sobrinho do fundador da livraria, Francisco Alves, também português e já no Brasil há cinco anos trabalhando com o tio, começou a receber alguns lucros nas vendas dos livros, fruto de um contrato entre os dois. O qual, em 1873, abriu a sua própria livraria; em 1882 tornou-se, juntamente com Antônio Joaquim Ribeiro de Magalhães, sócio do tio; em 1883 compra a parte do primeiro sócio e se torna o diretor da empresa, entretanto, só em 1897 Francisco Alves assumiu a propriedade plenamente do comércio.

²⁴ Segundo Bragança (2016, p. 341-342), entre 1854 e 1954, a empresa teve vários nomes: “Livraria Clássica, de Nicolau Alves; Livraria Nicolau Alves, de Alves & Cia.; Livraria Clássica, de Alves & Cia.; Alves & Cia.; Livraria Clássica, de Francisco Alves; Livraria Alves, de Francisco Alves & Cia.; Livraria e Papelaria Alves; Livraria de Francisco Alves; Francisco Alves Editor; Francisco Alves & Cia; Officinas Graphicas da Livraria Francisco Alves & Cia; Livraria Francisco Alves e Livraria Francisco Alves (Paulo de Azevedo & Cia.)”.

A essa altura, o livreiro-editor já contava com filial em São Paulo (1894) e mais tarde (1910) em Belo Horizonte, eixo do capital financeiro e da política da Primeira República. Também expandiu seus negócios em Paris, onde se tornou o principal sócio da tradicional editora, livraria e tipografia Aillaud, em 1907; no ano seguinte, adquiriu a Livraria Bertrand, de Lisboa, onde já havia comprado as editoras Biblioteca de Instrução Profissional e A Editora (Bragança, 2001).

Essa expansão dos negócios na Europa permitiu que Alves imprimisse os livros por lá e os importasse para suas livrarias. Por um lado, o custo de produção era menor, por outro, a qualidade e a referência de um produto produzido na Europa aplicava valor às obras. Esse sucesso da Livraria Francisco Alves justifica-se, principalmente, pela relação que o editor-livreiro tinha com seus autores, conforme afirma Bragança:

[...] Francisco Alves conseguiu combinar uma relação honesta com os autores que lhe ofereciam – ou ele pedia, ou comprava de outros editores, falidos, como os herdeiros dos Laemmert, ou àqueles a quem faltavam horizontes e descortínio para fazer o livro chegar a milhares e milhares de pequenos leitores, como ele conseguia. Por isso, Francisco Alves foi o primeiro editor brasileiro a quem os autores levavam originais, que, quando lhe serviam, fazia logo um contrato, registrava em cartório de notas e pagava, na hora, e bem (BRAGANÇA, 2001, p. 166).

Essa relação de honestidade concretizava-se porque Francisco Alves pagava, e bem, a seus autores. Além disso, formava parcerias com eles, “inclusive nos lucros” (BRAGANÇA, 2001, p. 168). O livreiro-editor garantia a seus autores edição, fabricação e venda dos livros, que após o retorno das vendas, as quais cobririam os custos da composição, impressão, papel e acabamento, o excedente era dividido ao meio entre os dois.

Em um dos pontos de sua pesquisa, Bragança (2001) analisa trinta e cinco contratos do editor Francisco Alves entre 1884 e 1916. Desses títulos, focalizaremos nos livros escolares, que representaram dez obras, vinte e oito por cento do total. A forma privilegiada de pagamento era a parceria nos lucros, concentrando 90% da totalidade e sendo vista pelo pesquisador como a mais justa para o autor. A média de tiragem era 6.570 contra 5.100 quando comparado aos outros seis gêneros analisados: universitário, ficção, poesia, infantil, jornalismo e crônicas e paradidáticos. Esses dados revelam o quanto os livros

escolares passaram a ser um negócio lucrativo e o porquê a Livraria Francisco Alves conseguia atrair tantos autores e, conseqüentemente, robustecer seu catálogo.

Segundo Bragança (2001), também é preciso levar em consideração, para esse sucesso, as reedições dos seus livros. O que “prova que ele sabia [escolher o que] vender (o que é reconhecido sempre)” e, por outro lado, “livro esgotado não ficava em falta no mercado” (BRAGANÇA, 2001, p. 169). Dentre os títulos mais reeditados pela editora (da 6ª a 43ª edições) encontra-se a *Antologia Nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, que circulou nas escolas brasileiras, desde sua primeira publicação em 1895, por, no mínimo, 74 anos.

Por essa razão, na tabela 2 – Antologias Escolares: 1850 a 1930²⁵ – a Francisco Alves²⁶ destaca-se no quadro das editoras com obras publicadas, foram treze títulos de antologias escolares do ensino secundário, dentre as quais grande parte das 25 edições de *Autores Contemporaneos*.

Para Hallewell (1985), João Ribeiro teria sido um dos mais importantes autores editados pela Francisco Alves, em um relato publicado no *Imparcial*, a 2 de julho de 1917, após a morte do livreiro-editor, o referido autor o elogia:

O que Alves estimava em mim era a minha vontade de trabalhar... Contribuí com muito mais do que uma “gota d’água” para sua caudalosa fortuna. Das 150 edições dos meus livros didáticos correram e correm ainda muito perto de um milhão de exemplares. Mas [...] tudo isto foi a obra do editor... Em mão de outros ou nas minhas, gramáticas e compêndios nada valeriam e disso fiquei certo por algumas experimentações decisivas (RIBEIRO, apud HALLWELL, 1985, p. 286).

Essa declaração de João Ribeiro, já no período da Primeira República, revela o firmamento do setor editorial, principalmente dos didáticos, que vinha se configurando, desde o Segundo Reinado, como um campo lucrativo.

Ainda assim, é preciso ressaltar que essa prosperidade do setor, e de suas principais representantes, nesses dois períodos históricos, não significou necessariamente a efetivação da organicidade do ensino no Brasil, conforme esclarecem Lajolo e Zilberman (1998 p. 156):

²⁵ Cf. Capítulo III da tese.

²⁶ Frisamos que a antologia escolar, a ser citada na tabela 2, *Céu, Terra e Mar: prosa e verso*, editada e impressa pela Aillaud; Typ. Aillaud & Cia. já conta como edição de Alves porque nesse ano Francisco Alves já era sócio majoritário da Aillaud.

Aparentemente o século XX começava não muito diferente de seu antecessor: a República não cumprira as promessas; o Estado limitava-se a cooperar com certos autores e a resolver casos específicos, omitindo-se do problema geral e deixando de implementar uma política efetivamente eficiente. As dificuldades vão se transmitindo de geração em geração, até 1930, ano de mudança política, que traz de volta a ideia de tratar da instrução através de uma agência específica, o Ministério da Educação [...] De lá vieram novas medidas, a vida escolar se organizou, o livro didático, precisando responder a novas questões, deu outra forma ao ensino, sobretudo ao da leitura e literatura.

Diante dessas discussões, buscamos compreender a esfera de produção das publicações didáticas, focalizando na trajetória das principais editoras do período em estudo e daquelas que publicaram as duas antologias escolares cotejadas nesta tese. Chamamos atenção, mais uma vez, no contexto de produção das antologias escolares, a relação de obediência ou de “acordos” entre autor e editor, principalmente a figura do livreiro-editor, comum no período histórico estudado. Para que o discurso do primeiro se materializasse era necessário o financiamento do segundo, que passava a funcionar como mediador decisivo da palavra do outro (autor) e entre a obra (autor) e seus interlocutores: obra – Estado; obra – escola; obra – professor; obra – aluno.

Lembremos que Bragança (2001) destacou que o editor-livreiro estava no centro do mercado, ele sabia o que o setor almejava como produto. Logo, no cerne da produção, pois selecionava o discurso-obra que o Estado (mercado) esperava e nele interferia; em seguida, negociava com palavra do outro (o autor), uma vez que a obra era vendida para ele, mesmo no sistema de parceria os direitos autores ficavam com o editor; assim como igualmente a promovia, é só atentarmos para as estratégias de apresentação dos compêndios, ou seja, nos gêneros da emoldura como capas, notas prefácios, nas quais os discursos sobre o outro (obra, autor, professor, intelectuais, aluno, conceitos, etc.) são construídos.

Esses elementos nos levam as seguintes considerações: a primeira delas, desde a instalação da Família Real sempre houve uma intervenção decisiva do Estado na seleção de impressos didáticos circulando nas instituições de ensino; a segunda, que começou a se desenvolver com intensificação na segunda metade do século XIX, a relação de acordo do público e privado na educação e no seu conteúdo; a terceira trata-se do surgimento do monopólio de grandes

editoras na fabricação de edições didáticas, sobretudo no Sudeste, fato que se estende até hoje como aponta Bittencourt (1992). Em síntese, podemos entender que, desde sua concepção, a obra escolar é construída pelo e num (in)tenso diálogo entre diferentes esferas ideológicas e sujeitos, configurando-se, assim, como um objeto multifacetado.

Considerações parciais

Diante dos estudos desenvolvidos no presente capítulo, entendemos que a abordagem das antologias escolares a partir de diferentes orientações na realidade revela os inúmeros fios dialógicos constitutivos de uma obra, vista sob a ótica bakhtiniana dos gêneros discursivos, enfoque que tem nos orientado para o diálogo.

Dialogamos com as pesquisas científicas desenvolvidas no Brasil. Particularmente com aquelas que elegeram como objeto de estudos antologias escolares do ensino secundário, nosso foco de pesquisa. Através desse diálogo, constatamos que no contexto científico brasileiro, as pesquisas, todas concentradas no Sudeste, precisamente em São Paulo, têm focalizado em estudos na área da teoria literária, ideias linguísticas e historiografia da educação.

Nessas diferentes abordagens, com contribuições relevantes, observamos o caráter multifacetado das antologias escolares, bem como a relevância dos gêneros da emoldura na construção de sentido da obra, contudo, representaram um elemento secundário nas pesquisas desenvolvidas. Portanto, consideramos que esta tese, a qual apresenta uma abordagem dialógica para os estudos das antologias escolares do ensino secundário, trará contribuições as demais pesquisas desenvolvidas no contexto científico brasileiro tanto no que tange a abordagem quanto na constituição dos *corpora*.

A perspectiva teórica de Bakhtin e o Círculo, especialmente no que trata os estudos dos gêneros do discurso, da dupla orientação do gênero na realidade, do discurso do outro, sua sintaxe discursiva pelo estilo linear e estilo pictórico, do discurso autoritário, da emoldura discursiva mostrou-se coerente com a natureza composicional das antologias escolares como gêneros do discurso. Ponto de vista que inter-relaciona o linguístico e extralinguístico na construção

do discursivo, sendo um desses elementos extralinguísticos a esfera de produção desses enunciados-obras e os sujeitos envolvidos nesse processo.

Assim, os estudos acerca do contexto de produção das antologias escolares, com foco na trajetória das principais editoras do período em estudo, confirmam a importância da relação entre esfera de produção e esfera de circulação em que estiveram imersas as antologias escolares tanto do Segundo Reinado quanto da Primeira República. Acentuando o papel constitutivo da dupla orientação do gênero na realidade, que esteve articulado a vários fatores que já viemos tratando nesses dois capítulos da tese: construção de uma identidade nacional, desenvolvimento econômico; estabilidade política; organicidade do sistema de ensino; surgimento e fortalecimento de um mercado editorial, principalmente de livros escolares.

CAPÍTULO III

ORIENTAÇÕES DIALÓGICAS DAS ANTOLOGIAS ESCOLARES: ENFOQUE METOLÓGICO DA PESQUISA

Nessa abordagem filosófico-discursiva, o texto fala e se faz ouvir, pois é um evento de linguagem.²⁷
Beth Brait.

Neste capítulo, a partir da abordagem dialógica de estudos da linguagem que fundamenta esta tese, apresentamos o percurso de pesquisa. Primeiro, descrevemos o decurso de construção e delimitação dos nossos *corpora*, compreendidos por duas antologias escolares: *Iris Classico* (1873 [1859]), do conselheiro português José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, adotada no Império brasileiro; e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]), do membro da Academia Brasileira de Letras João Ribeiro, utilizada na Primeira República. Segundo, apresentamos essas antologias escolares, a partir do contexto de produção, circulação e recepção; perfil dos autores; descrição concisa das obras. Terceiro, descrevemos os eixos e elementos de análise que possibilitam a compreensão da construção do projeto didático de cada obra, e as concepções de língua nacional que as sustentaram.

3.1 Construção e delimitação dos *corpora*: o (in)tenso diálogo na temporalidade da pesquisa

Ao discutir as antologias escolares em circulação entre o Segundo Reinado e a Primeira República, e sua repercussão nas salas de aula de escolas brasileiras, foi adotado como ponto de partida a coleta do material disponível em três bases de dados da USP: Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros, *Livres*²⁸, com livros didáticos do século XIX aos dias de hoje, integrado à

²⁷ Aula inaugural do ProfLetras, intitulada *A produtividade verbo-visual de um retrato contemporâneo*, realizada na tarde do dia 22 de março de 2019 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

²⁸ <http://www2.fe.usp.br:8080/livres/>

Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação; Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros e Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, acervos de livros raros. Ainda na cidade de São Paulo, a Biblioteca Mário de Andrade.

Entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2017, foram realizados levantamentos tanto nesse ambiente virtual quanto pesquisas presenciais nos acervos da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação, que concentra parte dos livros escolares do *Livres*, e da Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Diante da variedade de títulos, definimos quatro critérios para seleção das obras, a saber: i) ensino secundário; ii) início da avaliação pelo Estado no Segundo Reinado (1850) e final da Primeira República (1930); mínimo de dois gêneros de emoldura; e iv) autoria.

O primeiro critério contemplou o nível escolar: antologias escolares do ensino secundário brasileiro. O segundo compreendeu os recortes temporais: obras publicadas entre 1850, década em que passam a ser avaliadas e aprovadas pelo governo no Segundo Reinado (1840-1899) e 1930, final da Primeira República (1889-1930), períodos histórico-políticos de construção e afirmação da nacionalidade brasileira; a primeira sob o regime imperial, no qual havia forte influência da cultura portuguesa, a segunda no período republicano, que aspirava por uma afirmação cultural brasileira.

Partindo desse critério, acreditamos que essas diferentes orientações espaciotemporais das obras na realidade, representado por distintos contextos ideológicos e sujeitos históricos, se refletiram e refrataram nos discursos das obras. Principalmente através da seleção dos excertos citados, isto é, dos discursos do outro, assim como do repertório temático e nacionalidade dos autores incorporados às obras. No primeiro período, livros com predominância de discursos, temas e autores nacionais portugueses; e, na segunda época, compêndios com predomínio de discursos, temas e autores nacionais brasileiros.

Em seguida, na Tabela 2, apresentamos os títulos levantados nos três bancos de dados acima referidos.

Tabela 2 – Antologias escolares: 1850-1930

Título	Autor	Edição	Ano	Editora
<i>Selecta Classica: ou collecção de trechos extrahidos dos autores clássicos portuguezes</i>	Filippe da Motta d'Azevedo Corrêa	?? ²⁹	1871	Agostinho Gonçalves Guimarães & Cia.
<i>Poesias selectas nos diversos generos de composições poeticas, para a leitura, recitação, e analyse dos poetas portuguezes</i>	Henrique Midosi	9.ed.	1872	Imprensa Nacional.
<i>Iris Classico: coordenado e offerecido aos mestres e aos alumnos das escholas brasileiras</i>	José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha	6.ed.	1873 [1859] ³⁰	Typ. Universal de E. & H. Laemmert; Eduardo & Henrique Laemmert.
<i>Antologia portugueza: trechos selectos coordenados sob a classificação dos gêneros litterarios e precedidos de uma poetica histórica portugueza</i>	Theophilo Braga	??	1876	Universal.
<i>Collectaneas de auctores clássicos</i>	Aureliano de Souza Coutinho	??	1877	Nicolao Alves.
<i>Ornamentos da memoria e exercícios selectos: para formar o bom gosto e verdadeiro estylo pela lingua portugueza</i>	José Ignacio Roquette	??	1877 [1849]	Typ. Cosmopolita; B.L. Garnier.
<i>Selecta Classica de Prosadores Portuguezes</i>	Antonio Peixoto do Amaral	1.ed.	1879	Ernesto Chardron; Eugenio Chardron.
<i>Curso de Litteratura Brasileira: ou escolha de varios trechos em prosa e verso de autores nacionaes antigos e modernos</i>	Mello Moraes Filho	2.ed.	1882 [1876]	Pinheiros & Cia.; B.L. Garnier
<i>Selecta em prosa e verso dos melhores auctores brasileiros e portuguezes</i>	Alfredo Clemente Pinto	1.ed.	1883	Selbach & Mayer
<i>Parnaso juvenil: ou poesias moraes colleccionadas, adoptadas e offerecidas à mocidade</i>	Antonio Maria Barker	8.ed.	1884	Imp. Du Commerce; B.L. Garnier; Emile Mellier

²⁹ Utilizamos essas interrogações quando não houver referência ao número da edição da obra em tela. Isso ocorre porque muitas das publicações não apresentam o número correspondente da edição, em alguns casos, indicam apenas a expressão “nova edição”.

³⁰ Essa data refere-se à primeira edição da obra. Contudo, esclarecemos que não foi possível recuperar esse dado para todas as obras.

<i>Trechos dos Autores Classicos: adaptados pelo governo para os exames geraes de preparatorios em 1887</i>	Guilherme do Prado ³¹	1.ed.	1887	Typ. Montenegro
<i>Alguma cousa sobre varios assumptos: collecção de descrições uteis aos estudantes</i>	Carlos Barroso	??	1889	Typ. de G. Leuzinger & Filhos
<i>Sellecção litteraria de alguns dos principaes escriptores da lingua portugueza</i>	Fausto Barreto; Vicente de Souza	2.ed. [1887]	1892	Livraria de J. G. de Azevedo
<i>Pequena Chrestomathia portugueza: offerecida á mocidade estudiosa</i>	Innocencio Fr. Da Silva	??	1893 [1850]	Livraria Classica de Alves & Cia
<i>Victimas e Heroes: historias do III século</i>	Manuel Bernardes	??	1894	Officinas Salesianas
<i>Florilegio contemporâneo: para uso das escolas secundarias</i>	João Köpke	2.ed.	1900	Grande Livraria Paulista; Ed. Miguel Melillo
<i>Varios estylos: selecta de trabalhos literários de autores modernos e contemporaneos</i>	Arnaldo de Oliveira Barreto	8.ed.	19?? [1916]	Melhoramentos
<i>Lingua Portuguesa, leituras variadíssimas</i>	FTD	1.ed.?	1929?	Tip. Siqueira Salles Oliveira & Cia; Francisco Alves Paulo de Azevedo.
<i>Anthologia Nacional: Anthologia nacional ou collecção de excerpts dos principaes escriptores da língua portugueza do 20º ao 16º século</i>	Fausto Barreto; Carlos de Laet.	3. ed.	1901 [1895]	G. de Azevedo
<i>Selecta Classica</i>	João Ribeiro	1.ed.	1905	Francisco Alves
<i>Selecta Nacional: curso pratico de Litteratura Portugueza</i>	F. Julio Aulete Carlos; Thomaz Carvalho	??	1906 [1875]	Empreza Typographica Luzitana
<i>Quarto livro de leitura para uso das escolas primarias e secundarias</i>	João Köpke	6.ed.	1909 [1895]	Francisco Alves.
<i>Florilegio contemporâneo quinto livro de leitura: para uso das escolas secundarias</i>	João Köpke	6.ed.	1912	Francisco Alves
<i>Compendio de litteratura brasileira</i>	Henrique Coelho Netto	2.ed.	1913 [1905]	Aillaud; Francisco Alves; Aillaud, Alves & Cia.

³¹Pseudônimo do livreiro Francisco Alves, o mais importante livreiro-editor do setor didático entre final do século XIX e grande parte do século XX.

<i>Anthologia da lingua vernácula: organizada como curso de Literatura Brasileira</i>	Almachio Diniz	1.ed.?	1913	Typ. Catilina; Livraria Catilina, de Romualdo dos Santos.
<i>Livro de escolas: anthologia em prosa e verso de escriptores nacionais e estrangeiros</i>	Tancredo do Amaral	??	1913	Livraria Francisco Alves.
<i>Para bem ler e bem recitar</i>	Miguel Milano	1.ed.	1914	Typ. do Globo; A. P. de Souza & Irmão.
<i>Céo, Terra e Mar: prosa e verso</i>	Alberto de Oliveira	1.ed.	1914	Aillaud; Typ. Aillaud& Cia.
<i>Autores Contemporaneos: excerptos de escritores brasileiros e portugueses do século XIX</i>	João Ribeiro	11. ed.	1917 [1894]	Livraria Francisco Alves
<i>Collectanea poetica de autores brasileiros e portugueses: abrangendo todas as phases literarias inclusive a contemporanea para o curso gynasial e de preparatorias</i>	Livraria Salesiana	1.ed.	1919	Livraria Salesiana.
<i>Chrestomathia brasileira: colecção de paginas e excerptos de prosadores e oradores nacionaes do século 19</i>	Henrique Coelho	1.ed.	1920	Weiszflog Irmãos.
<i>Florilegio nacional: ou selecta de trechos em prosa e em verso dos melhores autores brasileiros e portugueses</i>	Livraria Salesiana Editora	2.ed.	1926 [1920]	Livraria Salesiana Editora.
<i>Anthologia brasileira: selecta em prosa e verso</i>	Eugenio Werneck	12.ed.	1927	Livraria Francisco Alves.
<i>Paginas cariocas: trechos de autores brasileiros sobre a cidade do Rio de Janeiro, destinados aos exercícos de linguagem</i>	Nelson Costa	3.ed.	1927 [1924]	Officina Industrial Graphica; Jacintho Ribeiro dos Santos
<i>Literatura brasileira: condições literarias, vultos literarios, correntes literárias</i>	F.T.D.	1.ed.?	1930	Paulo de Azevedo; Typ. Siqueira

Fontes: Livres (Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros), Biblioteca do livro didático da Faculdade de Educação da USP e Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

Galeria das antologias escolares: entre o Império e a República

1871

1873

1876

1877

1879

1882

1900

1913

1913

1917

1926

1927

Fontes: acervos da Biblioteca do Livro Didático e Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros.

A partir desses 35 títulos coletados e uma gama de diferentes autores e editores, definimos o terceiro critério: eleger obras com no mínimo dois gêneros da emoldura na sua composição como capa e prefácio, pois contextualizam as obras, criando um fundo dialogante para seus leitores, e revela o diálogo estabelecido entre autor e interlocutores (orientação externa). Quarto critério: essas edições deveriam ser assinadas por autores e não por instituições, como, por exemplo, livrarias ou editoras.

Assim sendo, chegamos a seleção de 10 títulos, a saber: *Selecta Classica: ou collecção de trechos extrahidos dos autores clássicos portuguezes* (1871), de Filippe da Motta d'Azevedo Corrêa; *Iris Classico: coordenado e offerecido aos mestres e aos alumnos das escolas brasileiras* (1873), José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha; *Ornamentos da memoria e exercícios selectos: para formar o bom gosto e verdadeiro estylo pela lingua portugueza* (1877), de José Manoel Garcia e José Ignacio Roquette; *Selecta Classica de Prosadores Portuguezes* (1879), de Antonio Peixoto do Amaral; *Curso de Litteratura Brasileira: ou escolha de varios trechos em prosa e verso de autores nacionaes antigos e modernos* (1882), de Mello Moraes Filho; *Florilegio contemporâneo: para uso das escolas secundarias* (1901), de João Köpke; *Céo, Terra e Mar: prosa e verso* (1914), de Alberto de Oliveira; *Autores Contemporaneos: excerptos de escritores brasileiros e portuguezes do século XIX* (1917), de João Ribeiro; *Chrestomathia brasileira: colecção de páginas e excerptos de prosadores e oradores nacionaes do século 19* (1920), de Henrique Coelho; *Anthologia brasileira: selecta em prosa e verso* (1927), de Eugenio Werneck.

Após essa seleção realizada a partir de critérios comuns, descritos acima, realizamos leituras interpretativas e analíticas dos enunciados dos gêneros da emoldura das antologias escolares, principalmente capa, preâmbulo, introdução e índice, com o objetivo de identificar o projeto discursivo de cada obra. Depois de cotejá-las, em confronto com os critérios estabelecidos, tomamos como *corpora* as seguintes publicações: *Iris Classico: coordenado e offerecido aos mestres e aos alumnos das escolas brasileiras* (1873 [1859]), de José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha; e *Autores Contemporaneos: excerptos de escritores brasileiros e portuguezes do século XIX* (1917 [1894]), de João Ribeiro.

Ao colocar em tensão essas duas publicações de dois eixos históricos, percebemos indícios de que em cada obra se refletia um projeto discursivo de identidade e língua nacional, constitutivo do contexto histórico de cada obra, isto é, da sociedade imperial e da republicana. Diante dessa delimitação, nas duas seções a seguir apresentamos as obras analisadas a partir de dois eixos: externo, compreendendo as esferas de produção, circulação e recepção, e autores; interno, abrangendo composição das obras, com foco na coletânea de excertos.

3.2 *Iris Classico*: antologia escolar do Segundo Reinado

3.2.1 Produção, circulação e recepção

Iris Classico: coordenado e oferecido aos mestres e alunos das escolas brasileiras, contou com seis edições entre 1859 e 1873. De acordo com informações do *Diccionario Bibliographico Portuguez* (SILVA, 1869), a primeira edição, na qual se estampa o brasão do Império Brasileiro (cf. fig.2), foi publicada no mês de fevereiro em Lisboa, na tipografia franco-portuguesa de Lallemant, servindo de arquétipo para as futuras edições; as quais deveriam ser publicadas no Brasil pela casa dos livreiros-editores Eduardo e Henrique Lammaert, que, conforme tratamos no capítulo II, foi a maior e mais luxuosa das livrarias-editoras do Império, ficando muito conhecida pela publicação do almanaque mais completo da Corte: *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro*. O prestígio dos empresários rendeu uma visita do Imperador Pedro II a uma de suas fábricas.

Além disso, vale ressaltar que, segundo Bittencourt (1992), esses mesmos editores receberam o título de oficiais da Ordem Imperial da Rosa, condecoração militar oferecida àqueles considerados como leais à Sua Majestade e com serviços oferecidos ao Estado (Hallewell, 1985). Essa lealdade nos leva a compreensão de que as produções editoriais dos irmãos Lammaert – inclusive *Iris Classico* – se harmonizavam discursiva e ideologicamente com interesses da realeza.

Diante da força editorial e ideológica da Lammaert compreendemos que muito do que a diminuta elite letrada do Segundo Reinado leu, em diferentes esferas, passou por essa fábrica, inclusive *Iris Classico*, antologia escolar de

cunho português, de autoria do conselheiro lusitano José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha. A obra circulou em instituições de ensino secundário brasileiro, público³² e privado, entre as décadas de 1860 e 1870, portanto, no Segundo Reinado (1840-1889). A primeira e principal instituição escolar a integrá-la entre professores e alunos foi o Imperial de Colégio de Pedro II, que a indicou para as aulas de Português do primeiro ano, entre 1860 e 1869.

Em outros colégios da Corte e das demais províncias, a adoção de obras escolares contava também com divulgações, principalmente anúncios em jornais e correspondências escrita pelos autores das obras direcionadas a autoridades da esfera educacional.

Fig. 2 – Rosto da 1ª edição (1859)

Fonte: Laboratório de Ensino e Material Didático de História da USP.

³² A essa época, escola pública não era sinônimo de escola gratuita, uma vez que os alunos pagavam mensalidade, ainda que houvesse uma pequena parcela de bolsistas parciais e integrais. O adjetivo público alude ao Governo, no sentido de que era uma instituição criada e diretamente controlada pelo Estado.

Encontramos dois documentos que comprovam o uso dessas táticas por José Castilho. A primeira trata-se de um anúncio³³ disposto na edição 1104 de 1º de novembro de 1859 de *A Marmota*³⁴, periódico produzido na capital da corte pelo prestigiado jornalista Francisco Paula de Brito.

Fig. 3 – Recorte do anúncio da venda de *Iris Classico* (1859)

Ano 1859\Edição 01104

IRIS CLASSICO
 ORDENADO E OFFERECIDO
 AOS MESTRES E AOS ALUMNOS DAS
ESCOLAS BRASILEIRAS
 PELO SR. CONSELHEIRO
José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha
 Vende-se na Livraria do Snr. Pinto de Sousa,
 rua dos Ciganos n. 43. Preço 1^o000.

E' impossivel, em um só volume, e por tão diminuto preço, achar-se um complexo de tantas cousas boas, instructivas, recreativas, curiosas e agradaveis, tanto em prosa, como em verso.

No — IRIS CLASSICO — não ha um só facto historico de cuja veracidade se possa duvidar; um só discurso que não seja de um fundo moral e proveitoso; uma só phrase que não seja portugueza : é o verdadeiro livro da mocidade, porque para a mocidade foi elle impresso. O que se acha nas suas 233 paginas é escolha, talvez, de mais de cem volumes e trabalho feito por quem estava mais que muito habilitado para o fazer. Nós o recommendamos ao publico, porque de toda a consideração o achamos digno, parecendo-nos que bastaria unicamente o nome de seu illustre autor, para que elle merecesse, tanto dos Brasileiros como dos Portuguezes residentes nesta côrte, a aceitação de que em tudo é digno.

Fonte: *A Marmota* (1859)³⁵

No texto, relevam-se, visualmente, o título da obra, os interlocutores/consumidores previstos, nome do autor, que é acompanhado de seu título real “conselheiro”. Em seguida, apresenta-se o local de venda e o preço; e uma descrição elogiosa da obra, cuja finalidade é a formulação conceitual da antologia escolar destacando-se as suas qualidades: bom preço;

³³ A página completa consta no anexo O.

³⁴ De acordo com informações contidas no corpo da publicação, sua periodicidade era duas vezes por semana, as terças-feiras e sextas-feiras.

³⁵ Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=706922&pagfis=350&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: 30 ago. 2017.

“cousas boas, instructivas, recreativas, curiosas e agradáveis, tanto em prosa como em verso”, que significa compreender que a obra apresenta conteúdo de qualidade, predicado comprovado pela veracidade histórica, discurso de fundo moral e proveitoso, configura-se em língua nacional (frase portuguesa); escolha criteriosa, feita por quem estava “muito habilitado para o fazer”; ilustre autoria, conselheiro real. Esses enunciados refletem valorações sociais da sociedade letrada do Império integradas à obra, a exemplos da concepção de ensino moralista e o conceito (centralizador) de língua nacional empregada à concepção da obra.

O segundo documento corresponde a uma carta de apresentação de *Iris Classico*, escrita e enviada por José Castilho ao presidente da província do Amazonas, em outubro de 1859:

Ilmo e Exmo Snr: - Tendo sido honrado pela Directoria Geral dos Estudos da Província da Bahia³⁶ com o convite para formular um livro, conveniente ao estudo, nas escolas brasileiras, e tendo-me sido igual honra conferida pela Directoria da Província de Pernambuco e outras, tomo a liberdade de levar às mãos de V. Ex^a um exemplar do – *Iris Classico* – obra destinada a encher uma lacuna do ensino, onde for adoptada para uso das escolas, às quaes, bem como às Directorias de Estudo, ordenei que o livro fosse dado pelo aproximado preço de custo. Ouso pensar que assim se prestou um serviço á instrucção, fazendo que a infância beba um puro leite intellectual, acostumando-se, bem cedo, á phrase tersa e pollida, á palavra escolhida e appropriada, ao donoso dizer de nossos maiores, cuja a majestade se vai afogando no dilúvio de desmandos de ousados, e demolições de ignorantes. (NORONHA, 1859 apud CORRÊA, 2006, p. 76).

Na correspondência, o autor revela que *Iris Classico* foi produzida a partir de um convite do diretor-geral de instrução da província da Bahia, para alunos de escolas brasileiras, portanto, trata-se de um enunciado responsivo. Em seguida, enfatiza a necessidade de que fosse comercializada por um baixo custo, dando a compreender que seu intuito foi prestar “um serviço a instrucção”. Esclarece ainda que seu objetivo com essa antologia escolar era apresentar aos alunos um modelo de língua, mediante exemplos da “prhase tersa e pollida”, da

³⁶ A época da primeira edição de *Iris Classico* (1859), o diretor-geral dos Estudos da província da Bahia era o pai de Ruy Barbosa, o médico Dr. João José Barbosa de Oliveira (1818-1874), que ocupou o cargo entre 1857 e 1860. Na vigência do seu cargo, instituiu o Regulamento do ensino Orgânico, pelo qual se extinguiram as aulas régias e se estabelecia o sistema de ensino na província tanto no nível primário quanto no secundário (Nunes, 2008).

“palavra escolhida e appropriada” dos “nossos maiores” autores. Valorações semelhantes a encontradas no anúncio de *A Marmota*.

Em outra correspondência relativa à obra, também escrita por José Castilho para o presidente da província de Alagoas em 1860, o autor apresentava sua avaliação acerca sua antologia escolar, a partir da sua ampla circulação no território brasileiro:

[...] ja hoje me consta haver sido adoptado, para o sobredito fim, pelas provincias da Bahia, Ceará, Espirito Sancto, Goyaz, Maranhão, Minas, Pará, Parahyba do Norte, Pernambuco, Piauhy, Rio Grande do Norte, Sancta Catharina, Sergipe, e bem assim pelo Conselho de Instrucção Pública da corte, e collegio Pedro II (NORONHA, 1860, p. 15).

Essa avaliação é uma resposta defensiva referente aos pareceres produzidos por dois avaliadores de Alagoas: José Corrêa da Silva Titara, diretor de Instrução Pública, e José Alexandre Passos, professor de português e análise dos clássicos e instrutor paroquial. Os quais mesmo tendo aprovado a obra, apontaram algumas falhas, sobretudo em relação as inovações ortográficas utilizadas por José Castilho.

Para o diretor da instrução pública, José Corrêa da Silva Titara, o destaque da obra refere-se ao seu estilo clássico de linguagem, bem como a elevação dos pensamentos e pureza das ideias. Ressalta que seus destinatários sejam alunos avançados na leitura e sapientes da regência portuguesa, não sendo apropriados para os estudantes das primeiras letras. Quanto ao seu ponto negativo evidencia a permanência de “[...] deffeitos ou inconvenientes de orthographia” (TITARA, apud NORONHA, 1860, p. 05) sem devidas justificativas e intoleráveis em uma obra de cunho clássico, de pretensão escolástica destinada “[...] a ser modelo de estylo, de linguagem, e de orthographia da lingua vernacula” (TITARA, apud NORONHA, 1860, p. 05).

Semelhante ponto da ortografia é frisado pelo professor José Alexandre Passos, que avalia:

[...] não acho inconveniente em ser ele admittido nas aulas de instrucção primaria d'esta provincia, como pretende seo auctor, depois de corrigidos, na segunda edição, os deffeitos de orthographia que contém, e que podem introduzir vicios d'este genero nos alumnos (PASSOS, apud NORONHA, 1860, p. 07).

Noronha contesta a acusação, argumentando que seu intuito primário foi contribuir para solucionar “um alto problema social – o retemperar da língua, tão ameaçada de dissolução”. Nesse sentido, sua obra apresenta para os alunos “modelos de puro dizer” (NORONHA, 1860, p. 29). Revelando a abordagem teórica que sustenta *Iris Classico*: o purismo linguístico.

Além disso, o autor destaca outros quatro predicados de seu livro e de publicações deste gênero. Primeiro, por esses livros se poder estudar a verdadeira índole da língua, uma vez que são constituídos de textos escritos por mestres dignos de seus discípulos notarem; segundo, o sistema antológico oferece vantagens, dentre as quais a de não ter um único autor e apresentar variedade de assuntos; terceiro, seu público juvenil, porque é nessa idade que a memória recebe duradouras impressões, por isso a coerência da difusão nessas mãos; quarto, a seleta funciona como um mentor de linguagem e sentimento, assim havia um desejo de que as crianças adquirissem conhecimentos proveitosos nos exercícios de memória, tendo os excertos o objetivo de fecundar os valores da moral, do bom cristão, bom pai, bom amigo, bom cidadão, excitações dos amores sublimes a Deus. (NORONHA, 1860).

A polêmica envolvendo o livro reforça a funcionalidade ideológica do projeto didático da obra, já indiciado pelo autor na carta de apresentação: assimilação da normatização de uma língua nacional, de perfil clássico-literário, tendo nos excertos citados um modelo linguístico-discursivo e temático-ideológico.

De todo modo, o empenho de Noronha em defesa da sua obra parece ter surtido efeito. Em 1872, o diretor-geral da província de Alagoas solicita exemplares de *Iris Classico*, indicando que aí o livro fora adotado:

Provincia das Alagoas Directoria geral de Instrucção Publica de Maceió, 22 de Janeiro de 1872. Ilmo. Exmo. Snr. Em cumprimento a ordem de V. Ex^a. que em officio nº 123 de 12 de Dezembro ultimo encomendando a esta Directoria, que adopte nas escholas publicas da provincia o “Iris Classico” do Conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto de (sic)³⁷ Noronha, e indique o numero [ilegível] de exemplares, tenho a satisfação de devolver a V. Ex^a. que presentemente julgo para o referido fim bastante o numero de quinhentos (500) exemplares da mencionada obra. (ALAGOAS, 1872, s.p.).

³⁷ O correto seria a conjunção e, contudo, grafou-se a preposição de.

Mesmo gerando questionamentos, essa antologia escolar permaneceu muitos anos nas escolas, sendo que em 1873 a obra já contava quatorze anos. Vieira (2010, p. 73), pesquisador que se dedica aos estudos das traduções epigramáticas realizadas por José Castilho, afirmou que o *Iris Classico* foi “[...] a antologia escolar mais utilizada no Segundo Reinado [1840-1889]”. Em sua primeira edição foram consumidos dez mil exemplares, tais dados revelam sua incorporação nas escolas das províncias do Brasil.

3.2.2 José Castilho, conselheiro da realza

José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha nasceu em Portugal em 1810, mas passou parte de sua vida no Rio de Janeiro, entre os anos de 1847 e 1879, ano de sua morte, podendo, assim, ser considerado um luso-brasileiro.

De família nobre e influente, irmão de um dos expoentes do Romantismo português, o poeta Antonio Feliciano de Castilho, José Castilho era um polígrafo (Teixeira de Mello, 1881) que, reconhecido em sua época, pertencia a um grupo seleto de pessoas que mantinham aproximações com o Imperador D. Pedro II, ambos tinham uma paixão comum: a literatura clássica. Ele se tornou, na Corte do Segundo Reinado, o principal divulgador da produção literária latinista (Vieira, 2010). Com isso, podemos considerar que suas publicações eram apoiadas pelo Imperador, inclusive *Iris Classico*.

Sua origem fidalga e a fidelidade para com o Imperador rendeu-lhes inúmeros títulos, que apresentaremos quando tratarmos da folha de rosto da obra, mas antecipando, o principal deles foi de Conselheiro de D. Pedro II, ou seja, muitas das decisões tomadas pelo rei eram realizadas mediante seus respaldos. Esse parece ter sido o título que o consagrou, tanto assim que em textos nos quais seu nome é citado geralmente é antecedido por esse epíteto, a exemplo da já referida correspondência oficial do diretor-geral da província das Alagoas em 1872, solicitando exemplares da sua antologia escolar: “o ‘Iris Classico’ do Conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto de (sic) Noronha” (ALAGOAS, 1872, s.p.); e a nota de seu falecimento estampado na *Gazeta de Notícias* (1878) e inserido em *Ephemerides Nacionaes* (1881, p. 87): “falece na sua residencia do morro de Santa Thereza, na cidade do Rio de Janeiro, o conselheiro José Castilho de Barreto e Noronha”.

O autor estudou Direito em Coimbra, Medicina na França e se fixou no Rio de Janeiro como advogado e escritor. Nessa cidade, funda o periódico *Iris*³⁸, do qual foi editor e redator. *Iris* foi um “Periodico de Religião, Bellas-artes, Sciencia, Lettras, Historia, Poesia, Romance, Noticias e Variedades. Collaborado por muitos homens de lettras. Redigido por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha” (NORONHA, 1848, s.p.), circulava quinzenalmente, entre os anos de 1848 e 1849, e contou com nomes de peso da literatura brasileira como Joaquim Manoel de Macedo e Antônio Gonçalves de Magalhães.

Segundo Sant’Anna, um dos principais objetivos da revista era

[...] aproximar Brasil e Portugal, o que não se realiza. O momento não estava propício para isso: a busca pela identidade nacional, distinta e independente da portuguesa, fazia da aproximação com Portugal algo indesejável para muitos brasileiros, e como a maioria dos colaboradores eram brasileiros, não auxiliaram o redator nesse intento (SANT’ANNA, 2010, p. 17).

José Castilho foi um intelectual influente nos cenários literário e político. Exemplo disso foi a admiração que Machado de Assis tinha acerca de suas publicações e os desentendimentos ocorridos entre ele e José de Alencar a respeito da Lei do Ventre livre. Castilho, acompanhando os pares políticos de D. Pedro II, posicionou-se a favor, por entender que era um passo para alcançar a abolição, enquanto José de Alencar foi contra, por entender que se tratava de uma manobra dos políticos da direita. Além disso, o empenho de José de Alencar por uma língua brasileira sofreu inúmeras críticas de Noronha, que se empenhava na manutenção do laço Brasil e Portugal. Tais polêmicas foram acompanhadas pelos leitores do *Questões do Dia*, com o pseudônimo de Cincinato, José Castilho escrevia cartas criticando José de Alencar.

Outro aspecto sobre José Castilho refere-se aos seus estudos da cultura clássica, pois era considerado um excelente latinista, filólogo e tradutor de textos clássicos latinos. Nessa área, destacam-se as seguintes obras: *Amores* (1858)

³⁸ Essa sinonímia (*Iris*) entre o periódico e a antologia escolar levou Sena e Barbosa (2012) levantarem a hipótese de que a coletânea de textos constitutiva da segunda seria originária da primeira. Contudo, não aderimos à hipótese, pois nos cotejos que realizamos dos exemplares desse periódico, disponível no acervo virtual da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, não identificamos textos, ou parte deles, presentes na antologia escolar *Iris Classico* (1873). Cf. <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/iris/823325>>

e *Arte de Amar* (1862), de Ovídio³⁹, traduzido por Antonio José de Castilho e com notas e comentários de José Feliciano de Castilho.

Outras produções também são destacadas: em 1827, *Os estudantes de Coimbra, ou fidalgo com há muitos, comédia em cinco actos*; em 1830, *Grito de Liberdade: canto dedicado aos emigrantes portugueses por um portuguez*; em 1866, *A escola de Coimbrã*; em 1867, *Manoel Maria Du Bocage: excerptos seguidos de uma noticia sobre sua vida e obras*, que lhe rendeu elogios numa correspondência escrita por Machado de Assis.

No âmbito da educação, publica duas obras: em 1859, *Iris Classico*; em 1860, *Orthographia Portugueza e a missão dos livros escolares*, obra que contempla a defesa da ortografia etimológica (Borges, 2013 e Vieira, 2010).

Poucos meses após sua morte é realizada uma homenagem, no espaço de três páginas, no periódico português *Occidente: Revista illustrada de Portugal e do Estrangeiro*⁴⁰. No artigo, António Xavier Rodrigues Cordeiro, poeta do ultrarromantismo português, destaca que mesmo vivendo grande parte de sua vida no Brasil, nunca havia deixado de “sentir vivo no coração o amor pela terra em que viu, pela primeira vez, a luz do mundo”, sempre deu apoio ao governo brasileiro, sempre que fora consultado, “um brasileiro não faria mais”. Segundo Cordeiro, essa conclusão pode ser comprovada por Franklin Távora, no discurso de despedida proferido em seu velório, leiamos os trechos destacados pelo autor:

Se a maledicência não raro achou em que cevar a sua sanha, fazendo de Castilho a sua victima, a verdade, manifestas a todas as vistas, é que a Penna habilíssima de Castilho, explicando os factos, discutindo theorias, restabelecendo principios, confrutando falsas asserções, mais de uma vez salvou o governo de injustas sentenças de opinião transviada, e a ordem publica de perturbações eminentes (TAVORA, apud CORDEIRO, 1879, p. 43).

³⁹ Públio Ovídio Naso nasceu em 43 a. C. em Sulmona, na Itália, e viveu até por volta de 17 a. C. É considerado um dos últimos poetas elegíacos. A poesia elegíaca tinha como tema o amor mítico, por isso em seus versos há intensa melancolia, tristeza pelo amor inalcançável. Entretanto em Ovídio a elegia transforma-se em estilo literário, pois em suas poesias a amada é específica, o amor explorado nos poemas é trazido como uma experiência pessoal, há dor, sofrimento, pois suas amadas ou são cortesãs ou mulheres casadas (SILVA, 2013).

⁴⁰ Fundada em Lisboa (1878 – 1909), era considerada uma revista “artística e literária, entre o jornal popular e o periódico científico e literário oitocentista, a *Occidente* incluía um espaço de ateliê onde modernos processos de gravação permitiam a publicação de imagens de notável qualidade” (SANTOS, 2009, p. 17).

Também são citados o projeto da gradual abolição da escravatura e outras duas produções de relevância para o progresso do Brasil, o primeiro a seleta *Iris Classico* e a segunda o periódico *Iris*:

Falle uma vez por todas a questão do Elemento servil ou a defeza do Projecto para a gradual abolição da escravatura, que elle estudou, que elle auxiliou, que elle apostolou, que elle defendeu, luctando com as resistencias, que a má vontade e os interesses feridos de muita gente alimentavam, e o Brazil, a cujas escholae elle havia offerecido a Selecta Iris Classico, a cuja historia, artes, letras e sciencias elle havia dedicado o periodico Iris [...] (CORDEIRO, 1879, p. 43).

Esses extratos de documento da época confirmam por um lado, o perfil do autor de *Iris Classico* enquanto um sujeito influente nos cenários público, político e intelectual; e por outro, um sujeito de nacionalidade e valores ideológicos portugueses e aristocráticos.

3.2.3 Seleção de excertos

A sexta edição de *Iris Classico* (1873 [1859]) apresenta o total de 340 páginas. A obra é constituída de gêneros intercalados que compreendem: os gêneros a emoldura (orientação exterior), os quais emolduram a obra; e o gênero antologia (orientação interior), compreendido por uma seleção de excertos citados.

O primeiro grupo constitui-se de sete gêneros, que serão descritos e analisados no próximo capítulo: página de rosto, na qual constam o título da obra, interlocutores presumidos, autoria, editores, edição e ano de publicação; carta dedicatória a “Sua Majestade o Senhor D. Pedro Segundo Imperador do Brazil”, que atua como voz de autoridade e proteção à obra; “Duas palavras sobre a segunda edição”, trata-se de uma nota para a segunda edição em que o autor tece louvores sobre sua obra, conferidos pelo grande volume de vendas da primeira edição (10 mil exemplares), e exaltação à língua portuguesa; “Conversação preambular com os meninos estudiosos”, dialoga com os interlocutores, conceituando a obra, situando-os acerca da sua composição e concepção de língua nacional.

Constam ainda, ao final da obra: “Despedida do collector aos meninos estudiosos”, o antologista defende sua obra, declara a (des)organização da

seleta, justifica sua existência, acentua o seu foco, que é a vernaculidade, as escolhas dos autores que a compõem e remata o caráter doutrinário da assimilação do discurso do outro; “Epílogo da terceira edição”, arremata o conceito da obra; e “Índice dos artigos contidos n’este volume”.

O segundo grupo de gêneros, que compõe a organização do conteúdo, isto é, a compilação de excertos, a qual o autor considerou como artigos, e que nós compreendemos como coletânea de excertos citados (discursos do outro), é constituído de 181 excertos, os quais estão distribuídos em cinco partes.

Com o propósito de apresentar um índice expandido da obra, a partir da descrição de escritores, suas nacionalidades e épocas constitutivas das cinco partes da antologia; assim o foco temático de cada um dos 181 excertos citados ao longo da obra, elaboramos a tabela 3.

Tabela 3 - Índice expandido de *Iris Classico* (1873 [1859])

Primeira Parte – Louvores da nossa língua				
Título	Autor	Tema	Nacionalidade	Página
Universalidade da língua	Duarte Nunes do Leão (1530-1608)	Predomínio da língua portuguesa em territórios lusitanos.	Portuguesa	17
Latinidade da língua	Duarte Nunes do Leão (1530-1608)	Raiz latina da língua portuguesa.	Portuguesa	18
Dotes peculiares da língua	Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	Exaltação das qualidades estilísticas da língua portuguesa.	Portuguesa	19
O mesmo assumpto	Jorge Ferreira de Vasconcellos (1515-1585)	Exaltação da proximidade da língua portuguesa com o latim.	Portuguesa	20
Ainda ao mesmo assumpto	Miguel Leite Ferreira (15??)	Preservação dos dotes da língua portuguesa	Portuguesa	21
Prosadores e poetas classicos da língua, pertencentes á era de quinhentos e seiscentos	Antonio José Viale (1806-1889)	Trechos de poemas de escritores lusos de 1500 e 1600.	Portuguesa	21
Descobrimento, reconhecimento e primeira povoação do Brasil	Padre Balthazar Telles (1596-1675)	Expansão territorial portuguesa.	Portuguesa	29
Pedro Alvares Cabral	Antonio José Viale (1806-1889)	Caráter heróico de um dos mais	Portuguesa	31

		importantes navegadores lusos.		
Heroes na defesa do Brasil contra os Holandeses	Antonio José Viale (1806-1889)	Heroísmo de combatentes portugueses.	Portuguesa	32
Excellencias da paz	João de Barros (1496-1570)	Missão civilizatória pretendida pelos portugueses.	Portuguesa	33
Ultimos dias de D. João de Castro	Jachinto Freire de Andrada (1597-1657)	Elogio à nobreza portuguesa.	Portuguesa	34
Real recomendação de um afilhado	D. Manoel (1469-1521)	Relação política entre membros da realeza.	Portuguesa	36
Desinganos	Frei Antonio das Chagas (1631-1682)	Advertência acerca dos valores mundanos	Portuguesa	37
Os Alarves de Berberia	Frei Bernardo da Cruz (15??-??)	Descrição de riquezas naturais e materiais	Portuguesa	38
Jogos	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Condenação às consequências dos jogos.	Portuguesa	39
Retrato de El-rei D. Duarte de Portugal	Duarte Nunes do Leão (1530-1608)	Elogio à nobreza portuguesa.	Portuguesa	41
Estado da Bahia em 1686	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Descrição do contexto social e político da Bahia.	Portuguesa	42
Matrimonio	Dom Francisco Manoel de Melo (1608-1666)	Virtuosidade do casamento.	Portuguesa	43
Visita de D. Affonso V de Portugal a D. Luiz XI de França	Duarte Nunes do Leão (1530-1608)	Relações políticas entre realezas.	Portuguesa	45
Cortezia e generosidade dos bons tempos	Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	Qualidades de um ilustre capitão português.	Portuguesa	47
Nobreza adquirida pelo valor e virtude	Alvaro Ferreira de Vera (15??-1645)	Ascensão social por via de favores a realeza.	Portuguesa	53
Brevidade nos despachos	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Crítica à lentidão dos serviços públicos em Portugal e Brasil.	Portuguesa	56
Declinação da prosperidade antiga	Francisco D'Andrade (1540-1614)	Causas da decadência da prosperidade portuguesa.	Portuguesa	58
Padre Mestre Ignacio Martins	Padre Balthazar Telles	Elogio a um clérigo português.	Portuguesa	59

	(1596-1675)			
Pescar	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Crítica ao trabalho dos clérigos de seu tempo.	Portuguesa	61
Invectiva contra o ouro	Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	Advertência quanto aos valores materiais despertado pelo ouro.	Portuguesa	63
Nobreza do perdoar	Frei Antonio das Chagas (1631-1682)	Perdão como uma das maiores virtudes do cristão.	Portuguesa	64
Qual se-tornára a Bahia, vindo a poder dos inimigos holandeses	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Defesa do controle dos portugueses às terras brasileiras.	Portuguesa	65
O peixe voador	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Defesa da predestinação social.	Portuguesa	67
Gulotoneria	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Rejeição à cobiça.	Portuguesa	68
Retrato de Annibal	Frei Bernardo de Brito (1569-1614)	Elogio a figura de um capitão português.	Portuguesa	70
Diferença de ladrões a ladrões	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	A impunidade dos ladrões do poder.	Portuguesa	72
Perigos que corriam nas peregrinações à Terra-Sancta	Frei Pantaleão D'Avero (15??-??)	Heroísmo dos portugueses em favor da propagação da religião cristã.	Portuguesa	73
As coroas do mundo e a salvação eterna	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Os bens materiais versus bens espirituais.	Portuguesa	76
Carta que Gil Vicente mandou de Santarem a el-rei D. João III, sobre o tremor de terra de 26 de janeiro de 1531	Gil Vicente (1465-1536)	Defesa da religião cristã.	Portuguesa	77
Total de excertos: 35				

Segunda Parte

Título	Autor	Tema	Nacionalidade	Página
Ingratidões da patria não desobrigam de a bem servir	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Condenação da ingratidão entre os homens e desses para com Deus.	Portuguesa	81
Louvores do saber	Padre Dom Rafael Bluteau (1638-1734)	Exaltação as virtudes encontradas nos sábios.	Portuguesa	82

Obras publicas	Padre Dom Rafael Bluteau (1638-1734)	A vaidade humana na sua eternização em obras públicas.	Portuguesa	84
Pesca da baleia	Francisco de Brito Freire (1625-1692)	Cultura particular no litoral brasileiro	Portuguesa	85
Edades dos estados portugueses na Índia até o auge da sua grandeza	Manoel Godinho (1563-1623)	Expansão territorial portuguesa na Índia.	Portuguesa	87
Cidade do Rio de Janeiro	Frei Francisco de S. Carlos (1763-1829)	Presságios à prosperidade do Rio de Janeiro.	Brasileira	91
Linguas do Brasil	Padre Simão de Vasconcellos (1597-1691)	Discussão acerca da variação linguística e preservação do idioma.	Portuguesa	92
Do bom escrever em historia	Padre Balthazar Telles (1596-1675)	Trata do estilo de escrever dos antigos historiadores.	Portuguesa	94
Contra a preguiça	Padre Dom Rafael Bluteau (1638-1734)	Reverência ao trabalho.	Portuguesa	95
Parabolas do Evangelho	Padre João Baptista de Castro (1700-1775)	Recriminação da usura e avareza. Enaltecimento da humildade, modéstia e caridade.	Portuguesa	96
A mocidade brasileira	José da Natividade Saldanha (1796-1830)	Culto ao patriotismo.	Portuguesa	98
Do que padece o assucar desde o seu nascimento na canna até sair do Brasil	André João Antonil (1649-1716)	Processo de produção do açúcar.	Portuguesa	98
Anedoctas de Luiz XI, rei da França	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Crítica à ganância.	Portuguesa	101
Descrição da Bahia	Padre Simão de Vasconcellos (1597-1691)	Destaques das riquezas geográficas e físicas de Salvador do século XVII.	Portuguesa	101
Fragmento curioso para a historia da sciencia maritima	Pedro Nunes (1563-1623)	Conhecimentos teóricos acerca da navegação.	Portuguesa	105
Immortalidade da alma	Antonio Pereira de Souza Caldas (1762-1814)	O dogma religioso da imortalidade da alma.	Brasileira	107

Riquezas naturaes do Brasil	Padre Balhazar Telles (1596-1675)	A diversidade constitutiva da fauna e flora brasileiras.	Portuguesa	108
Jornada D'Africa	Luiz Torres de Lima – Frei Thomé de Jesus (16??-??)	Caráter desbravador da nobreza portuguesa.	Portuguesa	118
O leão vencido	Manuel Maria Barbosa Du Bocage (1765-1805)	A fragilidade da farsa.	Portuguesa	120
A raposa e as uvas	Manuel Maria Barbosa Du Bocage (1765-1805)	A mentira e o orgulho.	Portuguesa	120
Titulo singular	Frei João do Santos (1570-1625)	Favorecimentos políticos.	Portuguesa	121
Idiotismos da nossa lingua	Frei Candido Lusitano (1719-1773)	Particularidades gramaticais da língua portuguesa	Portuguesa	122
Galardão da modéstia	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Cultivo à modéstia.	Portuguesa	124
João Fernandes Vieira	Frei Francisco de Sancta Maria (1532-1597)	Heroísmo patriótico de um militar que lutou em favor de Portugal contra os holandeses.	Portuguesa	125
Genio de um verdadeiro capitão	Jacinto Freire de Andrada (1597-1657)	Elogio ao patriotismo de um soldado português.	Portuguesa	125
Aves e outros animaes do Brasil	Padre Simão de Vasconcellos (1597-1691)	A diversidade da fauna brasileira.	Portuguesa	126
Cerco dos Holandeses na Bahia	Frei Francisco de Sancta Maria (1532-1597)	Heroísmo de combatentes portugueses.	Portuguesa	130
Invectiva contra os Gallicismos	Francisco Manoel do Nascimento (1734-1819)	Combate às influências da língua francesa na língua portuguesa.	Portuguesa	131
Defende-se a Bahia do poder dos Holandeses	Frei Francisco de Sancta Maria (1532-1597)	Superioridade dos combatentes portugueses.	Portuguesa	132
Como eram os primeiros povoadores do Brasil	Damião de Goes (1502-1574)	Descrição da cultura dos povos indígenas do período inicial da colonização.	Portuguesa	135

Despreso de benemeritos	Pedro da Costa Perestrello (??-1831)	Crítica ao modo de atribuição de honrarias.	Portuguesa	139
Diogo Alvares Correia, o Caramurú	Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779)	Enobrecimento de um desbravador das capitâneas brasileiras.	Brasileira	140
Conselhos de mulheres	Ruy Gonçalves da Camara (1550-1601)	Papel da esposa na sociedade.	Portuguesa	142
Affabilidade do Infante D. Duarte para com seo mestre	André de Rezende (1500-1573)	Educação exemplar de um infante.	Portuguesa	144
A primavera	Marquez de Paranaguá (1821-1912)	Celebração à natureza.	Brasileira	145
Falar pouco e a tempo	Luiz Torres de Lima - Frei Thomé de Jesus (1529-1582)	Controle do discurso.	Portuguesa	146
Cautelas que importa observar no escrever	Jachinto Freire de Andrade (1597-1657)	Conservadorismo na língua portuguesa.	Portuguesa	148
Saudades	Thomaz Antonio Gonzaga (1821-1912)	Saudades da amada.	Brasileira	149
Liberdade d'um pregador d'el-rei D. João III	Frei Luiz de Souza (1555-1632)	Exaltação as qualidades do orador do Rei D. João III.	Portuguesa	150
Carta d'el-rei João III para D. João de Castro	Dom João III (1502-1557)	A supremacia do rei.	Portuguesa	153
Liberalidade	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	O lado virtuoso e justo da liberalidade.	Portuguesa	153
A noite	Marquez de Paranaguá (1821-1912)	Cântico à natureza	Brasileira	154
Retrato do Padre Vieira	Padre André de Barros (1675-1754)	A virtude de um sacerdote	Portuguesa	155
Total: 43				
Terceira Parte				
Título	Autor	Tema	Nacionalidade	Página
Mais louvores da lingua portuguesa	Manoel Severim de Faria (1584-1655)	Exaltação às qualidades da língua portuguesa.	Portuguesa	157

Recolhe-se o condestavel D. Nuno Alvares Pereira ao convento do Carmo de Lisboa	Frei Domingos Teixeira (1675-1726)	Desapego aos bens materiais.	Portuguesa	158
Partida de Vasco da Gama de Lisboa	Luiz de Camões (1524-1579)	Enaltecimento do navegador das Américas	Portuguesa	160
Excellencias da doutrina christã	João Franco Barreto (1600-1674)	Qualidades de pontos da doutrina cristã.	Portuguesa	162
Notícias da China	Padre João de Lucena (1549-1600)	Riquezas materiais encontradas durante expedição.	Portuguesa	164
El-Rei D. João III	Antonio de Castilho (1800-1875)	Destaque para a virtuosidade do rei.	Portuguesa	168
Elogio da musica	João de Barros (1496-1570)	Sacralização da música na doutrina cristã.	Portuguesa	169
Antigas provincias do Brasil	Frei José de Santa Rita Durão (1722-1784)	Descrição e louvores às belezas naturais de províncias brasileiras.	Brasileira	171
Politica do grande Affonso de Albuquerque, tirada dos <i>Commentarios do grande Affonso de Albuquerque</i>	Affonso de Albuquerque (1453-1515)	Modelo de gestão política da realeza portuguesa.	Portuguesa	173
Minas do Brazil	Francisco de Brito Freire (1625-1692)	Riquezas encontradas no Brasil.	Portuguesa	176
Panegeryco da sciencia	João de Barros (1496-1570)	Louvor à ciência marítima.	Portuguesa	178
Noticias atrasadas	Filinto Elysio (1734-1819)	Elogio à prosa.	Portuguesa	180
Ostentação com que brilha a America	Frei Apollinario da Conceição (1692-1759)	Exaltação às riquezas naturais da América.	Portuguesa	180
Consolação nas adversidades	D. frei Amador Arraes (1530-1600)	Sufrimento inerente ao cristão.	Portuguesa	182
Elogio do Padre Antonio Vieira	Dom Francisco Alexandre Lobo (1763-1844)	Estilo de linguagem.	Portuguesa	183
Os amigos	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Amizade como virtude.	Portuguesa	186

Notavel carta de despedida	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Estilo de linguagem.	Portuguesa	186
A macaca e o burro	Filinto Elysio (1734-1819)	Advertência acerca dos erros e defeitos dos outros.	Portuguesa	187
Como fizeres te-farão	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Advertência quanto aos atos praticados pelos homens.	Portuguesa	188
Fructos da Bahia	Gabriel Soares de Souza (1540-1591)	Destaque para qualidade de frutos da Bahia.	Portuguesa	188
Quem quer vai, quem não quer manda	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Os deveres do homem.	Portuguesa	191
Sobre o mandamento do amor do próximo	Dom Francisco Bartholomeu de Martyres (1514-1590)	Excelência do amor ao próximo.	Portuguesa	192
Consolação	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Sufrimento inerente ao homem.	Portuguesa	194
O rato e o vagalume	Filinto Elysio (1734-1819)	Luta entre sábio e contra crítico.	Portuguesa	194
Juizo e intedimento	Mathias Ayres da Silva de Eça (1705-1763)	Defesa de o juízo como superior ao entendimento.	Portuguesa	195
Os tres risos	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Fé de um sacerdote.	Portuguesa	195
Resignação nas adversidades	Fernão Mendes Pinto (1510/14-1583)	Submissão dos fiés.	Portuguesa	196
O riso	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Falsa alegria nos lábios do ímpio.	Portuguesa	196
O gallo e a raposa	João Vicente Pimentel Maldonado (1773-138)	O perigo que o mau representa.	Portuguesa	197
Da fertilidade, plantas e fructos da terra	Frei Luiz de Granada (1504-1588)	Discurso religioso acerca de elementos constitutivos da terra.	Portuguesa	198

Refutações de maldizentes	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Julgamento entre os homens.	Portuguesa	201
Perigos da adolescência	Frei Manoel Consciencia (1700-1750?)	Utilidade dos bons exemplos.	Portuguesa	201
Amigos do meo	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Advertência das frágeis redes de relações pessoais.	Portuguesa	203
Cidade da Bahia	Gabriel Soares de Souza (1540-1591)	Belezas naturais da Bahia.	Portuguesa	203
Elephantes	João Ribeiro (1636-??)	Curiosidades acerca dos elefantes vistos na África.	Portuguesa	204
Mil por um	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Agradecimento como virtude.	Portuguesa	205
Descrição de Pekin	Padre Manoel Consciencia (1700-1750?)	Descrição de riquezas e costumes dos chineses.	Portuguesa	206
Banqueteadores	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Repúdio à vaidade e ao egoísmo.	Portuguesa	209
Das aranhas e suas teias	Frei João de Ceita (1578-1633)	Os labirintos da maldade.	Portuguesa	210
Justiça, mas com equidade!	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Defesa acerca do equilíbrio e justeza das coisas.	Portuguesa	212
Oratoria sagrada	Frei João Pacheco (1677-1747)	A retórica do bom orador.	Portuguesa	213
Bens transitórios	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Defesa dos bens materiais como transitórios.	Portuguesa	215
Dos palradores indiscretos	Duarte Ribeiro de Macedo (1618-1680)	Crítica a vaidade de alguns oradores.	Portuguesa	216
Necessidade	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	O benefício trazido pela necessidade.	Portuguesa	217
Descrição ideal da ilha Fortunata	Padre Manoel Consciencia (1700-1750?)	As riquezas materiais da Ilha, na descrição de pedras preciosas.	Portuguesa	218
Parabola da viúva	Padre Manoel Bernardes	O valor da caridade.	Portuguesa	219

	(1644-1710)			
Da memoria natural e artificial	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Reverência à hierarquia.	Portuguesa	220
Premios	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Crítica à política das condecorações.	Portuguesa	222
Ingratidão de Judas	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Bondade de Jesus frente a ingratidão.	Portuguesa	224
Querer e poder	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Limitações do poder humano.	Portuguesa	225
Inveja	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	A maneira de avaliar dos invejosos.	Portuguesa	227
A usura e a lepra	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Semelhanças entre a usura e a lepra.	Portuguesa	228
Palavras e acções de Rei	Pedro de Mariz (1550-1615)	A virtude de ser obediente.	Portuguesa	229
Perigos e trabalho	Fernão Mendes Pinto (1510/14-1583)	O carácter ditoso do desbravamento dos portugueses.	Portuguesa	230
Consolação	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Recompensa divina dos que sofrem na terra.	Portuguesa	231
Pão para a boca	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Fé como alimento para a alma.	Portuguesa	232
Parabola evangelica	Padre João Baptista de Castro (1700-1775)	Cultivo do amor ao próximo.	Portuguesa	236
Justo e pastor	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Martírio e reconhecimento da fé cristã.	Portuguesa	236
Milagres da união	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Louvores ao matrimônio.	Portuguesa	238
O cavaleiro	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Repúdio à ostentação.	Portuguesa	238
Gula	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Consequências adquiridas com a gula.	Portuguesa	239

O que vale para o céu	Padre Antonio Veira (1608-1697)	Critérios que levaram os homens ao céu.	Portuguesa	240
Gladiadores	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	O caráter bárbaro dos homens antes de Cristo.	Portuguesa	242
Nascimento e morte	Padre Antonio Veira (1608-1697)	O valor do nascimento de Jesus.	Portuguesa	243
O Não	Padre Antonio Veira (1608-1697)	A dor e o sofrimento provocado pela negação.	Portuguesa	245
Demonstração do que é a alma	Padre Antonio Veira (1608-1697)	Virtudes que cada homem detém.	Portuguesa	245
Descanço	Padre Antonio Veira (1608-1697)	Descanso e paz encontrada na fé em Cristo.	Portuguesa	247
Total: 67				

Quarta Parte

Título	Autor	Tema	Nacionalidade	Página
Synonimos Moraes	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Recriminação de valores considerados mundanos.	Portuguesa	249
Triumphos romanos	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Adverte quanto a efemeridade da vida.	Portuguesa	251
Da charidade	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Celebração dos atributos da caridade.	Portuguesa	251
Juizos mundanos	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Crítica ao julgamento humano e sua vaidade.	Portuguesa	253
Cadeias de Ferro e bronze	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	O peso da difamação.	Portuguesa	253
Mortalidade de Monumentos	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Efemeridade do homem e das coisas do mundo.	Portuguesa	254
Tudo passa	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Efemeridade das coisas do mundo.	Portuguesa	255
Carta notavel	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Defesa da virtude de Padre Vieira.	Portuguesa	256
Total: 8				

Quinta Parte				
Título	Autor	Tema	Nacionalidade	Página
Escriptura e sua utilidade	Antonio de Sousa de Macedo (1606-1682)	Etapas de desenvolvimentos de escritos e sua funcionalidade.	Portuguesa	259
A imortalidade	Antonio Pereira de Souza Caldas (1762-1814)	A imortalidade da alma.	Brasileira	262
Proveito da Palmeira	Frei Gaspar de São Bernardino (15?-16?)	Descrição das utilidades da palmeira.	Portuguesa	264
A Primavera	Marquez de Paranaguá (1821-1912)	Saudações à primavera, momento de renovação.	Portuguesa	265
Trabalhos, e martyrios do Padre Nicolau do Rosario	Frei Luis de Souza (1555-1632)	Trajetória de um padre considerado como santo.	Portuguesa	267
Nictheroy	Januario da Cunha Barboza (1780-1846)	Cântico a Niteroi.	Brasileira	270
Os indios no Maranhão	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Costumes indígenas, descrição de seus armamentos de guerra.	Portuguesa	274
Brazil; seos fructos e pássaros	São Carlos Borromeu (1538-1584)	Construção de um Brasil paradisíaco.	Portuguesa	275
Cativeiro e morte do Infante D. Fernando	Duarte Nunes do Leão (1530-1608)	Heroísmo do Infante na batalha entre portugueses e mouros.	Portuguesa	277
O Infante D. Luiz, filho de El-Rei D.Manoel	Frei Francisco de S. Maria (1532/38-1597)	As virtudes de um infante.	Portuguesa	280
Aos gregos	José Bonifacio de Andrada (1763-1838)	Culto aos áureos tempos do grego e à cultura clássica.	Brasileira	282
Da muita fertilidade do reino de Sião, e de outras particularidades d'elle	Fernão Mendes Pinto (1510/14-1583)	Descrição da extensão geográfica, especiarias e relações sociais e políticas.	Portuguesa	284
O Pastor	Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	O bucolismo dos pastores.	Portuguesa	286

Sítio de Lisboa	Luiz Mendes de Vasconcellos (1542/43-1623/30)	Sacralização de um lugar venerado pelos portugueses.	Portuguesa	290
A Primavera	Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	Saudação à primavera e a renovação.	Portuguesa	294
Carta para a rainha D. Catharina, mãe de el-Rei D. Sebastião	D. Hieronimo Ozorio, Bispo de Silves (1506-1580)	Conselhos políticos.	Portuguesa	296
Qualidades da nossa língua	Manoel de Faria Severim (1584-1655)	Exaltação das particularidades da Língua Portuguesa.	Portuguesa	298
Psalmos – Quare fremuerunt gentes	Sem autoria	Questionamento acerca das coisas consideradas insignificantes.		299
O mundo	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	As inconstâncias da vida.	Portuguesa	301
O passarinho preso	Manuel Maria Barbosa Du Bocage (1765-1805)	Crítica a condição de cativa dos escravos.	Portuguesa	302
A ignorância e a paixão	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Condenação ao sentimento da paixão.	Portuguesa	303
À virtude	Borges de Barros (1780-1855)	Consagração do homem pela fé.	Brasileira	303
Discurso sobre a vida, e estylo dos pastores	Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	A vida e o estilo pastoris.	Portuguesa	305
O lobo e o jumento	Pimentel Maldonado (1773-1838)	O perigo da soberba.	Portuguesa	308
Contemplação das perfeições de Deus no espelho das criaturas	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Obediência do homem para com Deus.	Portuguesa	309
Vantagens do escrever e do ler	Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875)	Instrução acerca do valor da escrita e leitura.	Portuguesa	314
Grandeza das sciencias natuares	Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875)	A justeza das coisas e a seleção natural.	Portuguesa	316
A mulher	Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875)	Submissão feminina.	Portuguesa	316
Total: 28				

Fonte: Noronha (1873).

Numa leitura integral da tabela, constatamos que cada uma das partes da seleta, com exceção da primeira, apresenta títulos semelhantes (Louvores da nossa língua, Segunda Parte, Terceira Parte, Quarta Parte e Quinta Parte) os quais tratam de situar suas respectivas partes. Contudo, percebemos que o título atribuído à primeira parte “Louvores da nossa língua”, distancia-se dos demais, tal escolha pode ser esclarecida na advertência do coletor na primeira página da coletânea de excertos citados:

ADVERTENCIA DO COLLECTOR

Pareceu-nos bem inaugurar a obra com a auctorizada recommendação do seo mesmo assumpto, que não é outro senão a vernaculidade. Alentados volumes se-poderam incher com o que n'este particular deixaram incarecido os que melhor souberam, e mais ilustraram com seos escriptos este moderno latim, chamado portuguez; mas a forçada brevidade nos-obrigou a contentarmos-nos por agora com os poucos e breves trechos, que para vossa e nossa justa ufanía passamos a transcrever (NORONHA, 1873, p. 19).

Conforme lemos, o autor adverte o leitor que o foco da obra é a “vernaculidade”. Com isso, enquadra a perspectiva de estudos da língua portuguesa, considerada por ele como “moderno latim” no purismo linguístico. Trata-se, portanto, de um português clássico, o qual está representado pelos trechos selecionados por Noronha e transcrito para a “vossa e nossa justa ufanía”. Através do título do capítulo de abertura, o autor recupera a finalidade ideológica da obra: honrar, dignificar, reverenciar, louvar a “nossa língua”.

O levantamento da relação de escritores, nacionalidades, épocas e foco temático indiciam que a construção do projeto didático da coletânea de excertos concentrou-se em escritos do cânone portugueses, portanto, em elementos da cultura portuguesa.

Outro aspecto, o volume de escritores de origem clerical, e, conseqüentemente, de títulos e temas de excertos com foco na afirmação de valores católicos e morais antecipam, por um lado, a força do discurso moral na constituição da obra; e, por outro lado, a força que os textos clericais exerceram na representatividade da língua nacional no Império brasileiro, tanto assim, que na Quarta Parte só há textos dos Padres Antonio Vieira e Manuel Bernardes.

Essas descrições e discussões estabelecidos em torno de *Iris Classico* (1873 [1859]) revela a complexa rede de relações dialógicas presentes na constituição da obra.

3.3 Autores contemporâneos: antologia escolar da Primeira República

3.3.1 Produção, circulação e recepção

Autores contemporâneos: excertos de escriptores brasileiros e portugueses do século XIX contou com 25 edições publicadas entre 1894 e 1937, grande parte pela Livraria Francisco Alves⁴¹. Conforme discutimos no capítulo II, essa prestigiada livraria-editora dominou o mercado do setor didático entre fins do Segundo Reinado (1840-1899) e toda a Primeira República (1889-1930). Francisco Alves mantinha em seu catálogo um número extenso de autores e obras, esse domínio revela que muito do que a pequena parcela da elite leu nos bancos escolares da Primeira República passou pelas tipografia, catálogos e prateleiras dessa empresa editorial. No seu conjunto, o acervo da Francisco Alves apresenta um panorama ideológico da educação primária e secundária no século XX, apontando horizontes para futuras pesquisas.

Discutimos também que de acordo com Bragança (2001) o interesse dos autores em publicar pela Francisco Alves era consequência da astúcia comercial do livreiro-editor, garantido a fabricação e venda das obras, isto é, ele aglutinava duas funções: editor e divulgador dos livros. Essa segurança atestada aos autores advinha das redes de relações estabelecidas entre Francisco Alves e membros da instrução pública, o principal canal de comercialização das edições didáticas. Nesse sentido, o livreiro-editor buscava divulgar no seu catálogo e incorporar nas suas prateleiras obras didáticas, de diferentes disciplinas, que se harmonizassem com o discurso pedagógico do Estado, regulador do conteúdo ideológico incorporados às obras didáticas.

⁴¹ Um dos principais biógrafos de João Ribeiro, Mucio Leão afirma que a 2ª edição da obra é de 1896 pela editora Cunha e Irmãos Editores, declara ainda nunca ter visto sua primeira edição. Considerando que ela foi indicada pela primeira vez no Colégio Pedro II em 1895, então, a nossa hipótese é de que sua primeira publicação tenha sido em 1894, conjectura que ganha força numa pequena biografia do autor apresentada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na qual afirma ter sido a obra publicada pela primeira vez em 1894. A edição mais antiga a que tivemos acesso foi a 5ª edição, de 1904, na qual consta a Livraria Francisco Alves como sua editora.

Outro aspecto destacado nessa relação comercial era a honestidade de Alves com os autores, haja vista a forma privilegiada de contrato era a de parceria nos lucros. Ou seja, retiradas as despesas, o lucro era dividido em partes iguais entre autor e editor. O desempenho lucrativo da Francisco Alves ficou marcada no relato de João Ribeiro, citado nesta tese no capítulo II, no qual afirmava que o livreiro-editor acumulou fortuna e muita dela através das 150 edições de seus livros, somando mais de 1 milhão de exemplares.

Esses aspectos revelam a força da livraria-editora pela qual saiu grande parte das 25 edições de *Autores Contemporaneos*, antologia escolar brasileira, de autoria do membro da Academia Brasileira de Letras João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes. A obra integrou tanto as aulas de português em instituições de ensino secundário brasileiro entre as décadas de 1890 e 1930, portanto, na Primeira República; quanto os exames de preparatórios⁴², nos quais eram retirados alguns excertos para análise gramatical.

Fig. 4 – Rosto da 5ª edição de 1904

Fonte: Acervo pessoal.

⁴² Ressaltamos que esses exames equivaleriam hoje aos vestibulares, pois através dele que o aluno tinha acesso ao ensino superior.

A primeira e principal instituição escolar a incorporá-la entre professores e estudantes foi a mesma em que o autor era professor, o Ginásio Nacional (nome pelo qual também atendeu o Colégio Pedro II em parte da sua história), que a indicou para as aulas de Português do primeiro ao terceiro ano, pelo menos entre 1895 e 1917. A época da primeira indicação, a educação secundária e o próprio Colégio Pedro II orientavam-se às medidas da Reforma do Ministro Benjamin⁴³, efetivada em 1890, um ano após a Proclamação da República. Nessa medida, estabelecia-se a exclusão, no programa da principal instituição secundária da República, da matéria Instrução Religiosa, Teodicéia e Moral Religiosa. Tal determinação mostra a intenção do regime republicano em romper a ligação entre Igreja Católica e Estado, herança que perdurava desde a época colonial. Também excluiu-se Retórica, Filosofia e História Literária, em seu lugar criou-se a cadeira de História da Literatura Nacional. Essas deliberações, na esfera da educação secundária, mostra o esforço do governo para fortalecer a República através do discurso de nacionalidade. Tais medidas refletirão no conteúdo ideológico de obras adotadas nas escolas, a exemplo das antologias escolares, conforme mostraremos nas análises.

A longevidade das edições atesta que obra esteve às mãos, aos olhos e na memória de gerações de estudantes brasileiros. Por ocasião do centenário do autor, em 1960, o *Jornal do Comercio* de 1963 trazia alguns artigos acerca das multifaces de Ribeiro. Em uma delas, o escritor e acadêmico mineiro Vivaldi Moreira (1912-2001) destacava algumas de suas obras didáticas, dentre elas a presente antologia escolar:

“Autores Contemporaneos” é também livro querido de minha juventude. Antologia realizada com alto senso estético, com sumo gosto litterário, seu autor retirou o que de melhor tinha nas letras pátrias, quando de sua elaboração. Penso que o mal das antologias é o de indispor o principiante com os textos clássicos e afugentá-los dos autores ali apresentados. Tudo o que vem nas antologias só nos serve para incompatibilizar com o texto integral, salvo se que os apresentar for João Ribeiro ou Laet, cujos livros são primorosos (MOREIRA, 1963, s.p.).

⁴³ Tratamos disso no capítulo I.

Nesse trecho, Moreira elogia a obra destacando dois aspectos: o “alto senso estético” e patriótico do antologista, comprovada por meio da seleção de autores e excertos; e sua maneira de apresentá-los aos jovens leitores em formação. Através da interpretação das entrelinhas dessas declarações afetivas, que representa, de certo modo, o eixo de percepção da obra por um dos seus leitores, podemos nos aproximar da funcionalidade ideológica da obra no seu contexto de circulação. Tomando como elemento a inter-relação estabelecida nos enunciados “alto senso estético” (indica a autoridade crítico-literária de João Ribeiro), e “letras pátrias”, (indica escritores e textos representativos da língua nacional), compreendemos que uma das funcionalidades ideológicas de *Autores Contemporâneos* era o estabelecimento de uma língua nacional normatizada e a construção de um cânone literário, representado nos escritos de autores contemporâneos ao século XIX. Outro elogio, tanto a João Ribeiro quanto a obra, teceu Houaiss (1978, p.25) ao declarar: “Como antologizador, foi de rara acuidade, como o atestam seus *Autores Contemporâneos* e sua *Seleção Clássica*” (HOUAISS, 1979 p. 25). Enaltecimento que fortalece as nossas considerações acerca da funcionalidade ideológica da obra.

Em cotejo de edições posteriores a de 1917, encontramos na página de rosto de sua última edição, 25ª em 1937, informações de que obra foi adotada em vários institutos de ensino secundário e escolas normais. Em parte de sua pesquisa de doutorado acerca do circuito do livro escolar em escolas de Manaus entre 1852 e 1910, Corrêa (2006) apresenta um levantamento de títulos encontrados na relação de obras adotadas pelo Estado, dentre as quais cita a 9ª edição de *Autores Contemporâneos* (1914). Esse dado mostra, de certo modo, uma circulação mais ampla da obra em instituições de ensino para além do eixo Rio-São Paulo.

3.3.2 João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras

João Batista Ribeiro de Andrada Fernandes nasceu em Sergipe no ano de 1860 e faleceu aos 73 anos em 1934, passando grande parte da sua vida no Rio de Janeiro, onde chegara em 1880 para realizar estudos em curso superior. Após dúvidas acerca da faculdade a estudar, opta pelo curso de Ciências Jurídicas da Faculdade do Rio de Janeiro, onde se formaria em 1894. Segundo

Múcio Leão (1954), um dos seus principais biógrafos, foi no Rio de Janeiro que passou a se dedicar com mais fervor à atividade de jornalista, que iniciara na adolescência, escrevendo em vários jornais como: O Globo (1881), Gazeta de Notícias (1885) e A Semana (1887) – nos quais dá início a publicações de trabalhos sobre Filologia –, Jornal do Comércio (1895), Correio da Manhã (1903), Almanaque Garnier (1903-1915) – no qual foi diretor –, Imparcial (1912-1922) – dedicando-se à crítica literária –, Jornal do Brasil (1925), Estado de S. Paulo (1926). Publicou ainda em revistas como: Revista de Língua Portuguesa, Ciências e Letras, Revista da Academia Brasileira, Revista de Filologia.

Dono de um vasto conhecimento em diversas áreas João Ribeiro apresenta muitas faces de um polígrafo que pode ser conhecida a partir das várias atividades que exerceu: filólogo, professor, historiador, autor de livros escolares, memorialista, folclorista, escritor literário, pintor, ensaísta, crítico literário, tradutor, imortal da Academia Brasileira de Letras.

Schnaiderman (1971, p. 82), ao refletir acerca da contribuição intelectual de João Ribeiro à cultura brasileira declara:

Creio que a poucos autores brasileiros se aplica tão bem a noção de que o verdadeiro escritor e poeta sabe captar na realidade móvel de seu tempo os germes do desenvolvimento futuro, aquilo que está apenas em embrião, e que passa despercebido a seus contemporâneos.

Para o estudioso, as ideias disseminadas nas obras e nos textos de João Ribeiro atestam que foi um intelectual com pensamentos à frente de seu tempo em diversas áreas de conhecimento como a literatura, a linguística, a arte moderna, a cultura popular. Em um dos exemplos mostra que em 1880, em seus estudos linguísticos, valorizava a Semântica, de vertente histórica, bem antes da ascensão do funcionalismo.

Atualidade que também constatamos no artigo “livros didáticos”, publicado em 1919 do jornal *Imparcial* e incorporado ao volume V de *Crítica* (1961), uma série de artigos compilados por Múcio Leão. No texto, ao criticar a qualidade da instrução pública, afirma que os livros didáticos são “pequenos aparelhos e instrumentos de educação”, construído na tensão entre as boas intenções por parte daqueles que “escrevem por ofícios” e as coerções do “pelourinho dos reformistas”. As obras acabam por dizer “mudamente e eloquentemente o que

vai pelos miolos dos legisladores indigestos”, por isso, conclui que os livros didáticos configuram-se “documentos da psicologia social”, ou seja, expressões da mentalidade de uma sociedade.

Das inúmeras atividades que ele exerceu destacamos aquelas que, a nosso ver, ecoa com mais força em *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) e, de certo modo, dizem muito acerca de suas ideias. De acordo com Leão (1954), desde os seus estudos primários João Ribeiro mostrou interesse pela filologia importância que ficou visível no setor privado, em sua função de professor particular; e no setor público, entre 1885 e 1890, onde ocupou o cargo de oficial de secretaria da Biblioteca Nacional, no qual também desempenhou a função de Secretário do Instituto Filológico Brasileiro, no qual começava a se firmar como gramático e filólogo.

Ainda nesse tempo, despertou o olhar do livreiro-editor Francisco Alves que lhe encomendou três gramáticas: a primeira para a infância, a segunda para o curso médio e a terceira para curso superior. Aceito as encomendas publicavam-se, entre 1886 e 1887: *Gramática Portuguesa 1º ano*; *Gramática Portuguesa 2º ano* (curso médio); e *Gramática Portuguesa 3º ano* (curso superior). Tais obras foram expostas e premiadas na Exposição de Objetos Escolares de 1888, cabendo ao autor o prêmio e ao editor uma menção honrosa por tê-las publicados. Desde então, o intelectual brasileiro também passaria a desenvolver esse ofício.

Nessa área, também produziu também outros escritos, dos quais destacamos: *Morfologia e Colocação dos Pronomes* (1886), tese apresentada no concurso para professor de Português no Colégio Pedro II; *Estudos Filológicos* (1886), compilação de artigos escritos no jornal *A semana*; *Frases feitas* (1908), reúne um estudo de locuções, ditados e provérbios; *A Língua Nacional* (1921), compilação de notas acerca das particularidades do português no Brasil; *Curiosidades Verbais* (1927), apontamentos sobre características peculiares dos verbos em português.

Um exame sistemático, crítico e interpretativo acerca do pensamento teórico do autor nessa seara encontramos no texto da palestra proferida por Joaquim Mattoso Camara Jr., na Academia Brasileira de Filologia, em 1960, intitulada *As ideias gramaticais de João Ribeiro*. No qual destaca, com mais empenho, os principais pontos da doutrina gramatical do estudioso de “raciocínio

agudo e penetrante, servido por uma erudição enorme” (CÂMARA JR, 1960, p. 23). Tomando como exemplo central as ideias incorporadas na *Gramática Portuguesa Curso Superior*, Câmara Jr. realça dois conceitos de gramática defendidos por Ribeiro no prolegômenos do livro. Primeiro, cita a definição mais ampla de gramática: é a coordenação das formulas, leis ou regras da linguagem literaria ou polida” (RIBEIRO, 1920, p. 3); segundo, o conceito mais restritivo à gramática descritiva ou expositiva: “é a arte que ensina a falar e a escrever correctamente, isto é, segundo o uso das pessoas doudas” (RIBEIRO, 1920, p. 4).

Vemos então que João Ribeiro, assim como muitos outros, toma como referência para o estudo gramatical e o ensino da língua nacional, pelo menos na esfera da educação, a língua literária usada pelos eruditos. Essa doutrina gramatical, cujo foco é a língua escrita, está incorporada também em *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]), nessa coletânea de excertos citados prevalecem aqueles autores cujos textos representariam a língua nacional, isto é, o cânone. Neste aspecto, outra antologia escolar integrada nessa doutrina é *Seleção Clássica* (1905), na qual se incorporam notas filológicas e gramaticais como complemento da doutrina gramatical exposta na *Gramática Portuguesa curso Superior*.

Para Câmara Jr. as duas concepções gramaticais tratadas por Ribeiro convergiam para o conceito de “correção”, que, por sua vez, implica em dois aspectos constitutivos do ensino escolar:

[...] de um lado, na preparação para o manuseio da língua literária e da língua geral, que na língua literária tanto se nutre; e de outro, na padronização de hábitos linguísticos orais em consonância com o que as camadas ilustradas de uma comunidade espontaneamente aceitam sem surpresa ou estranheza (CÂMARA JR., 1960, p. 27).

A ideia preconceituosa de correção só seria superada na obra *A língua Nacional* (1921). Pela qual investiu no delineamento da língua portuguesa do Brasil, a partir de suas particularidades que a distanciava da Língua Portuguesa de Portugal.

Outra face de João Ribeiro é a de historiador. Nessa área, publicou várias obras escolares, as quais tinham como origem o programa de ensino da cadeira que ocupava no Colégio Pedro II, História Universal. Assim, publicou: *História*

antiga I. Oriente e Grécia (1892); *História Universal* (1918); *História da Civilização* (1933). Sua imagem de historiador sempre esteve ligada, com mais força, ao best-seller dos livros escolares dessa disciplina, em grande parte do século XX, a *História do Brasil* publicada pela primeira vez em 1900 chegou em 1966 a sua 19ª edição. Dividida em três partes, a obra percorreu a história do Brasil, da Descoberta à Proclamação da República, incluindo assuntos e episódios que os autores de livros escolares dessa área que o precederam ainda não trouxeram, por isso, podemos considerar que o autor rompia com o cânone temático da narrativa histórica sobre o Brasil, que tinha na visão de Varnhagen a principal lupa para ver a história do Brasil.

Segundo Centeno (2013, p. 172): “Os textos de Ribeiro são extensos, analíticos e polêmicos”, apresentam um tom filosófico e abre mãos das ilustrações como mapas, gravuras e questionários. Para a autora, esses aspectos insinuam que o seu primeiro interlocutor fossem os professores e intelectuais da época. Hansen (2000) afirma que o sucesso do livro o faria ser reconhecido no meio intelectual como uma autoridade em história apresentava um forte teor nacionalista num contexto republicano que aspirava por elementos de contribuíssem com a construção nacional.

O intuito de João Ribeiro em destacar elementos e episódios específicos da História e formação do Brasil em sua obra estava atrelado ao seu engajamento num projeto de construção nacional para o Brasil República. Seu posicionamento político é declarado em uma de suas cartas escrita, um ano após a Proclamação da República, a seu amigo José Lino: “Depois da República, ainda não te escrevi, sou republicano antigo bem sabes; mas hoje há tantos republicanos que quase tenho vergonha de declarar-me tal” (RIBEIRO, 1889, s.p.). Nas entrelinhas dessa declaração, parece haver um tom de desconforto com a República almejada e aquela que se instalou. Frustração confirmada num trecho de uma correspondência dirigida a Graça Aranha, no qual desabafa: “Bem sabes que o Brasil atual não me agrada” (RIBEIRO, 1900, s.p.).

A essa altura João Ribeiro já era um dos membros da Academia Brasileira de Letras, desde 1898. Nessa instituição, participou de diversas comissões, especialmente às de Gramática, Dicionário e Reforma Ortográfica. Dessa última, foi um dos principais articuladores da reforma de 1907, juntamente com José Veríssimo e Silva Ramos; mediante uma base sônica, foi defendida uma

simplificação e uniformização da ortografia da língua portuguesa para uso em livros e revistas publicados pela própria Academia. Segundo Câmara Jr. (1960), em *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) João Ribeiro utiliza-se tanto da ortografia simplificada da Academia – presente nas notas elucidativas, bibliográficas e gramaticais, localizadas nos rodapés; quanto da usual ou etimológica – mantida na introdução e nos excertos citados.

Os traços de João Ribeiro estão sintetizados num trecho de artigo de *O Globo* (1960, s.p.), em ocasião do seu centenário, no qual lemos:

A história do Brasil, a Língua Portuguesa, o Folclore Nacional, a Literatura em nossa terra como no estrangeiro, a Crítica, o Jornalismo, a Poesia, tiveram-no como mestre da mais elevada categoria, de um saber que raramente terá sido igualado, pela extensão e pela profundidade.

Elogios que arrematam o perfil de João Ribeiro como um intelectual influente na construção e estabelecimento da nacionalidade brasileira, mediante a valorização da história, cultura popular e regulação da língua nacional.

3.3.3 Seleção de excertos

Nesta seção, apresentamos as partes constitutivas da décima primeira edição *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]). No total de 359 páginas, a obra compõe-se de gêneros intercalados que compreendem: os gêneros da emoldura (orientação exterior), os quais emolduram a obra; e o gênero antologia (orientação interior), compreendido por uma seleção de excertos citados.

O primeiro grupo constitui-se de sete gêneros, que serão descritos e analisados no próximo capítulo: página de rosto, onde constam nome do autor, título da obra, instituições que o adotaram, editora, ano; “Advertência preliminar da 6ª edição”, cujo foco é advertir os leitores acerca das anotações integradas aos excertos; “Índice das Materias”, apresentação dos títulos e autores dos excertos; “Introdução”, incorporação de dois ensaios, um acerca do desenvolvimento da língua portuguesa (autoria de do linguista alemão Dr. Von Reintardstöttner), e outro sobre o sistema ortográfico brasileiro (de sua própria autoria) e “Índice analytico”, listagem dos autores em ordem alfabética.

O segundo grupo de gêneros, que compõe a organização do conteúdo, isto é, a compilação de excertos, a qual o autor considerou como artigos, e que nós compreendemos como coletânea de excertos citados (discursos do outro), é constituído de 71 excertos. Com o propósito de apresentar um índice expandido da obra, a partir da descrição de escritores, suas nacionalidades e épocas constitutivas das cinco partes da antologia; assim como o foco temático de cada um dos 71 excertos citados ao longo da obra, elaboramos a tabela 4.

Tabela 4 – Índice expandido de *Autores Cocontemporâneos* (1917 [1894])

Coletânea de excertos citados em <i>Autores Contemporâneos</i> (1917)			
Título	Autor	Tema	Nacionalidade
O Paraíba	José de Alencar (1829-1877)	Descrição elogiosa das belezas naturais constitutivas do Rio Paraíba, cenário da narrativa romântica de <i>O Guarani</i> .	Brasileira
Emilia	José de Alencar (1829-1877)	Descrição das características físicas e do comportamento que representam Emilia, protagonista de <i>Diva</i> .	Brasileira
Ler e escrever	Antonio Castilho (1800-1875)	Valorização da leitura, escrita e da cultura livresca.	Portuguesa
As sociedades	Padre Lopes Gama (1791-1852)	Crítica às associações masculinas constituídas no Império, às quais se resumiam em reuniões entre amigos.	Brasileira
A raposa e a cegonha	Conto Popular de Silvio Romero (1851-1914)	Lição acerca da inteligência.	Brasileira
O kagado e o teiú	Conto Popular de Silvio Romero (1851-1914)	Astúcia do cagado frente ao teiú.	Brasileira
O macaco e coelho	Conto Popular de Silvio Romero (1851-1914)	Zombaria entre o macaco e o cagado.	Brasileira
Camara nupcial	José de Alencar (1829-1877)	Descrição do aposento nupcial da personagem Aurelia do romance <i>Senhora</i> . Relação de semelhança entre delicadeza do ambiente e personalidade de Aurelia.	Brasileira

Travessura	Manuel Antonio de Almeida (1830-1861)	Narração de travessuras de Leonardo Pataca, quando criança, personagem de <i>Memórias de um sargento de milícias</i> .	Brasileira
Dedicatória	José Bonifácio, o velho (1763-1838)	A origem da dedicatória das obras e sua orientação para os amigos dos escritores.	Brasileira
Portuguezes colonizadores	Latino Coelho (1825-1891)	Elogio à inclinação colonizadora dos portugueses.	Portuguesa
O passado	Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882)	Enaltecimento melancólico do passado vivido pela personagem Rosa do conto <i>O passado</i> .	Brasileira
Duende	Alexandre Herculano (1810-1877)	O fim da vida representada na imobilidade da natureza no intenso inverno espanhol.	Portuguesa
Os conquistadores	Gonçalves Dias (1823-1864)	Visão crítica acerca das crueldades dos conquistadores portugueses para com os indígenas em prol da expansão capitalista.	Brasileira
A abdicação de D. Pedro I	Antonio de Meneses V. de Drummond (1794-1874)	Questionamento acerca da abdicação do trono por D. Pedro I: pressão política ou provocação própria.	Brasileira
Guerra do Paraguay	(Joaquim Jerônimo) Fernandes da Cunha (1827-1903)	Crítica ao fracasso político da Guerra do Paraguai e ao protecionismo patriótico.	Brasileira
A palavra	Latino Coelho (1825-1891)	Exaltação a arte da palavra.	Portuguesa
Irmãos do Coração de Maria	Frei Francisco Mont'Alverne (1784-1858)	Elogio à caridade do imperador por manter uma instituição de caridade; o papel submisso da mulher.	Brasileira
Cecilia	José de Alencar (1829-1877)	Descrição das características físicas de Cecilia, mocinha do romance <i>O Guarani</i> .	Brasileira
Sobre os escravos	Tavares Bastos (1839-1875)	Crítica ao descaso dos governantes com a	Brasileira

		parcela pobre da sociedade, principalmente com os escravos.	
Infância do Padre Vieira	João Francisco Lisboa (1812-1863)	Os primeiros passos de Vieira nos estudos missionários e sua notoriedade.	Brasileira
Primeiros triunfos de Vieira	João Francisco Lisboa (1812-1863)	Consolidação de Vieira como o maior entre os oradores.	Brasileira
A Igreja Grega	(José Inacio) Abreu e Lima (1794-1869)	Relação de aproximação e distanciamento da igreja grega e com igreja latina; a política das sociedades grega e latina como raiz da separação.	Brasileira
O Parocho d'aldêa	Alexandre Herculano (1810-1877)	Exaltação à religião cristã e recriminação à ciência.	Portuguesa
O Barão de Humboldt	Latino Coelho (1825-1891)	Elogios ao cientista alemão mais destacados do século XIX.	Portuguesa
Resultados da guerra holandesa	Varnhagem (1816-1878)	Resultado benéfico da guerra: desenvolvimento comercial através da exportação de açúcar.	Brasileira
Quilombo dos Palmares	Ignacio Accioli (1808-1865)	Descrição da sociedade quilombola, sua gente, organização, regras, costumes. O combate e a destruição do quilombo.	Brasileira
Paizagem	Raul Pompeia (1863-1895)	A paisagem coberta pela névoa em analogia com o estado de tristeza da personagem masculino do conto, de título homônimo.	Brasileira
Liberdade da Igreja	Antonio de Macedo Costa Bispo do Pará (1830-1891)	Discurso em defesa da autonomia da igreja.	Brasileira
As condecorações	Salles Torres Homem (1812-1876)	Crítica ao sistema de condecorações na sociedade imperial, alcançadas via favores.	Brasileira
Depois da abdicação	Justiniano J. da Rocha (1812-1862)	Rejeição ao regime imperial após abdicação de D. Pedro I e aspiração à República.	Brasileira

Um exórdio	Frei Francisco Mont'Alverne (1784-1858)	Exaltação ao imperador D. Pedro II; firmamento de sua imagem heróica.	Brasileira
No fim da guerra civil	Dom Romualdo Antonio de Seixas (1787-1860)	Defesa pelo fim da Guerra civil portuguesa (1828-1834), na qual os irmãos lutavam pela sucessão do trono português.	Brasileira
Peroração	José Bonifacio, o moço (1763-1838)	Reinvindicação da inserção do patriotismo no poder público.	Brasileira
O crescimento da terra	Visconde do Rio Grande (1800-1879)	Discussão acerca das propriedades geológicas do planeta Terra.	Brasileira
Direito e dever civico	Theophilo Ottoni (1807-1869)	Necessidade do engajamento dos cidadãos na política.	Brasileira
A sciencia da natureza	Antonio Castilho (1800-1875)	Louvores aos estudos da ciência da natureza.	Portuguesa
A mulher	Antonio Castilho (1800-1875)	O papel de submissa da mulher na sociedade.	Portuguesa
A revolução pernambucana (1817)	José Luiz de Mendonça (17?-18?)	Advertências acerca do direcionamento político republicano defendido pela revolução pernambucana.	Brasileira
Civilisamento dos Índios	(Padre Joaquim da Cunha) Azeredo Coutinho (1742-1821)	Crítica acerca dos processos de civilização dos indígenas; indicação de caminhos para aprimorar as habilidades de trabalho dos indígenas e com isso alcançar proveitos econômicos.	Brasileira
Sublevação do povo no Maranhão	João Francisco Lisboa (1812-1863)	Revolta do povo maranhense contra os jesuítas; prisão do padre Antonio Vieira e seus desdobramentos.	Brasileira
O architecto	Alexandre Herculano (1810-1877)	Busca do reconhecimento e glória de um arquiteto, que ficara cego, frente à sua obra.	Portuguesa
Santarém	Almeida Garret (1799-1854)	Descrição de Santarém, alguns dos lugares mais representativos.	Portuguesa
Conquista da Hespanha	Alexandre Herculano (1810-1877)	Relato da expansão territorial espanhola.	Portuguesa

Castello de Faria	Alexandre Herculano (1810-1877)	Descrição e exaltação do castelo de Faria, localizado em Portugal; algumas de suas histórias.	Portuguesa
Fragmento de uma lição de economia política	Tobias Barreto (1839-1889)	Discussão acerca da definição da economia política enquanto ciência e sua relação com a sociologia.	Brasileira
Corridas de touro de Salvaterra	(Luís Augusto) Rebello da Silva (1822-1871)	Acidentes que levaram a suspensão das corridas de touros em Salvaterra.	Portuguesa
Martim Moniz	Antonio Castilho (1800-1875)	Exaltação a figura de Martim Moniz, personagem histórica de Portugal que participou da conquista de Lisboa.	Portuguesa
Milicia estrangeira	Evaristo da Veiga (1799-1837)	Advertência acerca da presença das tropas estrangeiras, alemãs e irlandesas, no Brasil e suas ações violentas.	Brasileira
Anniversario	Alvares de Azevedo (1831-1852)	Lamentação de Alvares de Azevedo acerca do contexto melancólico em que vivia.	Brasileira
A bandeira da monarchia	Candido Mendes (de Almeida) (1818-1881)	Discussão acerca das cores que deveriam constituir a bandeira do Brasil; defesa da cor vermelha, que representaria o pau-Brasil, símbolo histórico do país.	Brasileira
Má fé dos colonizadores	Visconde de Cayrú (1756-1835)	Jogo, interesse político e ação perversa dos colonizadores europeus na sistematização do processo de escravidão dos negros e dos indígenas.	Brasileira
O sebastianismo	(Joaquim Pedro de) Oliveira Martins (1845-1894)	Misticismo messiânico ao redor do Sebastianismo; o mito como lugar de refúgio para o fracasso dos portugueses.	Portuguesa
Pelo Brasil de 1809	Hyppolito da Costa (1774-1823)	Crítica acerca do abuso de poder dos políticos do Império; defesa de sua reorganização territorial e política; progressão do Brasil a partir do	Brasileira

		compromisso dos políticos com o bem da população e de sua participação na política.	
Primeira lição de direito criminal	Francisco Bernardino Ribeiro (1815-1837)	Introdução teórica a respeito do processo histórico da constituição do direito penal.	Brasileira
Ofício de Almeida Garrett	Almeida Garrett (1799-1854)	Integridade e transparência de um homem a serviço de seu país; patriotismo de Garrett.	Portuguesa
O poeta dos álbuns	Latino Coelho (1825-1891)	Crítica sobre a representação social idealizada nas fotografias;	Portuguesa
Santarém	Almeida Garrett (1799-1854)	Exaltação ao vale de Santarém, destaques para suas belezas físicas.	Portuguesa
A mochila de ouro	Conto Popular de Silvio Romero (1851-1914)	Humildade do pobre vence a ganância do rico.	Brasileira
Como e porque sou romancista	José de Alencar (1829-1877)	Trajetória da formação intelectual e literária de José de Alencar.	Brasileira
O contentamento	Camilo Castelo Branco (1825-1890)	Lamento de um homem angustiado com fatos de sua vida.	Portuguesa
Os salteadores em Portugal	Camilo Castelo Branco (1825-1890)	Engrandecimento de Portugal, que possui grande salteadores.	Portuguesa
Litteratura brasileira	(Manuel Joaquim) Pinheiro Chagas (1842-1895)	Elogio à literatura brasileira; defesa do firmamento de sua identidade.	Portuguesa
O terremoto de Lisboa	(Joaquim Pedro de) Oliveira Martins (1845-1894)	Ascensão do marquês de Pombal após o desastre do terremoto em Lisboa (1855-1860).	Portuguesa
Um Sermão do Padre Antonio Vieira	João Francisco Lisboa (1812-1863)	Orientação política, favorável ao reino de Portugal, no sermão do padre Antonio Vieira.	Brasileira
A historia	João Manuel Pereira da Silva (1817-1898)	Compreensão da realidade concreta como objeto de estudo da História; a História como elemento da crítica social.	Brasileira

Paizagem	Eça de Queiroz (1845-1900)	Reencontro do personagem Afonso, de <i>Os Maias</i> , com a paisagem de seu lugar de origem; sua relação com a memória e a história.	Portuguesa
Um milagre	Eça de Queiroz (1845-1900)	Religiosidade cristã. Aparição de Jesus a uma criança, personagem do conto “O suave milagre”.	Portuguesa
Ultimo serão	Pinheiro Chagas (1842-1895)	História das sucessões do trono português no século XIX, a partir de D. João VI; a implantação da constituição em Portugal.	Portuguesa
Camões defendido	Odorico Mendes (1799-1864)	Polêmica acerca da leitura de crítica sobre a obra camoniana; defesa da originalidade literária de Camões.	Brasileira
O velho senado	Machado de Assis (1839-1908)	Algumas histórias que configuraram o “velho” senado imperial, seu cotidiano e hábitos dos políticos.	Brasileira
			Total de excertos: 71

Fonte: Ribeiro (1917 [1894]).

Na presente compilação, a maioria dos textos pertencem a prosa literária brasileira, particularmente aqueles oriundos de romances e contos do período literário do Romantismo, que no Brasil vigorou entre 1836 e 1880. Nesse período, o nacionalismo e seus elementos, especialmente na primeira sua primeira fase (1836-1845), alicerçaram as produções de muitos autores, tendo sido José de Alencar o maior representante brasileiro.

Dessa forma, o autor ao mesmo tempo que insere a contemporaneidade na sua seleta escolar, também rejeita a lusitanização da língua portuguesa, uma vez que deixa para trás a longa tradição literária portuguesa representada pelos escritos dos autores canônicos de séculos anteriores. O nacionalismo literário lusitano, de tendência imperialista, é substituído pelo brasileiro, ou seja, com a coletânea de excertos de *Auctores Contemporaneos* João Ribeiro contribuiu para a instabilidade do Imperialismo português nas aulas de Língua Portuguesa, propagando a República nesse âmbito educacional do início do século XX.

3.4 Orientações metodológicas: eixos e elementos de análise

Na perspectiva teórico-filosófica de Bakhtin e o Círculo para os estudos da linguagem, a compreensão dos gêneros discursivos, enquanto produtos da atividade humana, sócio-historicamente organizada, passa pela relação dialógica desses com o contexto sócio-histórico, mais imediato e mais amplo, que os integrou. Essa concepção está sintetizada na poética sociológica de Medviédev (2012) para os gêneros do discurso, o qual argumenta que os gêneros discursivos apresentam duas orientações na realidade: a primeira, externa, compreendendo seus interlocutores, e especificidades das condições de realização e percepção do gênero; e a segunda, interna, contemplando a esfera ideológica a partir do conteúdo temático. Nessa perspectiva, os elementos constitutivos dessa dupla articulação implicam na construção da totalidade do gênero.

Entendemos que nesse ângulo teórico não há uma metodologia pré-estabelecida para análises de diversas formas de enunciados concretos, contudo há um método, pois “sem um método determinado é impossível aproximar-se do objeto” (MEDEVIÉDEV, 2012, p. 133). Ainda assim, é importante compreender que há a formulação de um “método [que] deve adaptar-se ao objeto” (Idem). Nesse sentido, Medviédev apresenta orientações metodológicas que permitem ao pesquisador aproximar-se do seu *corpus*. No caso dos estudos dos gêneros do discurso, esse caminho é por meio da sua dupla orientação na realidade, uma espécie de cimento no qual o sujeito, a história, a cultura e os valores se unem.

Tal princípio se harmonizou com o nosso objetivo de analisar a construção do projeto didático das antologias escolares e por isso se tornou o principal eixo articulador desta tese. Assim sendo, inspirados por essa perspectiva, construímos a nossa metodologia para análise da construção do projeto didático das antologias escolares em estudo a partir de elementos constitutivos da dupla articulação das obras.

A análise constitui-se de dois capítulos (IV e V), cada um, organizado em dois eixos analíticos que se inter-relacionam: no primeiro, concentramos as análises dos gêneros da emoldura das antologias escolares, que compreendem a orientação externa das obras; no segundo, analisamos a coletânea de excertos

citados (antologia), com foco no repertório temático predominante e nas valorações expressas nos títulos dos fragmentos, que abrangem a orientação externa dos compêndios.

Essa metodologia dialógica de análise do conjunto de elementos externos e internos constitutivos de um gênero nos permitirá depreender os projetos didáticos de *Iris Classico* (1873 [1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]). Com isso, buscaremos identificar quais concepções de língua nacional que, constitutivas dessas obras, embasaram o ensino de língua portuguesa em dois diferentes períodos da nossa história sócio-política, o Segundo Reinado e a Primeira República.

3.4.1 Gêneros da emoldura

Nesta parte, focalizamos a análise em enunciados dos gêneros da emoldura das obras, a fim de que compreendamos os elementos constitutivos da orientação externa que implicarão na orientação interna dessas antologias escolares: interlocutores previstos, e especificidades das condições de realização e percepção do gênero. No seu conjunto, os enunciados desses gêneros revelam também, a partir do diálogo estabelecido do autor com seus interlocutores, as relações de tensão constitutivas das obras.

3.4.2 Repertório temático

Esta segunda parte, que compreende elementos da orientação interna de das obras, está desenvolvida em duas frentes. Na primeira, enfocamos na morfologia discursiva da coletânea dos excertos citados, com a finalidade de depreender quais autores foram mais legitimados para ser citados, suas nacionalidades, épocas em que viveram, quais os movimentos literários integrantes desses períodos. Tal descrição nos permitiu identificar algumas regularidades no que diz respeito à concentração de excertos de épocas e expressões literárias representativas da história da literatura de Portugal e do Brasil, o predomínio de certos escritores, do seus perfis sócio-ideológicos, da nacionalidade dos escritos, e da hegemonia temática. Percebemos que em cada

obra todos esses elementos internos se harmonizavam com sua orientação externa e no seu conjunto com o projeto didático de cada obra.

Na segunda, discutimos alguns pontos da história da literatura portuguesa e brasileira a fim de compreender a inter-relação dos respectivos contextos históricos de Portugal e do Brasil, suas produções literárias e temas tratados pelos escritores. Em seguida, nos concentramos em discutir o repertório temático que se mostrou mais ostensivo em cada obra. A partir deles, identificamos a recorrência de elementos e valores ideológicos que estão fortemente vinculados à história de cada nação e a concepção de língua nacional defendida pelos autores nas obras. Por isso, compreendemos que, no seu conjunto, os eixos temáticos dos excertos citados constituem o alicerce linguístico-ideológico dos projetos didáticos das publicações, revelando os perfis identitários nacionais de cada antologia escolar em estudo.

3.4.3 Valorações

Essa terceira parte também é constitutiva da orientação interna das obras, pois analisamos a seleção do repertório temático presente em cada antologia escolar a partir das valorações expressas nos títulos dos excertos, que, do nosso ponto de vista, são tratados como uma emoldura axiológica do enunciado citado. Para isso, nos concentramos nas seguintes materialidades linguístico-discursivas dos enunciados dos excertos: título do fragmento e o tema nele inscrito; e elementos linguísticos que expressam os valores ideológicos dos temas. Esse movimento analítico nos proporciona atestar a unidade de sentido da coletânea de excertos citados, a partir da inter-relação dos valores inscritos nos títulos e os valores constitutivos dos eixos temáticos que os integram.

CAPÍTULO IV

***IRIS CLASSICO*: UM PROJETO LINGÜÍSTICO-IDEOLÓGICO EUROPEU NO ENSINO SECUNDÁRIO DO IMPÉRIO BRASILEIRO**

Nesta tese, as formulações defendidas por Medviédev (2012) acerca da dupla orientação do gênero na realidade foram o principal eixo articulador da nossa pesquisa acerca das antologias escolares. Para o estudioso russo, essa dupla articulação consiste em compreender que o gênero apresenta uma orientação externa, constituída por interlocutores presumidos, e especificidades das condições de realização e percepção do gênero; e uma orientação interna, que contempla a esfera ideológica a partir do conteúdo temático. Esses elementos estão inter-relacionados na construção da totalidade do gênero, ou no conjunto do projeto didático das antologias escolares, enunciados-obra.

Assim, neste capítulo, o objetivo é apreender a construção do projeto didático da sexta edição de *Iris Classico* (1873 [1859]). Norteados pela perspectiva dialógica em tela, fundamentamos nossas análises no entrelaçamento dos fios dialógicos constitutivos das duas orientações do gênero antologia escolar e, especialmente, de *Iris Classico* (1873 [1859]). Na obra, os gêneros da emoldura configuram a primeira orientação, e a coletânea de excertos citados, a antologia, compreende a segunda orientação.

Este capítulo está organizado em três partes. Na primeira, “Orientações externas de *Iris Classico*: sob os olhos dos gêneros da emoldura”, tratamos dos elementos extraverbais constitutivos da obra e que implicam na sua orientação externa, principalmente na seleção de discursos, excertos e temas da coletânea de excertos.

Na segunda, “Orientações internas de *Iris Classico*: sob os olhos da antologia”, apresentamos as partes constitutivas da coletânea de excertos (orientação interna), quais escritores tiveram partes de seus textos integrados na obra, suas nacionalidades, épocas em que viveram e quais os movimentos literários integrantes desses períodos. Mediante essa descrição, identificamos o predomínio de escritores clérigos portugueses que produziram entre os séculos XVI e XVIII, contexto histórico das estéticas literárias do Classicismo e Barroco

português, dois movimentos constitutivos do período clássico da literatura portuguesa.

A partir dessa constatação, buscamos dialogar com a história da literatura portuguesa, para compreender a inter-relação: contexto histórico de Portugal, produção literária desse período, e seleção de temas e excertos da obra; em seguida, mostramos que José Castilho focalizou sua seleção em fragmentos de autores e núcleos temáticos mais representativos do período clássico da história da literatura portuguesa, tendo como referência quatro elementos vinculados à história de Portugal: língua literária, passado glorioso, religião cristã e heróis.

Na terceira parte, “Títulos dos excertos em *Iris Classico*: emoldura axiológica”, voltada para a orientação interna, analisamos a seleção do repertório temático constitutivo da obra a partir das valorações expressas nos títulos dos excertos, que, a nosso ver, funcionam como uma emoldura axiológica do fragmento citado. Nessa parte, nos concentramos nas seguintes materialidades linguístico-discursivas dos excertos: título do fragmento e o tema nele inscrito; e elementos linguísticos que expressam os valores ideológicos dos temas. A análise revelou uma harmonia entre os valores inscritos nos títulos dos extratos e dos valores constitutivos dos núcleos temáticos.

4.1 Orientações externas de *Iris Classico*: sob os olhos dos gêneros da emoldura

A sexta edição de *Iris Classico* (1873 [1859]) apresenta sete gêneros da emoldura: página de rosto; carta dedicatória; “Duas palavras sobre a segunda edição”; “Conversação preambular com os meninos estudiosos”; “Despedida do collector aos meninos estudiosos”; “Epilogo da terceira edição”; e “Índice dos artigos contidos n’este volume”. Nesses textos identificamos, a partir do diálogo que o autor estabelece com seus interlocutores, a atmosfera axiológica constitutiva da obra e o posicionamento do autor acerca da concepção de língua nacional que orienta o discurso do projeto didático dessa antologia escolar. Considerando que o último gênero apresenta uma síntese descritiva da coletânea de excertos citados, sua análise está integrada à segunda parte do capítulo.

4.1.1 Página de rosto: vozes da interlocução

A página de rosto⁴⁴ da sexta da edição de *Iris Classico* (1873 [1859]), primeiro gênero da emoldura, é composta por enunciados verbais. Esses informam o título da obra, para quem está orientada, esfera de circulação, autor e editores, portanto, elementos externos e constitutivos da obra, conforme lemos na figura 5.

Fig. 5 – Rosto de *Iris Classico* (1873)

Fonte: Biblioteca do livro didático da FEUSP.

No título da obra, “**IRIS CLASSICO** COORDENADO E OFFERECIDO AOS MESTRES E AOS ALUMNOS DAS ESCHOLAS BRAZILEIRAS POR **JOSÉ FELICIANO DE CASTILHO BARRETO E NORONHA**” (NORONHA, 1873, rosto), destacam-se as vozes da produção e interlocução. Os termos destacados em negritos representam o eixo de interlocução do consumo do livro: **IRIS CLASSICO**, enunciado-obra, ponte entre os interlocutores presumidos;

⁴⁴ Texto constante no Anexo A.

MESTRES E ALUMNOS, interlocutores masculinos pertencentes à elite urbana brasileira do século XIX; **ESCHOLAS BRAZILEIRAS**, campo de circulação exclusivamente nacional, apontando que a antologia tinha as nossas escolas como campo de recepção; e **JOSÉ FELICIANO CASTILHO BARRETO E NORONHA**, autor e interlocutor dos mestres e dos alunos.

Conforme apresentamos no capítulo III, a obra circulou no ensino secundário do contexto ideológico do Segundo Reinado, época em que o Brasil já havia declarado sua independência, mas que na prática lutava por sua nacionalidade brasileira. Nesse contexto, o imponente Imperial Colégio de Pedro II, principal escola de ensino secundário da Corte, caracterizado por um ensino de perfil clássico-literário seria o primeiro instituto a adotar essa antologia escolar entre os anos de 1860 e 1869, para as aulas de português do 1º ano, curso compreendido em quatro eixos: “gramática, leitura, recitação e exercícios ortográficos” (RAZZINI, 2000, p. 284).

Considerando que o Colégio Pedro II e as demais instituições secundárias da Corte compunham-se de uma clientela homogênea – estudantes, que compreendiam adolescentes masculinos da elite imperial urbana, futuros funcionários públicos e políticos, isto é, integrantes da esfera de poder; e os mestres, a elite erudita do Império – podemos compreender que os interlocutores inscritos no título da obra pertenciam a um mesmo horizonte socioideológico.

O título principal, *Iris Classico*, não traz menção explícita ao termo antologia, seleta ou florilégio. Contudo, um dos potenciais sentido do termo “Iris” advém da botânica, nesse campo de estudo, a palavra designa flores muito comuns em jardins, apresentando várias espécies. Como tratamos no capítulo I, o conceito de antologia é uma transposição também da botânica, isto é, o estudo das flores. Nesse sentido, consideramos que, por um lado, o substantivo “Iris” recupera o conceito de antologia, ou seja, “Iris” representa uma rama de flores, no ângulo do gênero, diríamos uma coleção de excertos autorais; e por outro lado, o adjetivo “Classico” alude à língua literária. Portanto, a obra trata-se de uma antologia escolar de clássicos da língua, de autores clássicos, escrita por um estudioso da produção literária clássica. Essa ideia de sua antologia ser uma coletânea de flores, ou trechos, clássicos prevalecerá na seleção de autores da antologia, ou seja, na composição interna.

No que tange a autoria, sua imagem é construída a partir das designações dos seus mais de 25 títulos apresentados em epítetos, conforme citamos:

Do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima;
 Fidalgo Cavalleiro de Sua Real Casa;
 Commendador da Ordem Militar portuguesa de Christo;
 Commendador da Ordem de N. Sra da Conceição de Villa Viçosa;
 Commendador da distincta Ordem hespanhola, do Carlos III, do Número;
 Doctor e Bacharel em ambos os Direitos, Philosophia e Medicina pelas Universidades de Coimbra, Paris e Rostock;
 Presidente da Comissão do Archivo da Tôrre do Tombo;
 Tenente-Coronel de Portugal;
 Coronel da República Oriental do Uruguay;
 Ex-Bibliotecario Mór, e ex-Deputado ás Cortes portuguezas em varias legislaturas;
 Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa;
 do Instituto Historico e Geographico Brasileiro;
 do Instituto Historico e Geographico de Paris;
 Membro da Sociedade Real dos Antiquarios do Norte;
 da Academia de Historia, de Copenhague; do Conservatorio Real de Lisboa;
 da Sociedade das Sciencias Medicas, de Lisboa;
 do Conservatorio de Pernambuco;
 das Sociedades Pharmaceuticas do Norte da Allemanha;
 de Salzufflen, e de Lisboa;
 do Instituto Historico e do Conservatorio da Bahia;
 da Sociedade dos Amigos das lettras e artes em S. Miguel;
 da Associação promotora da educação popular;
 Membro honorário das Sociedades portuguezas beneficentes de Santos e do Pará, etc. (NORONHA, 1873, s.p.).

Nessa apresentação, fica comprovada que José Castilho mantinha uma extensa rede de relações sociais de prestígio que são enumeradas hierarquicamente. Na dedicatória do livro, o primeiro e principal interlocutor desses enunciados será o imperador D. Pedro II e a funcionalidade dessa exposição, mostra para esse interlocutor, através dos serviços prestados à realeza, sua fidelidade.

Dos primeiros cinco títulos elencados quatro estão diretamente ligados às suas relações em prol da nobreza lusitana. Pertencia ao “Conselho de Sua Magestade Fidelissima”, grau superior ao de “Fidalgo Cavalleiro de Sua Real Casa”, um seletto grupo de fidalgos portugueses nomeados pelo rei, esses conselheiros elaboravam pareceres acerca de assuntos políticos e sociais de interesse da realeza portuguesa e os tratava diretamente com o rei, por isso,

esses fidalgos mantinham uma relação muito próxima e uma influência direta com Sua Majestade.

Condecorado como comendador da “Ordem Militar portuguesa de Christo”, titulação de mérito concedida àqueles que se destacaram em prestações de serviços na administração pública; da “Ordem de N. Sra da Conceição de Villa Viçosa”, nomeação dinástica conferida às personalidades da aristocracia portuguesa e da “distinta Ordem hespanhola, do Carlos III” condecoração militar espanhola dada às pessoas que desenvolveram ações em benefício da Espanha, até hoje a mais alta condecoração atribuída no país.

Suas diplomações “Doctor e Bacharel em ambos os Direitos, Philosophia e Medicina pelas Universidades de Coimbra, Paris e Rostock” apontam para formações clássicas de prestígio “Direito” e “Medicina”, assim como formação intelectual, a “Philosophia”, em instituições tradicionais da Europa.

Castilho José ocupou ainda cargos militares como o de “Tenente-Coronel de Portugal” e “Coronel da República Oriental do Uruguay”, exerceu função política “Deputado às Cortes portuguesas em varias legislaturas”. Foi “Bibliotecario Mór” e “Presidente da Comissão do Archivo da Tôrre do Tombo”, instituição responsável por arquivar importantes documentos da realeza portuguesa.

Nas ciências, destacou-se como membro da “Sociedade das Sciencias Medicas, de Lisboa”, “Sociedades Pharmaceuticas do Norte da Allemanha de Salzufflen, e de Lisboa”, “Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa”.

No campo das letras, artes e história foi “Socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro”, instituição fundada com a responsabilidade de construir, a partir de documentos, a história do Brasil. Estabelecimento semelhante “Instituto Historico e Geographico de Paris” também o teve como sócio, assim como a “Academia de Historia, de Copenhague”, “do Conservatorio Real de Lisboa” e “Instituto Historico e do Conservatorio da Bahia”.

No eixo da educação, atuou como sócio “da Sociedade dos Amigos das lettras e artes em S. Miguel” e “da Associação promotora da educação popular”, que correspondem a entidades criadas, em Portugal, pelo seu irmão, o poeta Antonio Castilho. A primeira tinha como principal finalidade o ensino de línguas, músicas e belas artes, quanto à segunda, promover o acesso à educação àqueles que não poderiam pagar por ela.

E “Membro honorario das Sociedades portuguezas beneficentes de Santos e do Pará”, instituições voltadas para assistência de portugueses, desprovidos de recursos financeiros, chegados ao Brasil pelo porto de Santos. Aí eram oferecidos auxílios para compras de alimentos, assim como vagas de empregos, entre outros subsídios.

As referências apontam para uma característica do autor: sua fidelidade para com a nobreza portuguesa, concedendo-lhe uma credibilidade política imperial e o trânsito em várias esferas, inclusive educacional. Identificamos também a loja de venda de livros pela qual foi produzida: “À VENDA EM CASA DOS EDITORES EDUARDO & HENRIQUE LAEMMERT”, no Rio de Janeiro.

Assim, nos enunciados da página de rosto, há elementos discursivos que indicam uma interlocução entre autor com mestres e alunos; enquadramento conceitual da obra, antologia de clássicos da língua; inscrição da esfera de recepção, as escolas brasileiras; e esfera de produção, Casa dos Editores Eduardo & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro; época, 1873, em parte do Segundo Reinado.

4.1.2 Carta dedicatória: À Sua Majestade, voz de autoridade

Após a página de rosto, *Iris Classico* apresenta uma carta dedicatória⁴⁵ composta de enunciados verbais concentrados em uma página, conforme atestamos na figura 4.

No título “A SUA MAJESTADE **O SENHOR D. PEDRO SEGUNDO** IMPERADOR DO BRAZIL” (NORONHA, 1873, carta dedicatória) está presente o primeiro interlocutor da obra, cujas avaliações e autorização são imprescindíveis para a circulação do livro nas escolas. A edição tratou de destacar em negrito e em fonte superior às demais letras do corpo do texto o nome do imperador, o qual é antecedido por dois pronomes de tratamento, o primeiro indicativo do título de nobreza ao qual o interlocutor pertencia, “MAJESTADE”, o segundo representativo de respeito “**SENHOR**”.

⁴⁵ Texto constante no Anexo B.

Fig. 6 – Carta dedicatória de *Iris Classico* (1873 [1859])

Fonte: Biblioteca do livro didático da FEUSP.

Nos dois parágrafos que constituem o corpo da carta dedicatória lemos:

A vosso augusto pae, Imperial Senhor, devi a mercê de me-escudar com seu preclaro nome á testa de um escripto, que me-franqueou um novo titulo. Beijo as mãos a V. M. por me-consentir ornar com o não menos egregio de V. M. a primeira pagina d'este livro.

Subsidio para a pública instrucção, não podia deixar de ser, como foi, benevolamente accollido pelo soberano sabio, pelo protector nato do seo povo. Com tão assignalado favor, accrescentou V. M. ainda os numerosos e indeleveis titulos ao reconhecimento e veneração do

De Vossa Majestade Imperial
admirador reverente e obrigadissimo
José Feliciano de Castilho Barreto Noronha
(NORONHA, 1873, carta dedicatória)

Esses enunciados confirmam as relações sociais, estampadas na capa do livro, que o autor matinha com a nobreza, assim como sua postura servil e fiel

à sua alteza. José Feliciano dedica o compêndio ao mais alto membro da realeza no Brasil com o intuito de prestar-lhe mais um serviço e protegê-la de eventuais críticas, indicativo de que as produções de edições escolares como essas eram alvos de censuras. Por isso, o ilustre “nome á testa”, ou no alto do livro, servir como seu escudo autorizado pelo próprio Pedro II, “proctetor nato do seo povo”, o qual consentiu ornar com seu nome a primeira página da seleta.

Na segunda parte do texto, o autor menciona os títulos adquiridos e impressos na capa do livro. Os quais serviram para avaliação do Imperador: “Com tão assinalado favor, accrescentou V. M. ainda os numerosos e indeleveis títulos ao reconhecimento e veneração do De Vossa Magestade Imperial”. Por essa razão, a primeira condecoração referida ser a “Do Conselho de Sua Majestade Fidelissima”, o mais alto símbolo de reverência à realeza portuguesa. Seguido de outros títulos que igualmente representam essa relação servil e patriótica.

A carta dedicatória mostra que essa antologia escolar teve como um dos seus primeiros interlocutores o Imperador D. Pedro II, voz de autoridade e censor da obra. Constatação que nos leva a compreensão de que imperador foi um dos centros de valor constitutivo da obra, assim, os valores disseminados no livro se harmonizavam com valores ideológicos do imperador.

Os enunciados desse gênero revelam também a relevância das redes de sociabilidade do autor no processo de produção de um impresso, o papel decisivo de uma autoridade constituída na seleção das leituras escolares, assim como no processo de criação de uma obra escolar. Portanto, a voz de autoridade é um elemento constitutivo da obra.

4.1.3 Nota para a segunda edição: louvores à obra e à língua portuguesa

O terceiro gênero de emoldura da obra trata-se notas para a segunda edição⁴⁶, na qual ao longo de seis parágrafos, José Castilho versa louvores sobre a obra e a língua portuguesa. Nas entrelinhas, a finalidade é advertir os críticos da 1ª edição de sua obra, assim como convencer as autoridades responsáveis por admitir os livros adotados nas escolas, logo, seus principais interlocutores.

⁴⁶ Texto completo no Anexo C.

Fig. 7 – 1ª página das Notas da segunda edição de *Iris Classico* (1873 [1859])

Nessa página, verificamos que o texto abre-se com uma gravura, em forma de ramagem, que é construída por flores de íris. A qual se localiza na parte superior da página, estendida horizontalmente de uma margem a outra do texto verbal, com o qual dialoga, funcionando como sua emoldura.

No desenho de uma das flores, localizada na base da ramagem, observamos a configuração de uma face humana, seguida de um caule espesso, do qual brota as demais ramas florais. Interpretação vai estabelecendo uma unidade de sentido para o conceito estético da obra, a partir do estabelecimento da uma relação metafórica entre flor e homem, isto é, os ramos de íris representam os excertos literários dos autores. Inter-relação constatada também no primeiro parágrafo do texto, no qual a letra “o” é ornamentada por ramagens.

Nos dois parágrafos iniciais, o conselheiro trata do sucesso de consumo da primeira edição do livro, justifica suas escolhas, indicando sua intencionalidade:

O RAPIDO consumo que deram á primeira edição d'este livro, em copia de dez mil exemplares, duas verdades nos convenceu: Primeira: que a nossa difficil mas consciencia escolha, compilação, e distribuição de trechos classicos, logrará a boa sorte de sahir acertada. (Pescar e enfiar boas perolas em mares turvos, não é dita de que um homem se recuse a si mesmo os parabéns.)

Segunda: que o amor e curiosidade do bom vernáculo tem muito mais crescido numero de sectários por este Imperio do que á primeira vista se-figurára (NORONHA, 1873, p. 01).

As duas primeiras palavras do parágrafo são destacadas, pelo editor, em letras maiúsculas: “RAPIDO CONSUMO”. Elas funcionam como argumento da ampla aceitação entre seus interlocutores, circulação nas escolas, credibilidade da obra e ponto de partida para avaliações do próprio autor. Nessas avaliações, iniciadas no segundo parágrafo, José Castilho justifica sua seleção, “difficil mas conscienciosa escolha, compilação, e distribuição de trechos clássicos”, que se mostraram eficientes, uma vez que lograram “boa sorte de sahir acertada”.

No terceiro parágrafo o autor afirma: “[...] que o amor e a curiosidade do bom falar vernaculo tem muita mais crescido numero de sectarios por este Imperio do que á primeira vista se-figurára”. Para ele, sua obra apresenta “o bom falar vernaculo”, sua expressiva aceitação deve-se ao fato da questão apresentada na seleta: despertar interesses naqueles que amam esse “bom falar” e noutros que tem “curiosidade” em conhecê-lo. Nesse sentido, José Castilho nota um crescente número de “sectarios”, ou seja, de pessoas que praticam extremo zelo com a língua. Portanto, *Iris Classico* (1873 [1859]) constitui-se através de uma corrente filológica, a do purismo vernacular.

No quarto parágrafo, ganha destaque a alusão ao discurso elogioso do outro sobre *Iris Classico*:

Nas boas horas saia, pois, reestampado o livrinho, tal como o gosto publico o aprovou; e leve aqui por condecoração, que o-nobilita, a declaração de quanto o collector se-ufana com a boa sombra que deram ao seo trabalho muitas das mais conspicuas autoridades litterarias officiaes do Brazil, escriptores da primeira

ordem, jornalistas dos mais entendidos e professores dos mais abalisados de instrucção primaria (NORONHA, 1873, p. 01-02).

Para confirmar a garantia de sua antologia escolar, o autor alude à declaração positiva de autoridades como críticos literários, escritores de gabaritados, jornalistas e professores respeitados, que configuram vozes de autoridade. Nessa passagem, constatamos uma expressividade de enunciados qualificadores que giram ao redor da obra: “condecoração”, “o-nobilita”, “se ufana”, “boa sombra”, “conspicuas autoridade” “da primeira ordem”, “mais entendidos” e “mais abalisados”. Exercendo a função de proteção pela ornamentação.

No quinto parágrafo, acepções a respeito da língua mostram-se mais explícitas:

De todos estes elementos conspirados em favor do IRIS CLASSICO, tira o editor d'elle, sem vaidade, que fôra descabida, com que endereçar parabéns á veneranda e formosa lingua dos nossos Paes e dos nossos descendentes. Ha já tantos homemzinhos novos, fiadores do futuro, a quererem-lhe, a quererem-n'a, e a aprenderem-n'a com cedo, que bem se-lhe-póde augurar nova era, e muito próspera, para dentro em alguns annos (NORONHA, 1873, p. 01-02).

Ao encaminhar seus parabéns “á veneranda e formosa lingua dos nossos Paes e descendentes”, ele se refere à língua portuguesa de Portugal, pois tanto ele quanto seus “Paes” são portugueses. É essa a língua que “tantos homemzinhos novos, fiadores do futuro, a qurerem-lhe, a quererem-n'a”, esses “homemzinhos” e “fiadores do futuro” e da língua são aqueles inscritos no título da obra, para quem o autor confia a preservação da língua.

Para finalizar a nota, José Castilho cita três versos do poema do humanista português do século XVI, Antonio Ferreira (1523-1569):

Floresça, fale, cante, oiça-se, e viva
A portugueza lingua! e já onde fôr,
Segura vá de si, senhora e altiva!
J. F. de Castilho (NORONHA, 1873, p. 02).

A incorporação desses versos pode ser compreendida a partir das discussões que Bakhtin desenvolve acerca da língua. Segundo esse estudioso

russo, em *Teoria do Romance I. A estilística* (2015), duas forças atuam na vida concreta da língua, a saber: as forças centrípetas, as quais unificam e centralizam ideologicamente a língua através de normatizações; e as forças centrífugas, responsáveis pela tensão e abertura das mudanças linguísticas.

Nesse sentido, ainda que a “portuguesa língua!” seja florescida, falada, cantada, ouvida e vivida, ela precisa manter-se segura e soberana, revelando a ideia de língua na imanência, adversa à mudança. Esses versos sintetizam os louvores sobre a “portuguesa língua!”, desenvolvidos a partir do purismo vernacular que orientará as seleções dos trechos como modelos linguístico-ideológicos do vernáculo.

4.1.4 Conversação preambular com “meninos estudiosos”, seus “amiguinhos”

O preâmbulo⁴⁷, terceiro gênero de emoldura da obra, de autoria do próprio autor da obra, trata-se de um texto verbo-visual. As imagens compreendem duas gravuras ornamentais que molduram o texto na primeira página, conforme vemos na figura 6. O texto verbal é constituído por um título e trinta e quatro parágrafos, distribuídos em treze páginas.

Considerando o nosso propósito de descrever em linhas gerais o preâmbulo e mostrar, a partir da interlocução do autor com seu interlocutor, elementos discursivos constitutivos das intencionalidades discursivas do autor com esta obra, destacaremos pontos que contemplem: composição do texto, interlocutores inscritos, definição da obra, concepção de língua nacional, funcionalidade da obra.

⁴⁷ Texto completo no Anexo D.

Fig. 8 – 1ª página do Preâmbulo de *Iris Classico* (1873 [1859])

O texto é dividido em duas partes: na primeira, o autor parte de discussões gerais a respeito dos livros para apresentar a definição da sua obra como “plantinha humilde” (NORONHA, 1873, p. 06); na segunda, José Castilho concentra-se nas propriedades da sua obra, explicando os porquês e os para quês da antologia escolar, a partir da concepção de língua nacional defendida. Assim, o movimento de construção de sentido na interlocução do preâmbulo acontece das discussões gerais para as particulares.

A primeira gravura que moldura o texto, de uma margem a outra, se harmoniza com o perfil infantil de um dos destinatários inscritos na obra, a quem o autor chamará de “meninos estudiosos” e “Amiguinhos”. A figura de uma criança com laçarotes atrás de suas costas, simulando um par de asas, alude à figura de um anjo. Essa criança levanta em seus braços um tecido, como se estivesse revelando ou anunciado a obra, típico das funções mensageiras dos anjos. Nesse tecido, brotam ramos de flores concentrados no centro e nas extremidades, acentuando a concepção estética da obra.

Na segunda figura, uma letra “S” ornamentada, em maiúscula e de tamanho superior as letras do corpo do texto, por folhas, que no seu conjunto,

representam uma ramagem, localiza-se na abertura do primeiro parágrafo. Essa imagem dialoga com a concepção estética do gênero antologia, enquanto uma seleção de flores (autores), estabelecendo uma unidade de sentido entre texto visual, verbal e conceitual acerca da obra para seus interlocutores.

No título do preâmbulo, “CONVERSAÇÃO PREAMBULAR COM **OS MENINOS ESTUDIOSOS**”, o editor tratou de destacar, em negrito e numa fonte superior às outras palavras do título, um dos interlocutores inscritos da obra: “**OS MENINOS ESTUDIOSOS**”. Em seguida, o autor passa a conduzir os alunos na construção de sentido da sua antologia escolar. Nos sete primeiros parágrafos, José Castilho preocupa-se em defini-la. Para isso, inicia sua “conversação” convidando-os a filosofar.

Amiguinhos.

SE VOS-apraz, *philosophemos* o nosso pouco. Não me-hajaes medo a esta palavra; *philosophar* é simplesmente applicar uma pessoa o seo juizo ao conhecimento das cousas, dos seos *paraquês*, podendo ser, e podendo ser, dos seos *porquês* tambem.

Mas sobre que havemos nós de *philosophar*? – Seja sobre o que nos está mais á mão, que é o nosso livro. Examinemos portanto o que é o nosso livro, o porque se-fez, e o para que se-fez (NORONHA, 1873, p. 03).

Em um tom afetivo, estratégia discursiva de sedução do interlocutor, marcado pelo substantivo diminutivo “Amiguinhos”, o autor estabelece o primeiro diálogo direto com esses interlocutores, convidando-os a construir um juízo de valor acerca do “nosso livro”:

Quanto ao que elle é, basta abrir os olhos para o-saber, me direis vós. Não é tanto assim. Isso, que á vista vem saltando, apparece em commum nos livros todos; e todavia, este livro, como cadaum dos outros, tem sua alma, indole, e genio particular, que só com o tempo e com o estudo se-logram conhecer. Tambem todas as arvores são arvores; mas umas, crou-as [...] Deus para nos-manterem, outras para nos-curarem, outras para nos-abrigarem e defenderem, outras para nos-vestirem, outras para nos-transportarem por terras e mares. Assim os livros; e ainda com maior variedade. (NORONHA, 1873, p. 03-04).

No excerto, fica claro que o intuito do autor é engrandecer sua obra. Discurso epidítico concretizado através da personificação, pois a antologia

apresenta “alma, indole e genio particular”; assim como pela comparação com a diversidade arbórea e a funcionalidade particular de cada um, segundo a predestinação divina.

Sua definição da obra:

[...] se me-perguntaes agora o que é o livro que vos-offereço, confessarva-vos-hei chãmente que é uma plantinha humilde, disposta e cultivada de proposito para vós, e que, formada de um sem-numero de inxertinhos de grandes e boas arvores, não pensa em se-affrontar com alguma d’ellas, senão que ainda se-uffanará se a-tomardes como ramilhete. (NORONHA, 1873, p. 05-06).

Segundo o autor, o *Iris Classico* é uma “plantinha humilde”, entretanto, foi formada de “um sem-numero de inxertinhos de grandes e boas arvores”, contrastando, assim, com a ideia de humildade invocada pelo antologista. Além disso, cada cultivo foi pensando em seu interlocutor, que não pode contestar, nem “se-affrontar com alguma d’ellas”, antes os alunos precisam sentir orgulhos dos “inxertinhos”, isto é, os meninos não podem contestar a palavra do outro, nem construir um juízo de valor diferente do esperado.

Na segunda parte do preâmbulo, o autor focaliza nas discussões particulares do livro, isto é, nos seus “porquês e paraquês”. Dessa parte, destacamos os enunciados que revelam a concepção de língua nacional defendida por ele e a funcionalidade ideológica da obra.

De tres partes essenciaes se-compõe uma lingua: as palavras, seo mutuo e legitimo accôrdo, e o privativo modo da sua collocação; vocabulário, gramatica, e rhétorica inicial. Ministra o primeiro os materiaes com que se-ha-de edificar o discurso; a segunda é a mão d’obra que os-liga e trava; a terceira a architectura e ornamentação, que, pela maneira de collocar os materiaes, realça em cadaum, pelas suas relações com os outros, ora a força, ora a graça, ora graça e força junctamente (NORONHA, 1873, p. 09-10).

Nessas breves descrições, o autor registra os elementos da língua e sua inter-relação com o discurso. Argumenta que todos estão em relação de diálogo, daí poderíamos entender que sua perspectiva de língua é discursiva, contrariando a imanência que vem defendendo. Contudo, ao explorar essas partes, o autor mantém a perspectiva da conservação das regras linguísticas:

D'estas tres partes constitutivas da linguagem, a mais incontrastavelmente progressiva é o vocabulario. Crescem as sciencias, cresce com as sciencias; cresecem as artes, cresce com as artes; cresce o luxo, o commercio, a sociabilidade, os vicios, as virtudes; com tudo isso e de tudo isso cresce. O vocabulario é a photographia completa do saber de um povo; é o psychographo que indica e deixa registados [sic] os sucessivos graus por onde o espírito foi ascendendo. (NORONHA, 1873, p. 09-10).

Tomando a língua como linguagem, o autor destaca sua primeira parte constitutiva, “o vocabulario”. Considerado como o elemento mais progressivo, uma vez que acompanha o crescimento de todas as áreas por onde circula, levando-o a considerá-lo como “a photographia completa do saber de um povo”, ou seja, como a representação visual da sociedade.

Por outro lado, volta a alertar que nem toda inovação lexical ou “inxertaria de dicções novas no falar antigo” permanece. Conservam-se apenas aquelas testadas, integradas e “aspiradas ao foro da cidade” poderá vingar, caso não “se-há mingua dele”. Nessa integração, ressalta que para uma inovação pertencer ao conterrâneo precisa tomar “devidamente o jeito, a queda, e o soar dos com quem ambicionava conviver”, isto é, necessita se enquadrar.

Quanto à gramática:

A grammatica, e espccialmente a syntaxe da lingua, constitue o que já se-pode chamar genio da mesma lingua, e por conseguinte merece muito maior sollicitude para se-manter, senão inalterado, pelo menos o mais livre que ser possa de ousadias e adulterações. Felizmente n'esta parte, como fundada que é na grammatica universal, por outra no senso universal, ou com mais propriedade da natureza mesma, n'esta parte, repito, são muito menos frquentes, e muito mais difficeis de se-xecutarem as violaões (NORONHA, 1873, p. 09-10).

Para Castilho José, a natureza da língua concentra-se na gramática, “especialmente [n]a syntaxe”. Por isso, merece maior atenção para que se mantenha “senão inalterado, pelo menos o mais livre que se possa de ousadias e adulterações”. Entendamos que “ousadias e adulterações” equivalem às variações linguísticas advindas do povo.

Ancorado na perspectiva universal da língua, ou como ele próprio diz “na natureza mesma”, o autor pondera que na syntaxe as “violações” são “menos

frequentes”. Voltando suas atenções para o terceiro elemento da língua, a construção, declara:

Prouvera Deus que outro tanto podessemos dizer da construção. Dado seja a construção, a nosso ver, quase tão pertencente ao genio da lingua como a própria syntaxe, e por isso attendivel em summo grau, é todavia onde mais livres e assoladoras barbarisações perpetram os escrevedores ignaros, ledores e echos, esses então em numero infinitos (NORONHA, 1873, p. 10).

No fragmento, Noronha afirma ser a construção o elemento de constituição da língua mais violado e atacado pelos “escrevedores” ignorantes, chegando a considerar esses ataques como “barbarisações”. Contra essas agressões, o autor convoca os “homemzinhos em flôr” a escutá-lo para que não tropece mais adiante quando estiver realizando seus trabalhos literários. Essas observações indicam uma relação de reverência e zelo com o texto literário, além de bússola do bem falar e escrever, ideia que fica marcada em:

Se dermos de mão a exagerações dos idolatras do passado, e dos idolatras do futuro; se d’este e d’aquelles tomarmos tão só o que a rasão commum admitte por substancial e incontroverso; faremos, com segurança, e muito bem, a nossa obra de presentes, isto é, de fronteiros, amigos, e conciliadores, do que ha-de ser e do que foi, para proveito do que é, do que foi, e do que ha-de ser (NORONHA, 1873, p. 11).

Nesse excerto, fica explícita a intenção de José Castilho ao eleger os autores e seus excertos ao compor sua obra, a representação da escolha correta. Em se tratando de língua, o entendimento é de que se trata “do que há-de ser e do que foi, para proveito do que é, do que foi, e do que há-se de ser”. Na perspectiva de purismo linguístico, compreendemos que se trata da língua clássica retratada na longa tradição dos escritores que compõem seu livro, esses valores acerca da língua nacional implicarão na seleção de escritores presente na antologia, coletânea de excertos citados, em que prevalecerá representantes do cânone português.

Essa tensão entre duas temporalidades da língua, que pode ser considerada a atuação de duas ações, forças centrípetas e centrífugas, está incorporada no discurso do autor na seguinte passagem:

A linguagem que nós falamos foi a dos nossos antepassados, e há-de ser a dos nossos vindouros também. Aquelles nol-a testaram em vida, e quando ainda éramos no berço; a estes a-havemos nós de testar do mesmo modo; é a peça capital do morgado humano, de que outros foram, de que nós somos, de que outros hão-de ser usufructuarios e administradores. D'aqui nos provém, acerca da linguagem, direitos e obrigações; taes direitos e obrigações, quaes incontestavelmente os-temos a respeito das mais partes da vinculada e imprescriptivel herança das gerações [...] (NORONHA, 1873, p. 11-12).

Aqui, impera o discurso autoritário em relação a concepção de língua nacional. O autor coloca seus interlocutores diante da sua certeza de que “linguagem” falada no presente é a mesma dos “nossos antepassados” e “há-de ser a dos nossos vindouros”. Por isso, deverá ser testada “do mesmo modo” por aqueles que são considerados como “usufructuarios e administradores” da língua. A tarefa de administrar a herança linguística dos antepassados é encarada enquanto função incontestável. Não cabe aos futuros homenzinhos contestá-la, mas assimilá-la e respeitá-la.

Em direção às finalizações do diálogo travado com seus “amiguinhos”, afirma:

Em vez de sciencia deixaram-nos porém, esses nossos maiores, mui claros vestigios nos seos escriptos, de quanto lhes-era cara a honra, cordeal o aferro á religião, íntimo, posto que nem sempre dos mais ilustrados, o amor á patria, innato o gênio apprehendedor. Se de tudo isto se-philtrar, por meio dos presentes excerptos, alguma cousa para dentro de vós; e, como vai ainda em boa sasão, vos-temperar para algum dia igualardes os nossos communs avós, harto me-julgarei para da obscura, e não de todo facil, tarefa, que em proveito vosso apprehendi (NORONHA, 1873, p. 14-15).

Ficando claro que os escritores incorporados à antologia foram aqueles considerados “os maiores”. Em seus escritos a presença dos vestígios da “honra”, da obstinação pela “religião” e do “amor á patria” que deverão ser infiltrado para dentro dos alunos “por meio dos presentes excertos”, logo, pela assimilação. Com o intuito de que algum dia a mocidade iguale seu falar ao dos seus avós, o autor confessa que a obra foi construída com essa finalidade e para esses interlocutores.

Em síntese, *Iris Classico* é definido, inicialmente, como uma “plantinha humilde” (NORONHA, 1873, p. 06) formada de grandes e boas árvores, ou de exemplos de trechos clássicos de autores ilustres. Ele existe para criar o gosto pela vernaculidade (portuguesa língua, língua dos antepassados, idioma materno, linguagem, bom falar, bom escrever). Sua função é munir a mocidade estudiosa contra a ruína da construção vernácula, invasão estrangeira e a favor da permanência da linguagem da longa tradição. Projeto realizado através da assimilação da palavra do outro.

4.1.5 Despedida do coletor: justificativa das escolhas e configuração da obra

A despedida do coletor⁴⁸, compreende o quinto gênero de emoldura. O texto está intercalado à obra após as cinco partes da antologia, ou seja, localiza-se no final. Na interlocução, o autor defende seu compêndio, justifica sua publicação, esclarece sua organização e as escolhas dos autores legitimados a compô-la, acentua o seu foco, que é a vernaculidade, remata o caráter doutrinário da assimilação do discurso do outro.

Fig. 9 – 1ª página da Despedida do coletor em *Iris Classico* (1873)

⁴⁸ Texto completo no Anexo E.

A moldura do texto, estendida horizontalmente de uma margem à outra, apresenta no seu centro botões de flores, um enlaçado no outro formando uma espécie de jardim. Nos lados direito e esquerdo desse conjunto de botões, figuram duas rosas já desenvolvidas, presas por dois dos botões. Em seguida, um caule com algumas ramificações de pequenas flores e na sua copa mais um conjunto de flores em círculo, dialogando com o conceito de antologia como recolha de flores.

Em seguida, estampa-se, centralizado, o título: “DESPEDIDA DO COLLECTOR AOS **MENINOS ESTUDIOSOS**”, no qual estão inscritos o autor da obra, que se intitula “collector”, ou seja, como colecionador é o principal centro de seleção dos excertos; e os estudantes. As letras estão todas em maiúsculas, entretanto, apenas os enunciados que inscrevem o destinatário são destacados em negrito e numa fonte superior às outras palavras do título. Particularizando, assim, seus principais interlocutores: meninos estudiosos.

Meos amiguinhos:

O ler este livro de que vamos despedir-nos, foi uma especie de passear em rancho por uma feira, mais para nos-recrearmos com a variedade dos objectos, e ficarmos conhecendo por mostras o que havia, do que não para nos-provermos logo alli de todo o necessario. Vimos succederem-se sem nenhuma transição cousas de préstimo e brinquedos, umas só aprazíveis, outras só uteis, outras graciosas e mássicas. Mas fazendas ricas e bem acabadas ha-de se-confessar em abono da verdade que poucas se-nos-depararam (NORONHA, 1873, p. 321).

A interlocução no interior do texto começa com o uso do vocativo “Meos amiguinhos”. No preâmbulo, José Castilho também usou vocativo semelhante, contudo não utilizou o pronome possessivo “Meos”, apenas utilizou “Amiguinhos”. A inserção do pronome citado trata-se de uma estratégia para confirmar a relação de proximidade entre seus interlocutores.

A despedida só faz sentido para aqueles interlocutores que conheceram e consumiram a obra, pois o coletor tratará das leituras realizadas pelos alunos. Nesse parágrafo, o autor caracteriza a experiência de leitura da mocidade estudiosa como um passeio pela feira, espaço público no qual se expõem e se vendem variedades de coisas, mas que nem por isso, o cliente compra tudo. Seleciona apenas o que lhe for do agrado, de suas necessidades e o melhor.

A feira é caracterizada também por sua organização, nem sempre harmônica, como diz o coletor, nela: “Vimos succederem-se sem nenhuma transição cousas de prestimo e brinquedos”. Assim parece ser sua obra:

Ora como esta apinhada e confusa multidão de excerptos de tantos auctores diversos representa em ponto pequeno toda a litteratura classica portugueza, vejamos se nos-é possível deduzirmos d'esta facil e esparecida excursão algum resultado de proveito. (NORONHA, 1873, p. 321-322).

Assim como na feira, *Iris Classico* apresenta uma “apinhada e confusa multidão de excerptos”. Entretanto, esclarece que nessa superlotada e desordenada aglomeração encontramos representada a “litteratura classica portugueza”, do qual estudo os alunos poderão tirar proveito.

Nesta despedida, retoma a concepção de vernáculo constitutiva da obra:

Que intendermos porém por vernaculidade? Não definamos uma cousa que todos sentem, sem exceptuar os proprios rusticos e ignorantes de cada paiz; limitemo-nos a isto: que a vernaculidade não está tanto nas palavras como na construcção d'ellas, no arranjo, e na afinação do periodo.

A vernaculidade assim intendida, não ha negar que é uma formosa e bonissima cousa, e dado que subjeita amudanças com o longo lapso dos tempos, e a dever por ventura dissipar-se, em remotos futuros, n'uma lingua commum e universal, ou com isso parecida, merece comtudo ser acatada e servida, e por isso estudada, e reestudada de contínuo (NORONHA, 1873, p. 323-324).

Seu conceito de vernáculo, idioma, língua, ou linguagem concentra-se na estrutura sintática: “que a vernaculidade não está tanto nas palavras como na construcção d'ellas, no arranjo, e na afinação do período”. Isto é, a essência da língua está na sintaxe, principalmente dos escritores clássicos. Para ele:

Todo aquele que se-acostumar com cedo á lição dos clássicos da nossa lingua, e nunca de todo abrir mão d'ella pela vida além, haverá creado dentro em si uma consciencia, que o-inspire muito em bem ao falar e ao escrever, para que sobresaia ao vulgo dos escrevedores e oradores (NORONHA, 1873, p. 324-325).

Nos enunciados, concretiza-se a ideia da seleta como livro de bons ensinamentos, os quais os homenzinhos levarão para “a vida além”. Tais lições

são “dos classicos da nossa lingua” que deverão servir de modelo “ao falar e ao escrever”.

Após marcar a noção de língua que emprega na sua obra, o autor explica para seu interlocutor qual a estrutura composicional da antologia:

Se me-perguntaes agora pelo systema de escolha e distribuição dos auctores e trechos de que se-compaginou o presente volume, declarar-vos-hei que nenhum se-adoptou; e qualquer que se-houvesse adoptado, de que serveria realmente? Distribuição chronologica? para que? Capitulação por materias? para que? Graduação ascendente de mérito? para que tambem? teve-se por melhor que tudo isso a summa variedade; continuamente o fortuito e o inesperado; que a linguagem, os estylos e os assumptos tomados de toda a especie de distancias, de tempos, de talentos, de profissões, de interêsses, suscitasse a cada passo a attenção dos nossos juvenis leitores. (NORONHA, 1873, p. 324-325).

Para ele, *Iris Classico* não apresenta “systema de escolha e distribuição dos auctores e trechos”, muito comum nas antologias escolares que se organizavam em períodos, autores, assuntos, entre outros. Na presente seleta, teria prevalecido, estrategicamente, a variedade, com ela o autor pretendia prender a atenção dos leitores juvenis. O antologista busca convencer que a linguagem, o estilo e o assunto foram buscados nos diferentes tempos, entre autores de variadas profissões e interesses. Contudo, nossas análises não confirmam essa variedade, pelo contrário, constatamos uma hegemonia autoria, temporal e temática, pois maioria dos excertos são de autoria de clérigos portugueses dos séculos XVII e XVIII, que tratam de temas similares, primordialmente, de valores cristãos e doutrinários.

Por outro lado, esse fragmento nos leva à hipótese de que o estilo e o assunto serviram, senão como critério, pelo menos como ponto de partida para a seleção dos autores e excertos. Nesse sentido, José Castilho destaca dois nomes que configuram a língua clássica:

Depois de termos dado ao longo do livro um reflexo da litteratura classica, augmentando-lhe em proporção os brilhantes claros, mas não lhe-escondendo as máculas de todo, pareceu rasão que os ultimos excerptos fossem dos nossos auctores mais perfeitos e recommendaveis para modelos ainda hoje: dizer isto é nomear Antonio Vieira e Manoel Bernardes. Quem se-queixaria de havermos em demasia apanhado para ramalhete

em taes dous jardins de linguagem, como estes são? (NORONHA, 1873, p. 327).

Os textos dos padres Antonio Vieira e Manoel Bernardes são considerados como os “mais perfeitos e recommendaveis para modelo ainda hoje” e como “dous jardins de linguagem” servindo de assimilação da palavra do outro.

4.1.6 Epílogo da terceira edição: definição de clássico

No epílogo⁴⁹, o sexto gênero de emoldura, o autor define, para seus meninos, a concepção de clássico constitutiva da obra. Composto de doze parágrafos ao longo de três páginas, o texto apresenta na primeira página mesma vinheta que abre a despedida do coletor, conforme vemos na figura 8.

Fig. 10 – 1ª página do Epílogo de *Iris Classico* (1873 [1859])

⁴⁹ Texto completo no Anexo F.

O título está localizado no cento da página: “**EPILOGO** DA TERCEIRA EDIÇÃO”. Destaca-se em negrito e fonte superior às demais palavras do título, a palavra “**EPILOGO**”, que apresenta o conceito de clássico estampado na obra. O arremate traz como referência a “TERCEIRA EDIÇÃO”, porém, compõe a edição em análise, isto é, a sexta. Esse aspecto sugere que o texto seja uma resposta a esclarecimentos referentes a edições anteriores. Pelo conteúdo do parágrafo de abertura, parece tratar-se de uma resposta à polémica acerca da inserção de autores não canonizados que não representariam a literatura clássica portuguesa, conforme lemos:

Meus meninos!

TALVEZ me-leveis a mal, meos amiguinhos, trazer-vos a lume, nas ultimas edições deste IRIS CLASSICO, produções de ingenhos, egrégios sim, mas que nenhuma Academia cananizou ainda como *classicos*.

Apuremos então esta continha: Que significa a palavra *classico*? Aqui é que bate o poncto.

No tempo dos reis de Roma, o penúltimo, chamado Servio Tullio, distribuiu a povoação em seis *classes*. Quem poussuia cento e vinte e cinco mil asses de rendimento (obra de uns tres contos de seiscentos mil reis da nossa moeda) pertencia á primeira, collocando-se na categoria dos *cidadãos classicos*, honrosa designação, de que a turba restante era privada.

Chamavão tambem *classicos* os que tocavam na trombeta o signal que chamava aos comícios.

Ou fosse, pois, como pregadores e incitadores do bom exemplo – ou como opulentos da boa doutrina e da vernaculidade –, denominaram-se tambem *classicos*, entre os romanos, os escriptores da primeira plana; e até qualificavam de *testimunhas classicas*, aquellas cujo depoimento se-respeitava como de quem era incapaz de o-postergar: primeiras no direito á veneração e á crença (NORONHA, 1873, p. 329).

O autor busca defender-se a seus interlocutores a quem chama de “meus amiguinhos”. Contudo, a temática da polémica travada nesse texto e o grau de profundidade do conteúdo da defesa de José Castilho levam-nos a crer que esses “amiguinhos” agregam tanto os “amiguinhos” do preâmbulo quanto os oponentes do autor, ou ironicamente seus “amiguinhos”.

Assim, valendo-se de seus conhecimentos filológicos e latinistas, o autor busca na origem das palavras as potenciais significações do termo clássico, os quais descreve em linhas gerais. Nesse elenco, uma noção o autor tomou como válida para sua classificação de clássico:

Todo o escriptor abalizado, por excellencia de linguagem, altura de idéas, e primor de estylo, não só merece, senão que de si vem requerendo o titulo de classico da lingua. A sua graduação não se-subordina a actos exteriores, á mercê de terceiros; congênita lhe-está; é elle o legítimo artífice da sua propria obra, que é o seo eu (NORONHA, 1873, p. 329).

Os critérios principais para considerar um autor como “classico da lingua” são: “excellencia de linguagem”, “altura de idéas” e “primor de estylo”. Essas são as graduações necessárias, às outras diplomações são vistas como “convenções humanas”, para José Castilho, a obra fala pelo autor, que é um predestinado divino, um escolhido, cabendo aos homens apenas medi-lo.

O seu próprio sistema de consagrar um clássico parece não ter comprometido a qualidade da obra:

Ainda uma vez, porém, vos-brado: - que, nesta galeria de estylos, ha quadros de mui diverso valor. Toda essa moeda é, sim, de **cunho nacional**, porém de mui varios toques e quilates. Vossos mestres, meos meninos, vos-guiarão com segurança, aponctando-vos, nesse extenso vergel – onde há flores; – onde tronco sem raiz, onde raiz sem tronco; – onde copas sem elevação, onde elevação sem copas; – onde fragrancia sem esplendor, onde esplendor sem fragrancia (NORONHA, 1873, p. 330, negritos nossos).

No trecho, vemos que a expressão “galeria de estylos” configura a obra como uma seleção de estilos da linguagem clássica, seus autores seriam representantes de “cunho nacional”. Comparados a moedas, cada um tem seu preço e valor, comparados a jardins, cada um apresenta suas flores, ou seja, suas qualidades que os legitimam a configurar clássico da língua literária. Em seguida, argumenta:

O gosto, innato e formado, o estudo, a donosa phantana, o conselho dos vossos mestres, vos-alvitarão qual o estylo que mais se-adapta á vossa peculiar natureza. Ahi vos-ficam amostras de mui variado dizer. Quando sentirdes que para um escriptor vos-attrahe mais espontanea sympathia, Dae-vos á sua mais ampla licção; **seja esse vosso modelo**; não sei eu de outro mais fiel bordão para peregrinação, que incetais. Disponde-vos assim a desempenhar a mais nobre das missões. (NORONHA, 1873, p. 331, negritos nossos).

Nessa passagem, destaca-se o caráter instrutivo e autoritário dessa antologia, na qual os alunos, guiados pelos professores, reconheceriam os estilos que mais se aproximasse ao seu. Nesse breve trecho, parece haver também, nas entrelinhas, uma instrução para os professores, investir nos estudos de autores mais atraentes aos alunos, não perdendo de vista que seriam os missionários da expedição literária.

Nas primeiras linhas do trecho a seguir, há uma expressão que pode ser considerada a síntese verbal do ponto mais alto da obra, o “culto do materno idioma”:

Feliz eu se dest'arte houver concorrido, antes de tudo, para revocar ao culto do materno idioma; e depois, para que algum jovem espirito, aquecido ao calor da elocução que mais da propria se-acerque, sinta o que valha, e produza o que possa!
(NORONHA, 1873, p. 331).

Essa veneração ao “idioma materno” foi desenvolvida desde as primeiras linhas dos gêneros de emoldura da obra. Em suma, o foco de José Castilho, nesse epílogo, foi discutir o conceito de clássico na sua antologia escolar. Essa noção está relacionada ao clássico da língua, para se considerar um texto como exemplo dessa vertente são necessárias três características: excelência de linguagem, altura das ideias e primor no estilo. Os autores, que em seus textos manifestassem essas qualidades, poderiam ser considerados como pregadores e incitadores dos bons exemplos, sobretudo, da vernaculidade.

Tal configuração autoral da coletânea de excertos de *Iris Classico* (1873 [1859]) harmoniza-se com o argumento de Bakhtin (2016) de que as antologias escolares são constituídas por vozes investidas de autoridade.

As análises dos gêneros de emoldura da obra revelam diálogos de José Castilho com diferentes interlocutores, que, ora estão inscritos, ora estão implícitos, sendo os principais deles: mestres e alunos, vozes da recepção; imperador, voz de autoridade; diretores da instrução e pais, vozes da apreciação; críticos, vozes polêmicas. Esses diálogos que envolvem a produção da obra proporcionam à sua contextualização, ou seja, configuram as especificidades

das condições de realização e percepção do gênero, mediante a qual o autor vai construindo, para os interlocutores, um fundo aperceptível em conformidade com o conceito central de *Iris Classico*, a língua clássica.

Além disso, os elementos constitutivos da orientação exterior da obra implicarão na constituição da orientação interior, isto é, na composição da antologia. Nesse segundo direcionamento, veremos que o autor selecionará um repertório hegemônico de discursos, excertos e temas para serem lidos e estudados pelos alunos. Através dos quais fossem difundidos valores e elementos culturais de referência portuguesa, sendo a principal delas a língua clássica, como demonstraremos na próxima seção.

4.2 Orientação interna de *Iris Classico*: sob os olhos da antologia

Em *Iris Classico* (1873 [1859]), a coletânea de excertos, discurso do outro, é constituída de 181 fragmentos, ao longo das cinco partes da obra; apresentados em prosa e verso, são trechos, escritos entre os séculos XVI e XIX, recolhidos de partes de outros gêneros, principalmente aqueles originados das esferas literária, religiosa e histórica. Desses, 167 extratos são de escritos portugueses, representando 92% do total, e 14 são excertos de escritos brasileiros, equivalente a 8% da seleção de trechos. Na obra, Noronha cita partes de textos de 77 autores, sendo 63 deles portugueses (82% do total), e 9 autores brasileiros (18% do total), conforme apresentamos abaixo na tabela 5.

Tabela 5 - Galeria de autores em *Iris Classico* (1873 [1859])

Autores portugueses	
Século XVI	
Autores	Número de excertos
Duarte Nunes do Leão (1530-1608)	05
Frei Francisco de Santa Maria (1532-1597)	04
João de Barros (1496-1570)	03
Fernão Mendes Pinto (1510-1583)	03
Gabriel Soares de Souza (1540-1591)	02
Luiz Torres de Lima – Frei Thomé de Jesus (1529-1582)	02
Miguel Leite Ferreira (15??)	01
Frei Bernardo da Cruz (15??)	01
Francisco d'Andrade (1540-1614)	01

Bernardo de Brito (1569-1614)	01
Frei Pantaleão d'Aveiro (15??)	01
Gil Vicente (1465-1536)	01
Manoel Godinho (1563-1623)	01
Pedro Nunes (1502-1578)	01
Frei João dos Sanctos (1570-1625)	01
Damião de Goes (1502-1574)	01
Pedro da Costa Perestrello (15??)	01
D. João III (1502-1557)	01
Luiz de Camões (1524-1579)	01
Padre João de Lucena (1549-1600)	01
Brás de Albuquerque (1500-1580)	01
D. frei Amador Arraes (1530-1620)	01
D. Frei Bartholomeu dos Martyres (1514-1590)	01
Frei Luiz de Granada (1504-1588)	01
Pedro de Mariz (1550-1615)	01
Luiz Mendes de Vasconcellos (1542/1550-1623/1630)	01
Hieronimo Ozorio, Bispo de Silves (1506-1580)	01
Ruy Gonçalves (da Camara) (1550-1601)	01
André de Rezende (1500-1573)	01
Alvaro Ferreira de Vera (15??-1645)	01
São Carlos Borromeu (1530-1608)	01
D. Manoel (1469-1521)	02
Jorge Ferreira de Vasconcelos (1515-1585)	01
João Ribeiro Gaio (15?-16?)	01
Total	48
Século XVII	
Autores	Número de excertos
Padre Antonio Vieira (1608-1697)	32
Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	26
Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	06
Padre Balthazar Telles (1596-1675)	04
Jacintho Freire de Andrade (1597-1657)	03
D. Raphael Bluteau ⁵⁰ (1638-1634)	03
Padre Simão de Vasconcellos (1597-1691)	03
Frei Antonio das Chagas (1631-1682)	02
Francisco de Brito Freire (1625-1692)	02
Frei Luiz de Souza (1555-1632)	02
Manoel Severim de Faria (1583-1655)	02
D. Francisco Manoel de Mello (1608-1666)	01
André João Antonil ⁵¹ (1649-1716)	01
João Franco Barreto (1600-1674)	01
Frei João de Ceita (1578-1633)	01
Duarte Ribeiro de Macedo (1618-1680)	01
Antonio de Souza de Macedo (1606-1682)	01
Frei Gaspar de São Bernardino (15?-16?)	01
Frei Domingos Teixeira (1675-1747)	01
Frei João Pacheco (1677-1747)	01
Total	92

⁵⁰ Nasceu em Londres em 1638, filho de pais franceses, pertenceu ao grupo de padres estrangeiros em Portugal.

⁵¹ De origem italiana, membro da Companhia de Jesus, veio para o Brasil em 1681 (Moisés, 1983).

Século XVIII	
Autores	Número de excertos
Manoel Maria Barbosa Du Bocage (1765-1805)	04
Padre Manoel Conciencia (1700-1750)	03
Padre João Baptista de Castro (1700-1775)	02
Filinto Elysio (1734-1819)	04
Frei Candido Lusitano (1719-1773)	01
Padre André de Barros (1675-1754)	01
Frei Apollinario da Conceição (1692-1755)	01
Mathias Ayres da Silva de Eça (1705-1763)	01
Total	17
Século XIX	
Autores	Número de excertos
Antonio de Castilho (1800-1875)	04
Antonio José Viale ⁵² (1806-1889)	03
João Vicente Pimentel Maldonado (1773-1838)	02
José da Natividade Saldanha (1796-1830)	01
D. Francisco Alexandre Lobo (1763-1844)	01
Total	11
Total de excertos entre os séculos	167
Total de autores	68
Autores brasileiros	
Século XVIII	
Autor	Número de excertos
Antonio Pereira de Sousa Caldas (1762-1814)	03
Antonio de Santa Maria Jaboatão (1695-1765)	01
José Bonifacio de Andrada (1773-1838)	01
Frei José de Sancta Rita Durão (1722-1784)	01
Frei Francisco de São Carlos (1763-1829)	02
Thomaz Antonio Gonzaga (1744-1810)	01
Total de excertos	09
Século XIX	
Autor	Número de excertos
Marquez de Paranagua (1821-1912)	03
(Domingos) Borges de Barros (1780-1855)	01
Januario da Cunha Barboza (1780-1846)	01
Total de excertos	05
Total de excertos entre os séculos	14
Total de autores	09

Fonte: (Noronha, 1873 [1859]).

⁵² De origem italiana, dedicou-se aos estudos do latim e português.

O predomínio de autores e excertos portugueses na obra revela que o alicerce discursivo da antologia é de base nacional portuguesa. Por isso, focalizamos nossas discussões no eixo dos fragmentos portugueses.

A partir desse foco, compreendemos que a seleção de excertos citados apresenta particularidades referentes às épocas, perfil dos escritores e os temas dos escritos. No que se refere ao primeiro aspecto, identificamos que dos 164 fragmentos de escritos portugueses, 152 (84% dos escritos portugueses citados) são de escritos produzidos entre os séculos XVI e XVII, períodos das estéticas literárias do Classicismo, Barroco e Arcadismo. Esses movimentos literários, segundo Saraiva (1996), representam o período clássico da história da literatura portuguesa, concepção que se harmoniza com o perfil clássico-literário do Colégio Pedro II e que também ficou marcada na primeira parte do título da obra em análise: *Iris Classico*. Dessas estéticas, prevalecem, respectivamente: o Barroco, com 92 excertos (60,5%) de 20 autores; o Classicismo, contando com 46 escritos (30%) de 33 escritores; e o Arcadismo, compreendendo 14 trechos (9%) de 9 escritores.

Quanto à segunda propriedade, perfil dos escritores, constatamos que em sua maioria são pertencentes à esfera religiosa católica, seus escritos são, portanto, produções literárias de origem clerical. Essa orientação ideológica acaba por refletir na terceira especificidade da antologia, a seleção de temas dos excertos, que, por sua vez, revela um discurso de conteúdo ideológico doutrinário e autoritário. Tal característica pode ser atestada pelo predomínio de excertos de dois escritores que mais representaram o discurso doutrinário no Barroco: Padre Antônio Vieira (1608-1697), alcançando 31 excertos citados, e Padre Manuel Bernardes (1644-1710), obtendo 26 fragmentos citados.

No terceiro aspecto supracitado, o tema, evidenciamos a presença de um repertório temático hegemônico em 160 excertos, que, a nosso ver, compreende-se em quatro grandes temas: i) exaltação à língua portuguesa; ii) exploração de países, povos e costumes ultramarinos; iii) afirmação de princípios cristãos e morais; iv) representação de homens históricos.

Apesar de na composição da obra não ficar marcado verbalmente que há núcleos temáticos comuns aos excertos, há três elementos discursivos que permitem comprovar a presença desses núcleos e a interação entre os enunciados desses eixos: primeiro, conforme tratamos no capítulo I, o tema é

um dos elementos composicionais basilares do gênero antológico escolar, é uma espécie de elo comum entre os enunciados; segundo, o conteúdo dos excertos comprova a convergência de temas comuns; e terceiro, mesmo os fragmentos pertencentes ao mesmo núcleo temático não estarem concentrados e intercalados respectivamente, eles estão muito próximos uns dos outros, conforme verificamos na tabela do índice expandido, no capítulo III.

A partir dessa inter-relação tríade, atestamos que Noronha focalizou sua seleção em fragmentos de escritores e temas mais representativos do período clássico da história da literatura portuguesa, principalmente de duas estéticas literárias, Classicismo – período de ascensão do povo português – e Barroco – época marcada pelo declínio da igreja católica. Somados, esses excertos totalizam 132 enunciados, representando 84% da composição da antologia, assim, Noronha buscou em discursos da tradição literária portuguesa (literário, histórico, religioso e épico) o alicerce ideológico do projeto didático dessa antologia escolar. Nesse sentido, para compreendermos a constituição da antologia na construção do projeto didático da obra, procuramos inter-relacionar os estudos acerca da história da literatura portuguesa – especialmente Classicismo e Barroco –, a partir de Saraiva (1996) e Moisés (2005), com o repertório temático predominante na coletânea de excertos citados, seus respectivos escritores e épocas.

O primeiro movimento, o Classicismo, que consistiu num conceito de arte alicerçado na imitação dos clássicos gregos e latinos, vistos como “modelos de suma perfeição estética” (MOISÉS, 2005, p. 51), vigorou em Portugal em parte do século XVI, entre 1527 e 1580. Época significativa para a história do então reino, porque se tratou do período de suas expansões marítimas, territoriais e comerciais, provocando, consequentemente, uma acentuada prosperidade econômica e política. Nesse contexto, o povo português foi elevado “a posições jamais alcançadas, antes ou depois [desse período]” (MOISÉS, 2005, p. 51), despertando, assim, uma certa ufanía patriótica.

Essa ascensão histórica incorporada à reverência à estética clássica acabou sendo reproduzida nas expressões artísticas. Nesse aspecto, podemos dizer que a produção literária clássico-renascentista portuguesa refletiu, por um lado, no plano do conteúdo, uma certa “atmosfera épica” e “superioridade histórica”; por outro, no plano da forma, “o culto extremado da forma” (Idem).

Sobre esse último ponto, Moisés (2005, p. 51-52) acrescenta:

[...] os clássicos são formalistas, no duplo sentido de aceitarem os modelos preestabelecidos e de valorizarem a suprema perfeição em prosa e em poesia: logicidade na ordenação do pensamento, limpeza e vernaculidade gramatical, rigor no que toca à cadência, à cesura, à estrofação, à ordem interna do poema etc. Imitam-se os torneios sintáticos dos antigos, mas sem perder de vista o caráter próprio da Língua: numa espécie de “defesa e ilustração da Língua Portuguesa”, os clássicos preconizam ardorosamente a pureza da linguagem.

As “limpeza e vernaculidade gramatical” correspondiam a um ideal de padronização, cultivo e exaltação da língua portuguesa, tendo na língua dos escritos literários sua referência de vernáculo. Por sua vez, essa língua literária tinha como modelo uma das línguas clássicas, o latim, que representava a principal referência de clássico no eixo linguístico, especialmente para a língua portuguesa. Segundo Saraiva (1996, p. 183), essa influência ocasionou uma certa “latinização, sobretudo lexical e sintática, da língua literária” e impulsionou “o uso do latim, e mais escassamente do grego, em discursos, cartas, obras de apologia nacional ou de panegírico dos grandes”. Nesse sentido, a inter-relação genealógica do português com o latim assegurava a essa primeira o caráter clássico predicado à segunda, por isso, era necessário, por um lado, preservar ou criar aproximações entre essas línguas; por outro, exaltar a língua portuguesa, porque se tratava de uma língua-irmã do latim.

Saraiva (1996) aponta ainda que, nesse período, tanto a língua literária quanto os trabalhos de gramáticos e teóricos da língua, muito influenciados pela erudição dos humanistas, contribuíram para o processo de exaltação da língua portuguesa. São produções dessa época, por exemplo, as primeiras gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira (1507-1581), em 1536, e de João de Barros (1496-1570), em 1540; o primeiro dicionário latim-português, de Jerônimo Cardoso (1508-1569), em 1569; o estudo gramatical *Origem da Língua Portuguesa*, de Duarte Nunes Leão (1530-1608), em 1606. Obras que, segundo o estudioso citado, contavam com exaltações ao idioma pátrio.

No mesmo contexto ideológico em que se desenvolveu o Classicismo em Portugal, além das produções de cunho teórico que tratavam acerca da história da língua portuguesa, sua estrutura e exaltação à mesma, também se

sobressaíram obras de caráter historiográfico e literário. No que se refere ao primeiro, sua função foi cimentar o solo épico e ufanista que predominava entre os portugueses desde suas expansões marítimas, mesmo porque esse entusiasmo dava indícios de seu fim, então era preciso fixá-lo e construir um passado glorioso a futuras gerações. De acordo com Saraiva (1996) e Moisés (2005), nesse ramo, destacaram-se os historiadores, cujos nomes mais expressivos foram: João de Barros (1496-1570), Damião de Goes (1502-1574), Hieronimo Ozorio - Bispo de Silves (1506-1580), Diogo Couto (1542-1616) e Fernão Lopes de Castanheda (1500-1559). A produção historiográfica foi materializada, em sua maioria, a partir de crônicas, tratados históricos ou geográficos, descrições e relatos.

Quanto ao segundo segmento, várias foram as produções, desde a literatura de viagens ultramarinas, passando pela novela de cavalaria, teatro e literatura moralista. Dessas, destacam-se textos do primeiro eixo literário, cujo propósito era “a revelação de novos espaços, paisagens, floras, faunas, costumes e religiões [que inspirou a produção de] uma vasta literatura descritiva e narrativa” (SARAIVA, 1996, p. 305). Assim como o grupo de escritores anteriores, os autores desse tipo de escritos literários intencionavam fixar o heroísmo português mediante as aventuras e os perigos enfrentados pelos exploradores e aventureiros em favor da pátria lusitana. São exemplos desses gêneros os “relatos de viagens, roteiros diários ou equivalentes, reportagens do mundo que se ampliava em todas as direções” (MOISÉS, 2005, p. 63). Em Portugal, o nome mais expressivo dessa literatura foi Fernão Mendes Pinto (1510-1583) e sua obra *Peregrinação* (1614), na qual o autor relata histórias, numa mescla de ficção e realidade, de sua própria experiência como explorador que fora.

O Barroco, vocábulo que designa uma forma de pérola irregular, trata-se de um conceito amplo que condensa “as características mais gerais que assumem a arte e até a cultura seiscentistas ocidentais” (SARAIVA, 1996, p. 472). O “movimento barroco”, como se refere Moisés (2005, p. 72), iniciou-se na Espanha, vigorando em Portugal entre 1580 e 1756. De forma mais precisa, o Barroco buscou fundir, “numa síntese ambiciosa”, (MOISÉS, 2005, p. 73) as duas linhas de pensamento que dominou o século XVI: a cosmovisão medieval, pautada no teocentrismo, e a ideologia clássica, orientada no antropocentrismo.

A partir dessa fusão, intentava-se o equilíbrio, pelo embate, do ser humano, que estava dividido entre a satisfação do corpo e a consagração da alma. Essa dicotomia barroca acabou por colocar no centro das discussões a questão do conhecer a realidade, que no Barroco desenvolveu-se de dois modos: primeiro, a compreensão de que conhecimento do objeto se dava através da sua descrição, construída, principalmente, mediante o uso de metáforas e jogos de imagens (a sinestesia), tendência mais concretizada na poesia, ficando conhecida como *gongorismo*; segundo, o entendimento de que o conhecimento do objeto era alcançado na sua essência, a qual se chegava mediante o conceito, pois era necessário saber o que são as coisas, orientação que prevaleceu na prosa, ficando conhecida como *conceptismo*.

Quando o movimento Barroco surgiu no solo lusitano, Portugal já não convivia com a euforia e grandeza advindas do desenvolvimento econômico de parte dos séculos XV e XVI. Mediante o desaparecimento e a morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, em 1578, os portugueses passaram a conviver com a melancolia dos célebres tempos e sob o comando de um rei espanhol, Filipe II. Outro aspecto histórico constitutivo desse movimento em Portugal foi a instabilidade da igreja católica, causada pela Reforma Protestante. Nesse sentido, Moisés (2005, p.72), em acordo com estudiosos, afirma que o Barroco “tornou-se a arte da Contra-Reforma, visto as características básicas do movimento estético servirem aos desígnios doutrinários e pedagógicos da igreja na luta anti-reformista”.

Considerando as duas correntes de pensamento predominantes no Barroco, *Gongorismo* e *Conceptismo*, é importante compreender que essa última exerceu uma forte influência na educação formal, conforme esclarece Moisés (2005, p. 74):

Poesia e prazer lúdico se confundem com Gongorismo, ao passo que Conceptismo serve-se da dialética e serve como dialética, na medida que organiza logicamente as ideias com o fito de convencer e ensinar [...] Não é para menos que se estabelece um vínculo entre Barroco e jesuitismo (MOISÉS, 2005, p. 74).

A dupla articulação entre as esferas literária e religiosa foi decisiva na concepção da esfera educacional brasileira que teve origem, no período colonial, com padres jesuítas. Vínculo que, segundo Coutinho (1956), ficou muito

marcado no sistema educacional brasileiro da Colônia ao Império, mesmo porque a relação Religião e Estado só seria dissipada com o advento da República, antes disso a interação entre essas esferas sempre foram intrínsecas.

Outro elemento constitutivo dessa inter-relação é a produção literária, e uma de suas particularidades: a orientação ideológica de seus autores e dos temas tratados por eles. Em sua maioria, esses autores tratavam-se de clérigos conceptualistas que em seus textos abordavam temáticas de cunho moralista e cristão, elemento que passou a caracterizar esses textos como oriundos de uma literatura moralista e doutrinária, tendo como uma de suas finalidades o resgate do domínio da igreja católica. Por isso, nesse período, textos dessa orientação temática ganharam força, tendo como seus maiores representantes escritores como: Padre Antônio Vieira (1608-1697); Padre Manuel Bernardes (1644-1710); Frei Antônio Chagas (1631-1682); Matias Aires (1705-1763).

Um segundo segmento desenvolvido na produção prosaica barroca foram as epístolas que, na concepção de Moisés (2005, p. 88), ganham “fisionomia autônoma”. Isso porque diferente das epístolas renascentistas, escritas em versos, às barrocas passaram a ser produzidas em prosa, na forma de carta, tendo como principal tema a informação sobre a vida pessoal ou alheia; seus principais representantes: Sórora Mariana Alcoforado (1640-1723); Frei Antônio Chagas (1613-1682) e Cavaleiro de Oliveira (1702-1783). Ainda na prosa, produziram-se, com menos intensidade, textos historiográficos, cujos nomes mais representativos foram: Manuel de Faria Sousa (1583-1655); D. Luís de Meneses (1632-1690); Jacinto Freire de Andrada (1597-1657); Antonio de Sousa Macedo (1606-1682). Já na poesia, destacaram-se dois nomes: D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) e Francisco Rodrigues Lobo (1680-1621).

Os discursos integrantes desses dois movimentos da tradição literária portuguesa estão incorporados na antologia, e serve de base para a mesma, através da seleção de fragmentos, cujos principais temas convergem com os disseminados no Classicismo e Barroco português. Mostraremos a partir dos quatro eixos temáticos predominantes em *Iris Classico* (1873 [1859]) essa assimilação discursiva e temática, na qual os dois primeiros temas vinculam-se ao Classicismo e os dois últimos ao Barroco, e ambos com interesses ideológicos de Portugal.

4.2.1 Exaltação à língua portuguesa

Conforme tratamos, uma das bases discursivas do Classicismo português foi construída através dos discursos de reverência à estética clássica, a forma, assim como da defesa da língua portuguesa e sua “limpeza e vernaculidade gramatical” (MOISÉS, 2005, p.51-52). Esses valores, impregnados de purismo vernáculo, constitutivos do Classicismo português foram incorporados em *Iris Classico* (1873 [1859]) através do culto à língua portuguesa. Na obra, esses discursos estão presentes em um dos temas da coletânea de excertos citados, o tema I: *exaltação à língua portuguesa*. Tema que compreende os trechos em que seus escritores tratam de destacar as qualidades constitutivas da língua portuguesa, zelar por suas particularidades e engrandecê-la. Na tabela 6, apresentamos a relação de excertos constitutivos dessa temática.

Tabela 6 – Tema I: exaltação à língua

Parte	Título	Autor	Tema
Primeira Parte	Universalidade da língua	Duarte Nunes do Leão (1530-1608)	Predomínio da língua portuguesa em territórios lusitanos.
	Latinidade da língua	Duarte Nunes do Leão (1530-1608)	Raiz latina da língua portuguesa.
	Dotes peculiares da língua	Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	Exaltação das qualidades estilísticas da língua portuguesa.
	O mesmo assumpto	Jorge Ferreira de Vasconcellos (1515-1585)	Exaltação da proximidade da língua portuguesa com o latim.
	Ainda ao mesmo assumpto	Miguel Leite Ferreira (15??)	Preservação dos dotes da língua portuguesa.
	Prosadores e poetas classicos da língua, pertencentes á era de quinhentos e seiscentos	Antonio José Viale (1806-1889)	Trechos de poemas de escritores lusos de 1500 e 1600.
Segunda Parte	Linguas do Brasil	Padre Simão de Vasconcellos (1597-1691)	Discussão acerca da variação linguística e preservação do idioma.
	Do bom escrever em historia	Padre Balthazar Telles (1596-1675)	Trata do estilo de escrever dos antigos historiadores.
	Idiotismos da nossa lingua	Frei Candido Lusitano (1719-1773)	Particularidades gramaticais da língua portuguesa.

	Invectiva contra os Gallicismos	Francisco Manoel do Nascimento (1734-1819)	Combate às influências da língua francesa na língua portuguesa.
	Cautelas que importa observar no escrever	Jachinto Freire de Andrade (1597-1657)	Conservadorismo na língua portuguesa.
	Mais louvores da língua portuguesa	Manoel Severim de Faria (1583-1655)	Exaltação às qualidades da língua portuguesa.
Terceira Parte	Noticias atrasadas	Filinto Elysio (1734-1819)	Elogio à prosa.
	Elogio do Padre Antonio Vieira	Dom Francisco Alexandre Lobo (1763-1844)	Estilo de linguagem.
	Notavel carta de despedida	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Estilo de linguagem.
Quinta Parte	Escreitura e sua utilidade	Antonio de Sousa de Macedo (1606-1682)	Etapas de desenvolvimentos de escritos e sua funcionalidade.
	Qualidades da nossa língua	Manoel Severim de Faria (1583-1655)	Exaltação das particularidades da Língua Portuguesa.

Fonte: Noronha (1873 [1859]).

Conforme observamos nessa tabela, os 17 fragmentos que constituem o eixo temático *exaltação à língua portuguesa* está presente em quatro partes da obra. Os escritos compreendem quatro épocas: séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Contudo, seus escritores retomam o culto à língua portuguesa germinado no Classicismo, século XVI.

Nos 6 primeiros fragmentos da Primeira Parte, Noronha selecionou um grupo de seis excertos em que os escritores disseminaram uma imagem ditosa da língua portuguesa. Representação incorporada: na sua expansão e integração em territórios conquistados pelos portugueses e sua raiz latina, discutidos pelo historiador e gramático português Duarte Nunes Leão (1530-1608), um dos expoentes teóricos do período renascentista em Portugal, nos excertos “Universalidade da lingua” e “Latinidade da lingua”; no reforço da proximidade entre essas línguas, tratadas no excerto “Dotes peculiares da lingua”, por Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621).

Representação marcada também nos destaques às qualidades estilísticas da língua portuguesa, enaltecidas por Jorge Ferreira de Vasconcellos (1515-1585), comediógrafo renascentista, no fragmento “O mesmo assumpto”; na

preservação do idioma, defendido por Antonio Ferreira, considerado um ilustre poeta da literatura clássica portuguesa, citado por seu filho Miguel Leite Ferreira (1580-1621), no excerto “Ainda ao mesmo assumpto”; e na seleção de alguns escritos de autores clássicos representantes da longa tradição literária portuguesa, compilados por Antonio pelo latinista e estudioso dos clássicos José Viale (1806-1889), no extrato “Prosadores e poetas classicos pertencentes á era de quinhentos e seiscentos”.

Na Segunda Parte, Noronha cita 5 fragmentos de escritos em que os autores trataram da temática em questão, mesmo sendo pós-renascentista esses escritores retomam a ideia constitutiva desse eixo temático, a preservação do idioma. Em “Linguas do Brasil”, o padre jesuíta Simão de Vasconcellos (1597-1691), discute acerca da variedade linguística presente no Português do Brasil, contudo, finaliza em defesa da preservação do idioma; “Do bom escrever em historia”, Padre Balthazar Telles (1596-1675), um dos representantes da literatura de viagem no Barroco, exalta o estilo de escrever de antigos historiadores; “Idiotismos da nossa língua”, Frei Candido Lusitano (1719-1773), um dos expoentes da arcádia portuguesa, aborda as particularidades gramaticais da língua portuguesa, com o intuito de cultuá-la.

Também estão presentes nesta parte “Invectiva contra os Gallicismos”, no qual o árcade Francisco Manoel do Nascimento – Filinto Elisio – (1734-1819) ataca a influência exercida pela língua francesa sobre a língua portuguesa, ameaçando a “pureza” dessa segunda; “Cautelas que importa observar no escrever”, o historiador Jachinto Freire de Andrade (1597-1657) declara seu conservadorismo frente a escrita em língua portuguesa ao cultuar o estilo de escrita dos antigos; e “Mais louvores da lingua portuguesa”, em que o sacerdote e historiador Manoel Severim de Faria (1584-1655) exalta as qualidades estéticas da língua portuguesa como sua cadência, sua sintaxe.

Na terceira parte, o tema I é desenvolvido em 3 excertos: “Noticias atrasadas”, versos nos quais Filinto Elysio (1734-1819) glorifica o surgimento da prosa; “Elogio do Padre Antonio Vieira”, em que Dom Francisco Alexandre Lobo (1763-1844) tece elogio acerca do estilo de linguagem do Padre Antonio Vieira,

louvor reforçado em “Notavel carta de despedida”, escrita por Vieira em 1694⁵³, na qual a escrita do padre Antônio Vieira constitui um modelo de estilo de escrita.

Na Quinta Parte, também são citados 2 fragmentos no qual seus respectivos escritores tratam da temática em questão. No primeiro deles, que abriu a coletânea, o brasileiro Antonio Pereira de Souza Caldas (1762-1814) em “Escriptura e sua utilidade” aborda as etapas de desenvolvimento das escrituras em alguns momentos da história e sua funcionalidade; e no trecho “Qualidades da nossa língua”, Manoel de Faria Severim (1584-1655) exalta as particularidades estilísticas inerentes à língua portuguesa.

No seu conjunto, esses fragmentos, por um lado, se harmonizam quando tocam no mesmo tema, *exaltação à língua portuguesa*, em que a intencionalidade discursiva é a construção de uma imagem de idioma consagrado, a preservação de suas particularidades históricas, gramaticais e estilísticas; por outro, criam uma tensão, revelada através do caráter autoritário e ideológico desse eixo temático: afirmação, para estudantes do Oitocentos brasileiro, de uma concepção literária clássica de língua portuguesa, cuja referência são os escritos e os discursos de autores constitutivos da longa tradição da literatura portuguesa.

4.2.2 Exploração de países, povos e costumes ultramarinos

Ao longo da coletânea de excertos citados em *Iris Clássico* (1873 [1859]), identificamos outro grupo de trechos, cujo tema coincide com as finalidades discursivas constitutivas de dois eixos de produção do Classicismo português: historiografia e literatura de viagem ultramarina. Diante dessa semelhança, compreendemos que esses excertos integram o segundo núcleo temático ostensivo da obra: *exploração de países, povos e costumes ultramarinos*. Excertos citados na antologia, conforme apresentamos na tabela 7. Esse tema compreende trechos em que os autores relatam e descrevem fatos históricos relacionados às conquistas e dominação portuguesa.

⁵³ Carta escrita para o Conde de Castanheira, o militar Luiz Menezes. Essa informação não consta no corpo do trecho.

Tabela 7 – Tema II: exploração de países, povos e costumes ultramarinos

Partes	Título	Autor	Tema
Primeira Parte	Descobrimento, reconhecimento e primeira povoação do Brasil	Padre Balthazar Telles (1596-1675)	Expansão territorial portuguesa.
	Heroes na defesa do Brasil contra os Holandezes	Antonio José Viale (1806-1889)	Heroísmo de combatentes portugueses.
	Excellencias da paz	João de Barros (1497-1562)	Missão civilizatória pretendida pelos portugueses.
	Os Alarves de Berberia	Frei Bernardo da Cruz (15??-??)	Descrição de riquezas naturais e materiais.
	Estado da Bahia em 1686	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Descrição do contexto social e político da Bahia.
	Declinação da prosperidade antiga	Francisco D'Andrade (1540-1614)	Causas da decadência da prosperidade portuguesa.
	Qual se-tornára a Bahia, vindo a poder dos inimigos holandezes	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Defesa do controle dos portugueses às terras brasileiras.
Segunda Parte	Perigos que corriam nas peregrinações á Terra-Sancta	Frei Pantaleão D'Avero (15??-??)	Heroísmo dos portugueses em favor da propagação da religião cristã.
	Edades dos estados portuguezes na India até o auge da sua grandeza	Manoel Godinho (1563-1623)	Expansão territorial portuguesa na Índia.
	Descripção da Bahia	Padre Simão de Vasconcellos (1597-1691)	Destaques das riquezas geográficas e físicas de Salvador do século XVII.
	Fragmento curioso para a historia da sciencia marítima	Pedro Nunes (1563-1623)	Conhecimentos teóricos acerca da navegação.
	Riquezas naturaes do Brasil	Padre Balhazar Telles (1596-1675)	A diversidade constitutiva da fauna e flora brasileiras.
	Jornada D'África	Luiz Torres de Lima – Frei Thomé de Jesus (1529-1582)	Caráter desbravador da nobreza portuguesa.
	Aves e outros animaes do Brasil	Padre Simão de Vasconcellos (1597-1691)	A diversidade da fauna brasileira.
	Cerco dos Holandezes na Bahia	Frei Francisco de Sancta Maria	Heroísmo de combatentes portugueses.

	(1532-1597)		
	Defende-se a Bahia do poder dos Holandeses	Frei Francisco de Sancta Maria (1532-1597)	Superioridade dos combatentes portugueses.
	Como eram os primeiros povoadores do Brasil	Damião de Goes (1502-1574)	Descrição da cultura dos povos indígenas do período inicial da colonização.
Terceira Parte	Notícias da China	Padre João de Lucena (1549-1600)	Riquezas materiais encontradas durante expedição.
	Antigas províncias do Brasil	Frei José de Santa Rita Durão (1722-1784)	Descrição e louvores às belezas naturais de províncias brasileiras.
	Panageryco da sciencia	João de Barros (1496-1570)	Louvor à ciência marítima.
	Ostentação com que brilha a America	Frei Apollinario da Conceição (1692-1759)	Exaltação às riquezas naturais da América.
	Fructos da Bahia	Gabriel Soares de Souza (1540-1591)	Destaque para a qualidade dos frutos da Bahia.
	Cidade da Bahia	Gabriel Soares de Souza (1540-1591)	Belezas naturais da Bahia.
	Elephantes	João Ribeiro (1636-??)	Curiosidades acerca dos elefantes vistos na África.
	Descripção de Pekin	Padre Manoel Consciencia (1700-1750?)	Descrição de riquezas e costumes dos chineses.
	Descripção ideal da ilha Fortunata	Padre Manoel Consciencia (1700-1750?)	As riquezas materiais da Ilha, na descrição de pedras preciosas.
	Perigos e trabalho	Fernão Mendes Pinto (1510/14-1583)	O carácter ditoso do desbravamento dos portugueses.
Quinta Parte	Proveito da Palmeira	Frei Gaspar de São Bernardino (15?-16?)	Descrição das utilidades da palmeira.
	Os indios no Maranhão	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Costumes indígenas, descrição de seus armamentos de guerra.
	Brazil; seos fructos e pássaros	São Carlos Borromeu (1538-1584)	Construção de um Brasil paradisíaco.
	Da muita fertilidade do reino de Sião, e de outras particularidades d'elle	Fernão Mendes Pinto (1510/14-1583)	Descrição da extensão geográfica, especiarias e relações sociais e políticas.

Fonte: Noronha (1873 [1859]).

Nesse núcleo temático, José Castilho dialogou com 31 excertos, cuja maioria dos escritores, 30 deles, pertencem à longa tradição historiográfica, literária e clerical portuguesa como: João de Barros (1496-1570), Fernão Mendes Pinto (1510/14-1583), Gabriel Soares de Souza (1540-1591), Frei Pantaleão D'Avero (15??-??), Manoel Godinho (1563-1623), entre outros.

O coletor selecionou trechos que em sua maioria tiveram o Brasil, indígenas e seus costumes, sobretudo no contexto do século XVI, como elemento central, principalmente os que descreveram as riquezas naturais e materiais, invasões estrangeiras, a diferença de costumes e de comportamentos. Considerando que apenas 1 escritor era brasileiro, o Frei de Sancta Rita Durão (1722-1784), vemos que na antologia o Brasil foi configurado e apresentado aos alunos brasileiros pela lupa ideológica do ufanismo dos escritores portugueses que objetivavam exaltar a história de Portugal através das suas conquistas.

Esse aspecto é atestado em vários excertos ao longo da obra. Na Primeira Parte, servem de exemplos os trechos: “Descobrimento, reconhecimento e primeira povoação do Brasil”, do Padre Balthazar Telles (1596-1675), no qual se trata da expansão territorial portuguesa no Brasil; “Heroes na defesa do Brasil contra os Holandezes”, em que Antonio José Viale (1806-1889) aborda o heroísmo dos combatentes portugueses; “Estado da Bahia em 1686, do Padre Antonio Vieira (1608-1697), em que o escritor descreve o contexto social e político que se encontrava Salvador; “Qual se-tornára a Bahia, vindo a poder dos inimigos holandezes”, do Padre Antonio Vieira (1608-1697), onde se defende o controle das terras brasileiras pelos portugueses. Na Segunda Parte: “Cerco dos Holandezes na Bahia” e “Defende-se a Bahia do poder dos Holandezes”, Frei Francisco de Sancta Maria (1532-1597) atribui o caráter de superioridade aos combatentes portugueses que lutaram contra a invasão dos holandeses na Bahia; e “Como eram os primeiros povoadores do Brasil”, de Damião de Goes (1502-1584), descrição da cultura dos povos indígenas do período inicial da colonização.

Nessa Segunda Parte, também passam a ser citados extratos que em que seus autores trataram de destacar as riquezas naturais do Brasil: “Descrição da Bahia”, de Padre Simão de Vasconcellos (1597-1691), são descritas as riquezas geográficas e físicas de Salvador; “Riquezas naturais do Brasil, do Padre Balthazar Telles (1596-1675), trata da diversidade constitutiva

da fauna e da flora brasileiras; “Aves e outros animaes do Brasil”, de Padre Simão de Vasconcellos (1597-1691), focaliza-se a descrição da fauna brasileira; “Ostentação com que brilha a America”, de Frei Apollinario da Conceição (1692-1759), também exalta as belezas naturais, só que da América.

Aspecto temático que também identificamos em excertos da Terceira Parte: “Antigas provincias do Brasil”, de Frei José de Santa Rita Durão (1722-1784), são enaltecidas as belezas naturais de províncias brasileiras; “Fructos da Bahia”, de Gabriel Soares de Souza (1540-1591), destaque para a qualidade e diversidade dos frutos da Bahia; Assim como na Quinta Parte, “Proveito da Palmeira”, de Frei Gaspar de São Bernardino (15?-16?), descreve as utilidades alimentícias e artesanais da palmeira na cultura indígena; “Os indios no Maranhão”, Padre Antonio Vieira (1608-1697) trata dos costumes indígenas com destaque para a produção artesanal de seus armamentos de guerra; “Brasil; seos frutos e pássaros”, de São Carlos Borromeu (1538-1584) descrição das belezas naturais do Brasil com foco para os frutos e as aves;

Noronha também citou trechos de semelhante temática em que se destacaram o caráter desbravador, dominador e missionário dos portugueses, firmando uma imagem épica do povo lusitano. Compuseram essa temática excertos da Primeira Parte: “Excellencias da paz”, o historiador João de Barros (1496-1570) constrói o caráter de missão civilizadora pretendida pelos portugueses em suas expansões e domínios populacionais; “Alarves de Berberia”, em que Frei Bernardo da Cruz (15??-??) descreve os costumes e comportamentos de povos da região do norte da África, assim como de suas riquezas naturais e materiais de grande interesse para os portugueses. “Declinação da prosperidade antiga”, Francisco D’Andrade (1540-1614) discute acerca das causas que levaram a decadência da prosperidade portuguesa”; “Perigos que corriam nas peregrinações á Terra-Sancta”, em que o Frei Pantaleão D’Avero (15??-??) constrói a figura de herói para aqueles portugueses que lutaram em favor da propagação da fé cristã.

Na Segunda Parte, destacamos: “Edades dos estados portuguezes na India até o auge da sua grandeza” em que Manoel Godinho (1563-1623) trata do auge e declínio da expansão territorial portuguesa na Índia; em “Jornada D’Africa”, de Luiz Torres de Lima – Frei Thomé de Jesus (16??-??), o escritor traça um perfil de desbravador da nobreza portuguesa. Na Terceira Parte, os

trechos: “Noticias da China”, do Padre João de Lucena (1549-1600), trata de descrever as riquezas materiais encontradas durante expedição na China; “Panageryco da sciencia”, de João de Barros (1496-1570), tece louvor à ciência marítima; “Perigos e trabalho”, de Fernão Mendes Pinto (1510/14-1583), construção de um caráter ditoso do desbravamento dos portugueses. E na Quinta Parte: “Da muita fertilidade do Reino de Sião, e de outras particularidades d’elle”, Fernão Mendes Pinto (1510/14-1583), descrição da extensão geográfica, especiarias, relações sociais e políticas do Oriente.

Em seu conjunto, esses excertos, retirados de escritos de autores representativos da historiografia e da literatura de viagens portuguesas, em que predominam a narração e descrição, tratam de temas constitutivos do Classicismo e da história do povo português. Mesmo quando o Brasil configura-se como tema dos excertos, é sempre um olhar exterior acerca de um Brasil-colônia, exótico e distante do horizonte espacial dos interlocutores dessa antologia escolar do século XIX. Mediante essa seleção de Noronha, evidenciamos que os excertos mobilizam um discurso épico e missionário constitutivo do imaginário histórico dos portugueses, e que na antologia foi construído através da citação de excertos que destacaram as lutas e batalhas dos portugueses em favor da proteção de territórios conquistados ou visitados, principalmente o brasileiro.

Ainda que menos significativos para a época, quando consideramos seu valor literário e mesmo na comparação com a força da literatura de viagens no contexto renascentista português, é importante registrar a circulação de textos da literatura moralista ou doutrinária, especialmente a de tendência religiosa. Para Saraiva (1996, 435), esse gênero literário “se caracteriza todavia pelo predomínio de motivos religiosos”. Ou seja, nesse período, o elemento característico desse gênero seria muito mais o tema tratado do que sua composição e seu estilo.

Nesse campo, três foram os religiosos portugueses que se destacaram: o monge Heitor Pinto (1528-1584); Frei Amador Arrais (1530-1620) e Frei Thomé de Jesus (1529-1582). Dos quais integram a antologia em *Iris Classico* (1873 [1859]), os dois últimos autores. Considerando que os textos dessa literatura moralista serão consagrados no Barroco, e que, por sua vez, representam um dos pilares temáticos na obra em análise, trataremos desses textos, assim como

desses e dos demais escritores integrantes desse núcleo temático no próximo tópico.

4.2.3 Firmação de princípios cristãos e morais

Em *Iris Classico* (1873 [1859]) a inter-relação religião, moralidade, educação e literatura é a que mais predomina na obra, revelando outro aspecto de seu caráter autoritário. Nessa antologia escolar, identificamos a incorporação ostensiva de excertos de orientação temática doutrinária, o qual consideramos pertencerem ao terceiro eixo temático da obra que intitulamos: *tema III – firmação de princípios cristãos e morais*. Temática que aborda questões relacionadas a disseminação de valores da fé cristã e do comportamento moral do homem. Vimos que a temática religiosa ganhou força no Barroco, período histórico em que Portugal via a religião católica se desestabilizar, então, retomando um pensamento de Moisés (2005), o Barroco estava vinculado à luta anti-refromista, em textos dessa época predominaram a temática doutrinária e religiosa, assimilada na obra, conforme apresentamos na tabela 8.

Tabela 8 - Tema III: firmação de princípios cristãos e morais

Parte	Título	Autor	Tema
Primeira Parte	Desenganos	Frei Antonio das Chagas (1631-1682)	Advertência acerca dos valores mundanos.
	Jogos	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Condenação às consequências dos jogos.
	Matrimonio	Dom Francisco Manoel de Melo (1608-1666)	Virtuosidade do casamento.
	Pescar	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Crítica ao trabalho dos clérigos de seu tempo.
	Invectiva contra o ouro	Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	Advertência quanto aos valores materiais despertado pelo ouro.
	Nobreza do perdoar	Frei Antonio das Chagas (1631-1682)	Perdão como uma das maiores virtudes do cristão.
	O peixe voador	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Defesa da predestinação social.
	Gulotoneria	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Rejeição à cobiça.

	Diferença de ladrões a ladrões	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	A impunidade dos ladrões do poder.
	As coroas do mundo e a salvação eterna	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Os bens materiais versus bens espirituais.
	Carta que Gil Vicente mandou de Santarem a el-rei D. João III, sobre o tremor de terra de 26 de janeiro de 1531	Gil Vicente (1465-1536)	Defesa da religião cristã.
Segunda Parte	Ingratidões da patria não desobrigam de a bem servir	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Condenação da ingratidão entre os homens e desses para com Deus.
	Louvores do saber	Padre Dom Rafael Bluteau (1638-1734)	Exaltação as virtudes encontradas nos sábios.
	Obras publicas	Padre Dom Rafael Bluteau (1638-1734)	A vaidade humana na sua eternização em obras públicas.
	Contra a preguiça	Padre Dom Rafael Bluteau (1638-1734)	Reverência ao trabalho.
	Parabolas do Evangelho	Padre João Baptista de Castro (1700-1775)	Recriminação da usura e avareza. Enaltecimento da humildade, modéstia e caridade.
	Anedoctas de Luiz XI, rei da França	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Crítica à ganância.
	Immortalidade da alma	Antonio Pereira de Souza Caldas (1762-1814)	O dogma religioso da imortalidade da alma.
	O leão vencido	Manuel Maria Barbosa Du Bocage (1765-1805)	A fragilidade da farsa.
	A raposa e as uvas	Manuel Maria Barbosa Du Bocage (1765-1805)	A mentira e o orgulho.
	Galardão da modéstia	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Cultivo à modéstia.
	Conselhos de mulheres	Ruy Gonçalves da Camara (1550-1601)	Papel da esposa na sociedade.
	Falar pouco e a tempo	Luiz Torres de Lima - Frei Thomé de Jesus (1529-1582)	Controle do discurso.
	Liberalidade	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	O lado virtuoso e justo da liberalidade.

Terceira Parte	Recolhe-se o condestavel D. Nuno Alvares Pereira ao convento do Carmo de Lisboa	Frei Domingos Teixeira (1675-1726)	Desapego aos bens materiais.
	Excellencias da doutrina christã	João Franco Barreto (1600-1674)	Qualidades de pontos da doutrina cristã.
	Elogio da musica	João de Barros (1497-1562)	Sacralização da música na doutrina cristã.
	Consolação nas adversidades	D. frei Amador Arraes (1530-1620)	Sufrimento inerente ao cristão.
	Os amigos	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Amizade como virtude.
	A macaca e o burro	Filinto Elysio (1734-1819)	Advertência acerca dos erros e defeitos dos outros.
	Como fizeres te-farão	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Advertência quanto aos atos praticados pelos homens.
	Quem quer vai, quem não quer manda	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Os deveres do homem.
	Sobre o mandamento do amor do próximo	Dom Francisco Bartholomeu de Martyres (1514-1590)	Excelência do amor ao próximo.
	Consolação	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Sufrimento inerente ao homem.
	O rato e o vagalume	Filinto Elysio (1734-1819)	Luta entre sábio e contra crítico.
	Juizo e intedimento	Mathias Ayres da Silva de Eça (1705-1763)	Defesa de o juízo como superior ao entendimento.
	Os tres risos	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Fé de um sacerdote.
	Resignação nas adversidades	Fernão Mendes Pinto (1510/14-1583)	Submissão dos fiéis.
	O riso	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Falsa alegria nos lábios do ímpio.
	O gallo e a raposa	João Vicente Pimentel Maldonado (1773-1738)	O perigo que o mau representa.
	Da fertilidade, plantas e fructos da terra	Frei Luiz de Granada (1504-1588)	Discurso religioso acerca de elementos constitutivos da terra.

Refutações de maldizentes	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Julgamento entre os homens.
Perigos da adolescência	Frei Manoel Consciencia (1700-1750?)	Utilidade dos bons exemplos.
Amigos do meo	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Advertência das frágeis redes de relações pessoais.
Mil por um	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Agradecimento como virtude.
Banqueteadores	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Repúdio à vaidade e ao egoísmo.
Das aranhas e suas teias	Frei João de Ceita (1578-1633)	Os labirintos da maldade.
Justiça, mas com equidade!	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Defesa acerca do equilíbrio e justeza das coisas.
Oratoria sagrada	Frei João Pacheco (1677-1747)	A retórica do bom orador.
Bens transitórios	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Defesa dos bens materiais como transitórios.
Dos palradores indiscretos	Duarte Ribeiro de Macedo (1618-1680)	Crítica a vaidade de alguns oradores.
Necessidade	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	O benefício trazido pela necessidade.
Parabola da viúva	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	O valor da caridade.
Da memoria natural e artificial	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Reverência à hierarquia.
Premios	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Crítica à política das condecorações.
Ingratidão de Judas	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Bondade de Jesus frente a ingratidão.
Querer e poder	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Limitações do poder humano.
Inveja	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	A maneira de avaliar dos invejosos.
A usura e a lepra	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Semelhanças entre a usura e a lepra.
Palavras e acções de Rei	Pedro de Mariz (1550-1615)	A virtude de ser obediente.
Consolação	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Recompensa divina dos que sofrem na terra.

	Pão para a boca	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Fé como alimento para a alma.
	Parabola evangélica	Padre João Baptista de Castro (1700-1775)	Cultivo do amor ao próximo.
	Justo e pastor	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Martírio e reconhecimento da fé cristã.
	Milagres da união	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Louvores ao matrimônio.
	O cavaleiro	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Repúdio à ostentação.
	Gula	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Consequências adquiridas com a gula.
	O que vale para o céu	Padre Antonio Veira (1608-1697)	Critérios que levaram os homens ao céu.
	Gladiadores	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	O caráter bárbaro dos homens antes de Cristo.
	Nascimento e morte	Padre Antonio Veira (1608-1697)	O valor do nascimento de Jesus.
	O Não	Padre Antonio Veira (1608-1697)	A dor e o sofrimento provocado pela negação.
	Demonstração do que é a alma	Padre Antonio Veira (1608-1697)	Virtudes que cada homem detém.
	Descanço	Padre Antonio Veira (1608-1697)	Descanso e paz encontrada na fé em Cristo.
Quarta Parte	Synonimos Moraes	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Recriminação de valores considerados mundanos.
	Triumphos romanos	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Adverte quanto a efemeridade da vida.
	Da charidade	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Celebração dos atributos da caridade.
	Juizos mundanos	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Crítica ao julgamento humano e sua vaidade.
	Cadeias de Ferro e bronze	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	O peso da difamação.
	Mortalidade de Monumentos	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Efemeridade do homem e das coisas do mundo.
	Tudo passa	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Efemeridade das coisas do mundo.
	Carta notavel	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Defesa da virtude de Padre Vieira.

Quinta Parte	A imortalidade	Antonio Pereira de Souza Caldas (1762-1814)	A imortalidade da alma.
	Psalmos – Quare fremuerunt gentes	Antonio Pereira de Souza Caldas (1762-1814)	Questionamento acerca das coisas consideradas insignificantes.
	O mundo	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	As inconstâncias da vida.
	A ignorância e a paixão	Padre Antonio Vieira (1608-1697)	Condenação ao sentimento da paixão.
	A virtude	Borges de Barros (1780-1855)	Consagração do homem pela fé.
	Contemplação das perfeições de Deus no espelho das criaturas	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Obediência do homem para com Deus.
	A mulher	Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875)	Submissão feminina.

Fonte: Noronha (1873 [1859]).

Diante da materialidade enunciativa dessa tabela, evidenciamos a relevância desse núcleo temático na construção do projeto didático da obra, importância atestada em duas frentes. Em termos quantitativos, destaca-se o volume de escritos citados, 88 no total, quase 50% da obra; e o predomínio de escritores clérigos, com destaque para dois padres conceptualistas Antonio Vieira (1608-1697), 31 excertos, e Manuel Bernardes (1644-1710), 26 fragmentos. Em termos de disposição, esse é o único eixo temático presente nas cinco partes da coletânea de excertos citados, assim como o único a configurar uma parte da obra (Parte Quatro), em que só há excertos de Vieira e Bernardes.

Na Primeira Parte, Noronha introduz a temática através da incorporação dos seguintes excertos: “Desinganos”, em que Frei Antonio das Chagas (1631-1682) adverte o homem quanto ao perigo dos valores mundanos; “Matrimônio”, de Dom Francisco Manoel de Melo (1608-1666), a abordagem é acerca da virtude que se alcança no casamento; “Invectiva contra o ouro”, Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621) recrimina o valor material despertado pelo ouro; “Nobreza do perdoar”, de Frei Antonio das Chagas (1631-1682), a virtude é caracterizada como o maior mérito de um cristão.

Em “Jogos”; “Pescar”; “O peixe voador”; “Gulotoneria”; e “As coroas do mundo e a salvação eterna”, excertos de autoria do Padre Antonio Vieira (1608-

1697), condena-se o vício dos jogos, critica-se a postura dos clérigos de seu tempo, defende-se a predestinação social, repreende-se a impunidade alcançada por ladrões da alta sociedade e contrastam-se os benefícios adquiridos pelos bens materiais versus bens espirituais.

No conjunto, os temas centrais focalizados nesses excertos contêm elementos cultivados (casamento, perdão, predestinação, virtude, bens espirituais) e recriminados (bens materiais, impunidade) pela esfera religiosa cristã. Confirmando a orientação conceptualista desses excertos, cuja principal função era admoestar os interlocutores presumidos da obra.

Tal mecanismo é adensado em excertos da Segunda Parte da antologia, desses citamos: “Ingratidões da patria não desobrigam de a bem servir”, em que Padre Antonio Vieira (1608-1697) condena a ingratidão do homem e sua para com Deus; “Louvores do saber”, na qual Padre Dom Rafael Bluteau (1638-1734) louva as virtudes que, segundo ele, são inerentes aos sábios; e “Obras publicas”, onde o Padre Dom Rafael Bluteau (1638-1734) critica a vaidade humana.

Outros trechos representativos dessa orientação temática citados por Noronha foram: “Contra a preguiça”, em que o Padre Dom Rafael Bluteau (1638-1734) elogia o trabalho; “Parabolas do Evangelho”, que são recriminadas a usura e a avareza, e enaltecidas a humildade, modéstia e caridade; “Anedoctas de Luiz XI, rei da França”, onde se critica a ganância; “Liberalidade”, na qual se defende o lado virtuoso e justo da liberalidade; e “Galardão da modéstia”, em que se defende a moderação humana, todos escritos do Padre Manoel Bernardes (1644-1710); “Immortalidade da alma”, onde Antonio Pereira de Souza Caldas (1762-1814) trata da alma e sua condição imortal, segundo o cristianismo.

Na Terceira Parte é onde se concentra o maior volume de excertos dessa orientação temática. Principalmente aqueles de autoria do Padre Manoel Bernardes (1644-1710) e Padre Antonio Vieira (1608-1697), o primeiro tendo 16 excertos citados e o segundo 15 fragmentos. Acerca dos excertos de Bernardes, destacamos: “Os amigos”, nele, o padre explora o sentimento da amizade enquanto uma virtude dos grandes homens; “Como fizeres te-farão”, alerta para os atos praticados pelos homens, pois todos trarão consequências para si mesmo; “Quem quer vai, quem não quer manda”, adverte para que o homem cumpra com seus deveres; “Consolação”, defende que o sofrimento faz parte da vida do homem; “Os tres risos”, enaltece a fé de um sacerdote diante da

morte; “O riso”, alegria apresentado nos lábios daqueles considerados ímpios é uma farsa; “Refutações de maldizentes”, refuta o julgamento feito entre os homens; “Amigos do meo”, adverte acerca da fragilidade das redes de relações pessoais.

Quanto aos fragmentos de autoria de Vieira, citamos: “Bens transitórios”, no qual argumenta que os bens materiais são passageiros; “Necessidade”, considera que as necessidades materiais trazem benefícios ao exercício da fé cristã; “Premios”, critica a política das condecorações, recompensas concedidas pelos homens; “Ingratidão de Judas”, engrandece a nobreza que Jesus teria alcançado frente a ingratidão de Judas; “Querer e poder”, aponta que o poder do homem é limitado; “Inveja”, declara questionável a avaliação de alguém considerado invejoso.

Os demais trechos nos quais os escritores tratam de questões relacionadas a essa mesma temática dialogam com elementos discutidos por Bernardes e Vieira. Como exemplos: “Recolhe-se o condestavel D. Nuno Alvares Pereira ao convento do Carmo de Lisboa”, em que o Frei Domingos Teixeira (1675-1726) destaca a virtude de um homem que abriu mão dos seus bens materiais para viver humildemente; “Excellencias da doutrina christã”, João Franco Barreto (1600-1674) elenca as qualidades de pontos da doutrina cristã; “Elogio da musica”, João de Barros (1496-1570) explica o papel sagrado da música na doutrina cristã; “Consolação nas adversidades”, D. frei Amador Arraes (1530-1600) também trata o sofrimento como próprio da vida humana.

Conforme já mencionamos, Noronha organizou a Quarta Parte privilegiando textos da literatura moralista e doutrinária, especialmente de dois de seus maiores representantes portugueses: Vieira e Bernardes. O autor da antologia organizou essa parte da coletânea de modo que os textos dos padres estivessem intercalados um ao outro, ou seja, um trecho de texto de Bernardes, seguido de um fragmento de Vieira.

O coletor abre esse segmento com um excerto de Bernardes, “Synonimos Moraes”, no qual o padre recrimina valores considerados mundanos. Em seguida, cita “Triumphos romanos” de Vieira, em que o padre aborda a efemeridade da vida; em “Da charidade”, Padre Bernardes celebra os atributos da caridade; ao passo que em “Juizos mundanos” Padre Vieira critica o julgamento entre os homens e condena vaidade humana; em “Cadeias de Ferro

e bronze”, Padre Manoel Bernardes trata do fardo da difamação. Padre Antonio Vieira em “Mortalidade de Monumentos” aborda, novamente, acerca da fugacidade da vida; afirmada no trecho “Tudo passa” do Padre Manoel Bernardes; e em “Carta notavel”, o Padre Antonio Vieira busca defender-se das difamações alheias, para isso busca auxílio na descrição de suas virtudes de sacerdote. A exclusividade atribuída pelo coletor numa parte da sua obra a fragmentos de escritos do Padre Manoel Bernardes e do Padre Antonio Vieira confirma a força dos textos desses clérigos na composição do projeto didático da obra.

Na Quinta Parte, também prevaleceram as citações de excertos nos quais seus escritores trataram da *firmação de princípios cristãos e morais*. Como no trecho “A imortalidade”, no qual Antonio Pereira de Souza Caldas (1762-1814) trata da imortalidade da alma, tema recorrente em excertos de outros autores como Padre Vieira e Padre Bernardes; em “Trabalhos, e martyrios do Padre Nicolau do Rosario”, Frei Luis de Souza (1555-1632) narra a trajetória de um padre considerado como um santo, portanto, exemplo de virtude; o “Salmo – Quare fremuerunt gentes”, trecho dos salmos de Davi, questiona-se o valor dado as coisas consideradas insignificantes e passageiras no mundo. Nos trechos dos Padres Manoel Bernardes e Antonio Vieira o enfoque temático é o mesmo de textos anteriores.

A partir desse levantamento, constatamos que Noronha dialogou e selecionou, preferencialmente, com escritos antigos de escritores da longa tradição portuguesa. Esses textos, na sua maioria produzidos por clérigos conceptualistas, em que prevalecem os temas moral, religioso e tradicional (autoritários), germinados no Barroco, revelam, por um lado, a força que os valores tratados nesses temas exerceram na construção composicional desse gênero escolar, por outro, reforça uma de suas funções ideológicas: formação moral e religiosa. Características presentes desde as primeiras produções desse gênero na Grécia do século IV a.C., conforme tratamos no capítulo I, e assimilada na construção composicional da coletânea de excertos de *Iris Classico* (1873 [1859]), assim como do seu projeto didático no século XIX, portanto, numa grande temporalidade.

4.2.4 Representação de homens históricos

Outro ramo de produção do Barroco português foram os textos epistolares e históricos, desses segmentos da prosa barroca, interessa-nos um ponto do gênero epistolar, seu foco temático: a informação acerca da vida pessoal ou alheia. Isso porque em *Iris Classico* (1873 [1859]), identificamos a citação de um grupo de excertos que apresentam uma certa proximidade referente a temática da vida alheia, maiormente elogios à vida de homens históricos. Nesse sentido, consideramos esses fragmentos, ainda que não exclusivamente produzidos no Barroco, como integrantes de um quarto núcleo temático da obra, o qual intitulamos: *representação de homens históricos*. Essa temática abrange trechos nos quais são enfatizadas proezas e qualidades de homens históricos do circuito da realeza Portuguesa. Os trechos integrantes desse eixo temático estão apresentados na tabela 9.

Tabela 9 – Tema IV: representação de homens históricos

Parte	Título	Autor	Tema
Primeira Parte	Pedro Alvares Cabral	Antonio José Viale (1806-1889)	Caráter heróico de um dos mais importantes navegadores lusos.
	Ultimos dias de D. João de Castro	Jachinto Freire de Andrade (1597-1657)	Elogio à nobreza portuguesa.
	Real recomendação de um afilhado	D. Manoel (1469-1521)	Relação política entre membros da realeza.
	Retrato de El-rei D. Duarte de Portugal	Duarte Nunes do Leão (1530-1608)	Elogio à nobreza portuguesa.
	Visita de D. Affonso V de Portugal a D. Luiz XI de França	Duarte Nunes do Leão (1530-1608)	Relações políticas entre realezas.
	Cortezia e generosidade dos bons tempos	Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	Qualidades de um ilustre capitão português.
	Padre Mestre Ignacio Martins	Padre Balthazar Telles (1596-1675)	Elogio a um clérigo português.
	Retrato de Annibal	Frei Bernardo de Brito (1569-1614)	Elogio a figura de um capitão português.

Segunda Parte	João Fernandes Vieira	Frei Francisco de Sancta Maria (1532-1597)	Heroísmo patriótico de um militar que lutou em favor de Portugal contra os holandeses.
	Genio de um verdadeiro capitão	Jacinto Freire de Andrada (1597-1657)	Elogio ao patriotismo de um soldado português.
	Diogo Alvares Correia, o Caramurú	Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (1695-1765)	Enobrecimento de um desbravador das capitanias brasileiras.
	Affabilidade do Infante D. Duarte para com seu mestre	André de Rezende (1500-1573)	Educação exemplar de um infante.
	Liberdade d'um pregador d'el-rei D. João III	Frei Luiz de Souza (1555-1632)	Exaltação as qualidades do orador do Rei D. João III.
	Carta d'el-rei João III para D. João de Castro	Dom João III (1502-1557)	A supremacia do rei.
	Retrato do Padre Vieira	Padre André de Barros (1675-1754)	A virtude de um sacerdote
Terceira Parte	Partida de Vasco da Gama de Lisboa	Luiz de Camões (1524-1579)	Enaltecimento do navegador das Américas
	El-Rei D. João III	Antonio de Castilho (1800-1875)	Destaque para a virtuosidade do rei.
	Política do grande Affonso de Albuquerque, tirada dos <i>Commentarios do grande Affonso de Albuquerque</i>	Brás de Albuquerque (1500-1580)	Modelo de gestão política da realza portuguesa.
Quinta Parte	Trabalhos, e martyrios do Padre Nicolau do Rosario	Frei Luis de Souza (1555-1632)	Trajetória de um padre considerado como santo.
	Cativeiro e morte do Infante D. Fernando	Duarte Nunes do Leão (1530-1608)	Heroísmo do Infante na batalha entre portugueses e mouros.
	O Infante D. Luiz, filho de El-Rei D. Manoel	Frei Francisco de S. Maria (1532/38-1597)	As virtudes de um infante.

Fonte: Noronha (1873 [1859]).

A leitura da tabela, especialmente dos títulos e temas dos fragmentos, nos proporciona atestar que Noronha selecionou excertos cujo foco é o retrato de heróis da história de Portugal, seleção que se restringiu a homens exemplares e

integrantes de três esferas ideológicas: Realeza, Religiosa e Militar. Quanto aos autores dos excertos, Noronha manteve o diálogo com a longa tradição literária, religiosa e historiográfica, a exemplos de: Frei Francisco de Sancta Maria; brasileiro Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão; Frei Luis de Souza; Jachinto Freire de Andrade; Duarte Nunes do Leão; Frei Bernardo de Brito.

Diante dessas particularidades, podemos compreender que os fragmentos assemelham-se a narrativas biográficas no sentido de tematicamente se concentrarem na vida pessoal de um sujeito e de suas atuações, como as retratadas em: “Pedro Alvares Cabral”, de Antonio José Viale (1806-1889), nos versos citados é destacado o heroísmo de um dos mais importantes navegadores da história de Portugal; “Ultimos dias de D. João de Castro”, Jachinto Freire de Andrade (1596-1675), tece elogio ao referente militar, uma das figuras mais ilustres na história de Portugal tendo sido um dos governadores e vice-rei da Índia; assim como em “Retrato de El-rei D. Duarte de Portugal”, de Duarte Nunes do Leão (1530-1608); no fragmento “Padre Mestre Ignacio Martins”, Padre Balthazar Telles (1596-1675) tece elogios a um clérigo português; em “Retrato de Annibal”, de Frei Bernardo de Brito (1569-1614), o enaltecimento é à figura de um militar.

Temática presente em extratos citados na Segunda Parte, a exemplos do excerto “João Fernandes Vieira”, no qual Frei Francisco de Sancta Maria (1532-1597) apresenta a figura heroica e patriótica de um militar que lutou em favor de Portugal e contra os holandeses; “Genio de um verdadeiro capitão”, Jacintho Freire de Andrada (1597-1657) tece elogios ao patriotismo de um soldado português; e “Diogo Alvares Correia, o Caramurú”, do brasileiro Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), o autor louva o pioneirismo de um dos desbravadores portugueses das capitanias brasileiras.

Já na Terceira Parte, são citado o excerto poético “Partida de Vasco da Gama de Lisboa”, Luiz de Camões (1524-1579) enaltece o navegador das Américas; Antonio de Castilho (1800-1875), em “El-Rei D. João III”, caracteriza o rei como um homem virtuoso; enquanto que em “Politica do grande Affonso de Albuquerque, tirada dos *Commentarios do grande Affonso de Albuquerque*”, logo, de autoria do próprio Affonso de Albuquerque (1453-1515), a representação do rei é feita a partir do discurso acerca da sua própria gestão, a qual representa o modelo de administração política dos áureos tempos da

realeza portuguesa, realçando, mais uma vez, o traço da eficácia dos portugueses.

Na Quinta Parte, Noronha cita “Trabalhos, e martyrios do Padre Nicolau do Rosario”, de Frei Luis de Souza (1555-1632), em que a trajetória de vida do Padre Nicolau é apresentada a partir dos seus sacrifícios, aproximando-o da imagem de um homem santo. “Captiveiro e morte do Infante D. Fernando”, Duarte Nunes do Leão (1530-1608), Heroísmo do Infante na batalha entre portugueses e mouros. “O Infante D. Luiz, filho de El-Rei D. Manoel”, de Frei Francisco de S. Maria (1532/38-1597), nela se destacam as virtudes de um infante.

Conforme vimos, essa coletânea apresenta uma galeria de homens históricos que viveram entre os séculos XV e XVI, que assimilaram valores e tradições da elite cultural da realeza portuguesa, representados por reis, príncipes e militares. As histórias grandiosas de vida desses homens acabam por se harmonizarem com a representação de um passado glorioso de Portugal. Por isso, o discurso de exaltação das suas vidas funciona como uma certa pedagogia do exemplo para seus leitores presumidos: meninos da elite imperial brasileira do Segundo Reinado (1840-1889).

Nesse sentido, a seleção de discursos biográficos, em que seus protagonistas representam exemplos a serem seguidos, por um lado, confirma um dos pilares ideológicos da obra: afirmação da superioridade da nação portuguesa; por outro, revela uma tensão: as referências de personalidades históricas são todas masculinas, e a de história são todas portuguesas.

4.3 Títulos dos excertos de *Iris Classico*: emoldura axiológica

Nesta seção, analisamos a seleção do repertório temático constitutivo da obra sob o ângulo dialógico da valoração. Nossa finalidade: compreender, no nível da seleção do conteúdo, quais os valores ideológicos foram disseminados no projeto didático da obra. Para alcançar esse objetivo, concentramos nossa análise nos elementos constitutivos da orientação interna do gênero antológico escolar na realidade: título do fragmento e o tema nele inscrito; e elementos linguísticos que expressam os valores ideológicos dos temas. Tendo como

referência os quatro eixos temáticos da seleção de excertos citados, descritos no subcapítulo anterior: i) exaltação à língua portuguesa; ii) exploração de países, povos e costumes ultramarinos; iii) afirmação de princípios cristãos e morais; iv) representação de homens históricos.

Considerando as discussões de Volóchinov (2017) acerca do discurso direto preparado, que corresponde aquele que antecipa ou esclarece algo acerca do discurso citado, acreditamos que os enunciados constitutivos dos títulos dos excertos citados correspondem a uma das formas de discurso direto preparado, uma vez que antecipa e focaliza o tema a ser tratado. Por sua vez, esse discurso funciona como uma espécie de molduragem da palavra alheia (Bakhtin, 2015 e Volóchinov, 2017), pois cria um fundo perceptivo/valorativo para o discurso citado, conforme discutimos no capítulo II. Tendo em vista que os valores ideológicos inscritos nos títulos dos excertos citados expressam os valores ideológicos constitutivos dos eixos temáticos e do projeto didático da obra, compreendemos que nesses enunciados também figuram-se molduragens axiológicas.

Por isso, apoiados em aspectos dos estudos da gramática funcional de usos da língua portuguesa proposta por Neves (2000), que se harmoniza com uma perspectiva analítica da língua portuguesa enquanto enunciado, nos concentramos na análise da materialidade linguística dos títulos dos excertos citados. Tendo em vista a construção de sentido produzida a partir dos aspectos semântico-discursivos de elementos linguísticos do conjunto do enunciado, que, a nosso ver, concretizam os valores ideológicos constitutivos dos discursos de cada eixo temático e sustentam o projeto didático da obra.

4.3.1 Valoração de um discurso epidítico em torno da língua clássica

Ao longo da antologia, conforme tratamos na descrição da coletânea de excertos, identificamos um grupo de trechos em que seus autores, exclusivamente portugueses, na sua maioria dos séculos XVI e XVII, teceram *exaltação à língua portuguesa*. Essa seleção de escritos portugueses produzidos em épocas próximas, relevantes para a história de Portugal, revelam uma intencionalidade do seu compilador: exaltar Portugal e sua língua através de um discurso epidítico. Considerado por Aristóteles como um gênero, esse discurso

visa a afirmação de valores, positivos ou negativos, a partir do elogio ou a censura do seu objeto de sentido, de uma esfera ideológica e de determinada sociedade (Perelman, Olbrechts-Tyteca, 1996).

A partir da composição enunciativa dos títulos dos fragmentos, atribuídos pelo coletor da obra para moldurar e enquadrar o tema abordado nos excertos citados desse eixo temático, constatamos o predomínio desse discurso epidítico, no sentido de que visa estabelecer, através do elogio, a superioridade de Portugal a partir de um dos seus elementos culturais, a língua portuguesa. Essa regularidade discursiva de muitos dos títulos é construída, no nível linguístico, com o uso de adjetivos qualificadores de avaliação, particularmente os eufóricos, que, segundo Neves (2000) tratam-se daqueles que funcionam como qualificador positivo do substantivo descrito, expressando, assim, diversos valores semânticos e, acrescentamos, ideológicos. Aspecto que se junta às considerações de Aristóteles acerca dos elementos linguísticos composicionais desse discurso, o qual entende ser o verbo no presente o principal elemento linguístico que o caracteriza.

Os títulos nos quais constatamos um discurso epidítico acerca da língua portuguesa e, na sua construção, o uso de termos qualificadores. Em “Universalidade da lingua” e “Latinidade da lingua” de Duarte Nunes Leão (1530-1608), atribuem-se, duas propriedades à língua portuguesa: o caráter de “universalidade” por se tratar de um idioma disseminado internacionalmente, a partir da expansão de Portugal em territórios dominados, nos quais a língua portuguesa passara a configurar idioma oficial; a propriedade de “latinidade” referente à sua genealogia, característica de suma importância para os portugueses, pois o latim era a língua da disseminação da religião católica, das escrituras sagradas, então, a raiz latina da língua portuguesa era uma qualidade que a tornava igualmente especial e consagrada. Nesses dois enunciados, “universalidade” e “qualidade” tratam-se de substantivos abstratos de qualidade com função semântica de adjetivos eufóricos (Neves, 2000), uma vez que predicam positivamente o substantivo “língua”, assim antepostos, esses adjetivos acentuam, através do valor semântico expresso nessas duas palavras, valores ideológicos que enaltecem a língua portuguesa.

No título “Dotes peculiares da lingua”, de Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621), imprime-se o sentido de descrição das qualidades constitutivas da

língua portuguesa. Para isso, o coletor utiliza a expressão adjetiva “dotes peculiares” anteposto ao substantivo “língua”, expressando sua avaliação afetiva acerca da língua portuguesa, uma língua dotada de posses particulares e valorosas, no excerto as propriedades destacadas são as qualidades estilísticas da língua portuguesa. O valor ideológico mais exaltado desse idioma é sua genealogia latina, que volta ser tema nos excertos “O mesmo assumpto”, de Jorge Ferreira de Vasconcellos (1515-1585) e “Ainda ao mesmo assumpto”, de Miguel Ferreira Leite (15??), nesses títulos está firmado o valor ideológico do tema inscrito nos títulos anteriores, que trata de uma das propriedades constitutivas da língua portuguesa, a proximidade com o latim. Valor acentuado pelo uso do intensificador “mesmo”, no primeiro título, e “ainda ao mesmo”, no segundo título, refletindo a importância do valor dessa propriedade na concepção de língua portuguesa defendida no discurso do autor.

No título “Prosadores e poetas classicos da lingua, pertencente á era de quinhentos e seiscentos”, de Antonio José Viale (1806-1889), constrói-se uma concepção estética de língua portuguesa, principalmente, através do valor semântico do adjetivo qualificador de avaliação eufórica “classico”, que contempla o sentido de antiguidade, tradição e preservação. Tanto assim, que as referências são “prosadores e poetas” dos séculos XVI e XVII, representantes da longa tradição literária da língua portuguesa. Essa palavra e os valores ideológicos expressos no valor semântico da palavra no enunciado já estão presentes no título da obra, *Iris Classico*, o qual representa uma síntese conceitual da obra.

O discurso em favor de uma valoração estética da língua portuguesa enquanto língua clássica, com qualidades estilísticas, preservadas em escritos da longa tradição literária lusitana, materializa-se em outros títulos dos trechos desse eixo temático. Desses, destacamos: “Do bom escrever em historia”, de Padre Balthazar Telles (1596-1675), no qual também se destaca o uso de adjetivo de avaliação eufórica “bom”, que tende sempre a uma qualificação subjetiva, focaliza o valor semântico qualitativo do “bom” estilo de escrita de narrativas históricas, tendo como exemplo o estilo de escrita de antigos historiadores portugueses; “Cautelas que importa observar no escrever”, de Jachinto Freire Andrade (1597-1657), apresenta na formação do seu enunciado uma oração adjetiva “cautelos que importa”, cuja função é acentuar um valor

ideológico: o zelo com a língua portuguesa, necessidade de preservação das suas características, um apelo ao conservadorismo nos textos escritos.

Em “Mais louvores da língua portuguesa”, de Manoel de Faria Severim (1684-1655), materializa-se o valor ideológico da consagração do idioma, do culto e reverência dos seus interlocutores, nesse título os “louvores” são propriedades da língua portuguesa, funcionando, portanto, como um predicado desse idioma. Os títulos “Elogio do Padre Antonio Vieira”, de Dom Francisco Alexandre Lobo (1763-1844) e “Notavel Carta de despedida”, de Padre Antonio Vieira (1608-1697), nos quais o estilo de escrita do Padre Antonio Vieira é o objeto de sentido, há duas palavras de valor semântico qualitativo eufórico, “elogio” e “notavel”. Esses dois termos reforçam a ideologia da reverência aos excertos citados pelo coletor na sua obra, além disso, são exemplos de que muitos dos excertos representavam modelos a serem assimilados pelos alunos nas suas escritas. Em “Qualidades da nossa lingua”, de Manoel de Faria Severim (1684-1655), o coletor seleciona o substantivo de semântica qualitativa “qualidades” para reforçar o sentido de que a língua portuguesa é dotada de atributos particulares que precisariam ser preservados.

Em outros títulos desse eixo temático também observamos o uso de palavras ou expressões de valor semântico predicativo como: “Linguas do Brasil”, de Padre Simão de Vasconcellos (1597-1691); “Idiotismos da nossa lingua”, de Frei Candido Lusitano (1719-1773); Invenctiva contra os Galicismos (1734-1574); “Escriptura e sua utilidade”, de Antonio de Sousa Macedo (1606-1682), entre outros. Essas regularidades na construção dos enunciados dos títulos – emoldura axiológica –, baseado numa seleção lexical de valor semântico qualitativo, que expressam valores ideológicos, confirmam a presença de um discurso epidítico acerca da concepção de língua portuguesa nesse eixo temático.

4.3.2 Valoração de um passado épico e glorioso português

No eixo temático *exploração de países, povos e costumes ultramarinos* são relatados históricos referentes às conquistas e dominação portuguesa. Nos títulos dos excertos citados desse eixo temático, constatamos o predomínio de temas em que o coletor busca firmar um passado épico e glorioso de uma nação

portuguesa combatente e desbravadora, valor ideológico também constitutivo de um discurso heroico de Portugal. O aspecto valorativo desse passado glorioso está presente na composição dos títulos, que se assemelham a títulos de obras do gênero narrativa histórica. Em ambos os casos, os títulos apresentam uma síntese do tema a ser explorado e se estabelece um ponto de vista da história narrada.

No enunciado do título “Descobrimento, reconhecimento e primeira povoação no Brasil”, de Padre Balthazar Telles (1596-1675), a ideia de uma narrativa histórica de concepção do Brasil. Sentido construído a partir dos valores semânticos dos substantivos “descobrimento”, “reconhecimento” e numeral ordinal “primeira”, no conjunto do enunciado os valores semânticos desses nomes materializam o caráter ideológico de desbravadores dos europeus. Primeiro, o sentido de que o Brasil foi encontrado, depois inspecionado e, em seguida, povoado. Dessa forma, o passado é construído por um ângulo europeu que apagou o território existente, as populações e suas culturas que aqui encontraram.

Em “Heroes na defesa do Brasil contra os Holandeses”, de Antonio José Viale (1806-1889), a construção do título se dá por meio de contraste que visa apresentar os heróis e os vilões da narrativa histórica. De um lado, o heroísmo dos portugueses, que lutaram em defesa do Brasil; de outro, os holandeses, vilões da história. Essa é uma valoração ideológica acentuada em “Qual se tornára a Bahia, vindo a poder dos inimigos holandeses”, de Padre Antonio Vieira (1608-1697) como constatamos, no título indica-se que o tema do fragmento tratará das consequências negativas advindas dos holandeses, para os quais são atribuídos uma qualidade negativa expressa pela anteposição do adjetivo eufórico “inimigos”.

No título do excerto “Perigos que corriam nas peregrinações á Terra-Sancta”, de Frei Pantaleão D’Avero (15??-??), a construção do enunciado estabelece a imagem de homens destemidos que correram “perigos” em território considerado “Terra-Sancta”. Relação de sentido construída no conjunto do enunciado, importante porque alude a uma imagem dos portugueses enquanto o povo escolhido para propagar a fé cristã, uma das justificativas consideradas sagradas para sua expansão territorial.

Em “Edades dos estados portugueses na Índia até o auge da sua grandeza”, de Manoel Godinho (1563-1623), focaliza o ápice da expansão territorial portuguesa na Índia, nesse título uma expressão nominal condensa a valoração grandiosa acerca de Portugal “auge da sua grandeza”, expressão qualitativa que confirma um ponto de vista, e ideológico, pomposo sobre Portugal. O enunciado de “Jornada D’Africa”, de Luiz Torres de Lima – Frei Thomé de Jesus (16??-??), mostra que a expansão lusitana chegou ao continente africano, o substantivo “jornada” projeta uma ação que se percorre por terra, muitas vezes por longos dias, indicando a firmeza dos portugueses no processo de suas expansões.

4.3.3 Valorações religiosas e éticas europeias

No eixo temático *firmação de princípios cristãos e morais*, predominante na antologia, o compilador aborda valores religiosos éticos europeus. Para isso, seleciona trechos que em sua maioria são de autoria de clérigos portugueses, principalmente aqueles que produziram entre os séculos XVII e XVIII. Valores ideológicos que se encontram materializados, sinteticamente, nos enunciados dos títulos dos excertos atribuídos pelo coletor, que determina os temas tratados no fragmento citado e os valores a serem assimilados pelo leitor presumido, os alunos do ensino secundário do Império brasileiro.

Nos enunciados dos títulos conferidos aos excertos de Padre Antonio Vieira (1608-1697), um dos mais citados ao longo da coletânea de excertos, observamos o predomínio de um discurso doutrinário cristão e de valores morais constitutivos da esfera religiosa. Predominância constatada na seleção de nomes representativos desse campo, em sua maioria, essas palavras são representadas por substantivos abstratos, responsáveis pelo acento valorativo dos enunciados. Em “Gulotoneria”, “Gula” e “Inveja”, por exemplo, observamos a presença de três palavras que são substantivos abstratos, derivados dos adjetivos disfóricos, que são aqueles de valor semântico negativo (Neves, 2000): guloso e invejoso, os quais representam dois dos sete pecados condenados pelo Cristianismo. Assim, esses valores semânticos, constitutivos dos ideológicos, presentes nos títulos dos excertos preparam e enquadram o leitor acerca do foco da leitura do fragmento.

Já em outros trechos, prevalecem os substantivos abstratos de valor semântico qualificativo positivo (Neves, 2000), considerando sua esfera de origem, a religiosa: “salvação”, “céo”, “alma”, “milagres”. Além desse acervo lexical, a construção dos títulos se dá por meio de enunciados declarativos, pelos quais se estabelece o valor semântico e ideológico de uma assertiva, assim em “As coroas do mundo e a salvação eterna” a garantia de que há duas condecorações, a efêmera, representada pelas “coroas do mundo”, e a duradoura, simbolizada pela “salvação eterna”. Em “O que vale para o céu”, a certificação de virtudes necessárias para alcançar o “céo”, morada de quem alcança a “salvação eterna”; “Demonstração do que é a alma”, o sentido de que se vai esclarecer e caracterizar um elemento da doutrina cristã considerado como o corpo eterno, a “alma”; “Milagres da união”, a firmeza de que a “união”, nesse caso a matrimonial, é alicerçada por maravilhas extraordinárias ou “milagres”.

Nos títulos atribuídos a outros excertos desse mesmo escritor mantêm-se a estrutura declarativa dos enunciados e o léxico, cujos valores semânticos estão relacionados a valores ideológicos da esfera religiosa cristã: “Ingratidão de Judas”, “Querer e poder”, “Consolação”, “Nascimento e morte”, “Bens transitórios”, “Juízos mundanos”, “Mortalidade de monumentos”. Nesses, são enfatizados, por um lado, valores ideológicos condenáveis para um cristão como ingratidão, posse, apego aos bens materiais, julgamento; por outro, o despertar da consciência acerca do valor do “nascimento e morte” de Cristo e efemeridade das coisas do mundo.

Semelhante construção de enunciados declarativos identificamos em títulos que molduram excertos de Padre Manoel Bernardes (1644-1710), muito citado na antologia. Nesses, os enunciados são construídos em função de determinar não apenas os temas como também quais os ensinamentos cristãos e éticos, constitutivos dos trechos das narrativas literárias citadas, deveriam ser assimilados pelo leitor presumido dos excertos citados na obra, os alunos do ensino secundário Oitocentista. Nessas composições, também predomina um léxico do campo religioso, constitutivo na sua maioria por substantivos abstratos, particularmente aqueles em que são expressas qualidades, sentimentos, ações, que contemplam elementos valorados negativa e positivamente nessa esfera. Isso implica considerar que tais valores ideológicos, constitutivo de um discurso

doutrinário cristão e de valores éticos, estão linguisticamente materializados nessas palavras.

Os aspectos descritos são confirmados nos seguintes títulos: “Galardão da modestia”, a recompensa gloriosa alcançada pelos cristãos que cultivam a moderação; “Liberalidade”, o valor da generosidade; “Os amigos”, a virtude de conquistar amigos; “Como fizeres te-farão”, cultivo das boas ações; “Refutações de maldizentes”, advertência quanto aos julgamentos; “Justiça, mas com equidade”, lição acerca da igualdade, daquilo que vale para todos; “Banqueteadores”, o comportamento egoísta dos que oferecem banquetes; “A usura e a lepra”, comparação de igualde entre os malefícios de um pecado e de uma doença contagiosa; “Synonimos moraes”, os exemplos de comportamento considerados mundanos incompatíveis com a moralidade defendida pela igreja; “Da charidade”, celebração de um dos valores mais sagrados para a doutrina cristã; “Tudo passa”, efemeridade da vida humana; “Contemplação das perfeições de Deus no espelho das criaturas”, reverência dos homens perante Deus.

O caráter doutrinário dos excertos e seus respectivos temas, identificados nos enunciados dos títulos, mostrou-se regular em outros fragmentos, nos quais também constatamos o uso de nomes referentes a elementos dos valores do eixo temático em questão. Em “Desinganos”, de Frei Antonio das Chagas (1631-1682), alerta acerca das ilusões mundanas; “Matrimonio”, de Dom Francisco Manoel de Melo (1608-1666), trata de um dos elementos simbólicos mais importantes para a religião católica; “Invectiva contra o ouro”, de Francisco Rodrigues Lobo (1580-1682), a rejeição ao apego pela riqueza; “Nobreza do perdoar”, de Frei Antonio das Chagas (1631-1682), consagração de um dos mandamentos bíblico, o perdão; “Contra a preguiça”, de Padre Dom Rafael Bluteau (1638-1734), refutação a mais um dos pecados instituídos na Bíblia; “Parabolas do Evangelho”, de Padre João Batista de Castro (1700-1775), “Immortalidade da alma”, de Antonio Pereira de Souza Caldas (1762-1814), a eternidade como característico do cristão; “Excellencias da doutrina cristã”, de João Franco Barreto (1600-1674), elogios a fundamentos da religião cristã; “Consolação nas adversidades”, de D. Frei Amador Arraes (1530-1600), outro dois elementos religiosos, consolo e adversidades.

4.3.4 Valoração dos heróis portugueses

No eixo temático representação de *homens históricos*, que compreende discursos biográficos a partir de trechos nos quais são enfatizadas proezas e qualidades de personalidades históricas do círculo da realeza Portuguesa, os enunciados dos títulos são construídos por sintagmas nominais curtos. De modo que os substantivos próprios, os quais focalizam os sujeitos referidos, prevalecem como os protagonistas da semântica dos enunciados.

Alguns dos títulos que confirmam essa composição: “Pedro Alvares Cabral”, de Antonio José Viale (1806-1889), concentra-se na figura do navegador e explorador português, que ficou conhecido como o “descobridor” do Brasil; “Padre Mestre Ignacio de Martins”, de Padre Balthazar Telles (1596-1675), focaliza no padre da Companhia de Jesus no século XVI; “João Fernandes Vieira”, de Frei Francisco de Sancta Maria (1532-1597), ênfase no militar português que lutou contra a invasão holandesa no nordeste; “Diogo Alvares Correia, o Caramurú”, de Frei Antonio de Santca Maria Jaboatão (1695-1779), evidencia o náufrago português que conviveu entre indígenas do sul da Bahia, intermediando o contato desses com os portugueses; “Ultimos dias de D. João”, de Jachinto Freire de Andrade (1597-1657), trata de um dos governadores da Índia no século XVI mais exaltado pelos portugueses; “Retrato de El-rei D. Duarte de Portugal”, de Duarte Nunes Leão (1530-1608), destaca a figura de um rei considerado muito intelectual, estudioso da cultura e autor de livros.

Nos quatro primeiros enunciados, observamos o predomínio de substantivos próprios, inclusive no quarto em que há o acréscimo de “o Caramurú”, que se trata de um cognome acrescentado ao nome oficial “Diogo Alvares Correia”. Nos dois últimos, continua prevalecendo esse mesmo núcleo do sintagma nominal, representado pelos substantivos próprios, mesmo com o acréscimo da expressão temporal, “últimos dias”, e do especificador, “retrato de”, o protagonismo concentra-se em “D. João” e “El-rei D. Duarte de Portugal”, respectivamente. Esse aspecto da construção composicional dos títulos revela que nesse elemento linguístico se concentra o objeto de sentido do trecho, ou sua principal referência, indicando que nas figuras representadas por eles se encontram: uma entidade de conhecimento compartilhado entre autor e

interlocutor presumido do trecho; o próprio tema do fragmento; e seu valor ideológico.

Características similares constatamos em outros enunciados de títulos mais longos, porém que são formados por sintagmas nominais que também apresentam um substantivo próprio como núcleo. Particularidades constatados nos seguintes títulos: “Affabilidade do Infante D. Duarte para com seo mestre”, de André Rezende (1500-1573); “Liberdade d’um pregador d’el rei D. João III”, de Frei Luiz de Souza (1555-1632); “Retrato do Padre Vieira” (1675-1754); “Partida de Vasco da Gama de Lisboa”, de Luiz de Camões (1524-1579); “El-Rei D. João III”, de Antonio Castilho (1800-1875); “Politica do grande Affonso de Albuquerque, tirada dos Commentarios do grande Anffonso de Albuquerque”, de Affonso de Albuquerque (1453-1515); “O infante D. Luiz, filho de El-Rei D. Manoel”, de Frei Francisco de S. Maria (1532/38-1597); “Trabalhos e martyrios do Padre Nicolau do Rosario”, de Frei Luis de Souza (1555-1632).

No conjunto da composição dos títulos desse eixo temático, os valores ideológicos dos seus enunciados concentram-se numa representatividade preestabelecida acerca das personalidades portuguesas referidas. Todos os nomes citados fazem parte do horizonte ideológico da realeza europeia, especificamente aqueles que representam a história gloriosa de Portugal, ou seja, o círculo da realeza: membros da realeza, clérigos, militares.

Considerações parciais

As análises empreendidas nos elementos externos de *Iris Classico* (1873[1859]), integrados nos gêneros de emoldura, nos permitem constatar que a obra orientava-se para um grupo seletivo de interlocutores, compreendidos por mestres, “meninos estudiosos”, diretores de instrução, “Imperial Senhor D. Pedro Segundo”, críticos da obra. Com cada grupo de interlocutores, o autor estabelece um modo de interlocução: os três primeiros, consumidores da obra, um diálogo amigável e afetivo; o quarto, autoridade imperial, um diálogo reverente; o quinto, diálogo polêmico e incisivo. Mediante esses diálogos, que não se limitaram à esfera educacional, podemos atestar que o contexto ideológico emoldurador da obra é caracterizado por polêmicas intelectuais, em que a concepção de língua clássica, característica da obra, foi o principal tema.

A compreensão de que a língua clássica constitui a identidade do vernáculo do Império brasileiro pode ser atestada na coletânea de excertos citados, ou seja, pela seleção de discursos do outro que foram legitimados para integrar a antologia, onde se materializa o modelo linguístico-ideológico da língua nacional. Aqui, predominaram trechos de autores portugueses, sobretudo os clérigos dos séculos XVI e XVII, portanto, a língua do cânone português. Por conseguinte, sobressaíram quatro grandes temas (exaltação à língua portuguesa; exploração de países, povos e costumes ultramarinos; afirmação de princípios cristãos e morais; e representação de homens históricos), que associados a elementos históricos de Portugal (língua, história, religião e heróis) cria uma narrativa histórica gloriosa da nação portuguesa. Inter-relação que se confirmou nas análises linguístico-discursivas dos títulos dos excertos, nas quais presenciamos uma simetria entre temas dos fragmentos e valorações de elementos europeus, cultivados ao longo da obra.

Mediante interação dialógica entre elementos do discurso exterior e discurso interior as análises revelaram que o projeto didático da obra se constitui na afirmação de uma língua nacional clássica, a partir da identidade nacional portuguesa, presente na coletânea de excertos citados, compreendida por um acervo linguístico-ideológico e temático-discursivo europeu.

CAPÍTULO V

AUTORES CONTEMPORANEOS: UM PROJETO LINGUÍSTICO- IDEOLÓGICO NACIONAL NO ENSINO SECUNDÁRIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

No quinto capítulo da tese, nossa finalidade é depreender a construção do projeto didático da décima primeira edição de *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]), de João Ribeiro. Assim como no capítulo anterior, nossas análises foram desenvolvidas mediante a perspectiva dialógica da dupla orientação do gênero na realidade, defendida por Medviédev (2012), principal eixo articulador da nossa pesquisa com as antologias escolares. Conforme discutimos, segundo o estudioso russo, o gênero apresenta uma orientação externa, que compreende interlocutores previstos, e especificidades das condições de realização e percepção do gênero; e uma orientação interna, que abrange a esfera ideológica a partir do conteúdo temático. Tais elementos, que se articulam na construção da totalidade do gênero, também atuam na composição do projeto didático do gênero antologia escolar.

Através dessa perspectiva teórico-metodológica, construímos nossas análises na inter-relação dos elementos dialógicos constitutivos das duas orientações de *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]). Assim como na antologia anterior, nesta obra, os gêneros da sua emoldura configuram a primeira orientação, e a coletânea de excertos citados, a antologia, abrange a segunda orientação. Tais elementos, que se articulam na construção da totalidade do gênero, também atuam na composição do projeto didático das antologias escolares. Começaremos por sua orientação externa para em seguida, no próximo subcapítulo, relacioná-lo com a orientação interna.

Este capítulo está organizado em três partes. Na primeira, “Orientações externas de *Autores Contemporaneos*: sob os olhos dos gêneros da emoldura”, identificamos e analisamos os elementos extraverbais constitutivos da obra e que implicam sua orientação externa, particularmente na seleção de discursos, excertos e temas da coletânea de excertos.

Na segunda, “Orientações internas de *Autores Contemporaneos*: sob os olhos da antologia”, apresentamos as partes constitutivas da coletânea de excertos (orientação interna), quais escritores tiveram partes de seus textos integrados à obra, suas nacionalidades, épocas em que viveram e quais o movimento literário integrante do período. Mediante essa descrição, identificamos o predomínio de escritores brasileiros do século XIX, contexto histórico de consolidação da estética literária romântica, movimento constitutivo do processo tomada de consciência nacional brasileira.

Considerando a importância do Romantismo na construção composicional da seleção de excertos e temas, dialogamos com a história da literatura brasileira, a fim de compreender a inter-relação: contexto histórico do Brasil no século XIX, produção literária da época, e seleção de temas e excertos da obra; em seguida, mostramos que João Ribeiro concentrou sua seleção em partes de escritos de escritores e temas mais representativos do período do período romântico, tendo como referência dois elementos vinculados à história do Brasil: literatura, nacional, e história, contemporânea.

Na terceira parte, “Títulos dos excertos em *Autores Contemporaneos*: emoldura axiológica”, voltada para a orientação interna, analisamos a seleção do repertório temático constitutivo da obra a partir das valorações expressas nos enunciados dos títulos dos excertos, que, a nosso ver, funciona como emoldura axiológica do enunciado citado. Nessa parte nos concentramos nas seguintes materialidades linguístico-discursivas dos enunciados dos excertos: título do fragmento e o tema nele inscrito; e elementos linguísticos que expressam os valores ideológicos dos temas. A análise revelou uma concordância entre os valores inscritos nos enunciados dos títulos dos extratos e dos valores constitutivos dos núcleos temáticos.

5.1 Orientações externas de *Autores Contemporaneos*: sob os olhos dos gêneros da emoldura

A décima primeira edição de *Iris Classico* (1873 [1859]) apresenta quatro gêneros da emoldura: página de rosto, “advertencia preliminar da 6ª edição”, introdução e “Índice dos artigos contidos n’este volume”. Compreendendo que

o último gênero apresenta um resumo descritivo da coletânea de excertos citados, sua análise está incorporada à segunda parte do capítulo.

5.1.1 Página de rosto: vozes da interlocução

A página de rosto⁵⁴, primeiro gênero da emoldura da décima primeira da edição de *Autores Contemporaneos* é constituída por enunciados verbais. No seu conjunto, os enunciados informam o nome do autor, título da obra, esfera de circulação, por meio da qual intuimos seus interlocutores. Ou seja, compreendem os elementos externos e constitutivos da obra, conforme lemos na figura 11.

Fig. 11 – Rosto da 11ª edição de *Autores Contemporaneos* (1917)

⁵⁴ Texto constante no anexo H.

A organização dos enunciados revela uma hierarquia: primeiro, aparece no centro superior da página o nome do autor, em letras maiúsculas, “JOÃO RIBEIRO”, sem referência aos papéis sociais ou títulos do autor, mostrando que o nome por si só já seria o suficiente para agregar valor à obra; em seguida, o título, em maiúsculas e negritos ocupando o alto da página, “**AUTORES CONTEMPORANEOS**”, antecipando que o eixo da antologia escolar é a produção de escritos da contemporaneidade, e o subtítulo, “EXCERPETOS DE ESCRIPTORES BRAZILEIROS E PORTUGUEZES DO SECULO XIX”, num tamanho muito inferior ao título principal, vemos aqui dois esclarecimentos: quanto à nacionalidade dos autores, brasileiros e portugueses, a ordem da nacionalidade antecipa que na obra há o predomínio de escritores brasileiros; quanto à contemporaneidade, esse se fixa no século XIX. Portanto, trata-se de uma antologia cujo foco é a língua nacional contemporânea.

Em terceiro lugar, apresentam-se os espaços de circulação da obra, que de acordo com o enunciado, construído em letra cursiva, “Livro adoptado no Gymnasio Nacional e nos exames de preparatorios”. Dois espaços educacionais de controle do Estado: o primeiro trata-se do prestigiado Colegio de Pedro II; e o segundo refere-se aos exames de acesso às universidades.

Importante salientar que a escola secundária na Primeira República, sobretudo o Pedro II, continuou atendendo a uma diminuta elite urbana, que muitas vezes almeja a inserção em esferas do poder público, seja através de cargos públicos ou políticos, ou mesmo nos dois simultaneamente. Os alunos, na maioria meninos, tinham à sua frente professores eruditos, sobretudo quando se tratava de professor do imponente Colégio Pedro II, um cargo que continuava a imprimir o prestígio intelectual e social da época do Império. Portanto, esses são os principais espaços e interlocutores previstos da obra.

O programa de português para o ano 1917 no Colégio Pedro II apresenta a seguinte ementa: “leitura e recitação de trechos de prosadores e poetas contemporâneos, com a explicação de sentido” (apud RAZZINI, 2000, p. 327). Nesse enunciado, a inscrição do adjetivo qualificador “contemporâneos” aplicado aos escritores mostra o eixo histórico (contemporaneidade) como centro de valor na constituição dos estudos da língua nacional. Nesse sentido, o título da obra dialoga com a ementa da principal instituição de ensino da época, atestando que a obra está orientada para sua esfera de circulação.

Em quarto lugar, em “**11ª EDIÇÃO REFUNDIDA COM GRANDE NUMERO DE ANOTAÇÕES**” indicam-se o número da edição e o volume “grande” de anotações, as quais estão localizadas nos rodapés dos excertos citados, onde o autor estabelece um diálogo com os professores através de notas elucidativas, bibliográficas e gramaticais. E, por fim, a editora pela qual a obra foi compilada: LIVRARIA FRANCISCO ALVES, a editora mais influente no setor didático a essa época.

Os enunciados da página de rosto da obra mostram que os principais interlocutores do autor são no primeiro plano professores e diretores, e, num segundo plano, os intelectuais da época que se interessavam pelas ideias teóricas do intelectual da Academia Brasileira de Letras. Por outro lado, a inscrição da esfera de circulação indica que os alunos do ensino secundário e aqueles que prestaria exames de preparatórios para ingressos nas universidades são os interlocutores de consumo. Já o título circunscreve a abordagem de língua nacional, língua contemporânea.

5.1.2 Advertência preliminar: vozes da polêmica

Considerando o conteúdo do texto, construído por polêmicas linguísticas, compreendemos que na advertência preliminar da 6ª edição⁵⁵, segundo gênero da emoldura da obra, o autor dialoga, primordialmente, com seus pares intelectuais e opositores da simplificação ortográfica defendida por João Ribeiro.

Inicialmente, o autor focaliza seu diálogo advertindo os leitores acerca das anotações intercaladas aos excertos:

Nesta sexta edição dos Autores Contemporaneos juntamos ao texto para mais de uma centena de notas elucidativas, bibliographicas e grammaticaes, que esperamos, serão recebidas com agrado pelo mesmo publico que nas escolas se tem utilizado d'este livro (RIBEIRO, 1917, p. V).

Nesse trecho, ressalta o volume, “uma centena” das anotações, especifica os gêneros das notas e o conteúdo das mesmas: “notas elucidativas”, compreendem aquelas que esclarecem acerca de alguns pontos do conteúdo do

⁵⁵ Texto completo no anexo I.

excerto; as “bibliographicas”, apresentam fontes bibliográficas de fatos históricos ou ideias desenvolvidas em excertos; as “grammaticaes”, esclarece o uso de construções gramaticais utilizadas pelos escritores e corrige/atualiza a ortografia.

Fig. 12 – 1ª página da Advertencia preliminar *Autores Contemporaneos* (1917)

Em seguida focaliza no principal assunto da advertência, o sistema ortográfico da Academia Brasileira de Letras: “Foram as anotações orthographadas segundo systema mais phonetico, para exemplificar as sugestões apontadas na introdução, com respeito á simplificação da orthographia comum” (RIBEIRO, 1917, p. V). Nesse sentido, justifica sua escolha:

Não se pretende aqui impôr nenhuma norma nesta materia que ainda agora se discute e em que são tam numerosas as divergencias e tam encontradas as opiniões. Este não podia ser o intento; por isso mesmo, o texto e as demais partes do livro conservaram a orthographia muitas vezes contradictoria dos escriptores contemporâneos. Apenas, com endereço especial aos mestres, foi o systema sonico adoptado nas anotações (RIBEIRO, 1917, p. V).

O sistema ortográfico tratado pelo autor é referente ao proposto pela Academia Brasileira de Letras em 1907. Pelas justificativas dadas por João

Ribeiro, observamos que a reforma ortográfica, empreendida pela instituição a qual era integrante e pela qual foi articulador, ocorreu num contexto de polêmicas intelectuais. Segundo Alves (2013) esse embate ocasionou uma polarização na Academia, de um lado os acadêmicos defensores da reforma como Medeiros e Albuquerque, proponente do projeto, José Veríssimo e o próprio João Ribeiro; de outro lado, acadêmicos como Carlos de Laet, o principal opositor, Rui Barbosa, Sílvio Romero. Nesse sentido, apesar de o autor afirmar que os destinatários presumidos dessas anotações eram os professores, os enunciados e a recuperação das polêmicas revelam que a advertência orienta-se para outros interlocutores.

Tanto assim, que outro ponto do texto o autor faz alusão aos seus opositores, circunscrevendo-os na esfera ideológica em que atuam:

A simplificação da orthographia, num tempo como este agora de extrema diffusão da instrucção popular, é uma questão séria para todos os povos; entre nós a reforma é fácil; do grupo meridional das linguas latinas, a portugueza é a unica que conserva a antiquada e orthografia etymologica. No Brazil na falta de opiniões graves, a maior parte da gente deixa levar-se por embustes de folhetins e de escriptores sem assuntos, mas com o chamado talento jornalístico, que vem ser a mera capacidade de opposição a qualquer cousa nova ou antiga (RIBEIRO, 1917, p. VI).

No trecho, o autor argumenta que a simplificação ortográfica traria benefícios à instrução popular e a evolução da própria língua, pois a ortografia etimológica prejudicava seu progresso em comparação com outras línguas latinas. Em seguida, critica os opositores da reforma, referindo-se a eles como “escriptores sem assuntos” e ironicamente atribuindo-lhes “talento jornalístico”. Esse fragmento expressa o posicionamento do autor frente a reforma assim como situa a obra nessa abordagem linguística.

Para finalizar seu posicionamento favorável à reforma ortográfica pretendida e empregada nas notas da sua antologia, João Ribeiro convoca algumas vozes investidas de autoridade, legitimando, assim, sua opinião:

Escrevendo com orthographia simples, não são ridiculos os espanhóes e os italianos e nem o eram os antigos escriptores da nossa lingua; agora é que a sciencia de alguns sabidorios

descobriu a ridiclez do escrever com simplicidade e sem affectação erudicta (RIBEIRO, 1917, p. VI).

Aqui, fica evidente que o acadêmico refere-se aos escritores espanhóis e italianos, assim como os antigos escritores da língua portuguesa, com o intuito de legitimar a reforma e destituir as vozes que a contestam. De toda forma, as vozes polêmicas revelam a abordagem linguística reguladora constitutiva da antologia e o embate intelectual que a envolve, ou seja, a tensão ideológica que a emoldura.

5.1.3 Introdução: polêmicas intelectuais

A introdução⁵⁶ de *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]), terceiro gênero da sua emoldura, é constituída por dois textos filológicos. Pelo adensamento do conteúdo do primeiro texto e polêmicas travadas no segundo, compreendemos que seus interlocutores são seus pares intelectuais.

O primeiro texto, traduzido do alemão pelo próprio João Ribeiro, foi extraído da introdução da “Gramática da Língua Portuguesa: baseada nas comparações de línguas latinas e românicas”⁵⁷ (1878), do alemão Dr. Carl von Reinhardtstoettner (1847-1909), o qual foi linguista romanista e historiador cultural, estudioso da obra de Camões, docente de línguas românicas e literaturas no Royal College de Munich.

No escrito em tela, intitulado “Da lingua portugueza com relação ás linguas romanas congêneres”, o linguista discute, ao longo de dezoito páginas, acerca da constituição da língua portuguesa, particularmente à de Portugal. O texto alinha-se à Filologia Românica – ciência em que se investigam as semelhanças do latim vulgar e suas línguas análogas –, mais especificamente ao método histórico-comparativo desenvolvido pelo seu precursor, o alemão Frederico Diez (1794-1876). Nesse contexto, focalizando em aspectos etimológicos e gramaticais do português em relação às línguas românicas, especialmente

⁵⁶ Texto completo no anexo J.

⁵⁷ Na língua de origem: “Grammatik der Portugiesischen Sprache: auf grundlage des lateinischen und der roanischen sprachvergleichung bearbeitet”. A obra encontra-se digitalizada e disponível em: <<https://archive.org/details/grammatikderport00reinuoft/page/xvi>>

espanhol e italiano, o autor defende que esse teria sido o idioma a conservar a similitude com o latim.

Fig. 13 – 1ª página da Introdução de Autores Contemporaneos (1917[1894])

Nas primeiras linhas, situa a raiz histórico-geográfica, nacionalidade e nomenclatura do idioma:

No extremo occidental da Europa, bem o diz Camões (Lus., III, 20)

...quasi cume da cabeça

De Europa **toda**...

expande-se o reino de Portugal; é essa a terra de origem da lingua portugueza. Chamam-lhe a esse falar, entre as mais antigas designações, de *lingua lusitana* (e também *lusitanico* nos Lus., IX, 38); e ao povo lusitanos ou Lusos (Cam., Lus., X, 27), os de *Luso*. Uma vez ou outra, disseram-n'ó já lingua espanhola, mas a denominação não prevaleceu contra a usual que foi e é a de lingua portugueza (REINHARDSTOETTNER, 1878, apud RIBEIRO, 1917, p. IX).

Reportando-se ao discurso de uma das obras mais expressivas da tradição literária portuguesa e objeto de seus estudos, “Os Lusíadas”, o autor atesta que a língua portuguesa tem raízes em um país de origem, “o reino de Portugal”, e que tem um povo, “lusitanos ou Lusos”, ou seja, uma nação. Mediante incorporação desse discurso, o assume que enuncia a partir o ponto de vista da narrativa histórica portuguesa, tendo como foco a língua portuguesa de Portugal. A qual é enaltecida no seguinte trecho:

Irmã mais próxima da espanhola, com essa tem a lingua portugueza grande parecença, o que, entende-se, não se limita apenas à semelhança dos radicaes, mas ainda a propria construção gramatical. Não pode todavia ser considerada um dialecto do castelhano; ao contrario, desenvolvendo-se principalmente na syntaxe, alma das linguas, ganhou a indepedencia no formar das phrases, a liberdade do exprimir, frequente exacção e concisão classica, o dom de derivação vocabulares, qualidades em que, em muitos pontos não raro excede o idioma espanhol (REINHARDSTOETTNER, 1878, apud RIBEIRO, 1917, p. X).

Neste fragmento de culto à língua portuguesa, destaca-se o empenho do autor de configurá-la a partir de suas propriedades gramaticais, alcançadas mediante “construção propria”, sobretudo na sintaxe, considerada “alma das linguas”, apresenta “concisão classica”, assim como “o dom de derivação vocabulares”. Em outro ponto do texto, destaca sua proximidade com o latim: “[...] e por ter-se mais cedo que a Espanha emancipado do jugo mourisco, pode melhor guardar á fidelidade á nossa lingua mae [o latim], e do espirito que lhe é próprio bem pode fundar direitos á independencia” (REINHARDSTOETTNER, 1878, apud RIBEIRO, 1917, p. XI). Nesses trechos, já antevemos uma acepção de língua portuguesa pautada na gramática, primordialmente na sintaxe, e subordinação etimológica com o latim.

Nessa perspectiva, o estudioso alemão traça um percurso de constituição da língua portuguesa, dialogando com obras que serviram como fontes documentais de configuração da língua portuguesa. Para isso, toma como referência livros de gramáticos e lexicógrafos que objetivavam a normatização da língua, dois quais citamos: *Grammatica de linguagem portugueza* (1536), Fernão de Oliveira (1507-1581); *Grammatica da Lingua Portugueza* (1539), de João de Barros (1496-1570); *Origem da Lingua Portugueza* (1606), de Duarte

Nunes Leão (1530-1608); *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa* (1842), de Francisco José Freire, o Cânido Lusitano (1719-1773); *Enfermidade da lingua e arte que ensina a amadurecer para melhorar* (1760), de Manoel José de Paiva (1706-?); *Compendio de Ortographia* (1767), de Francisco Luiz do Monte Carmello; *Vocabulario portuguez e latino* (1712-1721), do lexicógrafo Padre Raphael de Bluteau (1638-1734). Essa relação confirma que esse estudo acerca do desenvolvimento da língua portuguesa centraliza-se na gramática.

Em outra passagem do texto, o filólogo enumera alguns territórios em que a língua fora disseminada (“Galizza” e “Asturias”), destacando o Brasil, pelo fato de apresentar uma nascente literatura. Nas palavras do autor:

Fóra d’ahi implataram o portuguez os colonos que da patria ainda emigraram para as Indias, Maccáo, Philippinas, Molucas e sobretudo o Brasil, onde de par com a lingua, floresce uma literatura (REINHARDSTOETTNER, 1878, apud RIBEIRO, 1917, p. XVI).

Considerando que à época da publicação desse texto, 1878, havia nos centros urbanos e entre intelectuais manifestações nacionalidade cultural brasileira, no qual o idioma e sua literatura eram seus elementos mais representativos, então esse discurso acerca de uma nascente literatura brasileira se harmoniza com o viés nacional constitutivo dessa antologia escolar.

No ensaio, observamos a ênfase que o estudioso presta à sintaxe da língua portuguesa, considerada pelo autor alma da língua. Acrescenta também os estudos da ortografia, ponto de tensão do contexto temático de *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]):

O culto da gramatica portugueza nos paizes estrangeiros jaz ainda deficientíssimo: pouco lhe tocou entre as demais linguas europeias e especialmente entre as linguas romanas. A deficiência maior, porém, é antes de tudo na ortographia. Os naturais do paiz são os proprios a se lamentarem por falta de regras fixas neste assumpto.

Sem dúvida alguma é a syntaxe portugueza, d’entre as das linguas congenitas, a que mais se aproxima da latina.

[...] Merece a lingua, de certo, mais cuidado que o com que a tratam os de sua propria terra. É particularmente na syntaxe que mais se descobre a fisionomia maternal

(REINHARDSTOETTNER, 1878, apud RIBEIRO, 1917, p. XXI, XXIV e XXVI).

Os enunciados demonstram uma perspectiva de estudo da língua centrada na comparação, sobretudo com o latim. Tendo na sintaxe a principal matriz de interpretação, análise e conhecimento da língua portuguesa, ao passo que na ortografia o cimento da fixação vocabular.

No ensaio, João Ribeiro incorporou notas de tradução, nas quais dialoga polemicamente com algumas ideias do linguista alemão acerca do português, conforme esclarece: <<Traduzimos fielmente este ensaio; n'elle ha algumas afirmativas que o progresso e critica dos estudos do portuguez depois tonaram inadmissiveis (Nota do traductor)>> (RIBEIRO, 1917 [1894], p. IX). Através das polêmicas desenvolvidas nessas notas é possível apreender o ponto de vista de Ribeiro acerca da concepção de língua que, assumida nas entrelinhas, é constitutiva da obra. Analisamos três dessas notas, pois sintetizam os embates acerca da língua portuguesa.

Conforme tratamos em parágrafos anteriores, Reinhardstoettner dialoga com antigos filólogos e gramáticos da língua portuguesa, a partir de suas obras. Assim, ao tratar de trabalhos da parte lexicográfica o autor menciona algumas produções, dentre as quais a do Frei Joaquim de Santa de Viterbo (1744-1820): *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usarão, e que hoje regularmente se ignorão: obra indispensável para se entender sem erro os documentos mais raros e preciosos, que entre nós se conservão: publicado em beneficio da literatura portugueza e dedicado ao príncipe N. Senhor* (1876). Contudo, adverte: “Nova e má reimpressão deste livro com inúteis anotações fez em 1865 Innocencio” (REINHARDSTOETTNER, 1878, apud RIBEIRO, 1917[1894], p. XIX).

Crítica contestada por João Ribeiro, em que argumenta: “Por influxos de opiniões de Ad. Coelho e Th. Braga desliza o A. em descabidas injustiças e em não poucos erros. A edição do Elucidario feita por Innocencio é digna de toda a estima (nota do traductor)” (Idem). Apesar de João Ribeiro sair em defesa do bibliógrafo português Innocencio Francisco da Silva (1810-1876), seu enunciado nota responde às críticas do escritor e ensaísta português Theófilo Braga (1843-

1928) e do filólogo português Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) que teria influenciado A [Autor].

Em seguida cita mais três obras de filólogos portugueses: *Diccionario da mayor parte dos termos homonymos e equivocos da lingua portugueza* (1842), de Antonio Maria do Couto (1778-1843), o qual considera “incompleto e sem espirito scientifico”; *Genio da Lingua Portuguesa*⁵⁸ (1858), de Francisco Evaristo Leoni (1804-1874), que acredita ser “um serviço igualmente duvidoso á lingua materna”; e *Origem da lingua portugueza* (1867), de Augusto Saromenho (1833-1878), que na sua avaliação “nem muito melhor serviço foi [prestado]” (REINHARDSTOETTNER, 1878, apud RIBEIRO, 1917, p. XX). Pois para ele,

O estudo scientifico das linguas romanas e especialmente da portugueza só teve um unico promotor em Adolpho Coelho, que em seus escritos: <<A lingua portugueza>> (1868); <<Theoria da conjugação em Latim e Portuguez>> (1870) e <<Questões da lingua portugueza (I parte; preliminares; o lexico; o consonantismo; 1874) pela primeira vez compilou os resultados até ahi obtidos pelo estudo comparativo das linguas, e rompeu caminhos, isolado e sem auxilio, nessas regiões (REINHARDSTOETTNER, 1878, apud RIBEIRO, 1917, p. XX).

Em outras duas notas de tradução, João Ribeiro contestará as avaliações. A primeira referente às distorções construídas acerca do primeiro grupo de obras, e ambas concernentes a relevância tanto dos autores citados quanto de outros que teriam contribuído para o conhecimento da língua portuguesa:

Faço uma vez por todas, a reflexão de que o A. é sempre injusto a respeito dos meritos dos que não conheceram e nem podiam conhecer, e até podiam dar o excesso de estima que depois se deu aos methodos de meras etymologias scientifica – cousa menos importante que o conhecimento literário da lingua.

Esta é a opinião do A. e se é verdadeira no elogia a A. Coelho, é injustíssima quanto aos predecessores e aos contemporaneos, os quaes se preocuparam do principal, isto é, de escrever bem a lingua portugueza e não de ostentarem sciencia de um ramo aliás importante da erudição alemã. (Ribeiro, 1917, p. XX e XXI)

⁵⁸ Título completo: *Genio da lingua portugueza, ou causas racionaes e philologicas de todas as derivações da mesma lingua, comprovadas em inumeraveis exemplos extrhaidos dos autores latinos e vulgares.*

Ao contrapor as ideias do autor, João Ribeiro assume um ponto de vista acerca da concepção de língua portuguesa que acreditamos ser constitutiva da sua antologia escolar: língua literária normatizada. A qual pode ser apreendida nos seguintes enunciados: “conhecimento literario da lingua” e “escrever bem a lingua portugueza”. Contudo, no ensaio seguinte veremos que não será a língua literária portuguesa de Portugal, objeto investigação por Reinhardstoettner, a preocupação de João, mas a língua portuguesa normatizada do Brasil.

No segundo ensaio, dividido em três partes, de autoria do próprio João Ribeiro, intitulado “Notas sobre a orthographia portugueza e indicação do que merece ser nella reformado”, o autor responde aos opositores da reforma ortográfica proposta pela Academia Brasileira de Letras em 1907, a qual tinha como um dos principais opositores o Acadêmico Carlos de Laet. Por isso, inicia o texto com um tom de crítica:

De todos os estudos que exigem conhecimento e uso da nossa lingua, o da orthographia é um dos mais dificeis. De qualquer modo e em todos os tempos sempre o foi; mas nos ultimos decenios a confusão estabelecida ao menos pelos inventores de systemas, auctores de tratados philologicos ainda mais avolumou a dificuldade. Os ultimos gramáticos, seduzidos alguns pelas ideias recerentes quanto á representação exacta da prosodia da corte e cortejando essa mera preocupação de eruditos, que não passou nem poderia passar para pratica (RIBEIRO, 1917 [1894], p. XXIX).

Sua polêmica apresenta destinatários específicos: “inventores de systemas”, “auctores de tratados philologicos”, “gramáticos”, portanto, seus pares intelectuais. Já o pronome adjetivo “nossa” leva a crer que sua intencionalidade é tratar da língua portuguesa do Brasil. Compreensão que fortalecida no seguinte trecho: “para nós outros americanos, que falamos e escrevemos a língua portugueza, a questão [ortografia usual] é dobradamente difícil. A pronuncia de Lisboa ou a de qualquer outra cidade do reino jamais poderia ser adoptada no Brazil” (Idem). Ou seja, indicando que havia diferenças entre a língua portuguesa contemporânea do Brasil e à de Português. Nesse sentido, advoga por uma reforma ortográfica, cuja finalidade seria a uniformidade de textos escritos, que tivessem na língua portuguesa do Brasil o ponto de partida, nesse aspecto, o autor luta por uma língua nacional, desde sua ortografia.

A segunda parte, defende o sistema sônico do sistema ortográfico proposto: “toda a orthographia das linguas que se servem do alphabeto é necessariamente phonetica ou do som” (RIBEIRO, 1917 [1894], p. XXXI). Nesse segmento, ao tratar da ausência de estudos acerca da ortografia etimológica, João Ribeiro afirma: “Dos nossos escriptores, falamos dos brasileiros, só um ou outro, é quasi sempre um etimologista, porque a orthographia sonica é peche de ignorantes, se tem preocupado praticamente da questão” (RIBEIRO, 1917 [1894], p. XXXI). Aqui transparece o posicionamento nacionalista do autor frente a literatura brasileira, ao delimitar “nossos escriptores” ao conjunto de autores “brasileiros”.

Por fim, João Ribeiro também rompe com a tese que se mostrou central no ensaio anterior, a proximidade do português com o latim: “O grande defeito da nossa escrita é ser extremamente latina – e um pouco deriva dessa orthographia a ilusão de que nossa lingua mais que qualquer outra se aproxime da de Vergilio” (RIBEIRO, 1917 [1894], p. XXXI). Ao passo que acrescenta:

[...] se fôr um dia possivel corrigir e esquecer certas reminiscencias classicas, a dos grupos gregos por exemplo, que os portuguezes estymologistas porfiadamente sustentam, vencida essa primeira resistencia erudita, tornar-se-ão facilimas todas as outras alterações necessitadas (RIBEIRO, 1917 [1894], p. XXXV).

E na terceira parte, apresenta, esclarece e discute acerca das simplificações ortográficas propostas, as quais serão utilizadas apenas nas anotações, uma vez que nos excertos citados conservou-se a ortografia usual seguida nas escolas.

Em síntese, esse segundo ensaio orienta-se para os pares intelectuais de João Ribeiro, num polêmico contexto temático, cujo foco seria a proposição de uma ortografia sônica da língua portuguesa do Brasil, o instrumento de sua uniformização. Tais vozes polêmicas constituídas por duas orientações: por um lado, os opositores, tentando preservar a ligação com a antiga metrópole, através da hierarquia Português de Portugal e Português do Brasil; por outro lado, os favoráveis, que anteviam o rompimento da subordinação político-cultural do Brasil com o antigo reino, a partir da configuração ortográfica da língua portuguesa do Brasil.

As análises dos gêneros da emoldura da obra demonstram diálogos de João Ribeiro com diferentes interlocutores, que, ora estão explícitos, ora estão subentendidos, sendo os principais deles: professores, diretores e alunos, vozes da recepção; intelectuais, vozes polêmicas. Através dessas relações dialógicas presentes na emoldura da obra apreendemos sua contextualização, isto é, a configuração das especificidades das condições de realização e percepção do gênero. Nesses enunciados, constrói-se, para os interlocutores, um fundo aperceptível em consonância com o conceito central de *Autores Contemporâneos*, a língua nacional contemporânea.

Por fim, os elementos constitutivos da orientação exterior da obra implicarão na constituição da orientação interior, isto é, na composição da antologia. Nesse segundo direcionamento, mostraremos, na análise da seleção do repertório temático da obra, que João Ribeiro elegeu um acervo hegemônico de excertos e temas para serem lidos e estudados pelos alunos. Por meio deles, disseminaram-se valores nacionais brasileiros através de discursos cujo foco foram a língua literária e a história.

5.2 Orientação interna de *Autores Contemporâneos*: sob os olhos da antologia

Em *Autores Contemporâneos* (1917 [1894]), a coletânea de excertos citados, discursos do outro, é composta de 71 fragmentos verbais em prosa, de textos das esferas literárias, historiográfica e política do século XIX, os quais foram intercalados em uma parte da obra. Desse total, 46 fragmentos são de escritos brasileiros, representando 65% do plano da seleção de fragmentos, e outros 25 de escritos portugueses, equivalente a 35% dos excertos. Indícios da força que textos e escritores brasileiros do Novecentos apresentaram na representação de uma variante de prestígio da língua portuguesa: a língua literária nacional contemporânea, presente na constituição do projeto didático da obra. Na tabela 10, apresentamos quais escritores tiveram partes de seus textos integrados à coletânea de excertos.

Tabela 10 – Galeria de escritores em Autores *Contemporaneos* (1917 [1894])

Escritores brasileiros	
Século XIX	
Escritor	Número de excertos
José de Alencar (1829-1877)	05
Silvio Romero (1851-1914)	04
João Francisco Lisboa (1812-1863)	04
José Bonifácio (1763-1838)	02
Frei Francisco Mont'Alverne (1784-1858)	02
Padre Lopes Gama (1791-1852)	01
Manuel Antonio de Almeida	01
Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882)	01
Gonçalves Dias (1823-1864)	01
Antonio de Meneses V. de Drummond (1794-1874)	01
(Joaquim Jeronimo) Fernandes da Cunha (1827-1903)	01
Tavares Bastos (1839-1875)	01
(José Inacio) Abreu e Lima (1794-1869)	01
Varnhagem (1816-1878)	01
Ignacio Accioli (1808-1865)	01
Raul Pompeia (1863-1895)	01
Antonio Macedo Costa, Bispo do Pará (1830-1891)	01
Salles Torres Homem (1812-1876)	01
Justiniano J. da Rocha (1812-1862)	01
Dom Romualdo Antonio Seixas (1787-1860)	01
Viscondi do Rio Grande (1800-1879)	01
Theohilo Ottoni (1807-1869)	01
José Luiz Mendonça (17?-18?)	01
(Padre Joaquim da C.) Azeredo Coutinho (1742-1821)	01
Tobias Barreto (1839-1889)	01
Evaristo da Veiga (1799-1837)	01
Alvares de Azevedo (1831-1881)	01
Candido Mendes (de Almeida) (1818-1881)	01
Visconde de Cayrú (1756-1835)	01
Hyppolito da Costa (1774-1823)	01
Francisco Bernardino Ribeiro (1815-1837)	01
Joaquim Manuel Pereira da Silva (1817-1898)	01
Odorico Mendes (1799-1864)	01
Machado de Assis (1839-1908)	01
Total de excertos	46
Total de escritores	34
Escritores portugueses	
Século XIX	
Escritor	Número de excertos
Alexandre Herculano (1810-1877)	05
Antonio Castilho (1800-1875)	04
Latino Coelho (1825-1891)	04
Almeida Garret (1799-1854)	03

(Joaquim Pedro de) Oliveira Martins (1845-1894)	02
Camilo Castelo Branco (1825-1890)	02
(Manuel Joaquim) Pinheiro Chagas (1842-1894)	02
Eça de Queiroz (1845-1900)	02
(Luís Augusto) Rebello da Silva (1822-1871)	01
Total de excertos	25
Total de escritores	09

Fonte: Ribeiro (1917 [1894]).

Diante desse levantamento, constatamos o predomínio de escritores e excertos brasileiros, revelando que o alicerce discursivo da antologia é de base nacional brasileira. A partir desse foco, compreendemos que a seleção de excertos citados apresenta particularidades referentes às épocas, perfil dos escritores e os temas dos escritos.

No que abrange à época, constatamos a concentração de escritos prosaicos do século XIX, sobretudo aqueles referentes à prosa literária brasileira, particularmente os oriundos de romances e contos do período literário do Romantismo, que no Brasil vigorou entre 1836 e 1880. Nessa fase, o nacionalismo e seus elementos alicerçaram as produções de muitos escritores, tendo sido José de Alencar o maior representante brasileiro e o escritor literário mais citado na obra.

A segunda particularidade, perfil dos escritores, notamos uma certa hegemonia ideológica no sentido de que os autores pertenceram e transitaram por esferas ideológicas comuns: escritores masculinos da elite urbana; profissionais liberais como advogados, funcionários públicos e principalmente jornalistas, a exemplos de José de Alencar (1829-1877), Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), Gonçalves Dias (1823-1864), Machado de Assis (1839-1908), João Francisco Lisboa (1812-1863), Padre Lopes Gama (1791-1852), Tavares Bastos (1839-1875), Salles Torres Homem (1812-1876), Theohilo Ottoni (1807-1869), Tobias Barreto (1839-1889), Candido Mendes (de Almeida) (1818-1881), Latino Coelho (1825-1891), Pinheiro Chagas (1842-1894); políticos, dos quais citamos José de Alencar (1829-1877), Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), Gonçalves Dias (1823-1864) Fernandes da Cunha (1827-1903), Theohilo Ottoni (1807-1869), Evaristo da Veiga (1799-1837), Candido Mendes (de Almeida) (1818-1881), Visconde de Cayrú (1756-1835), Odorico Mendes (1799-1864).

Também compuseram essa galeria críticos literários como Silvio Romero (1851-1914), Tobias Barreto (1839-1889), Joaquim Manuel Pereira da Silva (1817-1898), Alvares de Azevedo (1831-1881), Machado de Assis (1839-1908); historiadores, por exemplo João Francisco Lisboa (1812-1863), Ignacio Accioli (1808-1865), Visconde de Cayrú (1756-1835), Joaquim Manuel Pereira da Silva (1817-1898); clérigos, Frei Francisco Mont'Alverne (1784-1858), orador oficial do Império, Padre Lopes Gama (1791-1852), Dom Romualdo Antonio Seixas (1787-1860) e (Padre Joaquim da C.) Azeredo Coutinho (1742-1821), número reduzido quando comparamos com a hegemonia de *Iris Classico* (1873 [1859]).

No terceiro aspecto descrito, o tema, constamos a presença de um repertório temático hegemônico em 64 excertos, que, a nosso ver, compreende-se em quatro grandes temas, respectivamente: prosa literária; crítica histórica; homens históricos; fatos históricos. Nessa relação, já notamos a ausência de eixos temáticos de cunho moral e religioso, ratificando a influência da ideologia republicana de estabelecer o rompimento do poder da Igreja Católica no Estado. Considerando que a ostensão de excertos concentra-se nos dois primeiros grupos temáticos – 27 para o primeiro, 27 para o segundo, e apenas 6 para o terceiro e 4 para o quarto – acreditamos que esses são os mais representativos do plano do projeto didático da obra.

Assim como em *Iris Classico* (1873 [1859]), na composição de *Autores Contemporâneos* (1917 [1894]) não identificamos marcas explícitas de núcleos temáticos comuns aos excertos como por exemplo o agrupamento dos excertos em seções temáticas. Contudo, há três elementos discursivos que nos permitem comprovar a presença desses núcleos e a interação entre os enunciados desses eixos: primeiro, conforme tratamos no capítulo I, o tema é um dos elementos composicionais basilares do gênero antológico escolar, é uma espécie de elo comum entre os enunciados; e segundo, o conteúdo dos excertos comprova a convergência de temas comuns.

Diante desses elementos, compreendemos que Ribeiro focalizou sua seleção em excertos de escritores e temas mais representativos do período contemporâneo do século XIX brasileiro, que abrange em sua maior parte o Romantismo. Época e movimento literários constitutivos do período da construção do nacionalismo brasileiro, em que se mobilizaram dois elementos ideológicos de projeto nacionalista característico do século XIX (Hobsbawm,

1998): literatura e história. Por isso, consideramos oportuno tratar um pouco mais acerca desse movimento literário que influenciou na construção composicional da obra, sobretudo no eixo da seleção dos excertos e do repertório temático.

Para tratar da questão, buscamos em Candido (1971, p. 303) uma síntese conceitual acerca do movimento romântico e sua inter-relação com o contexto social brasileiro do século XIX. Esclarece o estudioso brasileiro:

O Romantismo no Brasil foi um episódio do grande processo de sua tomada de consciência nacional, a autonomia no setor literário significa cortar mais um liame com a mãe Pátria. Para isto foi necessário uma elaboração que se veio realizando desde o período joanino, e apenas terminou no início do Segundo Reinado, graças em grande parte ao Romantismo que, importando em ruptura com o passado, chegou num momento em que era bem-vindo tudo que fosse mudança. O Classicismo terminou por ser assimilado à Colônia, o Romantismo à independência [...] (CANDIDO (1971, p. 303)

Essas considerações asseguram que o movimento literário romântico esteve ligado ao contexto brasileiro, tendo a questão da nacionalidade e contemporaneidade como principais elos com o contexto oitocentista nacional. Conforme tratamos no capítulo I, baseados nos estudos de Neves e Machado (1999, p. 254), “o século XIX foi marcado, em termos políticos, pela *questão das nacionalidades*”, e, acrescentemos aqui, a contemporaneidade. No contexto brasileiro, esses dois elementos representavam o intento à autonomia e ao rompimento da subordinação política, histórica e cultural do Brasil com Portugal.

A independência política de 1822, que teoricamente elevou o Brasil a posição de nação, corroborou com o espírito de autonomia nos três eixos supracitados, e, por sua vez, impulsionou as linhas definidoras desse movimento numa díade: reconhecimento da existência de uma tradição literária própria e o desenvolvimento dos elementos próprios dessa literatura; e, formação de uma literatura nova, propriedade de um país jovem firmado numa independência política (Candido, 1971). Mediante essa inter-relação, a nacionalidade brasileira se constituiria a partir de dois elementos ideológicos: a língua literária e a história.

Em termos estéticos e temáticos, Candido (1971) considera que as principais características do Romantismo foram a ruptura do equilíbrio da vida interior e a oposição ao predomínio da razão. Esses dois aspectos trariam três

desdobramentos significativos para a sociedade do Novocentos: oposição dos românticos frente à forma de como os clássicos enxergavam a vida e a sociedade, de maneira pacífica e cimentada em valores espirituais e morais estáticos; insatisfação ao mundo contemporâneo, expressa através da tristeza, inquietude, inconformismo social, liberdade política, entusiasmo nacionalista; liberdade da criação inter-relacionada à contemporaneidade e historicidade.

No Brasil, o Romantismo se estendeu por grande parte do século XIX, entre 1836 e 1880, dividindo-se em três fases: 1836 a 1853, 1853 a 1870, e 1870 a 1881. De acordo com Moisés (1984, p. 19) “o início do movimento romântico entre nós coincidia com o processo de nossa autonomia histórica”, o que significa compreender que nesse momento o Brasil apresentava um solo fértil para a disseminação dos valores românticos, principalmente da construção da nacionalidade pela historicidade. Nesse sentido, os temas das obras românticas tendem a ser de caráter nacional, seja pela descrição da nossa natureza, ou dos costumes, hábitos e valores da sociedade, como moralidade e religião, questões políticas.

O ativismo crítico característico dos escritores românticos, no sentido de que buscavam um rompimento da subordinação aos padrões clássicos, foi disseminado em suas produções que abrangeram poesia, teatro, prosa de ficção (romance, novela e conto), textos jornalísticos, crítica literária e historiografia. Candido (1971) argumenta que dentre esses gêneros três se sobressaíram na prosa romântica brasileira: romance histórico, cuja matéria é o passado histórico, nele se focaliza a representação de um herói nacional; romance de mistério, também de temática histórica, visa aventuras, surpresa e fantasmagoria; e romance social da vida contemporânea, sentimental e lírica, nele prevalecem a representação da vida cotidiana e urbana, sobretudo da Corte, seus costumes e valores, e alguns pronunciamentos críticos acerca de aspectos da sociedade burguesa. Dentre esses gêneros, o terceiro é considerado por Candido (1971) como aquele predominante e mais característico do Romantismo, sendo José de Alencar o maior representante não apenas do terceiro como também dos demais gêneros romanescos.

Candido (1971) enfatiza que o Romantismo representou um movimento de importância para o Brasil, principalmente porque, coincidindo com o momento de definição da nossa nacionalidade, impulsionou o reconhecimento e a

valorização do nosso passado histórico. Além dos ideais patrióticos, também integraram a atmosfera romântica brasileira valores acerca da liberdade e afirmação política. Tudo isso, movimentado por uma diminuta burguesia urbana (mesmo porque tanto aqui quanto em outros países, o Romantismo foi um movimento de representatividade da burguesia), sobretudo homens jovens, formada por críticos literários, historiadores, jornalistas, intelectuais. Uma camada privilegiada da sociedade do século XIX, que, conforme tratamos no capítulo II, foram influenciados pela vivência europeia, advinda do estágio que passavam estudando fora do Brasil, tendo França e Portugal como espaços mais comuns. Podemos dizer que eles representaram uma espécie de formação de consciência nacional, num contexto em que se buscava: “o reconhecimento de uma tradição literária brasileira, ainda que somente esboçada, durante seu processo de diferenciação da literatura brasileira” (CANDIDO, 1971, p. 215).

Considerando a harmonização entre os aspectos do movimento romântico e sua relação com o contexto sócio-histórico-ideológico, podemos dizer que, em termos dialógicos, o Romantismo, mais especificamente o brasileiro, estava tematicamente orientado para a vida, para o contexto sócio-histórico-ideológico do Brasil do século XIX. Nesse sentido, compreendemos que ao concentrar sua seleção de excertos e temas em escritos do século XIX, com predomínio de textos brasileiros, João Ribeiro integra o discurso romântico, através da nacionalidade brasileira assim como da contemporaneidade histórica e literária, ao projeto didático da sua antologia escolar: afirmação de uma língua literária nacional contemporânea, sob a ótica da identidade nacional brasileira.

Contudo, *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) não rompe totalmente com a concepção normativa de língua portuguesa. A obra apresenta um caráter bifronte, no sentido de que, por um lado, avança ao rejeitar o fenômeno da lusitanização da língua portuguesa, constitutiva de obras desse mesmo gênero de punho português que circularam nas escolas à época do Império, a exemplo de *Iris Classico* (1873 [1859]); por outro, recua ao preservar o fenômeno de sua uniformização, sendo a norma literária, registrada nos escritos citados, o modelo de nacionalidade e contemporaneidade linguísticas.

Os discursos integrantes da contemporaneidade literária brasileira do século XIX, que, nesse momento, representava o intento de uma tradição literária, estão incorporados na antologia, servindo de base para a mesma. Essa

integração se dá através da seleção de fragmentos, cujos principais temas convergem com os disseminados em esferas ideológicas letradas do Novecentos brasileiro, principalmente a literária, jornalística e historiográfica. Mostraremos a partir dos eixos temáticos predominantes em *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) essa assimilação discursiva e temática, em que dois dos quatro temas vinculam-se ao Romantismo e se orientam para o contexto nacionalista do século XIX brasileiro.

5.2.1 Prosa literária

De acordo com que tratamos nos parágrafos acima acerca do Romantismo, reconhecemos que o projeto literário romântico teve um forte vínculo com o nacionalismo do século XIX. Essa euforia nacional teve a literatura, e mais especialmente as produções em prosa literária, como um dos seus elementos de disseminação de valores ideológicos desse movimento literário. Na coletânea de excertos de *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]), identificamos um grupo de extratos de textos oriundos de produções literárias de escritores brasileiros e portugueses, trechos em que são apresentadas passagens de romances, contos, literatura popular.

Tematicamente, esses trechos focalizam em aspectos da prosa literária: descrição de personagens, de paisagens, comportamentos, valores sociais, narração de suspense, crítica literária. Por isso, consideramos que o elo temático entre esse grupo de excertos é a própria prosa literária, que na antologia escolar corresponde ao eixo temático: tema I – prosa literária. Na tabela 11, apresentamos a relação de excertos constitutivos dessa temática e sua disposição ao longo da antologia.

Tabela 11 – tema I: prosa literária

Título	Autor	Tema
O Paraíba	José de Alencar (1829-1877)	Descrição elogiosa das belezas naturais constitutivas do Rio Paraíba, cenário da narrativa romântica de <i>O Guarani</i> .
Emilia	José de Alencar (1829-1877)	Descrição das características físicas e do comportamento que representam Emilia, protagonista de <i>Diva</i> .
A raposa e a cegonha	Conto Popular de Silvio Romero (1851-1914)	Lição acerca da inteligência.
O kagado e o teyú	Conto Popular de Silvio Romero (1851-1914)	Astúcia do cagado frente ao teiú.
O macaco e coelho	Conto Popular de Silvio Romero (1851-1914)	Zombaria entre o macaco e o cagado.
Camara nupcial	José de Alencar (1829-1877)	Descrição do aposento nupcial da personagem Aurelia do romance <i>Senhora</i> . Relação de semelhança entre delicadeza do ambiente e personalidade de Aurelia.
Travessura	Manuel Antonio de Almeida (1830-1861)	Narração de travessuras de Leonardo Pataca, quando criança, personagem de <i>Memórias de um sargento de milícias</i> .
O passado	Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882)	Enaltecimento melancólico do passado vivido pela personagem Rosa do conto <i>O passado</i> .
Duende	Alexandre Herculano (1810-1877)	O fim da vida representada na imobilidade da natureza no intenso inverno espanhol.
Cecilia	José de Alencar (1829-1877)	Descrição das características físicas de Cecilia, mocinha do romance <i>O Guarani</i> .
O Parocho d'aldêa	Alexandre Herculano (1810-1877)	Exaltação à religião cristã e recriminação à ciência.
Paizagem	Raul Pompeia (1863-1895)	A paisagem coberta pela névoa em analogia com o estado de tristeza da personagem masculino do conto, de título homônimo.
O architecto	Alexandre Herculano (1810-1877)	Busca do reconhecimento e glória de um arquiteto, que ficara cego, frente à sua obra.

Santarém	Almeida Garret (1799-1854)	Descrição de Santarém, alguns dos lugares mais representativos.
Conquista da Hespanha	Alexandre Herculano (1810-1877)	Relato da expansão territorial espanhola.
Castello de Faria	Alexandre Herculano (1810-1877)	Descrição e exaltação do castelo de Faria, localizado em Portugal; algumas de suas histórias.
Anniversario	Alvares de Azevedo (1831-1852)	Lamentação de Alvares de Azevedo acerca do contexto melancólico em que vivia.
Santarém	Almeida Garrett (1799-1854)	Exaltação ao vale de Santarém, destaques para suas belezas físicas.
A mochila de ouro	Conto Popular de Silvio Romero (1851-1914)	Humildade do pobre vence a ganância do rico.
Como e porque sou romancista	José de Alencar (1829-1877)	Trajectoria da formação intelectual e literária de José de Alencar.
O contentamento	Camilo Castelo Branco (1825-1890)	Lamento de um homem angustiado com fatos de sua vida.
Os salteadores em Portugal	Camilo Castelo Branco (1825-1890)	Engrandecimento de Portugal, que possui grande salteadores.
Litteratura brasileira	(Manuel Joaquim) Pinheiro Chagas (1842-1895)	Elogio à literatura brasileira; defesa do firmamento de sua identidade.
Paizagem	Eça de Queiroz (1845-1900)	Reencontro do personagem Afonso, de <i>Os Maias</i> , com a paisagem de seu lugar de origem; sua relação com a memória e a história.
Um milagre	Eça de Queiroz (1845-1900)	Religiosidade cristã. Aparição de Jesus a uma criança, personagem do conto “O suave milagre”.
Camões defendido	Odorico Mendes (1799-1864)	Polêmica acerca da leitura de crítica sobre a obra camoniana; defesa da originalidade literária de Camões.
O velho senado	Machado de Assis (1839-1908)	Algumas histórias que configuraram o “velho” senado imperial, seu cotidiano e hábitos dos políticos.

Fonte: Ribeiro (1917 [1894]).

Numa leitura da tabela, vemos que nesse primeiro agrupamento temático constam 27 fragmentos de produções literárias, desses, 2 tratam-se de uma

crítica literária. Dos trechos de produções brasileiras, 15 no total, predominaram os escritos dos autores românticos e narrativas populares. Assim como nos fragmentos de textos portugueses, 12 no total, os quais também prevaleceram a prosa romântica. Esse equilíbrio referente ao total de textos literários brasileiros e portugueses representa um avanço nesse gênero escolar da Primeira República, uma vez que o predomínio constante, de obras publicadas durante o Segundo Reinado, era de textos lusitanos.

Para abertura da seleta, o autor elegeu um texto literário brasileiro, o trecho “O Paraíba”, do romance *O guarani* (1857), de autoria do maior representante do nacionalismo na literatura romântica brasileira do século XIX, José de Alencar (1829-1877). Na passagem, o narrador faz uma descrição elogiosa das belezas naturais constitutivas do Rio Paraíba, cenário da narrativa romântica. Da mesma obra, também cita “Cecilia”, em que o narrador descreve as características físicas da mocinha do romance.

Em “Emilia”, excerto citado do romance *Diva* (1864), são elencadas as características físicas e do comportamento que representam a diva Emilia, protagonista da narrativa; ainda do mesmo autor são citados “Camara nupcial”, em que é descrito o aposento nupcial da personagem Aurelia do romance *Senhora* (1875), no trecho é explorada a relação de semelhança entre a delicadeza do ambiente e da personalidade da protagonista.

Em “Travessura”, trecho do romance *Memórias de um sargento de milícias* (1853), de Manuel Antonio de Almeida (1830-1861) o foco é nas travessuras do herói pitoresco Leonardo Pataca, quando criança; no excerto “O passado”, citado do conto de título homônimo, cuja autoria é de Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), é narrado o enaltecimento melancólico, característica da prosa romântica, do passado vivido pela personagem Rosa.

Melancolia igualmente tratada no excerto “paisagem”, citado de uma narrativa de Raul Pompéia (1863-1895), no qual a descrição de uma paisagem coberta pela névoa serve como elemento comparativo ao estado tristonho da personagem do conto, de título homônimo. E um excerto extenso da crônica “O velho senado (1861)”, de Machado de Assis, em que são apresentadas algumas histórias que caracterizaram o “velho senado” imperial, seu cotidiano, hábitos dos políticos.

Com os excertos “A raposa e a cegonha”, “O kagado e o teiú”, “O macaco e o coelho” e “A mochila de ouro”, contos populares brasileiros compilados por Silvio Romero (1851-1914), o autor insere o folclore na sua antologia escolar. Entendemos que a citação desses quatro excertos cumpre o objetivo de apresentar expressões particulares e nacionais da literatura brasileira a partir de produções da literatura popular. Contudo, não dá para afirmar que essa inserção contribuiu para a presença de um heterodiscurso (Bakhtin, 2015), no sentido de que teria sido inserida nessa antologia escolar fragmentos em que a linguagem popular, ou uma variante não padrão do português contemporâneo defendido pelo autor na obra, fosse valorizada. Nesses fragmentos, o foco do tema é no aprendizado que cada “moral” da história representa: a lição de que homem vence por inteligência e não por trapagens; valores como astúcia e o engano; o pobre que vence a ganância do rico pela sua humildade.

Nesse eixo, também identificamos passagens de escritos literários portugueses, o que mostra que a obra não rompia totalmente com a produção literária da antiga metrópole. O primeiro trecho citado da literatura portuguesa trata-se de “Duende” do escritor romântico Alexandre Herculano (1810-1877). Cujo excerto foi trazido do seu romance histórico *Eurico, o presbítero* (1843), nele é explorado o fim da vida, representada, metaforicamente, pela imobilidade da natureza causada pelo intenso inverno espanhol que congelara um rio. Da mesma obra é citada ainda “Conquista da Hespanha”, onde se relata a expansão territorial espanhola.

João Ribeiro também cita dois trechos de *Viagens na minha terra* (1846), do escritor romântico Almeida Garret (1799-1854). Ambos os trechos apresentam o mesmo título “Santarém”, neles Santarém é enaltecida através da descrição de suas belezas físicas e arquitetônicas. Nos excertos “O contentamento” e “Os salteadores de Portugal”, de Camilo Castelo Branco (1825-1890), apresentam-se, respectivamente, o lamento de um homem angustiado com fatos de suas vidas e o engrandecimento de Portugal que possui grandes salteadores.

O compilador traz dois excertos de produções literárias do realista português Eça de Queirós (1845-1895): “Paysagem”, que trata do reencontro do personagem Afonso, de *Os Maias* (1888) com a paisagem de seu lugar de origem, e de sua relação com a memória e história desse espaço; e “Um milagre”,

em que se discute um dos elementos da religiosidade cristã, a fé, representada na aparição de Jesus a uma criança, no conto *O suave milagre* (1898).

Nos dois trechos de críticas literárias, uma particularidade: os críticos elogiam as produções literárias alheias. Primeiro, “Literatura brasileira”, o português Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) enaltece a qualidade e firmamento da originalidade da produção literária brasileira; segundo, o brasileiro Odorico Mendes (1799-1864) defende a originalidade literária de Camões e sua obra. Considerando que tocam num tema comum, a qualidade da prosa literária nacional, podemos considerar que também se trata de um tema cujo foco é a própria prosa literária.

Nesse grupo de excertos, especialmente os de autoria brasileira, prevaleceram elementos da cultura brasileira que a literatura da época se propunha representar. Dos quais se destacaram: a natureza exuberante, característica da riqueza natural; sociedade burguesa carioca, núcleo da sociedade do século XIX e início do século XX; o anti-herói, um protagonista não idealizado de uma narrativa brasileira; os políticos brasileiros e seus velhos hábitos, representativos do cenário político do país.

A seleção de partes de textos do século XIX, especialmente a prosa literária romântica de escritores brasileiros, atesta que o pilar discursivo e ideológico da antologia está sustentado no Romantismo. Através dessa seleção, o autor reafirma o discurso romântico da tomada de consciência nacional, no sentido de que o Brasil apresenta uma literatura própria e contemporânea, ainda que incorpore produções portuguesas contemporâneas às brasileiras.

5.2.2 Crítica histórica

O segundo elemento característico do movimento romântico no Brasil que esteve inter-relacionado com a construção do nacionalismo brasileiro foi a história, particularmente a contestação de sua subordinação à história portuguesa, que também pode ser vista como uma tomada de consciência. Os românticos literários e os escritores que integraram as manifestações românticas em outras esferas como a jornalística e historiográfica buscavam (re)construir essa história através da crítica a história do Brasil construída pelos portugueses.

Esse discurso crítico identificamos em *Autores Contemporâneos* (1917 [1894]), mais particularmente em um grupo de excertos, oriundos das esferas jornalística e histórica, que tratam de estabelecer crítica acerca questões sociais e históricas constitutivas Brasil, a nosso ver, esses excertos tocam num tema comum que intitulamos tema II – *crítica histórica*. Os fragmentos constitutivos desse agrupamento temático apresentamos na tabela 12.

Tabela 12 – tema II: crítica histórica

Título	Autor	Tema
As sociedades	Padre Lopes Gama (1791-1852)	Crítica às associações masculinas constituídas no Império, às quais se resumiam em reuniões entre amigos.
Os conquistadores	Gonçalves Dias (1823-1864)	Visão crítica acerca das crueldades dos conquistadores portugueses para com os indígenas em prol da expansão capitalista.
A abdicação de D. Pedro I	Antonio de Meneses V. de Drummond (1794-1874)	Questionamento acerca da abdicação do trono por D. Pedro I: pressão política ou provocação própria.
Guerra do Paraguai	(Joaquim Jerônimo) Fernandes da Cunha (1827-1903)	Crítica ao fracasso político da Guerra do Paraguai e ao protecionismo patriótico.
Sobre os escravos	Tavares Bastos (1839-1875)	Crítica ao descaso dos governantes com a parcela pobre da sociedade, principalmente com os escravos.
A Igreja Grega	(José Inacio) Abreu e Lima (1794-1869)	Relação de aproximação e distanciamento da igreja grega e com igreja latina; a política das sociedades grega e latina como raiz da separação.
Resultados da guerra holandesa	Varnhagem (1816-1878)	Resultado benéfico da guerra: desenvolvimento comercial através da exportação de açúcar.
Quilombo dos Palmares	Ignacio Accioli (1808-1865)	Descrição da sociedade quilombola, sua gente, organização, regras, costumes. O combate e a destruição do quilombo.
Liberdade da Igreja	Antonio de Macedo Costa Bispo do Pará (1830-1891)	Discurso em defesa da autonomia da igreja.

As condecorações	Salles Torres Homem (1812-1876)	Crítica ao sistema de condecorações na sociedade imperial, alcançadas via favores.
Depois da abdicação	Justiniano J. da Rocha (1812-1862)	Rejeição ao regime imperial após abdicação de D. Pedro I e aspiração à República.
Um exórdio	Frei Francisco Mont'Alverne (1784-1858)	Exaltação ao imperador D. Pedro II; firmamento de sua imagem heróica.
No fim da guerra civil	Dom Romualdo Antonio de Seixas (1787-1860)	Defesa pelo fim da Guerra civil portuguesa (1828-1834), na qual os irmãos lutavam pela sucessão do trono português.
Peroração	José Bonifacio, o moço (1763-1838)	Reinvidicação da inserção do patriotismo no poder público.
O crescimento da terra	Visconde do Rio Grande (1800-1879)	Discussão acerca das propriedades geológicas do planeta Terra.
Direito e dever cívico	Theophilo Ottoni (1807-1869)	Necessidade do engajamento dos cidadãos na política.
A revolução pernambucana (1817)	José Luiz de Mendonça (17?-18?)	Advertências acerca do direcionamento político republicano defendido pela revolução pernambucana.
Civilisamento dos Índios	(Padre Joaquim da Cunha) Azeredo Coutinho (1742-1821)	Crítica acerca dos processos de civilização dos indígenas; indicação de caminhos para aprimorar as habilidades de trabalho dos indígenas e com isso alcançar proveitos econômicos.
Sublevação do povo no Maranhão	João Francisco Lisboa (1812-1863)	Revolta do povo maranhense contra os jesuítas; prisão do padre Antonio Vieira e seus desdobramentos.
Fragmento de uma lição de economia política	Tobias Barreto (1839-1889)	Discussão acerca da definição da economia política enquanto ciência e sua relação com a sociologia.
Milícia estrangeira	Evaristo da Veiga (1799-1837)	Advertência acerca da presença das tropas estrangeiras, alemãs e irlandesas, no Brasil e suas ações violentas.
A bandeira da monarquia	Candido Mendes (de Almeida) (1818-1881)	Discussão acerca das cores que deveriam constituir a bandeira do Brasil; defesa da cor vermelha, que representaria o pau-Brasil, símbolo histórico do país.
Má fé dos colonizadores	Visconde de Cayrú (1756-1835)	Jogo, interesse político e ação perversa dos colonizadores europeus na sistematização do processo de escravidão dos negros e dos indígenas.

Pelo Brasil de 1809	Hyppolito da Costa (1774-1823)	Crítica acerca do abuso de poder dos políticos do Império; defesa de sua reorganização territorial e política; progressão do Brasil a partir do compromisso dos políticos com o bem da população e de sua participação na política.
Primeira lição de direito criminal	Francisco Bernardino Ribeiro (1815-1837)	Introdução teórica a respeito do processo histórico da constituição do direito penal.
Um Sermão do Padre Antonio Vieira	João Francisco Lisboa (1812-1863)	Orientação política, favorável ao reino de Portugal, no sermão do padre Antonio Vieira.
A historia	João Manuel Pereira da Silva (1817-1898)	Compreensão da realidade concreta como objeto de estudo da História; a História como elemento da crítica social.

Fonte: Ribeiro (1817 [1894]).

Os trechos cujo foco é a *crítica histórica* totalizam 25, dos quais todos são de autores brasileiros. Aspecto que alude a tomada de consciência nacional e histórica, no sentido de que é pelo discurso dos brasileiros que sua própria história é narrada e (re)construída.

Desses citados, destacamos: “As sociedades”, oriundo do jornal satírico *O carapuceiro* (1832-1847), de autoria de Padre Lopes da Gama (1791-1852) em que o autor tece uma crítica ao crescente número de corporações masculinas organizadas no Império, às quais se resumiam apenas em reuniões entre amigos com interesses próprios; em “Os conquistadores”, Gonçalves Dias (1823-1864) expõe e critica a dominação cruel dos conquistadores portugueses para com os indígenas, cuja finalidade era sua expansão capitalista; em “Abdicação de D. Pedro I” Antonio de Meneses V. de Drummond (1794-1874) questiona as causas que teriam levado a renúncia do imperador, se fora pressão política ou mesmo vontade própria.

No trecho “Sobre os escravos”, Tavares Bastos (1839-1875) condena o descaso dos governantes com a parcela pobre da sociedade imperial, principalmente com os escravos. Em “Resultados da guerra holandesa”, Varnhagem (1816-1878) defende que essa guerra trouxera benefícios para o Brasil; um desses exemplos foi o desenvolvimento comercial e industrial alcançado pela exportação de açúcar, que teria sido resultado dos interesses e

influências dos holandeses por essa especiaria. Em “Quilombo dos Palmares”, Ignacio Accioli (1808-1865) faz uma descrição da sociedade quilombola, sua gente, organização, regras e costumes, de modo que se tivesse uma visão afirmativa dessa comunidade e que se combatesse sua destruição.

Em “As condecorações”, Salles Torres Homem (1812-1876) condena o sistema de condecorações realizadas na sociedade imperial, alcançadas via favores. Outra crítica política é abordada “Depois da abdicação”, de Justiniano J. Rocha (1812-1862), em que trata da rejeição ao regime imperial após abdicação de D. Pedro I e se aspira pela República. José Bonifácio (1763-1838) reivindica a inserção do patriotismo no poder público e Teophilo Ottoni (1807-1869) em “Direito e dever cívico” adverte quanto a necessidade do engajamento dos cidadãos na política.

José Luiz de Mendonça (17?-18?) em “A revolução pernambucana (1817)” adverte acerca do direcionamento político republicano defendido pela revolução pernambucana. Em “Civilisamento dos índios”, Padre Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821) reprova o processo de civilização por quais os índios passaram e defende que o aprimoramento das suas habilidades, desenvolvidas nas suas próprias comunidades, poderia ser um caminho para essa dominação. A revolta do povo maranhense contra os jesuítas, a prisão do padre Antonio Vieira e seus desdobramentos são tratados em “Sublevação do povo do Maranhão”, por João Francisco Lisboa (1812-1863).

No trecho “Milícia estrangeira”, Evaristo da Veiga (1799-1837) critica a presença e ações violentas das tropas alemãs e irlandesas. Candido Mendes de Almeida (1818-1881), em “A bandeira da monarchia” discute a respeito das cores que deveriam constituir a bandeira do Brasil, privilegiando a vermelha, que representaria o pau-Brasil, símbolo histórico do país. O jogo, interesse e ação perversa dos colonizadores europeus na sistematização do processo de escravidão dos negros e dos indígenas no Brasil é tratado por Visconde de Cairú (1756-1835), em “Má fé dos Colonizadores”.

Em “Pelo Brasil de 1809”, Hyppolito da Costa (1774-1823) tece uma crítica a respeito do abuso de poder dos políticos, assim como defende a reorganização territorial e política do Brasil, sua progressão a partir do compromisso dos políticos com o bem da população, e sua participação na vida política. No fragmento “Um Sermão do Padre Antonio Vieira”, João Francisco Lisboa (1812-

1863) revela a orientação política, favorável ao reino de Portugal, constitutiva de sermões do padre Antonio Vieira. E João Manuel Pereira da Silva (1817-1898) defende, em “A historia”, a compreensão da realidade concreta como objeto de estudo da História e essa como elemento da crítica social.

Considerando o número de excerto e a exclusividade de autoria brasileira, esse é o grupo de excertos mais representativo do discurso da obra. Através da construção da própria história e rejeição à narrativa construída pelos outros que o autor firma a identidade brasileira. Nesse domínio, prevalece um tom de crítica acerca de fatos e elementos constitutivos da nossa história, revela-se seu outro lado. Criticam-se: as relações políticas para interesse próprio; a maneira, anti-heroica, de dominação dos colonizadores portugueses; o processo de abdicação do trono; a violência contra os escravos; visão negativa acerca das comunidades quilombolas; a tendência política dos textos do padre Vieira; o silêncio de revoltas e manifestações populares ocorridas no âmbito do Império para o estabelecimento da República; abuso de poder dos políticos.

5.2.3 Homens históricos

Encontramos também no projeto didático de *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) um tímido grupo trechos que tratam de representar a história de Portugal através de dois elementos: figuras masculinas e fatos históricos. No primeiro caso, reunimos os fragmentos citados em um grupo de excertos cuja temática atribuímos o título: tema I – *homens históricos*, nesse núcleo temático os excertos focalizam em uma personalidade masculina da história portuguesa, especificamente do círculo reinol. Mas encontramos também, um excerto que traz a figura de um dos cientistas do século XIX, o alemão Barão de Humboldt. Os extratos constitutivos desse eixo temático estão distribuídos ao longo da obra conforme apresentamos na tabela 13.

Tabela 13 – tema III: homens históricos

Título	Autor	Tema
Irms do Coração de Maria	Frei Francisco Mont'Alverne (1784-1858)	Elogio à caridade do imperador por manter uma instituição de caridade; o papel submisso da mulher.
Infancia do Padre Vieira	João Francisco Lisboa (1812-1863)	Os primeiros passos de Vieira nos estudos missionários e sua notoriedade.
Primeiros triumphos de Vieira	João Francisco Lisboa (1812-1863)	Consolidação de Vieira como o maior entre os oradores.
O Barão de Humboldt	Latino Coelho (1825-1891)	Elogios ao cientista alemão mais destacados do século XIX.
Um exordio	Frei Francisco Mont'Alverne (1784-1858)	Exaltação ao imperador D. Pedro II; firmamento de sua imagem heroica.
Martim Moniz	Antonio Castilho (1800-1875)	Exaltação a figura de Martim Moniz, personagem histórica de Portugal que participou da conquista de Lisboa.

Fonte: Ribeiro (1917 [1894]).

Considerando o que o volume de excertos dessa temática incorporados na obra, constituído apenas por seis excertos, representa a perda de força que elementos da história portuguesa, principalmente a representação de seus heróis, na constituição da obra. Contudo, levando em conta que os protagonistas da maioria dos excertos citados são homens do círculo da realeza, ratificamos que a representação dos heróis da história portuguesa é constituída por homens das esferas real, religiosa e militar.

A leitura do foco temático desses extratos comprova esse argumento. Em “Irms do Coração de Maria” e “Um exordio”, de Frei Francisco Mont'Alverne (1784-1858), exaltam a figura do imperador D. Pedro II; “Infancia do Padre Vieira” e “Primeiros Triumphos de Vieira”, de João Francisco Lisboa (1812-1863), tratam do percurso de Vieira nos seus estudos e sua consolidação como orador de referência; e “Martim Moniz”, de Antonio Castilho (1800-1875), personagem histórica portuguesa integrante da conquista de Lisboa.

5.2.4 Fatos históricos

O segundo elemento constitutivo do plano histórico português assimilado na antologia são os fatos históricos. Na obra, identificamos um diminuto grupo

de quatro excertos que tratam de fatos relacionados a história da nação portuguesa, a esse núcleo temático intitulamos tema IV – fatos históricos. Os fragmentos que compõem esse grupo estão apresentados na tabela 14.

Tabela 14 – tema IV: fatos históricos

Título	Autor	Tema
Portuguezes colonizadores	Latino Coelho (1825-1891)	Elogio à inclinação colonizadora dos portugueses.
O sebastianismo	(Joaquim Pedro de) Oliveira Martins (1845-1894)	Misticismo messiânico ao redor do Sebastianismo; o mito como lugar de refúgio para o fracasso dos portugueses.
O terremoto de Lisboa	(Joaquim Pedro de) Oliveira Martins (1845-1894)	Ascensão do marquês de Pombal após o desastre do terremoto em Lisboa (1855-1860).
Ultimo serão	Pinheiro Chagas (1842-1895)	História das sucessões do trono português no século XIX, a partir de D. João VI; a implantação da constituição em Portugal.

Fonte: Ribeiro (1917 [1894]).

Em seu conjunto, todos os excertos citados são de escritores portugueses. Esse aspecto explica, de certa maneira, por que nos fragmentos ecoam valores épicos sedimentados acerca da história e de elementos históricos de Portugal. Exemplo disso são os excertos: “Portuguezes colonizadores”, de Latino Coelho (1825-1891), elogio à inclinação colonizadora dos portugueses; “O terremoto de Lisboa”, do mesmo escritor, discute ascensão do marquês de Pombal após o terremoto de Lisboa entre 1855 e 1860; e “Ultimo serão”, de Pinheiros Chagas (1842-1895), que trata da história das sucessões do trono português no século XIX.

O único excerto que se distancia do tom de elogio é “O sebastianismo”, de Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), que apresenta leitura crítica do misticismo acerca do Sebastianismo, configurando o mito como espaço de refúgio para o fracasso português. Porém, não anula contesta a narrativa histórica portuguesa.

A presença tímida de dois núcleos temáticos da obra indicia a força que elementos da cultura e história portuguesa continuaram exercendo na esfera da educação, principalmente da Primeira República. Além disso, devemos considerar que, por um lado, o autor da obra estava vinculado ao Colégio Pedro II, que mesmo após a queda do Império ainda representava a cultura imperial; e, por outro, a publicação não se propunha a ser uma antologia exclusivamente brasileira. Apontando, assim, a presença de um certo conservadorismo histórico nessa antologia escolar.

5.3 Títulos dos excertos de *Autores Contemporâneos*: emoldura axiológica

Nesta seção, analisamos a seleção do repertório temático de *Autores Contemporâneos* (1917 [1895]) sob a perspectiva dialógica da valoração. Nosso objetivo: compreender, no nível da seleção do conteúdo, quais os valores ideológicos foram disseminados no projeto didático da obra. Para alcançar essa finalidade, concentramos nossa análise nos elementos constitutivos da orientação interna do gênero antológico escolar na realidade: título do fragmento e o tema nele inscrito; e elementos linguísticos que expressam os valores ideológicos dos temas. Considerando a representatividade dos excertos constitutivos dos dois primeiros núcleos temáticos no projeto didático da obra, concentraremos nossa análise nessa díade temática: I) prosa literária; e II) crítica histórica.

Assim como procedemos nas análises em *Iris Classico* (1873 [1859]), também nos embasamos nas discussões de Volóchinov (2017) acerca do discurso direto preparado. Retomando as discussões do capítulo anterior, vimos que esse tipo de discurso trata-se daquele que antecipa ou esclarece algo acerca do discurso citado, nesse sentido, defendemos que os enunciados constitutivos dos títulos dos excertos citados podem ser vistos como uma das formas de discurso direto preparado, uma vez que antecipa e focaliza o tema a ser tratado.

Também acreditamos que outra função desempenhada por esses títulos na obra é a de emoldura da palavra alheia (Bakhtin, 2015 e Volóchinov, 2017), uma vez que cria um fundo perceptivo/valorativo para o discurso citado. Assim, tendo em vista que os valores ideológicos inscritos nos enunciados dos títulos dos excertos citados expressam os valores ideológicos constitutivos dos eixos

temáticos e do projeto didático da obra, compreendemos que esses enunciados também tratam-se de molduragens axiológicas.

Diante dessa compreensão, mais uma vez nos apoiamos em aspectos dos estudos da gramática funcional de usos da língua portuguesa proposta por Neves (2000). A nosso ver, é uma abordagem linguístico-discursiva que se harmoniza com uma perspectiva analítica da língua portuguesa enquanto enunciado, assim, nos concentramos na análise da materialidade linguística dos enunciados dos títulos dos excertos citados. Tivemos em vista a construção de sentido produzida a partir dos aspectos semântico-discursivos de elementos linguísticos do conjunto do enunciado, que, no nosso ponto de vista, materializam os valores ideológicos constitutivos dos discursos de cada eixo temático e sustentam o projeto didático da obra.

5.3.1 Valoração elementos composicionais da prosa literária

A partir das análises realizadas no subcapítulo anterior, vimos que o plano de *Autores Contemporaneos* (1917 [1895]), para a consolidação de uma identidade nacional, alicerçou-se nos seguintes elementos: literatura e história. Os dois primeiros elementos, que estão intrinsecamente ligados, são constitutivos da concepção normativa de língua portuguesa estabelecida pelo autor da obra, a qual compreendemos tratar-se de uma língua literária nacional contemporânea, variante linguística registrada em fragmentos de textos, em prosa, de escritores do século XIX. Nesse aspecto, a prosa contemporânea foi representada por narrativas da esfera literária do Oitocentos, principalmente às produções advindas do Romantismo, movimento literário característico das manifestações em favor da construção de identidades nacionais.

Ao longo da antologia, identificamos um grupo de trechos em que seus autores focalizaram em elementos característicos da construção composicional do trecho da prosa literária citada como: descrição de personagens, de paisagens, comportamentos, valores sociais, narração de suspense, crítica literária. A esse grupo temático atribuímos o título *prosa literária*, uma vez que ela se torna o próprio tema dos excertos. Desses, citamos novamente: “O Paraíba”, “Emília”, “Camara nupcial” e “Cecilia”, de José de Alencar (1829-1877); os contos populares “A raposa e a cegonha”, “O kagado e o teyú” e “A mochila

de ouro”; “Travessura”, de Manoel Antonio de Almeida (1830-1861); “O passado”, de Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882); “Duende”, “O architecto”, “Conquista da Hespanha”, “Castello de Faria”, de Alexandre Herculano (1810-1864); “Paizagem”, de Raul Pompeia (1863-1895); “Santarém”, de Almeida Garret (1799-1854); “Um milagre”, de Eça de Queiroz (1845-1900); “O velho senado”, de Machado de Assis (1839-1908).

A leitura desses enunciados, que moldura e enquadra o tema abordado nos excertos citados desse eixo temático, revela uma precisão na escrita dos títulos. Tal objetividade é construída através do uso de sintagmas nominais curtos, cujo núcleo é representado por um substantivo (NEVES, 2000) e que, à primeira vista, cria um fundo perceptivo relativamente neutro para o trecho citado. Nesses enunciados, a principal função semântico-discursiva dessa classe dos nomes é focalizar no objeto de sentido do trecho: personagem (“Emilia”, “Cecilia”, “A raposa e a cegonha”, “O kagado e o teyú”, “Duende”, “O architecto”, “O velho senado”); ambiente da narrativa (“O Paraíba”, “Castello de Faria”, “Paizagem”, “Santarém”), fato narrado (“Travessura”, “O passado”, “Conquista da Hespanha”, “Um milagre”).

Numa leitura mais atenta dessa coletânea de títulos, percebemos que essa construção enunciativa, na qual elementos composicionais da prosa são protagonistas, revela ser a composição literária o principal tema dos excertos. O valor ideológico constitutivo dos temas desses títulos incide na concepção de língua nacional e contemporânea, cujo modelo são as composições da prosa literária. Logo, uma concepção linguística de base literária, primeiro pilar do projeto didático dessa antologia escolar.

5.3.2 Valoração da própria história

O segundo elemento incorporado ao plano didático da obra, que focaliza na construção de uma identidade nacional brasileira, é a história. Ao longo da antologia, identificamos um grupo de fragmentos, retirados de textos das esferas jornalística e historiográfica, em que escritores tratam de estabelecer crítica acerca questões sociais e históricas constitutivas Brasil. Núcleo temático o qual denominamos *crítica histórica*.

As análises dos enunciados dos títulos dos excertos desse eixo temático também revelam que os títulos atribuídos pelo autor são concisos e construídos mediante sintagmas nominais curtos, que, igualmente, apresentam como núcleo um substantivo. Esses nomes, por sua vez, referem-se, em sua maior parte, a elementos da história política e social do Brasil. Além disso, com exceção de “Má fé dos colonizadores”, de Visconde de Cayrú (1756-1835), em que se identifica uma valoração negativa, por meio da expressão adjetiva “má fé”, acerca de um grupo social, representado pelo adjetivo substantivado “colonizadores”, os enunciados não revelam explicitamente valores ideológicos constitutivos dos temas tratados, nem o posicionamento do autor a respeito desses. A emoldura dos enunciados títulos cumpre a função de situar o leitor acerca do foco do assunto, criando um fundo perceptivo relativamente neutro para o trecho.

Ao analisarmos a seleção de temas integrantes do repertório temático em tela, identificamos o predomínio daqueles em que os escritores, exclusivamente brasileiros, trataram de fatos históricos relacionados ao Brasil em dois eixos interligados: histórico-social e histórico-político. Através do protagonismo de elementos constitutivos dos temas dos excertos desses eixos que podemos alcançar os valores ideológicos convocados pelo autor na constituição do projeto didático da sua obra.

No primeiro eixo, João Ribeiro incorpora sujeitos e questões sociais muitas vezes silenciados nos livros escolares até então como: “Sobre os escravos”, de Tavares Bastos (1839-1875), no qual o escritor critica a marginalização imposta aos escravos; “Quilombo dos Palmares”, de Ignacio Accioli (1808-1865), em que o quilombo é caracterizado como uma sociedade e se combate a sua destruição; “O civilisamento dos Índios”, de Padre Joaquim Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821), no qual é criticado o processo de civilização dos indígenas; “As condecorações”, de Salles Torres Homem (1812-1876), desaprova o modo de ascensão social no Império em que as condecorações eram alcançadas via favores.

No segundo eixo, o autor focaliza em fatos históricos relacionados à esfera política. São exemplos representativos: “Guerra do Paraguai”, em que seu autor, Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha (1827-1903), critica o fracasso político dessa guerra para o Brasil e a omissão dessa derrota como um gesto de protecionismo; “Resultados da guerra holandesa”, Varnhagem (1816-

1878) defende que a presença dos holandeses em solo brasileiro proporcionou um desenvolvimento comercial através da exportação do açúcar; “Depois da abdicação”, Justiniano J. da Rocha (1812-1862); “Milícia estrangeira”, Evaristo da Veiga (1799-1837) adverte quanto ao perigo proporcionado pela violência praticadas pelas tropas alemãs e irlandesas contra os brasileiros.

O autor citou também dentro desse eixo, trechos cujo foco foram conflitos internos, embargados nos livros escolares: “A revolução pernambucana”, de José Luiz Mendonça (17?-18?), trata do direcionamento político republicano defendido e antecipado pela revolução pernambucana; e “Sublevação do povo no Maranhão”, de João Francisco Lisbôa (1812-1863), discute acerca da força do povo maranhense alcançada na revolta contra os jesuítas.

Em “Os conquistadores”, de Gonçalves Dias (1823-1864), o destaque para a crueldade desses para com os indígenas; “A abdicação de D. Pedro I”, de Antonio Meneses V. de Drummond (1794-1874), questionam-se se os fundamentos dessa abdicação, de maneira que a figura heroica do seu protagonista é interrogada; “A bandeira da monarquia”, de Candido Mendes de Almeida (1818-1881), defesa por uma bandeira que, em suas cores, representasse as riquezas próprias do país; “Pelo Brasil de 1809”, de Hyppolito da Costa (1774-1823), crítica ao abuso de poder dos políticos no Império; “Um sermão do Padre Antonio Vieira”, de João Francisco Lisbôa, revela a orientação política de Vieira favorável a Portugal em um de seus sermões; “Liberdade da igreja”, de Antonio de Macedo Costa Bispo do Pará (1830-1891), defesa da autonomia da igreja, que sempre esteve atrelada as orientações políticas no Império.

Diante da construção composicional dos enunciados dos títulos desses excertos, observamos uma certa tentativa de neutralidade ideológica, haja vista os títulos não materializam, explicitamente, valores ideológicos dos temas inscritos nos excertos. As axiologias temáticas só são reveladas na inter-relação da seleção dos elementos a que os substantivos dos sintagmas nominais, constitutivos dos títulos (discurso do autor) se referem – na sua maioria elementos constitutivos da história do Brasil – e da abordagem crítica no interior dos fragmentos (discurso do outro). Através dessa inter-relação é possível dizer que o autor busca por meio de um discurso crítico acerca de questões relacionadas a fatos históricos do Brasil, problematizadas por escritores

brasileiros, alicerçar a nacionalidade brasileira, segunda base do projeto didático da obra.

Considerações parciais

A partir das análises dos elementos externos de *Autores Contemporâneos* (1917[1894]), presentes nos gêneros de emoldura, podemos atestar que a obra direcionava-se para três grupos de interlocutores: professores e alunos do Ginásio Nacional, e candidatos inscritos nos exames de preparatórios, esfera educacional constituída pela elite da Primeira República, com que o autor dialoga implicitamente; teórico da filologia românica Reinhardstoettner, a partir de suas ideias linguísticas acerca da formação e desenvolvimento da língua portuguesa com relação a outras línguas românicas, o qual será confrontado pelo autor em afirmações que considera superadas; opositores intelectuais do autor, sobretudo críticos da reforma ortográfica da língua nacional defendida por João Ribeiro e incorporada em parte da sua antologia escolar, com quem também dialoga implicitamente, porém, de forma afiada. Demonstrando que através da obra o autor dialogava com interlocutores para além da esfera educacional.

Nas entrelinhas da polêmica tanto das ideias linguistas de filólogo alemão Reinhardstoettner quanto da reforma ortográfica, estaria o distanciamento entre português de Portugal, língua clássica, e português do Brasil, língua nacional contemporânea. Essa tensão ideológica construída por polêmicas intelectuais em torno da configuração da língua nacional acaba por revelar o posicionamento nacionalista do autor e com isso sua referência de língua nacional, a língua nacional contemporânea.

A compreensão de que a língua nacional contemporânea constitui a identidade vernácula da Primeira República pode ser atestada na coletânea de fragmentos citados. Isto é, quais autores e de quais épocas João Ribeiro legitimou para representar o modelo linguístico-ideológico da língua nacional. Na antologia, vimos uma ascensão de autores brasileiros, concentrados numa contemporaneidade, século XIX, logo, a língua da nascente literatura brasileira. Aí predominam dois grandes temas, *prosa literária* e *crítica histórica*, nos quais se destacaram dois elementos constitutivos do projeto de nação brasileira, *língua* e *história*. Relação dinâmica que se confirmou nas análises linguístico-

discursivas dos títulos dos excertos, aqui também presenciamos um diálogo entre temas dos fragmentos e valorações de elementos da nação brasileira, especialmente língua nacional e história.

As análises realizadas, estabelecemos o diálogo entre elementos do discurso exterior e discurso interior mostram que o projeto didático da obra se constitui pela afirmação de uma língua nacional contemporânea, pelo ângulo da identidade nacional brasileira, constitutiva da coletânea de excertos, compreendida por um acervo linguístico-ideológico e temático-discursivo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Na realidade, um trabalho científico
nunca finaliza: onde acaba um, continua
outro. A ciência é uma unidade que
nunca pode ser finalizada.*
Pavel Medviédev (2012, p.194).

No contexto científico brasileiro, as antologias escolares, um dos gêneros discursivos mais tradicionais da história da educação na Modernidade, especialmente do ensino de língua materna, vem se configurando um relevante tema de pesquisa, principalmente nas áreas da Educação e Linguística e Literatura, com diferentes abordagens teóricas.

A perspectiva teórico-metodológico assumida nesta tese sustentou-se nas reflexões filosófico-discursivas de Bakhtin e o Círculo, nosso principal ângulo de apreensão das antologias escolares como gêneros do discurso. Enfoque teórico que nos possibilitou alcançar nosso objetivo de pesquisa: investigar a construção do projeto didático de antologias escolares do ensino secundário, tomando como *corpora* *Iris Classico* (1873[1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917[1894]), duas obras que circularam em dois encadeamentos histórico-ideológicos concretos, Império Brasileiro e Primeira República, marcados pela construção e afirmação da nacionalidade brasileira. Nesses contextos, em que são convocados elementos simbólicos atuantes na representação da nação, nos concentramos nas reflexões acerca da representação de língua nacional, que, aí concretizadas, mediarão o ensino de língua portuguesa.

Diante da compreensão de que a abordagem da dupla orientação do gênero discursivo na realidade, proposta por Medviédev (2012), compreenderia à inter-relação dinâmica dos elementos exteriores (interlocutores previstos e especificidades das condições de realização e percepção do gênero) e interiores (conteúdo temático) constitutivos dos gêneros, ou seja, da sua totalidade dialógica, entendemos que esse seria um modo pertinente de apreensão dos projetos didáticos das obras. Por sua vez, identificamos que as obras são constituídas por dois grupos de gêneros intercalados: gêneros da emoldura (folha de rosto, carta dedicatória, notas de edição, advertência, preâmbulo, introdução, despedida do coletor, epílogo, índice), responsáveis por

contextualizar e criar, para o interlocutor, um fundo aperceptível da obra; gênero antologia, que abrange uma coletânea de excertos citados – discursos do outro.

Em presença dessa constatação, consideramos que os gêneros da emoldura configuram a orientação exterior da obra e a antologia sua orientação interior. A partir das análises desenvolvidas, confirmamos que os elementos constitutivos da dupla orientação de *Iris Classico* (1873 [1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]) articulam-se de modo dinâmico, isto é, tocam-se em interações dialógicas atuantes na construção da totalidade das obras, e, por conseguinte, dos respectivos projetos didáticos. Isso porque as vozes que as molduram, ou seja, seus elementos exteriores – interlocutores, condições de realização e percepção – orientam e constituem seu discurso interior – coletânea de excertos.

As análises dos gêneros da moldura de *Iris Classico* (1873 [1859]) apontam diálogos que José Castilho estabeleceu com quatro núcleos de interlocutores, que ora estão marcados linguisticamente, ora estão recuperados nos fios dialógicos a partir do conteúdo temático, cujos principais são: mestres e alunos – esses últimos são chamados afetivamente pelo autor de “amiguinhos estudiosos” e “meos meninos” – das escolas brasileiras, vozes da recepção para quem o autor apresenta a obra; imperador D. Pedro II, voz de autoridade, para quem o conselheiro português a dedica; diretores da instrução e pais, vozes da apreciação, para quem Castilho apresenta a recepção da obra, a partir do sucesso de vendas da primeira edição; críticos da obra, vozes polêmicas, com quem ele polemiza acerca do purismo linguístico, representado no clássico da língua, adotado na composição da obra.

Conforme observamos, os destinatários não estão concentrados apenas na esfera educacional secundária, nesse sentido, podemos dizer que a obra dialoga com um contexto sócio-histórico mais amplo. Tais diálogos que envolvem a produção da obra proporcionam à sua contextualização, de maneira que configuram as especificidades das condições de realização e percepção desta antologia escolar. Mediante essas interações discursivas, na maioria das vezes polêmicas, o autor vai construindo, para seus interlocutores, um fundo aperceptível da sua obra consoante com objeto central desta produção, a língua clássica, que, presente nos escritos da tradição literária portuguesa,

representaria o modelo de língua nacional do Império brasileiro, logo, objeto de estudos nas escolas.

A aceção purista de língua clássica como caracterizadora da identidade do idioma nacional do Império brasileiro é constitutiva da composição da coletânea de excertos citados (discursos do outro), isto é, da antologia, onde se materializa o modelo linguístico-ideológico de língua nacional do projeto didático da obra. Nessa parte, constatamos que o alicerce antológico-discursivo sustenta-se, em grande parte, na seleção de excertos, em prosa e verso, escritos entre os períodos de dois movimentos literários: Classicismo e Barroco. Estéticas literárias que estão inter-relacionadas com a história da ascensão da nação portuguesa e do período clássico de sua literatura, aspectos que se harmonizam com o perfil clássico, elitista e monárquico de sua principal esfera de circulação, o Colégio Pedro II. Por isso, estabelecemos relações entre a história da literatura portuguesa com o repertório temático ostensivo da coletânea de excertos citados na obra, o qual compreende-se em quatro grandes temas: i) exaltação à língua portuguesa; ii) exploração de países, povos e costumes ultramarinos; iii) afirmação de princípios cristãos e morais; iv) representação de homens históricos.

Essa metodologia dialógica nos proporcionou atestar que nos quatro pilares temáticos representativos da obra, José Castilho incorporou ao projeto didático da sua obra quatro elementos ideológicos da história da nação portuguesa: primeiro, a consagração de uma língua literária portuguesa, representada em escritos da longa tradição; segundo, o passado histórico glorioso, configurado em narrativas históricas; terceiro, a religião cristã, alicerce para o cultivo dos valores religiosos católicos, éticos e morais, de um povo considerado o escolhido para propagar a fé cristã; e quarto, homens históricos, que simbolizam heróis da história de Portugal. Portanto, trata-se de um repertório temático e linguístico-ideológico europeu.

O levantamento e discussão do repertório temático revelaram o predomínio de excertos de autores religiosos portugueses, em que se firmaram valores da doutrinação moral e religiosa, portanto, a hegemonia de um discurso autoritário. Poderio indicativo da força que tal discurso representou na constituição desse gênero escolar e no ensino de língua materna, característica identificada desde as primeiras antologias escolares, conforme discutimos no capítulo I. Além disso, demonstra também a expressividade, no projeto didático

da obra, do discurso moral e religioso cristão de dois dos seus principais representantes, os Padres Manoel Bernardes (1644-1710) e Antonio Vieira (1608-1697).

A análise nos títulos dos excertos, que funcionam como molduragens axiológicas criadas pelo autor da antologia, evidencia a presença de valores ideológicos europeus que disseminados ao longo da obra constitui bases do seu projeto didático. Essas valorações intercaladas nos quatro eixos temáticos predominantes na obra configuram os seguintes discursos: i) discurso epidítico em torno da língua clássica, mediante exaltação à língua portuguesa; ii) discurso épico, construído a partir de narrativas históricas em torno de um passado glorioso de Portugal; iii) discurso religioso católico, desenvolvido através da afirmação de princípios cristãos e morais; iv) discurso heroico portugueses, estabelecido por meio da representação de homens históricos.

Considerando que um dos interlocutores presumidos da obra eram jovens estudantes da escola secundária brasileira do Império brasileiro, a coletânea de excertos é constituída numa tensão em que a constituição da identidade linguística do eu (estudante brasileiro) se dá pela língua clássico-literária do outro (cânone português). Nesse sentido, análises revelaram o projeto didático da obra: afirmação de uma língua nacional clássica, pelo prisma da identidade nacional portuguesa, presente na coletânea de excertos citados, compreendida por um acervo linguístico-ideológico e temático-discursivo europeu.

Em *Autores Contemporaneos* (1917 [1894]), as análises dos gêneros da emoldura demonstram que o autor dialogou com três grupos de interlocutores: professores e alunos do Ginásio Nacional (e demais escolas que a adotaram) e candidatos aos exames de preparatórios, vozes da recepção, com quem o autor dialoga implicitamente; filólogo romanista Reinhardstoettner, de quem discorda acerca de ideias linguísticas que considera superadas; críticos intelectuais, a quem João Ribeiro confronta acerca da sua posição favorável à polêmica reforma ortográfica da língua portuguesa. As entrelinhas desses embates revelaram que a obra orientava-se num contexto polêmico, cuja pivô era, mais uma vez, a língua nacional. Aqui também foi possível identificar o posicionamento nacionalista do autor frente à concepção de língua nacional empregada à sua obra, cuja referência não era a língua clássica, ou seja, da longa tradição portuguesa, mas sim a língua portuguesa do Brasil, que, presente

nos escritos de autores brasileiros da contemporaneidade do século XIX, representaria a língua nacional da Primeira República, portanto, a língua a ser estudada nos colégios.

Essa acepção implicou na constituição da coletânea de excertos citados. Nessa seleção de discursos do outro, vimos que o pilar antológico-discursivo foi composto por trechos em prosa, principalmente de autores brasileiros, do século XIX. Muitos desses fragmentos são oriundos de romances do Romantismo brasileiro, estética literária inter-relacionada à construção da identidade nacional brasileira, na qual tem em José de Alencar, o principal promotor da língua brasileira. Não por acaso, é o autor mais citado na antologia, indicando que um dos pilares da obra foi a afirmação da nacionalidade brasileira, caráter nacional constitutivo do contexto político republicano em que a obra foi produzida e circulou.

Na afirmação desse discurso nacionalista, o autor privilegiou dois elementos constitutivos do projeto de nação: a literatura e a história, os quais estão representados nos dois primeiros núcleos temáticos que se mostraram ostensivos na obra: i) *prosa literária*, na qual se buscou estabelecer uma concepção normativa de língua portuguesa: língua literária nacional contemporânea; e ii) *crítica histórica*, em que através da incorporação de elementos e questões histórico-sociais e histórico-políticas relacionadas ao Brasil intentou-se a afirmação de uma nacionalidade brasileira.

Destacamos também que a maioria dos temas tratados nos textos eram espacial e temporalmente mais próximos dos seus interlocutores: alunos do ensino secundário brasileiro, elite masculina urbana da República do século XIX e meados do século XX. Ou seja, daqueles que constituiriam os futuros funcionários públicos, políticos, intelectuais, advogados, engenheiros, médicos. Portanto, trata-se de um repertório temático e linguístico-ideológico brasileiro, nesse sentido, podemos considerar que houve uma tentativa de aproximar o olhar do interlocutor da obra para aspectos histórico-sociais e histórico-políticos do seu próprio país, ou seja, uma relação valorativa do eu-para-mim-mesmo.

A análise dos enunciados dos títulos dos excertos, empreendida dialogicamente, reflete e confirma a presença de valores ideológicos de consagração à nacionalidade brasileira e dois de seus elementos ideológicos, a literatura e a história. Nessa conjunção analítica, os resultados revelam o projeto

didático da obra: afirmação de uma língua nacional contemporânea, sob a ótica da identidade nacional brasileira, constitutiva da coletânea de excertos, compreendida por um acervo linguístico-ideológico e temático-discursivo brasileiro.

Todos aspectos composicionais *Iris Classico* (1873 [1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917[1894]) convergem para a construção de um discurso autoral hegemônico na concepção do projeto didático das obras. Característica que parece ser incompatível com a tendência dos gêneros intercalados, conforme tratou Bakhtin (2013 e 2015). Para ele, os gêneros intercalados tendem a heterodiscursividade no sentido de que integram diferentes linguagens, discursos e vozes sociais. Essa característica refratada na antologia escolar demonstra que o aspecto composicional da intercalação é insuficiente para garantir a heterodiscursividade na obra. Será que fato semelhante não ocorre com os atuais livros didáticos? Questões para futuras pesquisas.

Após a compreensão de que as obras apresentam projetos didáticos distintos particulares chegamos a algumas conclusões, que nas cadeias da comunicação discursiva certamente provocarão outras responsabilidades, ou seja, as conclusões são composicionais, mas não temáticas, pois conforme a epígrafe dessa seção: “Na realidade, um trabalho científico nunca finaliza: onde acaba um, continua outro. A ciência é uma unidade que nunca pode ser finalizada” (Medviédév, 2012, p.194). Assim, os resultados da pesquisa demonstram semelhanças e dessemelhanças nas construções dos projetos didáticos das antologias escolares.

No que tange à defesa dos autores acerca da concepção de língua nacional constitutiva da obra, constatamos em ambas as antologias escolares a presença de um discurso hegemônico (imposição) em torno da preservação da integridade da língua (defesa), em que a norma das variantes linguísticas de prestígio utilizadas por um seleto grupo de autores representaria a língua nacional, assim deixando pouco espaço para a legitimidade das diferenças linguísticas e culturais. *Iris Classico* (1873[1859]) é organizada a partir da seleção de melhores excertos em prosa e em verso de autores portugueses dos séculos XVI e XVII, portanto, sua concepção é de língua nacional clássica, convergente à “vernaculidade”, purismo linguístico. *Autores Contemporaneos* (1917[1894]) é organizada a partir da seleção de melhores fragmentos em prosa do século XIX,

com ascensão de autores brasileiros, logo, uma acepção de língua nacional contemporânea. De todo modo, a concepção de língua dessas obras é construída a partir de vozes de poder centralizadoras, forças centrípetas, que visam a resistências de outras variantes que não as legitimadas pelos autores.

A partir dessas diferentes acepções conceituais em torno da língua nacional, confirmamos que as afirmações das identidades linguístico-discursivas recaíram na exploração da relação existente entre língua e literatura. Em *Iris Classico* (1873[1859]) identificamos uma identidade linguístico-ideológica europeia, a qual é assimilada a partir da leitura de textos, sobretudo literários, de autores portugueses que utilizam em seus escritos a língua nacional clássica e que, portanto, são modelos a serem seguidos. Em *Autores Contemporaneos* (1917[1894]), evidencia-se uma identidade linguístico-ideológica europeia, cultivada através da leitura de textos literários e não literários de autores brasileiros que empregaram nos textos a língua nacional contemporânea, modelo vernáculo.

No que concerne ao mecanismo de regulação da língua nacional utilizado pelos autores para ensinar a leitura dos excertos literários e não literários como bem cultural, identificamos que os autores recorreram a dois jogos da sustentação de um ideal identitário linguístico. Em *Iris Classico* (1873[1859]), José Castilho recorreu ao discurso purista em que se concebe a existência de uma herança linguística escrita comum ao Brasil e a Portugal. Já em *Autores Contemporaneos* (1917[1894]), João Ribeiro rompe com esse discurso, recorrendo ao discurso nacionalista romântico, no qual se compreendeu que, a partir da configuração de uma literatura própria o país apresentava uma língua nacional igualmente própria.

A singularidade constitutiva de *Iris Classico* (1873[1859]) e *Autores Contemporaneos* (1917[1894]) coaduna-se com as reflexões de Bakhtin e o Círculo, de que os gêneros do discurso são relativamente estáveis e, constituído na tensão, estão sempre orientados para a vida. Sob os olhos de duas antologias escolares do ensino secundário brasileiro do Império e da Primeira República é possível constatar que no grande tempo da cultura escolar, o ensino de língua materna vem se sustentando numa concepção autoritária de língua nacional, na qual a diversidade das vozes sociais é sistematicamente silenciada.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. (Org.) **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, ABL, São Paulo: FAPESP, 2000.

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGRANÇA, Aníbal Francisco Alves; ABREU, Márcia. (Orgs.). **Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 41-66.

ALAGOAS. **Correspondência do diretor-geral de instrução publica de Maceió Luiz Antonio Moreira de Mendonça**. Jan. de 1872. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16457>> Acesso em: 01 jun. 2016.

AMARAL, Flavia Vasconcellos. **A guirlanda da sua Guirlanda Epigramas de Meleagro de Gadara**: tradução e estudo. 2009. 243f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I**. A estilística. Tradução, Prefácio, Notas e Glossário: Paulo Bezerra. Organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, Tradução, Posfácio e Notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo, Editora 34, 2016a.

BAKHTIN, Mikhail. O texto na linguística, na filologia e outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica. In: _____. **Os gêneros do discurso**. Organização, Tradução, Posfácio e Notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo, Editora 34, 2016b.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: das origens à 1889. 3.ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

BATISTA, Antônio Augusto. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia. **Leitura, História e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

BITTENCOURT, Agueda Bernadete. O livro e o selo: editoras católicas no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v.25, n. 1, p117-137, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v25n1/v25n1a07.pdf>> Acesso em: 26 ago. 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios de livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p.

475-491, set./dez. 2004. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a08v30n3.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. 1992. 372f. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

BORGES, Joana Junqueira. **José Feliciano de Castilho e os epigramas de Marcial no século XIX**: Ensaio de história da tradução. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

BRAGANÇA, Aníbal Francisco Alves. A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. In: _____. (Org.). **O Rei do Livro**: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2016.

BRAGANÇA, Aníbal Francisco Alves. Antônio Isidoro da Fonseca e frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores. In: BRAGANÇA, Aníbal Francisco Alves; ABREU, Márcia. (Orgs.). **Impresso no Brasil**: Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 25-40.

BRAGANÇA, Aníbal Francisco Alves. **Eros pedagógico**: a função editor e a função autor. 2001. 225f. Tese (Doutorado em Jornalismo). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2001.

BRAIT, Beth. Leituras, significações, efeitos de sentido. **Líbero**, São Paulo, v.6, n.11, p. 37-43, 2004.

BRASIL. MINISTERIO DO IMPERIO. Ministro Luiz Pedreira de Coutto Ferraz. **Relatorio do anno de 1855 apresentado a assemblea geral Legislativa na 4ª sessão da 9ª legislatura**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856.

BUNZEN, Clécio. **Livro didático de Língua Portuguesa**: um gênero do discurso. 2005.168f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BUNZEN, Clécio; ROJO, Roxane. Livro didático de português como gênero do discurso. In: COSTA VAL, Maria da Graça; MARCUSCHI, Beth. (Orgs.). **Livros didáticos de língua portuguesa**: letramento e cidadania. Belo Horizonte, MG: Ceale/Autêntica, 2008, p. 73 – 119.

CAIRO, Luiz Roberto Velloso. Do Florilégio à Antologia da poesia brasileira da invenção: uma reflexão sobre o paradigma da história da literatura brasileira. **Aletria**: Revista de estudos de literatura. Belo Horizonte, V. 3, p. 43-53, out. 1995. Disponível em:
<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/issue/view/87>> Acesso em: 30 out. 2016.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **As ideias gramaticais de João Ribeiro**. Palestra na Academia Brasileira de Filologia. 27 ago. 1960. p. 22-35.

Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/letras/article/viewFile/19880/13106>>
Acesso em: 16 maio de 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)**. São Paulo: EDUSP/Livraria Kosmos Editora, 1993.

CAMPOS, Maria Inês Batista; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de. Antologia escolar brasileira do século XIX: a presença do autor no preâmbulo. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 1476-1491, out. 2016. ISSN 1984-8412. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n3p1476>>. Acesso em: 19 dez. 2016. doi:
<https://doi.org/10.5007/1984-8412.2016v13n3p1476>

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira** (Momentos Decisivos). V. 2. 6.ed. Belo Horizont: Itatiaia, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1836)**. V.1. 4.ed. São Paulo: Martins, 1971.

CARONE, Edgard. **A primeira República: texto e contexto**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.
CARVALHO, Joaquim. História das instituições e do pensamento político. In: _____. **Obra completa**. Vol. 6. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CENTENO, Carla Villamaina. O compêndio de História do Brasil – curso superior de João Ribeiro: análise sob a perspectiva da organização do trabalho didático. **Acta Scientiarum Edudaction**. Maringá, v.35, p.169-178, Jul./Dez. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Agildo/Downloads/20340-92911-1-PB.pdf>>.

COLÉGIO PEDRO II. **História do CP II**. Disponível em:
<http://www.cp2.g12.br/historia_cp2.html> Acesso em: 24 jan. 2018.

COMENIUS, Iohannis Amos. **Didáctica Magna**. Introdução, tradução e notas de Joaquim Ferreira Gomes. Versão para ebook e Ebooks Brasil. 2001.
Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/didaticamagna.pdf>>
Acesso em 23 fev. 2018.

CORDEIRO, A. X. R. José Feliciano de Castilho. **Occidente**: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. Lisboa, Portugal, 15 de mar. de 1879. N. 30, v. 02, p. 43 – 36. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1879/N30/N30_item1/P1.html> Acesso em: 27 de maio 2016.

CORRÊA, C. H. A. **Circuito do livro escolar**: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852 – 1910).

2006. 252f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. Volume 1, tomo 2. Rio de Janeiro: Editora Sul América, 1956.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. **O Imperial Colégio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DOMINGUES, Agostinho de Jesus. **Os clássicos latinos nas antologias escolares dos jesuítas nos primeiros ciclos de estudos pós-elementares no século XVI em Portugal**. 471f. 2002. Tese (Doutorado em História Moderna). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

ESCRAGNOLLE DÓRIA, Luiz Gastão de. Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo. **Comemorativa do 1º Centenário do Collegio de Pedro Segundo**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos em Pesquisas Educacionais, 1997. Disponível em:

<<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002134.pdf>>>

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

FARIAS, Washington Silva de. **Sentidos da língua e do sujeito a ensinar-aprender no Brasil: o discurso da coleção Novo Manual de Língua Portuguesa F.T.D. (1909-1943)**. 2010. 282f. Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, 2010.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FIORIN, José Luiz. Para uma história dos manuais de português: pontos para uma reflexão. In: **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v.2, n.4, p. 151-161, 1º sem. 1999. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10283/0>> Acesso em 21 out. 2016.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. Tradução de Cláudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **Divulgação científica: linguagens, esferas e gêneros**. 332f. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/8/tde-04112015-181038/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Império Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

HALLEWELL, Laurence. **O livro No Brasil (sua história)**. Tradução de Maria da Penha Vilalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1985.

HANSEN, Patrícia Santos. **Feições & Fisionomias**: A História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Cleia Paoli e Anna Maria Quirino. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOUAISS, Antônio. et. al. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUAISS, Antonio. João Ribeiro Redivivo. Prefácio. RIBEIRO, JOÃO. **Língua Nacional e outros estudos linguísticos**. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.

LAJOLO, Marisa. **Usos e abusos da literatura na escola**: Bilac e a literatura escolar na Primeira República. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAM, Regina. **Formação da leitura no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita**: livro e leitura no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LEÃO, Múcio. **João Ribeiro**: ensaio bibliográfico. Rio de Janeiro: publicações da Academia Brasileira de Letras, 1954.

LUCCHESI, Dante. **Língua e Sociedade partidas**. A polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados**. Lisboa: Editorial Confluência, 1952.

MARROU, Henri-irénée. **História da educação na Antiguidade**. Tradução de Mário Leônidas Casanova. São Paulo: EDUSP, 1966.

MARTINS DE JESUS, Carlos Alberto. Meleagro e linguagem das flores. Tradução comentada de AP 4.1. **Organon**, Porto Alegre, v. 31, n.60, p. 171-186, jan./jun. 2016. Disponível em:

<<<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/44979/1/58326-268669-1-PB%20%281%29.pdf>>> Acesso em: 12 mar. 2018.

MEDVIÉDEV, Pavel. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Trad. Sheila Grillo e Ekheterina Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

MINDLIN, José. Introdução. Impressão Régia: seu significado e suas realizações. In: In: BRAGRANÇA, Aníbal Francisco Alves; ABREU, Márcia. (Orgs.). **Impresso no Brasil**: Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 19-21.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. 33. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2005.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira**: Romantismo, Realismo. Volume 2. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1984.

MOREIRA, Vivaldi. No centenário de João Ribeiro I. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 12 maio. Caderno 3. s.p. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Tematico&PagFis=24138>>

MORSON, Gary Saul; EMERSON, Caryl. **Mikhail Bakhtin**: criação de uma prosaística. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NEVES, Lúcia Maria Bastos; MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. 2ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo, Editora da UNESP, 2000.

NISKIER, Arnaldo. **História da educação brasileira**: de José de Anchieta aos dias de hoje: 1500-2010. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2011.

NORONHA, José Feliciano de Castilho Barreto e (Ed.). **Iris**. Periodico de Religião, Bellas-artes, Sciencia, Lettras, Historia, Poesia, Romance, Noticias e Variedades. Collaborado por muitos homens de lettras. Rio de Janeiro, primeiro semestre de 1848. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/iris/823325>> Acesso em: 27 de maio 2016.

NORONHA, José Feliciano de Castilho Barreto e. **Orthographia portugueza e missão dos livros elementares**; correspondencia official, relativa ao Iris Classico. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. e Livraria de B. X. Pinto de Sousa, 1860.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Presidentes e vice-presidentes que administravam a província da Bahia durante o período Imperial. **HISTDBR**.

Faculdade de Educação da UNICAMP. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/2_Pombalino/pr esidentes_provincia_bahia_periodo_imperial.htm>

NUNES, Antonietta de Aguiar. A educação na Bahia Imperial (1823-1889). In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos. (Orgs.). **História da educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008, p. 121-159.

O GLOBO. Cultura, Grandeza de Espírito e Idealismo, os traços de João Ribeiro. **O GLOBO**, Rio de Janeiro 23 jun. 1960 (?). s/p. Disponível em: <<https://pesquisajoaoribeiro.files.wordpress.com/2014/04/o-globo-23-de-junho-de-1960-centenc3a1rio.jpg>> Acesso em: 02 ago. 2018.

OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de Oliveira. Discurso autoritário no Prefácio da Anthologia Nacional: emolduragem dialógico-discursiva In: CAMPOS, Maria Inês Batista; SOUZA, Geraldo Tadeu. **Mídia, discurso e ensino**. São Paulo: FFCLH-USP, 2018a, p. 31-52.

OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de Oliveira. Relações dialógicas na pesquisa em Ciências Humanas: análise de uma seleta escolar oitocentista. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandre Marques; RABELO, Douglas; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. (Orgs.). **Discurso e Identidade**: múltiplos enfoque. São Paulo: FFCLH-USP, 2018b, p. 255-270.

OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de Oliveira. Tema e Língua em antologias escolares do século XIX: dialogando com os prefácios. In: AZEVEDO, Isabel Cristina Michelin de. **Linguagens em diálogos**: reflexões bakhtinianas em diferentes perspectivas. São Cristóvão: Editora UFS, 2017, p. 39-60.
PANIZZOLO, Claudia. A Série de Leitura Puiggari-Barreto: 'escrita por pena de mestre, inspirada por alma de criança'. **Linha Mestra** (Associação de Leitura do Brasil), v. VIII, p. 2589-2592, 2014. Disponível em: <<https://linhamestra24.wordpress.com/artigos/>> Acesso em: 22 dez. 2016.

PANIZZOLO, Claudia. **João Köpke e a escola republicana**: criador de leituras, escritor da modernidade. 359f. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

PANIZZOLO, Claudia; ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. Civilizar para a leitura, civilizar pela leitura: um estudo sobre os livros de leitura de João Köpke. **Leitura**. Teoria & Prática, v. 58, p. 1899-1907, 2012. Impresso.

PFROMM, Samuel; ROSAMILHA, Nelson; DIB, Cláudio Zaki. **O livro na educação**. Brasília: PRIMOR/MEC, 1972.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. A Antologia Nacional e a ascensão do Português no currículo da escola secundária brasileira. **Educação em Revista (UFMG)**. Belo Horizonte, v. 35, p. 59-71, 2002. RTF. Acesso em: 20 dez. 2016.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. A história literária e a formação de leitores. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**. São Paulo, v. 2, p. 79-85, 1994.
<Disponível em:
<<http://revista.abralic.org.br/downloads/revistas/1450309658.pdf>> Acesso em:
20 dez. 2016.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. A Livraria Francisco Alves e a Expansão da Escola Pública em São Paulo. In: BRAGANÇA, Aníbal. (Org.). **Rei do Livro: Francisco Alves na História do Livro e da Leitura no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2016, p. 79-106.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. A nação na ponta da língua: a ascensão da língua e da literatura nacional no currículo da escola secundária brasileira. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Org.). **Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas**. Campinas: Alínea Editora, 2004, p. 59-71.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. **Antologia Nacional [1895 – 1969]: Museu literário ou doutrina?** 163f. 1992. Dissertação (Mestrado Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. História da disciplina Português na escola secundária brasileira. **Revista Tempos e Espaços em Educação (UFSE)**. Aracaju, v. 1, p. 43-58, jan./jun. 2010. Disponível em:
<www.seer.ufs.br/index.php/revtee/article/download/2218/1889> Acesso em: 22 dez. 2016.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Imagens de Tomás Antonio Gonzaga no século XIX. **Horizontes**. Bragança Paulista, São Paulo, v. 15, p. 223-232, 1997. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/razzini.html>> Acesso em: 20 dez. 2016.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Livro didático e expansão escolar em São Paulo (1889-1930). **Língua escrita (UFMG)**. Belo Horizonte, v. 1, p. 19-43, jan./abr. 2007. Disponível em:
<http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/revista%20lingua%20escrita/LinguaEscrita_1.pdf> Acesso em: 20 dez. 2016.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Livros e leitura na escola brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005, v. 3, p. 100-113.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. **O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e literatura [1838 – 1971]**. 428f. 2000. Tese. (Doutorado em Teoria e História Literária) Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. O Poder dos Livros de Leitura no Início do Século XX. In: MORTATTI, Maria do Rosário; FRADE, Isabel Cristina Alves da

Silva (Orgs.). **História do ensino de leitura e escrita**. São Paulo: Editora da UNESP, 2014, p. 291-313.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (Org.). **Impresso no Brasil**: Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 101-120.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Um compadre do Brasil no século XIX. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 101, p. 125-127, set. 1995. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/15672/10313>> Acesso em: 20 dez. 2016.

RESTAINO, Hilda Cristina. **O ensino de Língua Portuguesa e Literatura na República Velha**: aliados da cultura brasileira ou representantes da tradição? 127f. 2005. Dissertação. (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2005.

RIBEIRO, João. **Correspondência pessoal a Graça Aranha**. 17 jan. 1900. Disponível em: <<https://pesquisajoaoribeiro.files.wordpress.com/2014/04/grac3a7a-aranha-rio-cheiter-17-de-janeiro-de-00.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2018.

RIBEIRO, João. **Correspondência pessoal a José Lino**. 29 nov. 1889. Disponível em: <<https://pesquisajoaoribeiro.files.wordpress.com/2014/04/josc3a9-lins-29-de-novembro-de-89.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2018.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portuguesa Curso Superior**: adoptada nos gymnasios e escolas normaes do paiz e “pedagogium”. 19.ed. Com um suplemento de anotações ao texto. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

RIBEIRO, João. Introdução. **Gramatica Portuguesa**: curso superior. 19.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves: 1920.

RIBEIRO, João. Livros didáticos. In: **CRÍTICA**. Volume V (Filólogos). Organização, prefácio e notas de Múcio Leão. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1961, p. 229-236.

ROJO, Roxane. Gêneros de discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao trivium? In: SIGNORINI, Inês; BENTES, Ana Cristina; et al. (Orgs.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008, p. 73-108.

SANT’ANNA, B. de C. L. Publicações inaugurais da imprensa literária brasileira. **TriceVersa**, Assis, v. 4, n.1, p. 03 – 27, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/cilbelc/triceversa/>> Acesso em: 27 maio 2016.

SANTOS, Alda. **Occidente**: Imagens e Representações da Europa. 2009. 159f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Coimbra, 2009.

SARAIVA, António. **História da literatura portuguesa**. 10. ed. Corrigida e actualizada. Porto: Porto Editora, 1996.

SCHNAIDERMAN, Boris. João Ribeiro atual. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.10, p. 65-93, dez. de 1971. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69719>> Acesso em: 25 fev. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 3.reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SENA, Fabiana; BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os compêndios didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no Império. **Educação Unisinos**, São Leopoldo n.16, v.1, p. 36-47, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2012.161.04/768>> Acesso em: jun. 2017.

SERRANI, Silvana. Antologia: escrita compilada, discurso, e capital simbólico. **Alea: estudos neolatinos**. Rio de Janeiro, v.10, n. 2, p. 270-287, jul/dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2008000200008> Acesso em: 27 fev. 2014.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SHUELER, Alessandra Frota. Cultura escolar e instituições escolares no Império brasileiro: notas sobre uma trajetória de pesquisa em História da Educação. In: CURY, Cláudia Engler. et al. **O Império do Brasil**: educação, impressos e confrontos sociopolíticos. São Luis: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015. p. 21-44.

SILVA, Geraldo Bastos. **Introdução à crítica do ensino secundário**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Tomo IV (Suplemento). Lisboa: Imprensa Nacional, 1869.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Tomo IV (Suplemento). Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SILVA, Luiz Carlos André Mangia. **A representação do desejo no epigrama erótico helenístico: estudo do masculino e do feminino nos livros 5 e 12 da Antologia Palatina**. 2008. 265f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

SILVA, M. R. de F. Ovídio e as inovações na elegia latina. **Principia**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 99 – 107, jan./dez. de 2013. Disponível em: <<http://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/principia/article/view/7686/5550> Acesso em: 04 de jun. de 2016.

SOARES, Magda. Concepções de linguagem e o ensino de Língua Portuguesa. In: BASTOS, Neusa Barbosa. **Língua Portuguesa**. Histórias, Perspectivas, Ensino. São Paulo: Educ, 1998.

SOARES, Magda. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor-leitor. In: MARINHO, Marildes (Org.). **Ler e navegar**: espaços e percursos da leitura. São Paulo: Mercado de Letras, 2001. p. 31-76.

SOARES, Magda. Português na escola: História de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos. (Org.). **Linguística da Norma**. 2.ed. São Paulo: 2004, p. 155-178.

TEIXEIRA DE MELLO, J. A. **Ephemerides Nacionaes**: coligidas pelo Dr. Teixeira de Mello e publicadas na Gazeta de Noticias. Tomo I (Janeiro-Junho). Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1881.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n.15, p. 7-23, 2001/2002. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6609/3932>

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol.II: Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005. p.78- 91.

VIEIRA, Bruno. Um tradutor de latim sob D. Pedro II: perspectivas para a história da tradução da literatura Greco-Romana em Português. **Revista Letras**, Curitiba, n. 80, p. 71 – 87, jan./abr. 2010. Disponível em:<http://hdl.handle.net/11449/124891> Acesso em: 01 de abr. 2016.

VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WARDE. Mirian Jorge; PANIZZOLO, Claudia. As fontes do método analítico de leitura de João Kopke (1896-1917). **História da Educação (UFPEL)**. Pelotas, v. 14, N. 30, p. 127-151, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/28915> Acesso em: 22 dez. 2016.

ZILBERMAN, Regina. No começo, a leitura. **Em aberto**, Brasília, ano 16, n. 69, p. 16-29, jan./mar. 1996. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2063/0 > Acesso em: 23 abr. 2015.

ANTOLOGIAS ESCOLARES

AMARAL, Antonio Peixoto do. **Selecta Classica de Prosadores Portuguezes**. 1.ed. Porto: Ernesto e Eugenio Chadron, 1879.

AMARAL, Tancredo do. **Livro de escolas**: anthologia em prosa e verso de escriptores nacionais e extrengeiros. 1.ed. (?). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1913.

AULETE, F. Julio Caldas. **Selecta Nacional**: curso pratico de Litteratura Portugueza. Porto: Empreza Typographica Luzitana, 1906 [1895].

BARKER, Antonio Maria. **Parnaso juvenil**: ou poesias moraes colleccionadas, adoptadas e offerecidas à mocidade. 8.ed. Rio de Janeiro: B.L. Garnier; Paris: Imp. Du Commerce E. MELLIER, 1884.

BARRETO, Arnaldo de Oliveira. **Varios estylos**: selecta de trabalhos literários de autores modernos e contemporâneos. 8.ed. São Paulo: 19?? [1916].

BARRETO, Fausto; LAET, Carlos de. **Anthologia Nacional**: ou collecção de excerptos dos principaes escriptores da língua portugueza do 20º ao 16º século. 3.ed. Rio de Janeiro: G. de Azevedo, 1901 [1895].

BARRETO, Fausto; SOUZA, Vicente de. **Sellecção litteraria de alguns dos principaes escriptores da lingua portugueza**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria J.G. de Azevedo, 1892 [1887].

BARROSO, Carlos. **Alguma cousa sobre varios assumptos**: collecção de descripções uteis aos estudantes. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos 1889.

BERNARDES, Manuel. **Victimas e Heroes**: historias do III século. São Paulo: Oficinas Salesianas, 1894.

BRAGA, Theophilo. **Antologia portugueza**: trechos selectos coordenados sob a classificação dos gêneros litterarios e precedidos de uma poetica histórica portugueza. Lisboa: Universal, 1876.

COELHO, Henrique. **Chrestomathia brasileira**: colecção de paginas e excerptos de prosadores e oradores nacionaes do século 19. 1.ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1920.

CORRÊA, Filippe da Motta d'Azevedo. **Selecta Classica**: ou collecção de trechos extrahidos dos autores clássicos portuguezes. 1.ed.(?). Rio de Janeiro: Agostinho Gonçalves Guimarães & Cia, 1871.

COSTA, Nelson. **Paginas cariocas**: trechos de autores brasileiros sobre a cidade do Rio de Janeiro, destinados aos exercícios de linguagem. 2.ed. refundida e illustrada. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica; Jacintho Ribeiro dos Santos, 1926 [1924].

COUTINHO, Aureliano de Souza. **Collectaneas de auctores clássicos**. Rio de Janeiro: Nicolao Alves, 1877.

DINIZ, Almachio. **Anthologia da lingua vernácula**: organizada como curso de Literatura Brasileira. 1.ed.(?). Salvador: Typ. e Livraria Catilina, de Romualdo dos Santos, 1913.

FILHO, Mello Moraes. **Curso de Litteratura Brasileira**: ou escolha de varios trechos em prosa e verso de autores nacionaes antigos e modernos. 2.ed. Rio de Janeiro: Pinheiros & Cia; B.L Garnier, 1882 [1876].

F.T.D. **Lingua Portuguesa, leituras variadíssimas**. 1.ed. (?) São Paulo: Tip. Siqueira Salles Oliveira & Cia; Francisco Alves Paulo de Azevedo, 1929(?).

F.T.D. **Literatura brasileira**: condições literarias, vultos literarios, correntes literárias. 1.ed. (?). São Paulo: Livraria Francisco Alves; Paulo de Azevedo, 1930.

KÖPKE, João. **Florilegio contemporâneo quinto livro de leitura**: para uso das escolas secundarias. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1912.

KÖPKE, João. **Florilegio contemporâneo**: para uso das escolas secundarias. 2.ed. São Paulo: Grande Livraria Paulista; Editora Miguel Melillo, 1900.

KÖPKE, João. **Quarto livro de leitura para uso das escolas primarias e secundarias**. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves 1909 [1895].

LIVRARIA SALESIANA EDITORA. **Florilegio nacional**: ou selecta de trechos em prosa e em verso dos melhores autores brasileiros e portuguezes. 2.ed. São Paulo: Livraria Salesiana Editora, 1926 [1920].

LIVRARIA SALESIANA. **Collectanea poetica de autores brasileiros e portuguezes**: abrangendo todas as phases literarias inclusive a contemporanea para o curso gynasial e de preparatorios. 1.ed. São Paulo: Livraria Salesiana, 1919.

MIDOSI, Henrique. **Poesias selectas nos diversos generos de composições poeticas, para a leitura, recitação, e analyse dos poetas portuguezes**. 9.ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.

MILANO, Miguel. **Para bem ler e bem recitar**. 1.ed. Rio de Janeiro: Typographia do Globo; A.P. de Souza & Irmão, 1914.

NETTO, Henrique Coelho. **Compendio de litteratura brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Aillaud; Francisco Alves, 1913 [1905].

NORONHA, José Feliciano de Castilho Barreto e. **Iris Classico**: coordenado e offerecido aos mestres e aos alumnos das escholas brasileiras. 1.ed. Rio de Janeiro: Typogaphia Nacional de Eduardo & Henrique Lammert, 1859.

NORONHA, José Feliciano de Castilho Barreto e. **Iris Classico**: coordenado e offerecido aos mestres e aos alumnos das escolas brasileiras. 6.ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional de Eduardo & Henrique Lammert, 1873 [1859].

OLIVEIRA, Alberto de. **Céo, Terra e Mar**: prosa e verso. 1.ed. Rio de Janeiro: Aillaud; Typographia Aillaud & Cia, 1914.

PINTO, Alfredo Clemente. **Selecta em prosa e verso dos melhores auctores brasileiros e portuguezes**. 1.ed. Porto Alegre: Selbach & Mayer, 1883.

PRADO, Guilherme do. **Trechos dos Autores Classicos**: adaptados pelo governo para os exames geraes de preparatorios em 1887. 1.ed. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1887.

RIBEIRO, João. **Autores Contemporaneos**: excerptos de escritores brasileiros e portuguezes do século XIX. 5.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1904 [1894].

RIBEIRO, João. **Autores Contemporaneos**: excerptos de escritores brasileiros e portuguezes do século XIX. 11.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917 [1894].

RIBEIRO, João. **Selecta Classica**. 1.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1905.

ROQUETTE, José Ignacio. **Ornamentos da memoria e exercicios selectos**: para formar o bom gosto e verdadeiro estylo pela lingua portugueza. Rio de Janeiro: Typ. Cosmopolita; B.L. Garnier, 1877 [1849].

SILVA, Innocencio Francisco da. **Pequena Chrestomathia portugueza**: offerecida á mocidade estudiosa. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Cia., 1893 [1850].

WERNECK, Eugenio. **Anthologia brasileira**: selecta em prosa e verso. 12.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

ANEXOS

IRIS CLASSICO

COORDENADO E OFFERECIDO

AOS MESTRES E AOS ALUMNOS

DAS

ESCHOLAS BRASILEIRAS

POR

JOSÉ FELICIANO DE CASTILHO BARRETO E NORONHA

Do Conselho de Sua Magestade Fidelissima ;
 Fidalgo Cavalleiro de Sua Real Casa ;
 Commendador da Ordem Militar portugueza de Christo ;
 Commendador da Ordem de N. sra da Conceição de Villa Viçosa ;
 Commendador da distincta Ordem hespanhola, de Carlos III, do Número ;
 Doctor e Bacharel em ambos os Direitos, Philosophia e Medicina
 pelas Universidades de Coimbra, Paris e Rostock ;
 Presidente da Comissão do Archivo da Torre do Tombo ;
 Tenente-Coronel de Portugal ;
 Coronel da República Oriental do Uruguay ;
 Ex-Bibliotecario Mór, e ex-Deputado ás Côrtes portuguezas
 em varias legislaturas ;
 Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa ;
 do Instituto Historico e Geographico Brasileiro ;
 do Instituto Historico e Geographico de Paris ;
 Membro da Sociedade Real dos Antiquarios do Norte ;
 da Academia de Historia, de Copenhague ; do Conservatorio Real de Lisboa ;
 da Sociedade das Sciencias Medicas, de Lisboa ;
 do Conservatorio de Pernambuco ;
 das Sociedades Pharmaceuticas do Norte da Allemanha ;
 de Salzufflen, e de Lisboa ;
 do Instituto Historico e do Conservatorio da Bahia ;
 da Sociedade dos Amigos das letras e artes em S. Miguel ;
 da Associação promotora da educação popular ;
 Membro honorario das Sociedades portuguezas benéficas de Santos
 e do Pará, etc.

SEXTA EDIÇÃO

RIO DE JANEIRO

À VENDA EM CASA DOS EDITORES
 EDUARDO & HENRIQUE LAEMMERT
 68, Rua do Ouvidor, 68

1873

A SUA MAJESTADE
O SENHOR D. PEDRO SEGUNDO
IMPERADOR DO BRAZIL

A vosso augusto pae , Imperial Senhor, devi a mercê de me-escudar com seo preclaro nome á testa de um escripto, que me-franqueou um novo titulo. Beijo as mãos a V. M. por me-consentir ornar com o não menos egregio de V. M. a primeira pagina d'este livro.

Subsidio para a pública instrucção, não podia deixar de ser, como foi, benevolmente accollido pelo soberano sabio, pelo protector nato do seo povo. Com tão assig-nalado favor, accrescentou V. M. ainda os numerosos e indeleveis titulos ao reconhecimento e veneração do

De Vossa Majestade Imperial
admirador reverente e obrigadissimo

José Feliciano de Castilho Barreto Noronha.

DUAS PALAVRAS SOBRE A SEGUNDA EDIÇÃO

RÁPIDO consumo que deram á primeira edição d'este livro, em copia de dez mil exemplares, de duas verdades nos convenceu:

Primeira: que a nossa difficil mas conscienciosa escolha, compilação, e distribuição de trechos classicos, lográra a boa sorte de sahir acertada. (Pescar e enfiar boas perolas em mares tão amplos e turvos, não é dita de que um homem se recuse a si mesmo os parabens.)

Segunda: que o amor e curiosidade do bom falar vernaculo tem muito mais crescido numero de sectarios por este Imperio do que á primeira vista se-figurára.

Nas boas horas saia, pois, reestampado o livrinho, tal como o gosto publico o approvou; e leve

II

aqui por condecoração, que o-nobilita, a declaração de quanto o collector se-ufana com a boa sombra que deram ao seo trabalho muitas das mais conspicuas autoridades litterarias officiaes do Brazil, escriptores da primeira ordem, jornalistas dos mais entendidos e professores dos mais abalisados de instrucção primaria.

De todos estes elementos conspirados em favor do IRIS CLASSICO, tira o editor d'elle, sem vaidade, que fôra descabida, com que endereçar parabens á veneranda e formosa lingua dos nossos paes e dos nossos descendentes. Ha já tantos homemzinhos novos, fiadores do futuro, a quere-rem-lhe, a quererem-n'a, e a aprenderem-n'a com cedo, que bem se-lhe-póde augurar nova era, e muito mais próspera, para dentro em alguns annos.

Floresça, fale, cante, oiça-se, e viva
A portugueza lingua! e já onde fôr,
Segura vá de si, senhora e altiva!

J. F. de Castilho.

CONVERSAÇÃO PREAMBULAR

COM

OS MENINOS ESTUDIOSOS

—
Amiguinhos.

E vos-apraz, philosophemos o nosso pouco. Não me-ha-jaes medo a esta palavra; *philosophar* é simplesmente applicar uma pessoa o seu juizo ao conhecimento das cousas, dos seus *paraquês*, podendo ser, e, podendo ser, dos seus *porquês* também.

Mas sobre que havemos nós de philosophar?— Seja sobre o que nos está mais á mão, que é este nosso livro. Examinemos portanto o que é o nosso livro, o porque se-fez, e o para que se-fez.

Quanto ao que elle é, basta abrir os olhos para o-saber, me-direis vós. Não é tanto assim. Isso, que á vista vem saltando, apparece em commum nos livros todos; e todavia, este livro, como cadaum dos outros, tem sua alma, indole, e genio particular, que só com o tempo e com o estudo se-logram co-

4

nhecer. Também todas as arvores são arvores ; mas umas, creou-as Deus para nos-manterem, outras para nos-curarem, outras para nos-abrigarem e defenderem, outras para nos-vestirem, outras para nos-transportarem por terras e mares : dão umas o incenso, que alevanta aos céos o nosso espirito ; outras parecem só destinadas a florear para alegria da terra ; outras dir-se-hia que nem sequer pensam em nós, senão que se-contentam com existir para aves, insectos, bichinhos, e musgos, multidão innumeravel de entes vivos, para os quaes o Creador fadou que fôsse cadauma d'ellas um universo.

Assim os livros ; e ainda com maior variedade. Os livros, de que ha milhões, figuram selva, com que está coberto, servido, e adornado o mundo dos intendimentos ; mas selva em que não ha dous pés que não diffiram entre si : ha-os medicinaes, como a camphora e a quina ; industriaes, como as arvores de construcção, as do algodão, as da seda ; ha-os nutritivos, como a do pão, a do leite, e as dos pomares ; ha-os, como os cyprestes, melancolicos — e religiosos, como os cedros ; ha-os, como a faia, serviçaes para a musica ; ha-os, que dão armas e maças para a guerra, ou coróas para os festins, ou sombras amenas para os passeios, ou óleos e ceras para luz, ou lenha para conforto das horas inregeladas, ou côres e vernizes para a pintura, ou palmas para os heróes, ou imagens para os altares, ou balsamos para uma especie de immortalidade terrestre aos cadaveres, não falando já em alguns raros, que estilam venenos e exhalam morte, como a mancinnella.

Maravilhosa selva, em realidade, é esta da livraria, em que hoje intraes. Quanto mais n'ella vos-intranhardes, mais ampla a-descobrirêis, mais suave, mais fructifera, mais magestosa, mais inspirativa. Não haverá precisão no vosso corpo, no

5

vosso intendimento, ou no vosso coração, a que de perto ou de longe algum ramo não acuda. Metteis agora o primeiro pé na grande plantação hereditaria do genero humano; todos os seculos e todos os povos trabalharam para ella, e trabalham, e hão-de trabalhar perennemente. Deus sabe se algum de vós, ou muitos, não estarão predestinados a augmentá-la! Sim, que os maiores homens por quem ella tem crescido, tempo houve em que foram tambem meninos, como vós. O seo trabalho, e a diligencia com que se-inriqueceram estudando, foram, abaixo de Deus, de quem o talento procede, as condições com que assim se-tornaram uteis, afamados, e mais contentes por dentro com este produzir para o genero humano, do que os falsos regalões com a sua parvoa e odiosa ociosidade.

Ha sim n'esta já infinita e inextricavel selva das plantações mentaes, muitos que já foram troncos alterosos, mas que o tempo carcomeu, derrubou, e destruiu; muitos que uma vegetação nova e mais valente afogou, e em cujo pó se-arraigaram outras mais viçosas, para tambem lá ao diante perecerem e alimentarem outras; porque o mesmo vai no mundo dos espiritos que no mundo physico: nada apparece, nada avulta, nada brilha, nada produz, que de innumeraveis ruinas se não componha; assim como não ha morte que se não desate em fecundidade. Entre os milhões de livros, os eternos, como os de Moysés, de Homero, de Virgilio, mal se-contam por dezenas; como raras são no mundo vegetativo as arvores millanarias. Quasi todos, porém, na sua mais ou menos longa existencia, aspiram a algum fim bom; e é d'esta omnimoda e universal conspiração, que se-fôrma este ar, cada vez mais vital, que os animos estudiosos recebem a peito cheio, quasi por toda a parte.

Presupposto tudo isto, se me-perguntaes agora o

6

que é o livro que vos-offereço, confessar-vos-hei chãmente que é uma plantinha humilde, disposta e cultivada de proposito para vós, e que, formada de um sem-numero de inxertinhos de grandes e boas arvores, não pensa em se-affrontar com alguma d'ellas, senão que ainda se-uffanará se a-tomardes como ramilhete. Se vos-promettesse eu que d'aqui vos-alimentarieis com fructos de sciencia, enganaravos; se alguma baga miuda tem no fundo das suas flôres, a virtude que se n'ella encerra é a de abrir o appetite do animo, para ir tomar depois n'outra parte alimentação conveniente.

*Venhamos já aos *porquês* e *paraquês* mais particulares do nosso livro. Contém-se n'elle excerptos de auctores, que o geral consenso traz canonisados por mestres d'esta formosa lingua, commum a Portugal e ao Brazil, e falada por tanta outra parte do mundo; pesando-nos que a forçada brevidade, e outras obvias considerações, nos-vedassem virmos ceifar na opulenta litteratura actual dos dous povos, pois não ignorâmos que as linguas são progressivas por indole e essencia, como companheiras, expressão, e até estímulo de todos os progressos scientificos, litterarios, artisticos, politicos, religiosos, philosophicos, e sociaes. Entretanto é uso, e parece rasão, que as obras d'este genero, destinadas a crearem o gosto da vernaculidade, origem tácita de muitas virtudes, e por ellas de muitas façanhas e maravilhas, representem de preferencia um tempo em que ainda não apparece, de involta com peregrinas excellencias, o abastardamento do falar nativo.

As linguas são como os rios, que nascem pobres, se-augmentam em caudaes á proporção que se-alongam da matriz, até que a final, avisinhando-se ao mar, paradioiro commum, já não são na sinceridade e doçura as mesmas, nem já quasi lhes-quadra o

7

antigo nome ; são mais ricas , mais poderosas , mas não por ventura tão bellas. Assim se-caminha para a lingua universal , para a grande communhão do genero humano.

Aqui se-levanta naturalmente uma questão , que traz preoccupados em nosso tempo a alguns bons espiritos ; porque se as linguas são de seo natural mutaveis , crescidas , perfectiveis , como se-demonstra que são , e se-prova que não podiam deixar de ser ; e se por outra parte se-está vendo que , pelos mutuos emprestimos , cada vez mais francos , a maior parte d'ellas tendem a se-irmanarem , até que algum dia , talvez depois de seculos , talvez depois de milhares de annos , se-venham a fundir em uma só ; o exclusivismo de nacionalidade em lingua , o puritanismo , a vernaculidade escrupulosa e ciumenta , deverão ser ingeitados por chimeras , por sonhos de estacionarios ou retrogrados , e attentados contra o progresso : mas tão impotentes e futeis , que basta o surdo correr das edades para os afogar e confundir. Desde logo a questão philologica assume a altura , as dimensões , e a importancia de questão social e humanitaria.

Que os idiomas , com o rodear dos annos , se-mitamorphoseiam , se-incorpam , e acompanham por seos passos contados a civilisação , verdade é essa que a historia de todos os povos nos-confirma : que todos os idiomas propendem , como diziamos , para a mutua assimilação , tambem a observação nol-o ensina ; e que , bom ou máo grado de quem quer que fôr , o dia em que todos os homens sem intérprete se-intendessem , seria a vespera de uma especie de paz universal , n'ella-a a boa razão. Logo , não ha consequencia mais natural do que esta : devemos não só soffrer , mas desejar , e diligenciar quanto em nós fôr , que a nossa lingua , como todas as outras , se-melhore , se-amplie , e se-enriqueça.

8

¿ Como conciliar em boa harmonia estas duas exigencias? : estabilidade e progresso; fidelidade ao passado, que a-merece; e devoção para com o futuro, que a-merece ainda mais? Ora escutae, que me-parece não ser a cousa tão difficil como á prima vista se-figura.

Presupposto, como verdade fundamental, que o futuro nos-merece mais que o passado, porque dos dous sóelle nos-póde receber realmente serviços, só n'elle podemos actuar, só elle emfim póde allegar existencia; devemos conspirar, de boa mente, conspirar com os factos, que fatal e unanimemente para lá correm, para que a linguagem que nos-insinaram nossos paes passe, quanto possivel melhorada, aos nossos filhos; mas nem por isso havemos-de admittir como melhoramento toda e qualquer mudança precipitada, violenta, caprichosa, irreflectida, ou nescia, que se-alvitre.

Tambem n'isto, como nas mais de suas cousas, procede a natureza por modos insensíveis, como que reflectindo e tentando. Quem compara os escriptores das differentes eâdes de uma lingua, taes differenças encontra, que parece terem andado alli violentissimas revoluções; e todavia, as mais das vezes não foi assim. Aquellas mudanças operaram-se, porque assim o-digamos, a átomo e átomo; ninguém as-fez: fizeram-n'as todos; ninguém as-planejou, ninguém as-previu: trouxe-as a logica da vida das nações; logica mysteriosa, que nunca sophisma, e que procede sempre latente e suavissima.

É assim tambem (não ha senão harmonias no universo!) é assim que de um pedregal esteril se-fôrma uma terra preciosa, coberta de vegetação e de animaes: plantinhas microscopicas a princípio, musgos depois, hervinhas, hervas, plantas maiores, arvores, arvores. Cadauma das camadas anteriores, ao destruir-se, deixou no seo pó onde já se-arraigassem

9

mais avultadas especies. A gândara por si mesma se-fez jardim.

Deixemos pois ao povo o seo trabalho, que elle lá o-vae executando por instincto, e perfeitamente. D'elle é a lingua, só a elle pertence o reformál-a.

Mas nós somos tambem parte d'elle; e se elle tem o direito de receber ou rejeitar as innovações propostas, cadaum de nós tem não menos o de as-propôr.

Entretanto, repito, e julgo que nunca será repetido em demasia, com este ambicionarmos que a lingua progrida, com este concorrermos por nossa parte para que ella se-avantaje, não descabe, senão que deve ir mui conjuncto, o amor á conservação do que a mesma lingua tenha em si de bom e consagrado pela posse. Progridamos para a confraternisação do globo; nada mais nobre, mais sancto, mais divino: mas serenamente, levados na torrente das cousas, e abraçados, como Enéas fugindo de Troya em cinzas para as delicias da Italia, com as reliquias veneraveis do culto dos nossos maiores; ó filhinho pela mão e sob os olhos; ás costas o velho Anchyses.

Tambem para isto nos-dá exemplos a natureza, quando cria forças oppostas para estabelecer equilibrios, quando modera a attracção com a repulsão, quando com as neves atraza nas plantas o desabrochar que lhes-suscita com o sol. É o classico um certo *compensador* do que poderia haver de excessivo no movimento ascendente da linguagem.

De tres partes essenciaes se-compõe uma lingua: as palavras, o seo mutuo e legitimo accôrdo, e o privativo modo da sua collocação; vocabulario, grammatica, e rhétorica inicial. Ministra o primeiro os materiaes com que se-ha-de edificar o discurso; a segunda é a mão d'obra que os-liga e trava; a terceira a architectura e ornamentação, que, pela maneira de collocar os materiaes, realça em cadaum,

10

pelas suas relações com os outros, ora a força, ora a graça, ora graça e força junctamente.

D'estas tres partes constitutivas da linguagem, a mais incontrastavelmente progressiva é o vocabulario. Crescem as sciencias, cresce com as sciencias; crescem as artes, cresce com as artes; cresce o luxo, o commercio, a sociabilidade, os vicios, as virtudes; com tudo isso e de tudo isso cresce. O vocabulario é a photographia completa do saber de um povo; é o psychographo que indica e deixa registados os successivos graus por onde o espirito foi ascendendo. Querer-se adiantamento na sciencia, e não se-querer na terminologia, fôra aspirar á realisação d'aquella destemperada phantasia de Hoffmann, que nos pinta um individuo condemnado a nunca se-retratar em espelho, nem fazer sombra para lado algum, como quer que o sol o-illuminasse. Pelo contrario: ha-de-se-desejar que o inventario das idéas dos com quem lidâmos, se-avolume, a olhos visto, de década para década, de lustro para lustro, de anno para anno, podendo ser; só com a restricção de que a toda essa inxertaria de dicções novas no falar antigo, presida, em vez da ignorancia proterva e presumptuosa, o bom senso seculoso e illustrado, que processe cada vocabulo aspirante aos foros de cidade, e reconheça se-ha mingua d'elle; se, não a-havendo absoluta, elle comtudo leva decidida melhora ao que já tinha posse; e se emfim, para vir ser conterraneo, tomou devidamente o geito, a queda, e o soar dos com quem ambiciona conviver.

A grammatica, e especialmente a syntaxe da lingua, constitue o que já se-póde chamar genio da mesma lingua, e por conseguinte merece muito maior sollicitude para se-manter, senão inalterado, pelo menos o mais livre que ser possa de ousadias e adulterações. Felizmente n'esta parte, como fundada que é na grammatica universal, por outra no senso uni-

11

versal, ou com mais propriedade na natureza mesma, n'esta parte, repito, são muito menos frequentes, e muito mais difficeis de se-executarem as violações.

Prouvera a Deus que outro tanto podessemos dizer da construcção. Dado seja a construcção, a nosso ver, quasi tão pertencente ao genio da lingua como a propria syntaxe, e por isso attendivel em summo grau, é todavia onde mais livres e assoladoras barbarisações perpetram os escrevedores ignaros, que não são poucos, e os seos, ainda mais ignaros, leitores e echos, esses então em numero infinitos.

Não podendo nós tractál-a aqui na extensão que lhe-competirá, e que nos-levaria, contra vosso gôsto, a percorreremos eminencias de philosophia, muito sêccas e muito solitarias, vamos ver se com poucas palavras, claras e chãs, vos-desatâmos o espirito d'estas dúvidas, que lá mais para o diante nos vossos trabalhos litterarios vos-poderiam desassocegar, e induzir-vos em notaveis contradicções. Escutae pois, amaveis homemzinhos em flôr.

Se dermos de mão a exagerações dos idolatras do passado, e dos idolatras do futuro; se d'estes e d'aquelles tomarmos tão só o que a rasão commum admitte por substancial e incontroverso; faremos, com segurança, e muito bem, a nossa obra de presentes, isto é, de fronteiros, amigos, e conciliadores, do que ha-de ser e do que foi, para proveito do que é, do que foi, e do que ha-de ser.

Tiremos exemplo da familia. Tudo da sociedade, e tudo do mundo se-acha alli symbolisado. O pae e a mãe, que são a grande actividade intelligente, forte, auctorisada, e productiva da casa, representam o presente; os avós e os velhos, fracos e improductivos, o preterito; os filhos, o porvir. ¿ Que é o que faz a unica força real que alli existe? ¿ que é o que faz aquelle individuo, composto por Deus de duas

12.

metades, e só assim completo, o homem e a mulher? o casal? Reparte o seo affecto pelos ascendentes e pelos descendentes; não sacrifica estes a aquelles, nem aquelles a estes; dos maiores, recebe os conselhos, como lhes-herdou os bens; e d'aquelles bens, d'aquelles conselhos, e do seo proprio grangeio, prepara a herança, semeia com tempo a felicidade, para os que ainda não sabem, nem pôdem, olhar por si. O seo officio assimelha-se ao do tronco entre a raiz e a ramada: assume vida e segurança da porção subterranea, triste, e apparentemente inerte; transmitta-a á porção aérea, viçosa, e movediça, destinada, agora a folgar com as virações e com os passaros; logo, a fructificar e a disseminar-se; mas da copa recebe tambem elementos de vida, e elementos eguaes transmitta não menos ás raizes. A seiva circula, sobe e desce de continuo; de todos os pontos vem, para todos os pontos vae; e é n'essa mysteriosa e symbolica permutação que está principalmente o prestimo, a possança, e a gloria, da robusta columna vegetal.

A linguagem que nós falámos foi a dos nossos antepassados, e ha-de ser a dos nossos vindouros. Aquelles nol-a testaram em vida, e quando ainda eramos no berço; a estes a-havemos nós de testar do mesmo modo; é peça capital do morgado humano, de que outros foram, de que nós somos, de que outros hão-de ser usufructuarios e administradores. D'aqui nos provém, ácerca da linguagem, direitos e obrigações; taes direitos e obrigações, quaes incontestavelmente os-temos a respeito das mais partes da vinculada e imprescriptivel herança das gerações; porque a linguagem é, já o dissemos, consequencia e causa, companheira e condição, de todo o progresso social.

E' pois fanatismo, além de absurdo (e basta dizer *fanatismo*), pertender, como alguns, que a lin-

13

guagem, uma vez chegada a certo desinvolvimento, a que approuve chamar-se *classico*, se-conserve n'elle perpetuamente estacionada; é negar a perfectibilidade, lei suprema da providencia. Mas é igualmente barbaro e nescio o senso d'aquell'outros, que, oppondo excesso a excesso, pertendem por modos violentos transformar e maturar a linguagem. N'isto, coma em tudo, é no meio termo que está a virtude, o rasão, e a utilidade.

Causa lástima a quem tem olhos de ver, ouvidos de ouvir, e coração de palpitar aos influxos do bello, causa decerto muita lástima presenciar o como, sem rasão e contra toda a rasão, se-está em nossos dias despojando de suas formosas construcções, tão artisticas, o escrever e o falar das nossas duas gentes, d'áquem e d'álem mar. Se lá e cá ha ainda (que os-ha, mercê de Deus) escriptores que d'entre o vulgo dos escrevedores se-estremam pela sua fidelidade a esta respeitabilissima parte da tradição, que nos-filia tão legitimamente do antigo povo togado, senhor do mundo; a maioria, incapaz por sua incultura de conhecer o que pisa aos pés imagina fazer tambem obra de progresso, quando, a par com o vocabulario forasteiro que se-deve acceitar, acceita, busca, d'essa em tudo invasora França, a sua pauperrima distribuição das parcellas do discurso, esse desar, e o maior desar da lingua franceza, sentido, confessado, deplorado por todos seos auctores mais illustres. Traductores do francez, frouxos de consciencia e apoucados de discernimento, lidam por nol-o incamparem para o logar do nosso periodo vernaculo, quando o nosso periodo vernaculo tanto sobreleva em donaire e em effeitos de composição, em variedade de côrtes, em numero e musica, em rasão logica, em prestigios rhêtoricos e poeticos, e talvez até em clareza, ao ingoiado periodo francez, de agente, verbo e complemento, quanto ao nosso desbancava aquelle mirifico,

14

tão calculado, e tão sabio exprimir dos romanos e dos gregos.

Se perdas alheias nos-podessem consolar das nossas, de sóbra tínhamos para allivio nos estragos e paupéries que o mesmo francez está occasionando nas duas outras gentillissimas linguas irmãs da nossa: a italiana e a hispanhola.

Este phenomeno tão geral confirma o que, pouco ha, aventavamos: que os idiomas tendem, convergindo, a unificarem-se. Embora seja assim; mas n'esta delicada materia da construcção da phrase nacional, é que melhor cabe, e mais se-deve, não ceder senão pelejando, não nos-deixarmos ir para o futuro, sem reluctarmos varonilmente para o passado.

Quando a final houvermos-de ser vencidos e triumphados, não insultaremos o progresso, mas registaremos, como facto: que n'este particular se-lhe-consummaram graves sacrificios; que, se outras artes lucraram, e que, se as artes e sciencias em geral cresceram, a arte da palavra entre nós-outros se-deteriorou e decahiu.

Do espirito que nos-dictou esta rapida conversação, e nomeadamente da convicção íntima em que estamos, do muito que releva á mocidade estudiosa premunir-se, a tempo, contra a total ruina da galharda construcção da nossa lingua, é que nasceu a presente selecta.

Não a-damos como um thesouro de sciencia; comparada com a dos contemporaneos, a dos antigos, por onde lançámos a nossa derrama, era mui somenos, como mui somenos se-ha-de achar a nossa, quando lá ao diante os nossos descendentes a-acarearem com a sua.

Em vez de sciencia deixaram-nos porém, esses nossos maiores, mui claros vestigios nos seus escriptos, de quanto lhes-era cara a honra, cordeal o af-

15

férro á religião, intimo, posto que nem sempre dos mais illustrados, o amor á patria, innato o genioemprehendedor. Se de tudo isto se-philtrar, por meio dos presentes excerptos, alguma cousa para dentro de vós; e, como vai ainda em boa sasão, vos-temperar para algum dia egualardes os nossos communs avós, harto me-julgarei pago da obscura, e não de todo facil, tarefa, que em proveito vosso emprehendi.

JOSÉ FELICIANO DE CASTILHO.

DESPEDIDA DO COLLECTOR

AOS MENINOS ESTUDIOSOS

Meos amiguinhos :

O ler este livro de que vamos despedir-nos, foi uma especie de passear em rancho por uma feira, mais para nos-recrearmos com a variedade dos objectos, e ficarmos conhecendo pór mostras o que havia, do que não para nos-provermos logo alli de todo o necessario. Vimos succederem-se sem nenhuma transição cousas de prestimo e brinquedos, umas só apraziveis, outras só uteis, outras graciosas e massiças. Mas fazendas ricas e bem acabadas ha-de se-confessar em abono da verdade que poucas se-nos-depararam.

Ora como esta apinhada e confusa multidão de excerptos de tantos auctores diversos representa em ponto pequeno toda a litteratura classica portugueza, vejamos se nos-é possivel deduzirmos d'esta facil e esparecida excursão algum resultado de proveito. Quanto a mim, per si mesmo se-está elle apresentando : descobriu-se-nos que entre o pensar e falar antigo em geral, e o pensar e falar moderno em geral, ha differenças manifestas, como outrosim as-ha entre os auctores mesmos

de cada uma das duas edades; e sentimos em consciencia que d'essas differenças algumas punham a primazia para o lado dos nossos maiores, outras para o dos nossos contemporaneos. D'aqui havemos de tirar como corollario mui seguro, que para nos habilitarmos a bem escrever, nem a uns nem a outros havemos de ingeitar, senão escolhermos e colhermos em todos com discreto instincto, como as abelhas o-fazem por entre as flores, o que mais e melhor convenha para a cera e mel dos nossos favos.

As sciencias, as artes, a philosophia da actualidade, estão para as sciencias, as artes, e a philosophia transactas, como a historia para a fabula, e o positivo para o imaginario; logo é nos livros mais recentes, e nos que ainda se-hão-de ir fazendo, que as-havemos de estudar. O contrario fôra trancar as janellas ao sol para trabalhar á luz da candeia. Estes livros da gente viva, e vivos elles mesmos, têm as suas palavras, as suas fórmulas, o seo estylo, que a pouco e pouco se-têm vindo formando, e seguindo os lentos e successivos progressos das idéas que n'elles se-inthesouram; taes palavras, taes fórmulas, tal estylo, podem portanto haver-se por naturaes relativos, e por accidentes inseparaveis da ideologia, do saber, e da dialectica dos nossos dias. Esta linguagem, que é innegavelmente para nós um progresso, como sem dúvida seria um retrocesso para os nossos descendentes, contém portanto uma norma, de que nos não devemos apartar, a não querermos ser absurdos, e ver os nossos escriptos desprezados ou escarnecidos.

Mas como por outra parte a vernaculidade, tão em demasia transcurada por estes estudiosos das cousas, e nimio desprezadores da locução, nem por isso deixa de ser uma incontestavel e grandissima virtude, companheira e fiadora de muitas outras, como a principio considerarmos, em gosto vernaculo nos procuraremos imbuir, folheando a miudo, quando mais não seja, os volumes, aliás menos substanciaes, e sobejas vezes incorrectos, dos nossos bons velhos. E' o que sempre fizeram os mais excellentes espiritos de cada seculo.

sem exceptuar os primeiros escriptores das eras mais florescentes e affamadas em sciencia e litteratura.

De Cicero se-alcança que , versando elle com mão assidua os auctores gregos, os quaes para os romanos de então eram pouco mais ou menos o que estão sendo os francezes de hoje para nós-outros, sabia comtudo conciliar os interêsses de taes estudos com a veneração devida ao idioma conterraneo e herdado, em que de-sejava e conseguiu primar com tão gloriosa soberania. Como se-haveria para isso aquelle peregrino ingenho? Manuseava frequentemente os prosadores e poetas romanos mais antigos, em parte incultos e rusticos para quem os-lia, como elle, na idade polidissima de Cesar. E mais fazia ainda aquelle bom de Cicero para refo-cillar a sua latinidade, e afinar patriamente o seo ou-vido, que é o melhor modo de temperar a lingua e a mão de quem ha-de orar e escrever: ia-se para o interior da familia escutar a pálrea nativa das mulhe-res e das velhas; estas ultimas principalmente são uns preciosos e mal inquadrnados thesouros de expressões, phrases, galas e joias do dizer.

Escrevia ha annos um dos nossos auctores ainda vivos, grande crente na perfectibilidade, partidario do progresso, e amicissimo da lingua, que depois de to-marmos nos livros estrangeiros (e estrangeiros são tambem muitos dos que se-dizem escriptos em portu-guez) as doutrinas de que o nosso espirito carece, bom conselho seria recorrermos quotidianamente a um pou-coquinho de leitura patria genuina, assim como ao cabo d'uma refeição succulenta, se-abluem a bôcca e as mãos com agua pura e cristalina.

Que intenderemos porém por vernaculidade? Não definamos uma cousa que todos sentem, sem exceptuar os proprios rusticos e ignorantes de cada paiz; limi-temo-nos a isto: que a vernaculidade não está tanto nas palavras como na construcção d'ellas, no arranjo, e na afinação do periodo.

A vernaculidade assim intendida, não ha negar que é uma formosa e bonissima cousa, e dado que subjeita a mudanças com o longo lapso dos tempos, e a dever

por ventura dissipar-se, em remotos futuros, n'uma lingua commum e universal, ou com isso parecida, **me-rece** comtudo ser acatada e servida, e por isso estudada, e reestudada de continuo.

Este volume, assim como os milhares de volumes classicos de que elle é em sombra uma tenue cifra, **lançar-vos-hia** talvez o espirito em confusões a respeito da vernaculidade, sem vos-offerecer fio com que d'entre ellas vos-deslabyrinthasseis; porquanto em uns auctores vistes resplandecer a maistersa clareza; n'outros o estylo estar impanando a viveza da idéa; n'estes a linguagem inleada, perplexa, espinhosa, indo e vindo, apegando-se por mil pontos á attenção, mas rasgando-a e cançando-a sem prendê-la: n'aquelles conduzindo-a a seo sabor como em veia de agua mansa e corredia. Nada de tudo isso constitue verdadeiramente a vernaculidade; são esses uns primores ou vicios, originados das peculiaridades intellectuaes e moraes dos respectivos escriptores, ou dos seos estudos em exemplares bons ou máos, ou dos ares litterarios do seo tempo, claros ou escuros, saudaveis ou doentios; os vossos mestres, o estudo da boa rhetorica, e o vosso proprio discernimento, que os annos vos-hão-de ir adestrando, lá vos-insinarão a pouco e pouco a estremar e aquilatar todas essas lindezas e fealdades; mas a vernaculidade, que é para aqui o grande ponto, essa transparece clara por entre tamanhas variedades boas e ruins; e como assim a-aspirais de toda a parte, n'ella vos-confirmaeis, agora, n'essa vossa feliz idade, em que ainda a linguagem se-vos-está formando pela absorpção e assimilação d'estes, porque assim o digamos, fluidos ambientes imponderaveis.

Todo aquelle que se-acostumar com cedo á licção dos classicos da nossa lingua, e nunca de todo abrir mão d'ella pela vida além, haverá creado dentro em si uma consciencia, que o-inspire muito em bem ao falar e ao escrever, para que sobresaia ao vulgo dos escrevedores e oradores. Oh! como esse tal não deplorará, ouvindo um discurso de fogo, lendo uma pagina eloquente, que a essa pagina e a esse discurso falte o supremo realce

que o estudo da lingua, prevenido a tempo, sem custo algum lhes-houvera dado! excellencia essa para os de um paiz, que ás vezes chega a supprir todos os outros méritos, sem que a reunião de todos elles a-dispense.

Todos os esforços portanto para se-chegar á vernaculidade seriam bem impregados, quanto mais recreios como são estas leituras que vos-offerecemos, e as mais em grande que após estas vos-recommendamos, e o costume de attender, como Cicero vos-prégaria, á conversação doméstica e feminina, mesmo á dos analphabets e rusticos, nos quaes, de involta com muitos erros e solecismos, pouco perigosos por muito manifestos, se-colhem preciosidades do dizer hereditario, esquécidas entre sabios e cortezãos.

Se me-perguntádes agora pelo systema de escolha e distribuição dos auctores e trechos de que se-compaginou o presente volume, declarar-vos-hei que nenhum se-adoptou; e qualquer que se-houvesse adoptado, de que serviria realmente? Distribuição chronologica? para que? Capitulação por materias? para que? Gradação ascendente de merito? para que tambem? teve-se por melhor que tudo isso a summa variedade; continuamente o fortuito e o inesperado; que a linguagem, os estylos e os assumptos tomados de toda a especie de distancias, de tempos, de talentos, de profissões, e de interèsses, suscitassem a cada passo a attenção dos nossos juvenis leitores. Antepoz-se para lhes-agradar a irregularidade phantasiada das quintas inglezas ao pantado e symetrico dos jardins de Luiz XIV.

Assim é a sociedade; assim é a vida; assim é a natureza; e assim se-tem vindo fazendo em quasi tudo a arte moderna.

Se me-exprobrar alguém que, deixando de fóra d'este repositório um sem conto de preciosidades litterarias, admitti a elle trechos somenos, tomados em auctores de menor valia e nomeada, respondo-lhe, que se o-fiz, não foi sem industria calculada; darei conta d'ella mui chãmente. Segundo o meo eclectico systema de acreditar que em toda a parte ha bom e máo, e que de nenhum campo se-deve ser exclusivo, quiz, ao mes-

mo tempo que vos-influisse o gôsto da vernaculidade, precaver-vos contra o fanatismo, prejudicial e ridiculo, dos que, para se-dispensarem de ser justos para com os modernos, de admirarem e de louvarem o que entre estes apparece de louvavel e admiravel, canonisam, alto e malo, todo o passado, e da parte de um certo seculo que morreu, inrouquecem a bradar — « Pára ! Pára ! » a um mundo que vai sempre para diante, sem mesmo se-deter a rir de quem lhe-quer ter mão. O curioso é que a esses taes retrogrados, a esses veneradores exclusivos dos antigos interrados e desfeitos, já ha dezenove seculos os-açoutava com o flagello da satyra, em nome do bom-senso universal, outro eclectico chamado Horacio (*), o qual, se ainda hoje é lido com delicias, depois de desfeita Roma e gastada até a sua lingua, á fé que bem menos o-deve aos annos que de nós o-apartam, do que ao merecimento real e intrinseco dos seus versos.

Esta foi em summa, portanto, a minha idéa : que os espiritos noveis, familiarizando-se com este livro, só para elles ordenado, se-convencessem por si de que os antigos não foram mais nem menos homens do que os modernos, nem diversos ou privilegiados em quilates de intendimento ; que os-havemos de estudar para beneficiarmos discreta e judiciosamente a nossa linguagem com a sua ; no demais, louvando-os onde os-vemos ferirem no alvo do bello, mas desgabando-os, ou talvez perdoando-lhes onde falham o tiro, onde cáem, como não raro lhes-acontece, no baixo, no falso, no diffuso, no affectado, no inintelligivel ou quasi.

De todas estas especies de defeitos consenti que resumbrassem nodoas no nosso livro, sem o que ficaria elle sendo mentiroso, e portanto muito infiel para conductor. Aos mestres presidentes d'esta leitura toca (e não lh'o-recommendo, pois conto o-farão de seo proprio impulso) irem apontando e explicando, por entre as excellencias de ingenho e locução de que estas paginas abundam, os desares de idéa ou de estylo, que de

(*) Livro II das Epistolas — Epistola I.

longe a longe lhe-inxergarem, como joio em ceara opima.

Depois de termos dado ao longo do livro um reflexo da litteratura classica, augmentando-lhe em proporção os brilhantes claros, mas não lhe-escondendo as máculas de todo, pareceu rasão que os ultimos excerptos fossem dos nossos auctores mais perfectos e recommendaveis para modêlos ainda hoje: dizer isto é nomear Antonio Vieira e Manoel Bernardes. Quem se-queixaria de havermos em demasia apanhado para ramallete em taes dous jardins de linguagem, como estes são?

Cubiçara alguém, e ninguém mais do que nós, que os auctores contemporaneos e vivos viessem aqui figurar com a devida honra; fôra interesse para o público, fôra para elles paga de divida, e para o proprio livro, que é pyramide de mumias litterarias, infusão subita de luz, vida e mocidade. Mais facil e aprazivel nos-era ainda esse trabalho, do que nol-o foi este que perfizemos com forçada abstinencia das glorias coetaneas, porque no Brazil e no Portugal de hoje em dia ha manifestamente, e em copia não escaça, verdadeiros e admiraveis classicos, a quem só falta a consagração, que Deus lhes-retarde: a consagração do sepulchro. Colhendo nos seos escriptos, carregar-nos-hiamos de preciosidades mais presentes, mais vivazes, mais comprehensíveis, e mais bem apreciadas; satisfariamos á nossa ambição, pois de muitos d'elles somos, além de admiradores, amigos particulares, e aos estudiosos offereciámos um estímulo mais energico para emulações fecundas.

O que nos-reteve não foi a parvulez de recearmos estranhezas dos que não admittem classicos insepultos (*); foram outras considerações de melindres

(*) O ultimo dictionario classico da lingua portugueza é o de André Joaquim Ramalho, poucos annos ha em Lisboa. Esse livro, de largos annos de trabalho ininterrupto, obra da mais copiosa e illustrada consciencia, e a que nos-consta estar dando a mão ultima, o nosso bom amigo Silva Tullio, para logo ser impresso pelos honrados editores os Srs. Rollands de Lisboa, o classico dictionario de Ramalho, dizemos, metteu em si quanto pôde dos principaes auctores coevos, honrando-se de cital-os, e com rasão, que é sempre gloria fazer justiça

328

relativos, que per si mesmas estão saltando aos olhos. Se tivéssemos volumes para incher, ousal-o-hiamos; mas escolher, d'entre os innumeraveis que escrevem, os que escrevem magistralmente, e das obras de cada um d'estes só a nata e o beijinho para poucas dezenas de paginas, confessa que o não ousou nem ousa, ao menos por ora,

JOSÉ FELICIANO DE CASTILHO.

EPILOGO

DA TERCEIRA EDIÇÃO.

Meus meninos !

FALVEZ me-leveis a mal, meos amiguinhos, trazer-vos a lume, nas ultimas edicões deste IRIS CLASSICO, producções de ingenhos, egre-gios sim, mas que nenhuma Academia cano-nizou ainda como *classicos*.

Apuremos então esta continha : Que significa a palavra *classico* ? Aqui é que bate o poncto.

No tempo dos reis de Roma, o penultimo, cha-mado Servio Tullio, distribuiu a povoação em seis *classes*. Quem possuia cento e vinte e cinco mil *asses* de rendimento (obra de uns tres contos e seiscentos mil reis da nossa moeda) pertencia á primeira, collocando-se na categoria dos *cidadãos classicos*, honrosa designação, de que a turba restante era privada.

Chamavão tambem *classicos* os que tocavam na trombeta o signal que chamava aos comícios.

Ou fosse, pois, como prégadores e incitadores do bom exemplo — ou como opulentos da boa doutrina e da verna-culidade —, denominaram-se tambem *classicos*, entre os romanos, os *escriptores* da primeira plana; e até qualifica-vam de *testimunhas classicas*, aquellas cujo depoimento se -respeitava como de quem era incapaz de o-postergar : pri-meiras no direito á veneração e á crença.

Todo o escriptor abalizado, por excellencia de lingua-gem, altura de idéas, e primor de estylo, não só merece, senão que de si vem requerendo o titulo de classico da lingua. A sua graduação não se-subordina a actos exteriores, á mercê de terceiros; congenita lhe-está; é elle o legítimo artífice da sua propria obra, que é o seo eu. As cumeadas dos Andes ou do Hymalaia não devem sua grandeza ás convenções humanas; são, porque são; a sua altura é obra de Deus; ao homem só cabe medil-a.

Em regra, justo é que se-aguarde, para as honras de apothese tal, a consagração do sepulchro. Por um lado, importa averiguar, se a dextra foi perpetuamente firme no impunhar o honroso bastão de marechalato; por outro, a justiça ou antes a imparcialidade humana melhor se-patenteia para com as cinsas. Em presença de uma lousa, amores nem odios, calculos nem invejas, elevam ou deprimem um nome, já vão, do gráu que o seo mérito lhe-assignalar na estimação dos povos. Todavia, alguns raros ingenhos primorosos alcançam ainda em vida a gloriosa palma; sobrevivem á apothese; imbrenham-se vivos na immortalidade.

A promoção a classico não pende de diploma com referência; é resultado do consenso dos eruditos. A esse pedi alguns dos nomes que ahí védes estampados; fio, que dos recém-admittidos um só não seja inferior a muitos dos que já gosam de uma qualificação, alvo de tão nobres ambições.

Ainda uma vez, porém, vos-brado: — que, nesta galleria de estylos, ha quadros de mui diverso valor. Toda essa moeda é, sim, de cunho nacional, porém de mui varios toques e quilates. Vossos mestres, meos meninos, vos-guiarão com segurança, aponctando-vos, nesse extenso vergel—onde ha flôres sem fructo, onde fructo sem flôres; — onde tronco sem raiz, onde raiz sem tronco; — onde copas sem elevação, onde elevação sem copas; — onde fragrancia sem esplendor, onde esplendor sem fragrancia. Ha em todas as folhas de que este nossoarvore dose compõe, o dom que a natureza concedeu ás árvores, as quaes tambem expiram o ar vital apropriado á nossa aspiração; mas d'ahi por diante, pára o contacto, começam as variedades.

331

O gosto, innato e formado, o estudo, a donosa phantasia, o conselho dos vossos mestres, vos-alvitrarão qual o estylo que mais se-adapta á vossa peculiar natureza. Ah! vos-ficam amostras de mui variado dizer. Quando sentirdes que para um escriptor vos-attrahe mais espontanea sympathia, dae-vos á sua mais ampla licção; seja esse voosso modelo; não sei eu de outro mais fiel bordão para a peregrinação, que incetais. Disponde-vos assim a desempenhar a mais nobre das missões. A memoria do commum dos homens com elles se-esvai e se-apaga. Só aquelles que no livro petrificam o pensamento, arrebatam ás intranhas mortaes o homem immortal, a parte feita á imagem divina: vivem emquanto vivos, e depois de mortos conquistam ainda a eternidade humana.

Feliz eu se dest'arte houver concorrido, antes de tudo, para revocar ao culto do materno idioma; e depois, para que algum jovem espirito, aquecido ao calor da elocução que mais da propria se-acerque, sinta o que valha, e produza o que possa! Não raro, aos proprios talentos jaz a inspiração tibia e adormecida; o genio é vara magica do genio; mil vezes, ao contacto de um, o outro surge, ar-roja-se e impera.

Aprendei, pois, meos meninos! Retroam, em nossos dias, os camartellos, desabando o idioma em ruinas. Cumpre a vós, como representantes da posteridade, rasgar estrada para o futuro; desafrontar a geração que passa e que de antemão lança benções e rosas sobre as intelligencias fadadas a espargirem sobre a patria, instrucção, brilho e ventura!

VALETE!

INDICE

DOS

ARTIGOS CONTIDOS N'ESTE VOLUME

PRIMEIRA PARTE.

	PAG
CONVERSAÇÃO PREAMBULAR COM OS MENINOS ESTUDIOSOS, POR JOSÉ FELICIANO DE CASTILHO.	3
Louvores da nossa lingua	17
Universalidade da lingua, por Duarte Nunes do Leão.	17
Latinidade da lingua, por Duarte Nunes do Leão.	18
Dotes peculiares da lingua, por Francisco Rodrigues Lobo.	19
Idem, por Jorge Ferreira de Vasconcellos.	20
Idem, por Miguel Leite Ferreira	21
Prosadores e poetas classicos da lingua, pertencentes á era de quinhentos e seiscentos, por Antonio José Viale.	24
Descobrimento, reconhecimento e primeira povoação do Brasil, por Balthazar Telles.	29
Pedro Alvares Cabral, por Antonio José Viale.	31
Heróis na defesa do Brasil contra os holandezes, por Antonio José Viale.	32
Excellencias da paz, por João de Barros.	33
Ultimos dias de D. João de Castro, por Jacintho Freire de Andrada.	34
Real recommendação de um afilhado, por el-rei D. Manoel	36
Desinganos, por frei Antonio das Chagas	37
Os alarves da Berberia, por frei Bernardo da Cruz.	38
Jôgo, pelo padre Antonio Vieira	39
Retrato de el-rei D. Duarte de Portugal, por Duarte Nunes do Leão.	41
Estado da Bahia em 1686, pelo padre Antonio Vieira.	42
Matrimonio, por D. Francisco Manoel de Mello.	43
Visita de D. Affonso V de Portugal a Luiz XI de França, por Duarte Nunes do Leão.	45
Cortezia e generosidade dos bons tempos, por Francisco Rodrigues Lobo.	47

336

Nobreza adquirida pelo valor e virtude, por A. Ferreira de Vera.	53
Brevidade nos despachos, pelo padre Manoel Bernardes.	56
Declinação da prosperidade antiga, por Francisco de Andrade.	58
Padre-mestre Ignacio Martins, por Balthazar Telles.	59
Pescar, pelo padre Antonio Vieira	61
Invectiva contra o ouro, por Francisco Rodrigues Lobo	63
Nobreza de perdoar, por frei Antonio das Chagas	64
Qual se tornara a Bahia vindo a poder dos inimigos hollandezes, pelo padre Antonio Vieira.	65
O peixe voador, pelo padre Antonio Vieira	67
Gulotoneria, pelo padre Antonio Vieira.	68
Retrato de Annibal, por frei Bernardo de Brito.	70
Diferença de ladrões a ladrões, pelo padre Antonio Vieira.	72
Perigos que se corriam nas peregrinações á Terra Sancta, por Pantaleão d'Aveiro	73
As corôas do mundo e a salvação eterna, pelo padre Antonio Vieira	76
Carta que Gil Vicente mandou de Santarém a el-rei D. João III sobre o tremor de terra de 26 de Janeiro de 1531, por Gil Vicente.	77

SEGUNDA PARTE.

Ingratidões da patria não desobrigam de a bem servir, pelo padre Antonio Vieira	81
Louvores do saber, por D. Raphael Bluteau.	82
Obras públicas, por D. Raphael Bluteau.	84
Pesca da baleia, por Francisco de Brito Freire	85
Edades dos estados portuguezes na India até ao auge da sua grandeza, por Manoel Godinho.	87
Cidade do Rio de Janeiro, por frei Francisco de S. Carlos.	91
Linguas do Brasil, por Simão de Vasconcellos.	92
Do hom escrever em história, por Balthazar Telles.	94
Contra a preguiça, por D. Raphael Bluteau	95
Parábolas do Evangelho, por João Baptista de Castro	96
A mocidade brasileira, por José da Natividade Saldanha.	98
Do que padece o assucar desde o seo nascimento na canna até sahir do Brazil, por André João Antonil.	98
Anecdotas de Luiz XI rei de França, pelo padre Manoel Ber- nardes.	101
Descrição da Bahia, por Simão de Vasconcellos.	101
Fragmento curioso para a historia da sciencia maritima, por Pedro Nunes	105
Immortalidade da alma, por Antonio Ferreira de Souza Caldas.	107
Riquezas naturaes do Brazil, por Balthazar Telles.	108

337

jornada d'Africa, por Luiz Torres de Lima	123
O leão vencido pelo homem, por Manoel Maria Barbosa du Bocage.	124
A rapoza e as uvas, pelo mesmo	126
Título singular, por Fr. João dos Sanctos	121
Idiotismos da nossa lingua, por Candido Lusitano.	122
Galardão da modéstia, pelo padre Manoel Bernardes.	125
João Fernandes Vieira, por frei Francisco de Santa Maria.	125
Genio de um verdadeiro capitão, por Jacintho Freire d'Andrada.	125
Aves e outros animaes do Brazil, por Simão de Vasconcellos.	126
Cêrco dos hollandezes na Bahia, por frei Francisco de Sancta Maria	130
Invectiva contra os gallicismos, por Francisco Manoel do Nascimento (Filinto Elysio).	131
Defende-se a Bahia do poder dos hollandezes, por frei Francisco de Sancta Maria	132
Como eram os primeiros povoadores do Brazil, por Damião de Goes.	135
Despreso de beneméritos, por Pedro da Costa Perestrello.	139
Diogo Alves Corrêa, o Caramurú, por frei Antonio de Sancta Maria Jaboatão	140
Conselhos de mulheres, por Ruy Gonçalves.	142
Affabilidade do infante D. Duarte para com seo mestre, por André de Rezende.	144
A primavera, pelo Marquez de Paranaguá.	145
Falar pouco e a tempo, por Luiz Torres de Lima.	146
Cautelas que importa observar no escrever, por Jacintho Freire d'Andrada.	148
Saudades, por Thomaz Antonio Gonzaga	149
Liberdade de um prégador de D. João III, por frei Luiz de Souza.	150
Carta d'el-rei D. João III para D. João de Castro.	151
Liberalidade, pelo padre Manoel Bernardes	153
A noite, pelo Marquez de Paranaguá	154
Retrato do padre Vieira, por André de Barros.	155

TERCEIRA PARTE.

Mais louvores da lingua portugueza, por Manoel Severim de Faria.	157
Recolhe-se o condestavel D. Nuno Alvares Pereira ao convento do Carmo, de Lisboa, por frei Domingos Teixeira.	158
Partida de Vasco da Gama de Lisboa, de Luiz de Camões.	160
Excellencias da doctrina christã, por João Franco Barreto.	162
Noticias da China, pelo Padre João de Lucena.	164
El-rei D. João III, por Antonio de Castilho.	168

338

Elogio da música, por João de Barros.	169
Antigas provincias do Brazil, por frei José de Sancta Rita Durão.	171
Politica do grande Affonso de Albuquerque, tirada dos <i>Commentarios do grande Affonso de Albuquerque</i>	173
Minas do Brazil, por Francisco de Brito Freire.	176
Panegyrico da sciencia, por João de Barros.	178
Noticias atrasadas, por Filinto Elysio.	181
Ostentação com que brilha a América, por frei Apollinario da Conceição.	183
Consolação nas adversidades, por D. frei Amador Arraes.	182
Elogio do padre Antonio Vieira, por D. Francisco Alexandre Lobo.	183
Os amigos, por Manoel Bernardes.	186
Notavel carta de despedida, pelo padre Antonio Vieira.	186
A macaca e o burro, por Filinto Elysio.	187
Como fizeres te-farão, por Manoel Bernardes.	188
Fructos da Bahia, por Gabriel Soares de Souza.	188
Quem quer vai, quem não quer manda, por Manoel Bernardes.	191
Sobre o mandamento do amor do proximo, por D. frei Bartholomeu dos Martyres.	192
Consolação, por Manoel Bernardes	194
O rato e o vaga-lume, por Filinto Elysio.	194
Juizo e intendimento, por Mathias Ayres da Silva de Eça.	195
Os tres risos, por Manoel Bernardes	195
Resignação nas adversidades, por Fernão Mendes Pinto	196
O riso, por Manoel Bernardes	196
O gallo e a rapozá, por J. V. Pimentel Maldonado.	197
Da fertilidade, plantas e fructos da terra, por frei Luiz de Granada	198
Refutações de maldizentes, por Manoel Bernardes.	201
Perigos da adolescencia, por frei Manoel Consciencia.	201
Amigos do meo, por Manoel Bernardes.	203
Cidade da Bahia, por Gabriel Soares de Souza.	203
Elephantes, por João Ribeiro.	204
Mil por um, por Manoel Bernardes.	205
Descripção de Pekim, por Manoel Consciencia.	206
Banqueteadores, por Manoel Bernardes.	209
Das aranhas e suas teas, por João de Ceita.	210
Justiça, mas com equidade: por Manoel Bernardes.	212
Oratória sagrada, por João Pacheco.	213
Bens transitorios, por Antonio Vieira.	215
Dos palradores indiscretos, por Duarte Ribeiro de Macedo	216
Necessidade, por Antonio Vieira	217
Descripção ideal da ilha Fortunata, por Manoel Consciencia	218
Parábola da viuva, por Manoel Bernardes.	219
Da memória natural e artificial, por Manoel Bernardes.	220

339

Prémios, por Antonio Vieira	222
Ingratidão de Judas	224
Querer e poder, por Antonio Vieira	225
Inveja, por Antonio Vieira	227
A usura e a lepra, por Manoel Bernardes	228
Palavras e acções de rei, por Pedro de Mariz	229
Perigos e trabalhos, por Fernão Mendes Pinto	230
Consolação, por Antonio Vieira	231
Pão para a bôcca, por Antonio Vieira	232
Parábola evangelica, por João Baptista de Castro	236
Justo e Pastor, por	236
Milagres da união, por Antonio Vieira	238
O cavalleiro, por Manoel Bernardes	238
Gula, por Antonio Vieira	239
O que vale para o céu, por Antonio Vieira	240
Gladiadores, por Manoel Bernardes	242
Nascimento e morte, por Antonio Vieira	243
O não, por Antonio Vieira	245
Demonstração do que é a alma, por Antonio Vieira	246
Descanço, por Antonio Vieira	247

QUARTA PARTE.

Synonymos moraes, por Manoel Bernardes	249
Triumphos romanos, por Antonio Vieira	251
Da caridade, por Manoel Bernardes	251
Juizos mundanos, por Antonio Vieira	253
Cadeias de ferro e bronze, por Manoel Bernardes	253
Mortalidade de monumentos, por Antonio Vieira	254
Tudo passa, por Manoel Bernardes	255
Carta notavel, por Antonio Vieira	256

QUINTA PARTE.

ADVERTENCIA DO COLLECTOR	259
Escripta e sua utilidade, por Antonio de Souza de Macedo	259
À immortalidade, por Souza Caldas	262
Proveito da palmeira, por frei Gaspar de S. Bernardino	264
A primavera, pelo marquez de Paranaguá	265
Trabalhos, e martyrios do Padre Nicoláu do Rosario, por frei Luiz de Souza	267
Nietheroy, por Januario da Cunha Barboza	270
Os indios no Maranhão, pelo padre Antonio Vieira	274
Brazil ; seus fructos e passaros, por S. Carlos	275

Cativeiro e morte do infante D. Fernando, por Duarte Nunes do Leão.	277
O infante D. Luiz, filho de el-rei D. Manoel, por frei Francisco de Sancta Maria.	280
Aos gregos, por José Bonifacio de Andrada.	282
Da muita fertilidade do reino de Sião, e de outras particularidades d'elle, por Fernão Mendes Pinto.	284
O pastor, por Francisco Rodrigues Lobo.	286
Sítio de Lisboa, por Luiz Mendes de Vasconcellos.	290
A primavera, por F. R. Lobo.	294
Carta para a rainha D. Catharina, mãe de el-rei D. Sebastião, por D. Hieronimo Ozorio, Bispo de Silves.	296
Qualidades da nossa lingua, por Manoel de Faria Severim.	298
Psalmo—Quare fremuerunt gentes.	299
O mundo, pelo padre Manoel Bernardes.	301
O passarinho prêso, por Bocage.	302
A ignorancia e a paixão, pelo padre Antonio Vieira.	303
A virtude, por Borges de Barros.	303
Discurso sobre a vida, e estylo dos pastores, por Francisco Rodrigues Lobo.	305
O lobo e o jumento, por Pimentel Maldonado.	308
Contemplação das perfeições de Deus no espelho das creaturas, pelo padre Manoel Bernardes.	309
Vantagens do escrever e do ler, por Antonio Feliciano de Castilho.	314
Grandeza das sciencias naturaes, pelo mesmo.	316
A mulher, pelo mesmo.	317
—	
DESPEDIDA AOS MENINOS ESTUDIOSOS, POR JOSÉ FELICIANO DE CASTILHO.	315
EPILOGO.	321

Anexo H – Página de rosto de *Autores Contemporaneos* (1917)

ADVERTENCIA PRELIMINAR

(DA 6ª EDIÇÃO)

Nesta sexta edição dos *Autores Contemporaneos* juntamos ao texto para mais de uma centena de notas elucidativas, bibliographicas e grammaticaes, que, esperamos, serão recebidas com agrado pelo mesmo publico que nas escolas se tem utilizado d'este livro.

Foram as annotações orthographadas segundo systema mais phonetico, para exemplificar as suggestões apontadas na introdução, com respeito á simplificação da orthographia commun.

Não se pretende aqui impôr nenhuma norma nesta materia que ainda agora se discute e em que são tam numerosas as divergencias e tam encontradas as opiniões. Este não podia ser o intento; por isso mesmo, o texto e as demais partes do livro conservaram a orthographia muitas vezes contradictoria dos escriptores contemporaneos. Apenas, com endereço especial aos mestres, foi o systema sonico adoptado nas annotações, apesar de que ainda nesta parte a inexperiencia ou descostume originou certa falta de uniformidade em uma ou outra palavra.

A simplificação da orthographia, num tempo como este agora de extrema diffusão da instrucção popular, é uma questão séria para todos os povos; entre nós a reforma é facil; do grupo meridional das linguas latinas, a portugueza

VI

ADVERTENCIA PRELIMINAR

é a única que conserva a antiquada e difficil graphia etymologica. No Brazil, na falta de opiniões graves, a maior parte da gente deixa levar-se pelo embuste de folhetinistas e de escriptores sem assumpto, mas com o chamado talento jornalístico, que vem a ser a mera capacidade de opposição a qualquer cousa nova ou antiga. E como para o folhetim a orthographia é um *achado* e occasião de graçolas insipidas e innumeraveis, será difficil realisar o beneficio proposto para aquelles que, e são o maior numero, não pretendem alcançar o conhecimento da lingua latina e d'ella fazer, a todo momento, ostentação ás vezes pedantesca e inutil.

Escrevendo com orthographia simples, não são ridiculos os espanhões e os italianos e nem o eram os antigos escriptores da nossa lingua; agora é que a sciencia de alguns sabidorios descobriu a ridiculez do escrever com simplicidade e sem affectação erudita.

— Estavam já escriptas as linhas precedentes, quando a *Academia Brasileira*, por proposta do academico Medeiros e Albuquerque, resolveu aceitar para as suas publicações um systema de orthographia muito mais simples que o usual. Neste mesmo livro (na *Introducção*), indicamos as simplificações adoptadas por aquella douta companhia e que sómente em alguns pontos differem das nossas.

Conservamos o texto, os dois ensaios da introducção, como nas edições anteriores, com uma ou outra alteração que se tornou necessaria.

(DA 7ª EDIÇÃO)

Adoptamos, nesta setima edição, quanto ao texto das anotações, a orthographia da *Academia Brasileira*.

INTRODUÇÃO

Da lingua portugueza com relação ás linguas romanas congeneres ⁽¹⁾

No extremo occidental da Europa, bem o diz Camões
(Lus., III, 20)

...quasi cume da cabeça
De Europa toda...

expande-se o reino de Portugal; é essa a terra de origem da lingua portugueza. Chamam-lhe a esse falar, entre as mais antigas designações, de *lingua lusitana* (e também *lusitanico*, nos Lus., IX, 38); e ao povo, de *lusitanos* ou *Lusos* (Cam., Lus., X, 27), *os de Luso*. Uma vez ou outra, disseram-n'o já *lingua espanhola*, mas a denominação não prevaleceu contra a usual que foi e é a de *lingua portugueza*.

O adjectivo *portuguez* deriva por syncope da fôrma plena *portugalez*; essa expressão primeva deparam-nos as linguas irmãs antigas, como o antigo espanhol que diz *portogales* no poema de Cid (2.989), também o provençal, e o francez, pois escreve Montaigne nos seus *Essais*, I, 14: «Et au quartier par où les *Portugalois* escornèrent les Indes»; a forma-

(1) «Traduzimos fielmente este ensaio; nelle ha algumas afirmativas que o progresso e critica dos estudos do portuguez depois tornaram inadmissiveis.» (Nota do traductor).

ção latina *portugalensis* já se pôde vêr no seculo X (por ex. em Yepes, Cronica de la Ordem de S. Benito VI, n. 10, do anno 922).

Irmã mais proxima da espanhola, com essa tem a lingua portugueza grande parecença, o que, entende-se, não se limita apenas á semelhança dos radicaes, mas ainda á propria construcção grammatical. Não pôde ser todavia considerada um dialecto do castelhano; ao contrario, desenvolvendo-se principalmente na syntaxe, alma das linguas, ganhou a independencia no formar das phrases, a liberdade do exprimir, frequente exacção e concisão classica, o dom de derivações vocabulares, qualidade em que, em muitos pontos, não raro excede o idioma espanhol.

Ainda mais e com inteira razão d'ella disse Delius (*Romanische Sprachfamilie*, pag. 31) que havia conservado um ar mais antigo no seu todo, mais que o espanhol; e já L. Diefenbach (*Ueber die jetzigen romanischen Schriftsprachen*, Leipzig, 1831, pag. 39) lhe concedia que é n'ella maior a cópia de vocabulos latinos, e por ter-se mais cedo que a Espanha emancipado do jugo mourisco, pôde melhor guardar a fidelidade á nossa lingua mãe, e do espirito que lhe é proprio bem pôde fundar direitos á independencia.

Sempre tiveram os portuguezes a consciencia d'essa aproximação entre o seu idioma e o latim. Já havia dito Camões (*Lus.*, I, 33):

E na lingua, na qual, quando imagina,
Com pouca corrupção crê *que é latina*.

E Diniz da Cruz e Silva (*Hyssope*, V, 134):

...a bella e fertil lingua nossa,
Primogenita filha da latina.

Mais terminantemente diz Francisco Manoel (*Arte poet.* XVI, 21).

Nunca nariz francez em lusa cara,
Que é filha latina e só latinas
Feições lhe quadram.

INTRODUÇÃO

XI

Cousa é que nos faz lembrar Giambulari (que no seu *Gello* queria demonstrar a origem semitica do italiano) vermos um Antonio Ribeiro dos Santos ou o Cardeal Saraiva renegar a genealogia latina e filiar o portuguez no celtico. Giambulari, porém, escreveu a tres seculos; e a «Memoria em que se pretende mostrar que a lingua portugueza não é filha da latina» data de 1837; para o cardeal Saraiva o portuguez bem como as outras linguas romanas são dialectos modernos do celtico. Ainda havia até ha pouco em Portugal quem seguisse essas idéas; Costa e Silva, firmando-se em Ribeiro dos Santos (*Ensaio biographico critico*. Lisboa, 1850-56, I, 21, 22), chamava aos celtas de «padres na nossa lingua» e insinuava, com alguma restricção «que o celtico pelo menos deve contemplar-se como um dos principaes elementos da lingua portugueza.»

O portuguez, com tudo, não só conservou melhor que o espanhol a coloração latina, mas ainda foi menos perturbado pela acção de outras linguas, que mais largamente exerceram influxo no castelhano e por isso aqui deixaram poucos vestigios.

Em primeira linha a lingua dos Bascos, que era a dos aborigenes celtas ⁽¹⁾ da Iberia, deveria ser a que mais firme influxo havia de exercitar. É já de admirar que a lingua ibérica, de cuja existencia como *idioma vivo* falam os escriptores romanos ⁽²⁾, de tal modo cedera ao latim que já um seculo antes de Christo fala Strabão d'esses chamados *Turdetanos* ⁽³⁾ estarem já completamente romanizados e nem saberem mais

⁽¹⁾ W. v. Humboldt — *Untersuchungen über die Urbewohner Hispaniens*, 1821. — Devem ter-se com muita reserva estas opiniões a respeito de origens ethnicas dos povos de Espanha, em geral inexactas. (*Nota do traductor*).

⁽²⁾ Cicero — *De divin.* — II, 64: «Similes enim sunt dii, si ea nobis objiciunt, quorum neque scientiam neque explanationem habeamus, tanquam si Poeni aut Hispani in senatu nostro sine interprete loquerentur.»

Tacito conta de um camponio de Termeste que se exprimia «*sermone patrio*.»

⁽³⁾ Strab. III, 2. — Οἱ μὲν τοὶ Τουρδητᾶνοὶ τελέως εἰς τῶν Ρωμαίων μεταβέβληνται πρότον οὐδέ τῆς διάλεκτον τῆς σφετέρᾳς ἐπι μέμνημένοι.

a lingua materna; a mesma singularidade é de notar-se hoje que de todos os vocabulos bascos que se conservaram no espanhol ⁽¹⁾ apenas um terço proximamente passou ao portuguez. Difficil, pois, seria explicar por influxo do vasconço certos caracteres phoneticos que se repetem no portuguez, como, por exemplo, a intrusão de vogal entre uma muda e o *l* ou *r* ⁽²⁾ e a frequente quêda do *n* entre duas vogaes ⁽³⁾; factos que preferentemente ao influxo basco devem ser antes attribuidos aos processos phoneticos proprios do portuguez e independentes de qualquer prestigio do antigo ibérico.

Explica W. Humboldt a insufficiencia de elementos bascos no portuguez pelo numero de bascuenses ahi muito menor do que na Espanha, ao que ajunta Diez a hypothese (Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen. 3 Aufl. Bonn, 1869, I, pag. XVIII) de que talvez os termos bascos que apparecem no thesouro lexico do espanhol «só tarde penetraram a região ispanica vizinha sem alcançar a longinqua terra portugueza.»

Ambas as razões poderiam juntas explicar a falta de vocabulos bascos no portuguez.

Pelos começos do V seculo ruiu a grande invasão dos povos germanicos sobre a peninsula, que no VIII veio quasi toda sob o poder arabe; foi de sete seculos o dominio sarraceno, cujo influxo no espanhol, por identicos motivos, já allegados a respeito do basco, foi ahi mais decisivo e numeroso do que em Portugal, que logo cedo pôde libertar-se do jugo semitico.

(1) Cf. Aldrete — *Del origen y principio de la lengua castellana*. Roma, 1606.

(2) Cf. Diez (E. W. pag. XVI) *caranguejo* — *cancer* (*pror. eranc.*); *gurumete*, ao lado de *grumete*; *garupa* — *espanhol*, *grupa*, e outros.

(3) Cf. Diez (Grammatik der romanischen Sprachen. 3 Bd. 3 Aufl. Bonn, 1870, I, 270); *alheo* (*alienus*) *aréa* (*arena*) *boa* (*bona*) *cadéa* (*catena*) *céa* (*cena*) *coelho* (*cuniculus*) *geral* (*generalis*) *lua* (*luna*) *miado* (*minutus*) *moeda* (*moneta*) *pessoa* (*pérsone*) *pôr* (*ponere*) *saar* (*sanare*) *semeiar* (*seminare*) *soar* (*sonare*) *ter* (*tenere*) *vaidade* (*vanitas*) *vea* (*vena*) *vir* (*venire*) conjunctamente com o basco *khoroá* (*esp. corona*) *linho* (*esp. lino*) etc.

Os contingentes arabicos da lingua portugueza, quasi os mesmos do espanhol, já antes haviam sido elaborados na Espanha. O *Vocabulista aravigo* de Pedro de Alcala, documento fundamental para o conhecimento do dialecto vulgar arabe, appareceu em Granada em 1505. Apoz numerosos trabalhos de preparação, data de Lisboa, 1789, o livro de Fr. João de Souza « Vestigios da lingua arabica em Portugal ou Lexicon etymologico das palavras e nomes portuguezes que têm origem arabica » composto por ordem da Academia, impresso em nova edição, 1830 (Cat. da Acad. Nr. 9). Naturalmente estava reservada aos tempos de hoje a tarefa de ordenar esse mais ou menos rico e util material, de modo scientifico e critico. Sobre taes preliminares e os estudos de Marina e Hammer, foi construida a obra do erudito hollandez Dr. W. H. Engelmann « Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe (Leyde, 1861—2ª ed. 1869); a essa juntou o Dr. Marcus Müller observações avulsas e alguns novos artigos—*Relatorio das sessões* da Academia de Sciencias de Munich, classe de philosophia e philologia, 1861 (II, pag. 95-115).

Em geral faz Diez (R. Gr. I, 94) essa observação sobre o uso das palavras arabes nas linguas romanas do occidente—e, segundo os informes de Sarmiento (Obras póstumas, Madrid, 1775, 107), um decimo do espanhol é puramente oriental—taes termos indicam os objectos materiaes correntes ou noções scientificas, principalmente da historia natural, da medicina, astronomia e musica; muitos se referem a cousas do Estado, em particular a empregos e dignidades, a pesos e medidas, e até a arte da guerra é contemplada⁽¹⁾. Nenhuma palavra foi derivada do mundo do sentimento, e, como as relações entre christãos e mouros apenas se resu-

(1) Theophilo Braga, *Historia da literatura portugueza*, Porto, 1870, Introdução, I, 59: « A medicina que se conhecia em Portugal nos primeiros quatro seculos da monarchia era a dos arabes. » E ainda, 61: « Na magistratura civil os nomes dos varios cargos tambem tinham designações arabes. » No mesmo auctor e lugar, 58: « A lingua arabe era conhecida pelos cavalleiros portuguezes, que se serviam d'ella muitas vezes para a tactica militar. »

miam em seus negocios externos, nenhuma approximação sentimental entre elles se realizou como entre godos e romanos ⁽¹⁾.

Nem o elemento gothico, nem tão pouco o arabeahi ou na Espanha affectou a phonetica ⁽²⁾. As palavras arabes hoje de maior uso pertence o pronome *Fulano* (ant. *folam*, Eluc. I, 471, *hum folão*, *fulano* (= quidam) ⁽³⁾ e a particula *oxalá* (en schâ Allah) Deus o queira (= utinam). Tambem possuia o antigo portuguez a particula *fasta* em vez de — até — correspondente á espanhola ainda usada *hasta* ⁽⁴⁾ (= tenus).

Com o trato internacional entraram originalmente no portuguez vozes avulsas, anglo-saxonias, normandicas ou inglezas, que as outras linguas latinas, a espanhola mesma desconhecem (Diez, E. W. II, 110) e assim o anglo-sax. *britiam* (ing. brit) em *britar* ⁽⁵⁾; o nordico *pin* em *pino* (ant. nord. *pinni*, kymr. ingl: *pin*, gael. *pinne*); o inglez *dolt*, conhecido no

⁽¹⁾ Essa peculiaridade na vida aliás quasi promiscua de arabes e portuguezes (Cf. A. Herculano — Historia de Portugal, 3ª ed. Lisboa, 1863, III, 199, e Braga, 1, c. 55-84) é provada pelo lexico: *Alarve* ou arabe (alarabi) é um termo injurioso, e assim outros, como *cadimo* (sobre a variação do sentido, vide Eluc. I, 235); *cafre* (câfir) *cafila* (gafilah) *refece* (rachiç) *safio* (gâfi), os quaes trouxeram em parte alguma significação pejorativa ou vieram a tel-a em portuguez; *elche*, renegado (arabe *elg*, proselyto). Particularmente occorrem expressões militares: *adail* (addali) *alardo* (al-ar'-d)...

(O autor aqui enumera copiosos vocabulos dos arabes, os quaes para concisão achamos melhor omitir. *Nota do traductor*).

⁽²⁾ Ad. Coelho. A lingua portugueza, 1868, pag. 23, 25, 116.

Cf. Delius, Romanische Sprachfamilie, pag. 29, e Diez — Romanische Gramm. I, 370, no artigo sobre o j espanhol.

⁽³⁾ *Fuão*, do arabe *fólan*, Freyt, III, 372 b.

⁽⁴⁾ Elucidario, I, 437; *fastá*, adv. até. Vem do espanhol *hasta*. *E pagares o tal dinheiro fastá o fim de Setembro*. Doc. da Serra do Porto.

⁽⁵⁾ Elucidario, I, 208. « *Britar*. Quebrar, romper, despedaçar, arrombar. É dos principios da monarchia, e ainda se usa d'ella na Beira. *Britar nozes, britar pinhões*, etc., por quebrar a dura casca que esconde o miolo. *Britar o contracto*, não estar por

INTRODUÇÃO

xv

Devonshire e no anglo-sax. *dol*, em portuguez *doudo*, etc. ⁽¹⁾ Uma lista de palavras scandinavas dá Th. Braga nas « Epopéas da raça mosarabe. » Porto, 1871, pag. 104-105.

O portuguez recebeu um consideravel quinhão do francez, facto innegavel que se origina do influxo da grande comitiva do Conde Henrique de Borgonha; é todavia absurdo tirar d'essa circumstancia a nasalidade da lingua portugueza, que, seja dito de passagem, é de todo dissemelhante da franceza, hypothese que em si e por analogia de outro exemplo (o dominio francez na Sicilia) Diez refuta de modo cabal (R. Gramm. 382, nota).

Ao tempo em que a França começou a dominar a Europa e maxime quando veio em auxilio d'el-rei João IV (1640-1656) contra a Espanha, a lingua portugueza em todo o caso muito se foi abeberando de vocabulos e phrases, pois desde hi não cessam zelosamente de clamar os patriotas ⁽²⁾.

elle, ir contra o que se ajustára. *Britar os ossos*, quebral-os. *Britar uma porta*, arrombal-a.

A uma especie de Aguia que com o bico quebra os ossos chamam hoje *Aguia quebrantosso*; mas antigamente lhe chamavam *Britaossos*.» E o substantivo *britamento* (Côrtes d'Evora de 1442).

⁽¹⁾ Palavras nordicas têm em commum o espanhol e o portuguez, *prégo*, esp. *priego*, ingl. *prick*, anglo-sax. *prica* — *Doido* parece ser antes derivado do latim *stolidus*. (Nota do traductor).

⁽²⁾ Franc. de Santo Luiz, Glossario das palavras e phrases da lingua franceza que por descuido, ignorancia ou necessidade se têm introduzido na locução portugueza moderna, com o juizo critico das que são adoptaveis nella. Lisb. 1816, 1827.

Leiam-se ahi particularmente as lamentações de Dom Francisco Manoel de Mello, nos seus *Apologos Dialogaes*. Lisboa, 1721, pag. 169.

D'essa *gallomania* reza o *Parnaso Lusitano* (Paris, 1826) IV, 385: « É indizivel o que se tem accumulado de francezias não só em traducções portuguezas mas até em obras de varios generos, de fórma que mais necessita a mocidade portugueza hoje de dictionario para entender os livros da lingua moderna que de dictionario da mesma lingua.»

Diniz igualmente no seu *Hyssope* (Paris, 1817, A. Bobée) lastima-o no prologo e repete o verso (V. 134) acerca da lingua que

... anda envasada

Em mil termos e phrases gallicanas.

INTRODUÇÃO

xv

Devonshire e no anglo-sax. *dol*, em portuguez *doudo*, etc. ⁽¹⁾ Uma lista de palavras scandinavas dá Th. Braga nas « Epopeas da raça mosarabe. » Porto, 1871, pag. 104-105.

O portuguez recebeu um consideravel quinhão do francez, facto innegavel que se origina do influxo da grande comitiva do Conde Henrique de Borgonha; é todavia absurdo tirar d'essa circumstancia a nasalidade da lingua portugueza, que, seja dito de passagem, é de todo dissemelhante da franceza, hypothese que em si e por analogia de outro exemplo (o dominio francez na Sicilia) Diez refuta de modo cabal (R. Gramm. 382, nota).

Ao tempo em que a França começou a dominar a Europa e maxime quando veio em auxilio d'el-rei João IV (1640-1656) contra a Espanha, a lingua portugueza em todo o caso muito se foi abeberando de vocabulos e phrases, pois desde hi não cessam zelosamente de clamar os patriotas ⁽²⁾.

elle, ir contra o que se ajustára. *Britar os ossos*, quebral-os. *Britar uma porta*, arrombal-a.

A uma especie de Aguia que com o bico quebra os ossos chamam hoje *Aguia quebrantosso*; mas antigamente lhe chamavam *Britaossos*.» E o substantivo *britamento* (Côrtes d'Evora de 1442).

⁽¹⁾ Palavras nordicas têm em commum o espanhol e o portuguez, *prégo*, esp. *priego*, ingl. *prick*, anglo-sax. *prica* — *Doido* parece ser antes derivado do latim *stolidus*. (Nota do traductor).

⁽²⁾ Franc. de Santo Luiz, Glossario das palavras e phrases da lingua franceza que por descuido, ignorancia ou necessidade se têm introduzido na locução portugueza moderna, com o juizo critico das que são adoptaveis nella. Lisb. 1816, 1827.

Leiam-se ahi particularmente as lamentações de Dom Francisco Manoel de Mello, nos seus *Apologos Dialogaes*. Lisboa, 1721, pag. 169.

D'essa *gallomania* reza o *Parnaso Lusitano* (Paris, 1826) IV, 385 : « É indizivel o que se tem accumulado de francezias não só em traducções portuguezas mas até em obras de varios generos, de fórma que mais necessita a mocidade portugueza hoje de dictionario para entender os livros da lingua moderna que de dictionario da mesma lingua.»

Diniz igualmente no seu *Hyssope* (Paris, 1817, A. Bobée) lastima-o no prologo e repete o verso (V. 134) acerca da lingua que

...anda envasada

Em mil termos e phrases gallicanas.

O idioma portuguez não se estende apenas por essa faixa de terra que hoje tem o nome de Reino de *Portugal*; abrange ainda a *Galliza*, e mesmo a linguagem das *Asturias* está mais proxima do portuguez do que do espanhol, o que fez Sarmiento negar a esta região o character de espanhola ⁽¹⁾.

Fóra d'ahi transplantaram o portuguez os colonos que da patria ainda emigraram para as *Indias*, *Macáo*, *Philippinas*, *Molucas* e sobretudo para o *Brasil*, onde, de par com a lingua, floresce uma literatura ⁽²⁾.

Não falta quem affirme que o *gallego* e o *portuguez* sejam linguas diferentes; é essa supposição, porém, insustentavel, e desde muito refutada pelos proprios estudiosos espanhóes e portuguezes ⁽³⁾. Os parcos restolhos que ficaram da poesia gallega, e os documentos que nos deixou a *Galliza*, as *Cantigas* do rei Affonso X de Castella (1252-1284), mais tarde as canções de Macias, provam á evidencia a identidade do portuguez e do gallego, aparte certo colorido dialectal e raros desvios de fórmulas. Cotejem-se os documentos gallicianos, e copioso numero d'elles póde-se encontrar na «*España Sagrada*» XLI, p. 351 seq. de Lugo, dos annos de 1207-1374, e descobrir-se-ão pouquissimas fórmulas variantes do antigo

(1) Cf. Varnhagen apud *Trovas*, p. XXX. Sobre esse dialecto, veja-se a «*Collecion de poesias em dialecto asturiano*» publicada em 1839.

(2) Wolf—*Le Brésil littéraire, histoire de la littérature brés.* Berlin, 1863.

(3) Cf. Velasquez, L. J. *Geschichte der spanischen Dichtung*. Traduzido do espanhol e com annotações. J. A. Dieze. Göttingen, 1769, pag. 96.

Costa e Silva (I, 17):

«Portugal e Galicia *falaram sempre a mesma lingua*. Todos os antigos escriptores espanhóes chamam *lingua gallega* ou *portuguesa* os idiomas das duas nações. D'aqui vem que Macias (el enamorado) é contado por uns entre os poetas gallegos e por outros entre os poetas portuguezes. D'aqui vem dizerem uns que El-Rei D. Affonso o Sabio escrevera grande numero de cantigas para musica em gallego, ao passo que outros dizem que foram escriptas em portuguez; *mas a verdade é que todos dizem a mesma cousa usando de denominações diferentes.*»

INTRODUÇÃO

XVII

portuguez, que se não repetem nos documentos d'este ultimo ⁽¹⁾ mas são em verdade meros provincialismos ⁽²⁾

Admittindo a unidade do gallego e do portuguez ⁽³⁾, chegou Alexandre Herculano a hypothese differente quando afirma ser a linguagem especial das *Trovas* do seculo XIV, não o falar do povo e sim o idioma escripto ou literario. O que se diz das *Trovas* diz-se do *Cancioneiro* d'el-rei D. Diniz; apenas são ambos os monumentos compostos na mesma lingua portugueza como ella o é com igual fórma conservada em outros escriptos, nos *Foraes*, por exemplo. Esse parecer de Herculano não vale mais nem melhor que o da independencia das duas linguas gallega e portugueza e precipua-mente se funda em dois passos da carta do Marquez de Santillana, tão citada pelos historiadores da literatura (1398-1458. Sanchez, *Collecion de poesias castellanas anteriores al siglo XV*. Tomo I, Madrid, 1779, pag. XLVIII); uma d'essas passagens diz (p. LVII):

«... falaron esta arte que mayor se llama y el arte com-mum, creio, en los reynos de Galicia e Portugal... entanto que... qualesquer decidores e trovadores... todas suas obras componiam en lingua gallega ó portugueza.»

(1) No antigo portuguez se lêem principalmente as constitui-ções das cidades, os *Foraes*, alguns dos quaes datam de muito cedo. 1081. (*Memorias de literatura*, vol. V, pag. 89; vol. VII, pag. 162.

A collectanea principal contendo codices antigos é a « Col-lecção de legislação antiga e moderna do Reino de Portugal » Coimbra, 1797.

(2) Veja-se a respeito o que Diez arrazôa « Ueber die erste portugiesische Kunst und Hofpoesie. Bonn, 1863, pag. 105-109. Tambem ao *Cancioneiro* de Juan Alfonso de Baena (Leipzig, 1860), pag. LXXVIII — LXXXIV da introdução: De la poesia castellana en los siglos XIV y XV.

(3) Desvios ou alterações insignificantes são as que occorrem; Dom Diniz, por exemplo, diz *ieu*, em vez de *eu*, o que não se pôde demonstrar com as *Trovas* onde por sua vez deparam-se-nos *xe* e *vus* e o adverbio *chus* (T. 153. 3 Alf. X) em vez de *mais*; fórmas que não se vêem no *cancioneiro*; são pontos destituídos de importancia. Cf. Diez, *Altpr. K. u. H.* pag. 108.

E a ultima pag. LVIII:

«...cantigas, serranas e decires *portuguezes e gallegos*.»

É, porém, evidente que Santillana, como pensa Diez, se refere *talvez* ás terras e não ás linguas, e ainda mais do que queria Diez devemos entender aquellas expressões como se indicando o idioma commum dissessem «cantigas de Portugal e Galliza.» ⁽¹⁾

Algo mais tarde que as linguas irmãs começou a ordenar-se a grammatica portugueza. Fernão de Oliveira teve o merito de haver escripto a primeira grammatica da lingua. Apareceu ella em 1536 (isto é, quarenta e quatro annos depois do «Tratado da grammatica sobre la lingua castellana» de Antonio Nebrissensis) e appareceu com o titulo de *Grammatica de linguagem Portugueza* (nova edição em 1871).

Seguiu-se-lhe João de Barros em 1539 com a sua *Grammatica da lingua Portugueza*, e então continuaram a produzir e ainda que lentamente os trabalhos linguisticos. Dos começos do seculo dezesete (1606) data a *Origem da lingua Portugueza* de Duarte Nunes do Lião ⁽²⁾, e dos principios do XVIII a obra de Francisco José Freire — *Reflexões sobre a lingua portugueza* — contendo as palavras antiquadas desde o tempo de João de Barros ao de Antonio Vieira ⁽³⁾. Em 1760 appareceu o livro original de Manoel José de Paiva — *Enfermidade da lingua e arte em que ensina a emudecer para a melhorar*; e em 1767, o *Compendio de orthographia de Fr. Luiz do Monte Carmello*. A parte lexicographica predominou entre todas em Portugal e foi tratada com amor ⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ Vide mais completamente Saco y Arce—Gram. gallega-Lugo, 1868.

⁽²⁾ Em 1631 escreveu Alvaro Ferreira de Vera o seu livro: *Orthographia e modo para escrever certo na lingua portugueza*; em 1655 tratou questões da lingua o Padre Bento Pereira; sobre esses materiaes foi preparada a *Orthographia da lingua portugueza* de João Franco Barreto, 1671.

⁽³⁾ Sobre outras ridiculas produções philologicas, vid. Braga, *Manual*, pag. 345-350.

⁽⁴⁾ Jeronymo Cardoso havia na ultima metade do seculo XVI feito a tentativa de um dictionario portuguez; mais tarde tambem Agostinho Barbosa.

INTRODUÇÃO

XIX

O *Vocabulario portuguez e latino* por D. Raphael Bluteau (Lisboa, 1712-1721, na officina de Paschoal da Silva) constitue base para o do brasileiro **Moraes Silva** (Lisboa, 1789), a 4ª ed. em 2 vol. 1831 ⁽¹⁾. O vocabulario de José Joaquim Costa e o dictionario da lingua portugueza da *Academia* (Lisboa, 1793) que apenas abrange a letra A e a que se ajuntou, 1799, um «Catalogo dos livros que se hão de ler para a continuação da lingua portugueza,» foram offuscados pelo *Elucidario*. Pedro José da Fonseca foi escolhido para a preparação do dictionario da Academia, e neste esforçado trabalho o ajudaram Bartholomeu Ignacio Jorge e Agostinho José da Costa de Macedo.

Foi em 1798 que appareceu em Lisboa, na officina de Simão Thaddeo Ferreira, o primeiro volume (A — F) do *ELUCIDARIO das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usarão, e que hoje regularmente se ignorão: obra indispensavel para se entender sem erro os documentos mais raros e preciosos, que entre nós se conservão: publicado em beneficio da litteratura portugueza e dedicado ao principe N. Senhor* ⁽²⁾ por Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, dos menores observantes reformados da real provincia da Conceição. A este seguiu-se em 1799 o segundo volume (G — Z na typographia régia Silviana) com appendice de 62 paginas: *Supplemento, addições e correções ao Iº e IIº tomo do Elucidario*.

Nova e má reimpressão d'este livro com inuteis annotações fez em 1865 Innocencio ⁽³⁾.

O trabalho de Santa Rosa de Viterbo não corresponde naturalmente aos reclamos da critica scientifica ⁽⁴⁾ e contém

⁽¹⁾ O Dictionario portuguez de Bacellar é cousa de todo extravagante.

⁽²⁾ O principe do Brasil D. João.

⁽³⁾ Por influxo de opiniões de Ad. Coelho e Th. Braga, desliza o A. em descabidas injustiças e em não poucos erros. A edição do *Elucidario* feita por Innocencio é digna de toda a estima. (*Nota do traductor*).

⁽⁴⁾ Como amostra da intelligencia mais que ingenua do auctor, sobre a evolução da lingua, aqui damos apenas um trecho da Dedicatória: «A linguagem das nações» Serenissimo Principe.

apenas (segundo A. Coelho, *Questões*, pag. 30) parte insignificante dos archaismos; pôde, porém, ser aproveitado para maiores fins e por isso merece a nossa gratidão. A «advertencia preliminar» traz (pag. I — XXIII) concisa exposição do desenvolvimento da lingua portugueza.

O vocabulario de homonymos portuguezes, de Antonio Maria do Couto, que com o titulo «Diccionario da maior parte dos termos homonymos e equivocos da lingua portugueza» appareceu em 1842 em Lisboa, é incompleto e sem espirito scientifico (¹). Serviço igualmente duvidoso á lingua materna prestou Francisco Evaristo Leoni com o seu livro impresso em 1858 «Genio da lingua portugueza» obra que se não comprehende, podesse ser meditada e escripta vinte annos depois da obra de Diez. Nem muito melhor serviço foi o de A. Soromenho (1867). O estudo scientifico das linguas romanas e especialmente da portugueza só teve unico promotor em Adolpho Coelho, que em seus escriptos: «A lingua portugueza» (1868); «Theoria da conjugação em Latim e Portuguez» (1870) e «Questões da lingua portugueza» (I parte; preliminares; o lexico; o consonantismo; 1874) pela primeira

participa dos privilegios da moeda, a quem os supremos imperantes mudam, alteram e dão o valor, com que os seus povos e vassallos a devem receber. Aqui pois se reproduzem as palavras, termos e phrases com que o Portugal antigo ouviu falar a seus adorados principes... Compuseram-se então os grandes do reino e os pequenos ao exemplar soberano da casa real e a todos foi commum a lingua da nação.»

Com igual ingenuidade já em 1710 Antonio de Mello da Fonseca, em seu *Antidoto da lingua portugueza* (pag. 416) pedia a D. João V que reformasse a lingua portugueza.

(¹) Como igualmente o «Ensaio sobre alguns synonymos da lingua portugueza» de Francisco de Santo Luiz, 2 vols. Lisboa, 1824-28 e o «Diccionario de synonymos da lingua portugueza» de Fonseca, Paris, 1831.

— Faço uma vez por todas, a reflexão de que o A. é sempre injusto, a respeito dos meritos dos que não conheceram e nem podiam conhecer, e até podiam não dar o excesso de estima que depois se deu, aos novos methodos de mera etymologia scientifica—cousa menos importante que o conhecimento literario da lingua. (*Nota do traductor*).

vez compilou os resultados até ahí obtidos pelo estudo comparativo das linguas, e rompeu caminho, isolado e sem auxilio, por essas regiões ⁽¹⁾.

O culto da grammatica portugueza nos paizes estrangeiros jaz ainda deficientissimo: pouco lhe tocou entre as demais linguas europeas e especialmente entre as linguas romanas ⁽²⁾. A deficiencia maior, porém, é antes de tudo na orthographia. Os naturaes do paiz são os proprios a se lamentarem da falta de regras fixas neste assumpto.

O chamado « Compendio de Orthographia » de Fr. Luiz de Monte Carmello (Lisboa, 1767) nada conseguiu fixar.

⁽¹⁾ O applicado philologo dotado de legitimo criterio, e que com a sua *Bibliographia critica da Historia e Literatura* (Porto 1875) tentou em pura perda um novo rejuvenescimento scientifico da sua terra, já amargamente desenganado para retomar a tarefa, mostra na *Advertencia* das suas *Questões* a misera situação em que fica o estudioso d'essa especie em Portugal, e é por isso mesmo, duplamente notoriamente bem vindo com os seus novos trabalhos (Vid. *Bibl. crit.* I, 128, pag. 9, e *Questões*, pag. 13).

— Esta é a opinião do A. e se é verdadeira no elogio a A. Coelho, é injustissima quanto aos predecessores e aos contemporaneos, os quaes se occuparam do principal, isto é, de escreverem bem a lingua portugueza e não de ostentarem sciencia de um ramo aliás importante da erudição allemã. (*Nota do traductor*).

⁽²⁾ Os trabalhos grammaticaes mais conhecidos são: *Methodo novo e facilimo da grammatica franceza e portugueza*, *Trevoux* 1700. — J. A. v. Junck, *Port. Grammatik*. Frankfurt a/O. 1778. — Meldola, *Nova Gramm. port. dividida em 6 partes*, Hamburgo, Herold, 1785. — Lobato, *Arte da Gramm. da l. port.*; 2 impr.; Lisboa, 12, 1788. — Transtagano, *A new portuguese grammar*, 3ª ed. London, 1794. — Sirete, *Grammaire franç. et portug. revue par Cournand*, Paris, an VII (1799). — P. J. de Figueiredo, *Arte da gramm. port. ordenada em methodo breve e facil*, 1700. — Wagener, *port. Sprachlehre*, Mainz u. Hamb. 1802. — Mordente, *Exercises of the port. language*. London 1807. — Gabe, *Gramm. Portugaise*. Hamb. (Campe) 1812. — Vieyra, *Portuguese grammar*; Lisboa, 1812. — Aldoni, *port. Sprachl.* Leipzig, 1813. — Laycock, *A gramm. of the port. language*, Leeds. 1825. — Jeron. Soares Barboza, *Gramm. philos. da lingua portugueza*, 2ª ed. Lisboa, 1830. — Constancio, *Gramm. analyt. da l. port.* Paris, 1831. — *Kurze Anleitung zur port. Spr.* Hamb. 1832. — Muller, *port. Sprachl.*, 2. Aufl.

O Morgado Mathews, em 1816, ao fazer uma edição dos « *Lusiadas* », diz: « É notorio entre nós que *em nenhum tempo houve nem ha de presente um systema de orthographia fixa e geralmente adoptado*; » mais amargamente o editor do *Hyssope* (Paris, 1817, pag. 15) se queixa: « Lastimemo-nos da infeliz sorte de nossa lingua que mal falada, mal escripta, mal pronunciada anda », e em outro passo (pag. 12) fala da *indolencia* da Academia, cujas contribuições, sem duvida por grandes inconsequencias em materia orthographica, pouco serviram á fixação da escripta, ainda que lhe sejamos gratos pela edição de materiaes significativos, como a « *Collecção dos livros ineditos da Hist. port. (Cat. Nr. XIII) e os Foros* » dos seculos XIII e XIV.

Em quanto a lingua de Portugal muitissimo mais que as outras congeneres, escapa ao influxo dos dialectos dos quaes quasi nada parece trair, ao mesmo tempo o linguajar do povo muito criou de desconhecido e extravagante. Paiva, nas suas *Enfermidades da lingua*, adduz numerosos exemplos. Formações vocabulares como a ingleza *sparrow-grass* (por *asparagus*) e as allemãs *Maulwurf* (molt-wurf), *Armbrust* (*arcubalista*), *Osterluzei* (*aristolochia*), *Sündfluth* (*Sintflut*), etc., acham-se aos milhares na bocca do povo portuguez.

Quem poderia descobrir em *Estevam de Mattos* o latim *Stabat Mater*? e analogamente o são *alifante*, *cardeal*, *pelin-*

Hamb. 1848 — Wollheim, *Prakt. port. Sprachl.* 2. Aufl. Hamb. u. Leipzig, 1849. — F. Pinheiro de Souza, *Gramm. der port. Sprachl.* — Leipzig, 1851. — Boesche, *Der kleine Portugiese*, Hamb. 1853. — Boesche, *Neue portg. Sprachl.* 1853 e 1877 — Siret — *Gramm. port.* Paris, 1854. — Austett, *Port. gramm. nach Ollendorf*, Hamb. 1863 — Brandes, *Abhandl. über die port. Sprache*, Lemgo, 1864. — Herold, *Prakt-Lehrgang der port. Sprache*, Leipzig, 1872. — Th. Braga, *Gramm. port.* Porto, 1876. A juntar-se: *Chrestomathien von Ahlwardt*, Lpg. 1808. — Schubert, *Bibliotheca castellana, port. e proenzal*, 2. Aufl. 1809 — Massarellos, *Pequena chrestom. port.* Hamb. 1809.

— Esta lista póde apenas servir de contribuição bibliographica e é incompletissima quanto ás publicações dos ultimos quarenta annos, ainda mesmo excluindo o que foi publicado no Brasil. (*Nota do traductor*).

grin, vagamundo, incomonia, inzame, inleição, etc., de elephas, carduelis, peregrinus, vagabundus, economia, examen, electio.

A lingua portugueza é de costume mal prezada, ainda que tenha logar conspicuo entre suas irmãs. A circumstancia de não se haver tornado lingua cosmopolita como a franceza, não ser celebrada por um Dante ou nobilitada por um *Don Quijote*, e de não ter florescido senão nessa pequena terra que apenas de passagem teve um papel na historia universal, não a fez de certo conhecida e falada como o merecia a lingua que mais fiel conserva a tempera e as feições maternas.

Na etymologia a lingua portugueza desenvolve capacidade igual á de suas irmãs; com firmeza igual á do italiano ou do espanhol declina os casos dos seus pronomes pessoaes; em numerosas fórmulas do latim apoia os seus modos de comparação; no verbo, porém, ao demais da fidelidade que lhe é original á fórmula raiz, que jámais tolera a diphthongação, mas a apophonia, e quasi nunca a troca de consoantes, mostra na formação dos tempos uma riqueza que chega a igualar e mesmo exceder á do castelhano; unica lingua romana moderna é a portugueza na qual ainda se conserva o *plusquam* perfeito com a força primitiva que havia no latim.

O característico e a originalidade da flexão portugueza é o chamado *Infinito pessoal*, que na brevidade, precisão e elegancia da expressão iguala á do infinito latino *cum accusativo* e mesmo sobrepuja o latim por tornar com a desinencia dispensavel o accusativo do sujeito pronome ⁽¹⁾. Ainda mais alta se eleva a capacidade do infinito com poder-se-lhe antepôr quasi qualquer preposição e assim crear paraphrases adverbias de toda a sorte. Quando canta el-rei Diniz:

...eu me perder
(*indem ihr mich verliert*)

em nenhuma outra lingua romana seria possível esse matiz e essa concisão; o italiano poderia apenas dizer com o gerun-

⁽¹⁾ Por ex. no *Canc.* de D. Diniz, pag. 176:

«De morrerdes por mi gram direyt'ê, Amigo...
(*Freund, dass ihr sterbt für mich...*)

dio *perdendomi*, o que também por igual modo o poderá o proprio portuguez.

Grande abundancia de fórmulas também possuem os participios. O do *presente* desapareceu logo ás origens; sem embargo, as obras dos poetas estão d'elles cheias, formados sobre os varios typos das conjugações, ainda que se lhes não possa dar outro papel que o de adjectivos ⁽¹⁾.

Certo numero de outras fórmulas, numerosos condicionaes, o futuro conjunctivo, varios auxiliares, multiplas paraphrases da passiva, muitos verbos reflexivos, o emprego original do participio passado como adjectivo ⁽²⁾, tudo tem o portuguez em parte de commum com o castelhano, em parte como peculiaridade sua.

Sem duvida alguma é a syntaxe portugueza, d'entre as das linguas congenitas, a que mais aproxima da latina.

O emprego ordenado de pluraes abstractos, a concordancia e a regencia ⁽³⁾ estão sempre a lembrar o prototypo latino.

A collocação das palavras que nas linguas irmãs apenas raro rompe o rigor das regras, aqui é livre e é desenvolta, quer na poesia, quer na prosa ⁽⁴⁾; a collocação do genitivo

⁽¹⁾ Por exemplo nos *Lusiadas*: adjacente (III, 26); ardente (I, 91; III, 6); jacente (V, 22); lucente (I, 24; III, 6; V, 10); prestante (II, 78); rompente (III, 48); fulgente (III, 107); estridente (IV, 31).

⁽²⁾ Vejam-se: *agradecido* (o que agradece), *calado*, *apercebido*, e assim outros.

⁽³⁾ *Congruenz und Rektion* na gramm. allemã

⁽⁴⁾ No *Parnaso lus.* IV, 49, depois de transcrever-se o queicume de Fénelon sobre a ferrea ordem directa das palavras francezas, lê-se: «Estes perluxos francezes com as suas clarezas de estylo, eo'o seu pautado nominativo, verbo e caso com seus cadilhos de pronomes, articulos, suas duplices negativas teem encadeiado muito bons engenhos e malquistado com elle as inversões, tão continuas nos versos e engraçadas muita vez na prosa. Inversões, digo, tão aceitas e tão bem casadas com a lingua latina e por conseguinte com a nossa, primogenita e principal

INTRODUÇÃO

XXV

entre o substantivo regente e o artigo, é um processo assaz commum.

O escriptor portuguez vae sempre abeberar-se nos mananciaes da lingua materna, e assim opulenta o idioma proprio com formosissimas expressões

Se temos de pedir a alguma bolsa
Termos que nos falleçam, *seja a bolsa*
De nossa mãe latina

diz Francisco Manoel na sua *Arte poetica*. Esse regresso ás fontes já muito generalizado ⁽¹⁾ merece dos criticos, em vez de reproche, antes o louvor dos seus auctores (cotejem-se Francisco José Freire no «Discurso preliminar,» no seu *Diccionario poetico*; tambem José da Fonseca — *Tratado da versificação portugueza*, pag. 74 e seg. e ainda Francisco Dias Gomes, *Obras poeticas*, pag. 298 e seg.). Muitas palavras justamente d'esta sorte tomaram no portuguez multiplas fórmas, e na mór parte por emprego de auctores letrados, voltando ás origens recuperaram o significado erudito. Assim o latim *planus* em *chão*, *lhano*, *piano*, *plano*; o grego *κύλινδρος* em *calhandroo*, *calandra*, *calondra* e *cylindro* ⁽²⁾; d'ahi ainda as numerosas fórmas duplas como *flamma* e *chamma*, etc. No seculo XVI começou essa reconstrucção alatinada: *auto*, *trauto*, etc., tornaram-se *acto*, *tracto*, mau grado não se pronunciasse aquelle *c* etymologico; essa peculiaridade ortho-

herdeira. E que se segue d'ahi? Que se lhe damos ouvidos em logar de darmos poemas que retratem a formosura e o numero dos Virgilios, nos desbotaremos em prosissimas prosas deslavadas.»

⁽¹⁾ Assim criou Francisco Manoel: *flumens*. Castro (P. lus. II, 1): *lasso*. D. M. Torres: *cyatho*. Silva (O' crepusc. da tarde): *ove* (ovelha). Semelhantemente, Camões, Lus. I, 16, *exicção*; II, 21, *incola*; VII, 8, *divicias*; VII, 8, *inimicicias*; VIII, 65, *nequicias*; IX, 21, *insula*; IX, 73, *mora*; X, 10, *cerviz*, palavras já hoje de uso, e assim muitos adjectivos compostos de *fero* e *gero*. A esse respeito veja a introdução (XXIV) á minha edição dos *Lusiadas*.

⁽²⁾ V. Coelho—*Questões*, 103.

graphica marca a transição do portuguez medieval (como, entre os allemães, a desaparição da syllaba final e a distincção da longa e breve na passagem do medio alto allemão ao novo alto allemão). Os grammaticos buscaram naquella phase do theatro por meio d'este introduzir a reforma ⁽¹⁾.

Merece a lingua, de certo, mais cuidado que o com que a tratam os de sua propria terra.

É particularmente na sua syntaxe que mais se descobre a physionomia maternal.

A singularidade da literatura e o seu pequeno berço, disseminol-o, trouxeram-n'a despercebida ⁽²⁾. Faltam-lhe nas suas letras as creações grandiosas que a tornariam mais conhecida e familiar. Só grandes nomes significativos da literatura podem despertar nos estrangeiros a vontade de aprender as linguas, e foi outr'ora para ler, no original, Gil Vicente, que Erasmo se abalançou a estudar o portuguez.

Nenhuma obra, já o dissemos, produziu a musa portugueza que, como a *Divina Comedia* ou o espirito immortal do *Caballero de la triste figura*, se impuzesse á attenção mais aberta do mundo.

Seu maior trabalho, que é a *epopéa* em estreitos limites patrioticos, nas gestas do povo lusitano no Gange e no Indo,

⁽¹⁾ Braga—Historia do theatro portuguez, III, 246.

(Cousa não provada.—*Nota do traductor*).

⁽²⁾ Costa e Silva (I, 29): «Sendo propria de um pequeno reino, não permite grande fama aos que nella escrevem, por ser idioma falado por poucos e pouco conhecido de estranhos.» O auctor anonymo do poema comico *O Reino da Estupidez* (Satyricos portuguezes, Paris, J. P. Aillaud, 1834, pag. 139-193) diz no prologo: «Vae, ó poema, não digo discorrer pelo universo, porque sei que estás escripto em Portuguez.» — Pinheiro Chagas, nos seus *Ensaaios Criticos*: «Infelizmente as reputações portuguezas nascem e morrem neste cantinho do occidente, e emquanto os mais insignificantes escriptores francezes fazem o giro do mundo, as obras de Garrett, de Castilho e de Herculano nem são conhecidas fóra da sua patria».

INTRODUÇÃO

XXVII

em versos que não vieram falar ao coração universal e antes ao pequeno povo, já mesmo nelle hoje apenas flebilmente echôa. Não é da lingua, como Costa e Silva o suppõe, mas é da falta de poesia intima e de substancia que á literatura não cabe exito mais captivante, e por vezes dos seus proprios vizinhos ⁽¹⁾ é amesquinhada em simples ramo da musa espanhola.

C. REINHARDSTETTNER.

(1) Veja Don Nicolao Antonio na sua *Bibliotheca Hispana*.

II

**Notas sobre a orthographia portugueza
e indicação do que merece ser nella reformado**

I

De todos os estudos quantos exigem o conhecimento e o uso de nossa lingua, o da orthographia é um dos mais difficeis.

De qualquer modo e em todos os tempos sempre o foi; mas nos ultimos decennios a confusão estabelecida ao menos pelos inventores de systemas, auctores de tratados philologicos e dictionaristas ainda mais avolumou a difficuldade. Os ultimos grammaticos, seduzidos alguns pelas idéas recentes quanto á representação exacta da prosodia da côrte e cortejando essa mera preocupação de eruditos, que não passou nem poderia passar para a pratica, tentam revivescer o uso dos accentos e signaes complementares do alphabeto, tornando assim mais abstrusa a já incerta e desacreditada orthographia usual.

Para nós outros, americanos, que falamos e escrevemos a lingua portugueza, a questão é dobradamente difficil. A pronuncia de Lisboa ou a de qualquer cidade do reino jámais poderia ser adoptada no Brasil. É preciso não esquecer, que se a orthographia é uma convenção, a prosodia não o é, jámais o foi nem o poderia ser. Adoptar-se prosodia estranha é em si mesmo um absurdo e um impossivel material. Não cabe aos brasileiros o dom, que seria caricato, de pronunciar exactamente como se foram portuguezes.

Os orthographos, maxime os portuguezes, devem ser, pois, antes de tudo latitudinarios se não querem o risco de sacrificar a unidade da lingua, com evidente desproveito proprio (um quasi suicidio), quando se considera que a população do Brasil, já quatro ou cinco vezes maior que a do reino, cresce, póde crescer indefinidamente. Qual seria então dentro de um seculo a sorte da orthographia lusitana?

A conveniencia de ambos os paizes aconselha, pois, a unidade orthographica que só se poderá conseguir deixando sem representação graphica, como sempre se fez em toda a parte e em todo tempo, pequenas differenças de prosodia mais do timbre que das articulações dos sons. A exactidão seria neste assumpto o erro maximo que se podera commetter, ainda no caso em que a *exactidão* com taes extremos fosse cousa possivel. Ha sempre mais uma prosodia local que nacional; e mais uma pessoal, do que propriamente local, por que a *média* ou de uma cidade ou de um povo será sempre uma abstracção, consequentemente irreal. Voltar-se-ia, pois, á peor e á mais fragil das ficções, esta que fica á mercê dos cacoêtes e das singularidades dos individuos.

É preciso meditar que, em regra, ninguém pronuncia por meio ou auxilio de orthographia; os que não sabem lêr não perdem por isso o dom de pronunciar. A orthographia é um instrumento, não da linguagem mas da literatura, do livro, do jornal ou da epistola, em fim da arte escripta: com esses materiaes, cogita-se apenas em transmittir idéas e sentimentos e não em communicar a pronuncia.

Estamos, pois, por todas as razões convencidos de que exageros de *phonetistas* não passarão de simples curiosidades sem alcance pratico e talvez produzam, por antinomia, a ainda viva demasia dos *etymologistas* que a todo transe nos querem fazer retroceder ás remotas fontes latinas.

Entre uns e outros, o que nos falta de presente é o prestigio de uma corporação, de uma *Academia* que com certa temperança que tornariam sympathicas ou pouco contrariadas essas ousadias, trabalhasse pela uniformidade da linguagem escripta. Neste momento, a *Academia Brasileira* trabalha na questão da reforma orthographica e parece ter chegado a uma solução satisfactoria.

II

Ninguém, os mesmos mestres, ignora a *somma* de difficuldades e de esforços que a questão orthographica custa aos que d'ella tratam e só, na verdade com muito dispendio de tempo e com o habito de continuada leitura é que afinal se consegue a boa orthographia.

Entretanto todo esse trabalho teria razoavel compensação se ao cabo de tamanha diligencia se chegasse ao fim: mas o remate ainda embaraça mais do que o dar principio. Troca-se apenas o ignorado pelo duvidoso, e cada qual forma por assim dizer o seu dialecto orthographico.

Ha sempre razões, que são muitas, para divergir e não ha a que é unica para acertar: appella-se para a etymologia ou para a pronuncia ou para ambas as cousas ao mesmo tempo quando não é para o uso geral ou especial de qualquer auctoridade. Com tamanhos e tão variados recursos de justificativa, qual o systema que se não preze o melhor?

A verdade primeira que se deve constituir ponto de partida para a discussão do problema é que toda a orthographia das linguas que se servem do alphabeto é necessariamente phonetica ou do *son*; porque o alphabeto é um systema de signaes que representam exclusivamente *sons*. Servir-se do alphabeto para representar etymologias ou sons que já se não ouvem ou que nunca foram ouvidos é accrescentar á sua tarefa um destino novo e pouco explicavel.

Mas não basta que se deixem de representar os sons que não soam; é de mister igualmente que neste systema cada symbolo tenha o seu valor proprio, afim de que seja impossivel ou ao menos difficil a perplexidade, ou incerteza. Sem esse criterio, o symbolo de uma unica vogal bastaria para todas, e não haveria discernir onde o enleio e a confusão fossem a regra.

Outra verdade que se ha de ter em vista é que o alphabeto é um systema necessariamente imperfeito. Não foi creado por nós nem para nós. Nas linguas modernas é duplamente defeituoso por que possui letras redundantes (s, ç; x, ch; c, k, q; f, ph; etc.) e ao mesmo tempo não possui letras

necessárias que são suppridas por **accentos** ou outros recursos (ó, ô, o; nh, lh; ã, an; etc.). Entretanto, o defeito essencial é o da redundancia, porque é o que tira a uniformidade da escripta; excluidas as letras que são demais, o alphabeto mais simples seria o seguinte:

Adoptadas:	A	E	I	O	U.	Excluidas:	y, h
	B	M	P				
	D	T				»	dh, th
	F	V	S	Z		»	c=s, s=z, ph, ç
	K	G				»	c, q, k, g=j
	X	J				»	x=k=is=z, ch
	NH	LH					
	L	N	R	RR			

Adoptadas: 24 letras (das quaes tres grupos).

São excluidas apenas as letras redundantes que estão em italico.

Quem ousaria, porém, adoptar-o? de tal modo deturpa a escripta habitual que sua repulsa seria certa; muito poucas palavras conservariam as antigas feições; mas, verdade, boas razões estheticas, originadas da genealogia dos vocabulos e do costume, combatem o novo alphabeto ⁽¹⁾.

Na reforma, se ha difficuldades que arredar, são as maiores as do systema etymologico que, escrupulosamente seguido, reclama o preliminar dos estudos classicos. Ao contrario, não são de mister mais que pobres aviamentos para, com o trabalho que toda a convenção exige, entender e praticar a orthographia dos sons.

⁽¹⁾ Exemplos de applicação d'este alphabeto.

«O jénio, por iso mesmo ke paira en ãa esfera superior, pôde atravessar ãa época sen ke ela o kompreenda nen mesmo o konheça; mas adiante é a posteridade ke o vinga. Ora se en vez de avansar para o futuro, ele retrai-se ao pasado, quem o á de lêr e apreciar? Eis porkê o jénio pôde criar ãa lingua, ãa arte, mas não fazel-a retroseder. Susitase a Providencia nesta era outro *Shakespeare*, e ele não avia de saber akela eispresão xeia de vigor e enerjia ke falão *Hamleto* e os outros personagens do grande

INTRODUÇÃO

XXXIII

A questão theorica fica, pois, esgotada.

A luz da pratica, porém, ha ainda muitas obscuridades e incertezas.

Dos nossos escriptores, falamos dos brasileiros, só um ou outro, e quasi sempre é um etymologista, porque a orthographia sonica é pecha de ignorantes, se tem preoccupado praticamente da questão. Os positivistas do Rio adoptaram certa orthographia phonetica que convencionaram; nella se encontram modificações uteis ao lado de outras demasiadas ou inuteis; o exemplo teria talvez grande prestigio se não fizesse recordar uma philosophia religiosa e politica, se não fosse tão extremado e radical, e se se limitasse por exemplo a excluir as letras dobradas (excepto *rr* e *ss*), banir o *y* e o *h* (excepto em *nh*, *lh*) e os grupos gregos *ph*, *th*... Estas modificações ou talvez menor numero d'ellas, seriam o primeiro passo e ainda no caso de exito, para os espiritos moderados só ao cabo de cinco ou dez annos seria, como já propoz um erudito, possivel continuar o que se havia encetado.

As letras de multiplos valores são naturalmente as mais defeituosas nos systemas orthographicos, como por exemplo o *x* e todas as vogaes; mas para estas ultimas ha o re-

trajico; e iso pela razão muito simples, de ke as paixões d'akeles eróis serião anakronismos literarios nesta época.»

Jozé de Alencar.

«O estudo da psychologia deve ser fundado previamente no estudo da fysiologia do sistema nervozo. Os antigos filozofos dispensavão-se d'este preliminar ke não conhesião, porkê a fysiologia é uma sciencia resentissima.»

Oliv. Martins.

Nestes exemplos acima, principalmente um symbolo que vae contra todos os habitos de visão graphica da leitura é o *k* em vez de *c* ou *qu*, e um pouco menos o *s* no logar de *ss* ou *ç*: todos os outros, por já terem exemplos em outras linguas (como o *j* por *g* no espanhol), não repugnam tanto.

J. RIBEIRO—AUTORES CONTEMPORANEOS

curso eventual dos signaes ⁽⁴⁾ de accentuação; para o *s* (= *ks* = *iz* = *x* (*ch* = *s*)) não ha recurso que não desfigure de modo excessivo a escripta habitual e justamente em casos de prosodia dubia, variavel (*ks* e *x*), o que no momento tem a maxima significação.

Deve-se tambem reparar em que a principal conveniencia é a de *uniformizar* e só, segundamente, a de *facilitar*. O mais facil seria sem duvida a anarchia phonetica ou a transcripção da pronunciação pessoal. Partindo logicamente do mais *facil*, isto é, da pronuncia pessoal, devemos fixar o quanto se póde e se deve conceder ao interesse essencial da *uniformidade*. Esse interesse deve ser o da linguagem escripta que possa ser lida, entendida e praticada por todos com as maiores possibilidades de acerto.

Esta só consideração, se é ponderosa como pensamos, exclue por completo as preoccupações de raizes classicas ou da pronuncia exacta.

Ainda que sem uniformidade, a nossa orthographia portugueza, ao contrario do que um pouco levianamente se diz, é uma das mais accitaveis entre as das linguas cultas; basta apenas para justificar este asserto o lembrar-se que cousa é a orthographia ingleza ou a franceza, quasi uniformes, sim, nos livros, porém a que enorme distancia das prosodias respectivas! A uniformidade dos livros e de outros documentos literarios, ainda que grandemente estimavel, só se consegue naquellas linguas quasi por intermedio dos profissionaes, revisores, jornalistas, homens da penna, emfim.

O grande defeito da nossa escripta é ser extremamente latina — e um pouco deriva d'essa orthographia a illusão

(4) Recurso que nos parece, entretanto, dispensavel e que se deve evitar tratando de simples gradações de timbre que variam de lugar a lugar e de pessoa a pessoa.

Nada impede, porém, quem queira accentuar, accentue, e nem com isso se perde a uniformidade que se deve entender, ao menos entre nós brasileiros, quanto ao uso das letras. A accentuação da syllaba tonica póde ser feita nas palavras vulgares, como ensinamento.

INTRODUÇÃO

XXXV

de que a nossa lingua mais que qualquer outra se approxime da de Vergilio. — Poder-se-ia dizer quasi um defeito, a bella imperfeição (*fair defect*, de Milton) quando se coteja com os diphthongos e vogaes francezas e inglezas, que nada querem traduzir as mais das vezes senão illogismos e dislates; e não é desarrazoado afirmar que, sem esse defeito que tira da sua prosapia, os poucos eruditos estrangeiros que vaga e imperfeitamente a estudam não se atreveriam talvez a interpretal-a ou prezal-a na mesma medida. Muitos d'elles jámais a soletrariam, como Erasmo ou Littré, senão atravez do latim.

Mas essa vantagem é, deveras, mais insidiosa que util.

Devemos, pois, convencer-nos de que se fôr um dia possível corrigir e esquecer certas reminiscencias classicas, a dos grupos gregos por exemplo, que os etymologistas porfiadamente sustentam, vencida essa primeira resistencia erudita, tornar-se-ão facilimas todas as outras alterações necessitadas.

III

Notaremos nas linhas seguintes e abreviadamente as simplificações que entendemos possiveis da orthographia portugueza, e d'ellas faremos applicação nas annotações ao texto d'este livro.

1

A vacillação notada no emprego de *s* e *z*, principalmente nas terminações *ez*, *az*, *oz*, *eza*, *izar*, *ezar*, deverá ser resolvida com o emprego do *z*: illezo, illeso; rezar, resar; accezo, acceso; portuguez, portugues; apoz, apos; pezar, pesar; fineza, finesa; vizar e visar; Brazil, Brasil; dezoito e dezoito; ruborizar, etc.

A Academia Brasileira adoptou esta simplificação e ainda mais o uso do *z* no lugar de *s* quando esta letra tem o valor de *z*. Exemplos: casa, roza, fineza, mez, meza.

Fica exceptuado o caso dos pluraes: *nós*, *vós*, *pés*, *pás*, *avós*.

2

O uso de letras dobradas (etymológicas) que é em geral adoptado, porém por muitos repellido, ao menos nas palavras que começam par *a* e se formaram na lingua: *aceitar*, *acompanhar*, *afazer-se*, *aproximar-se*, etc. Este ultimo uso é preferivel e d'elle póde partir a reforma das letras geminadas de toda a casta. Neste particular já alguma coisa se tem conseguido; ha, por exemplo, quem não empregue o *gg* (*exagero*, *agravo*). Entendemos, consequentemente, que deve desaparecer o uso das letras dobradas, com excepção de *ss* e *rr*. No grupo equivalente *mn* póde supprimir-se o *m*: *solene*, *condenar*, *dano*.

A Academia adoptou estas simplificações como ahí estão referidas. Exceptuou todavia o caso de *cc* quando soam as duas letras: *secção* (que pronunciamos *sekção*), *infecção* (prosodia geral no Brasil)

3

As variações *ai* e *ae*, *oi* e *oe*, *ui* e *ue*, *ao* e *au*, *eu* e *eo*, *io* e *iu*: *morreu* e *morreo*, *doi* e *doe*, *pai* e *pae*, *ceu* e *ceo*, *chapeu* e *chapeo*, *viu* e *vio*, *grau* e *grao*, *mao* e *mau*. Como já ha accôrdo em adoptar o *u* e *i* nas syllabas iniciaes e médias (*causa* e não *caosa*, *muito* e não *mueto*, *celeuma* e não *celeoma*, *biscoito*, *laivo* e não *laevo*, etc.), é preferivel generalizal-o para todos os casos.

A Academia adoptou esta simplificação, exceptuando apenas o caso de hiato ou separação das vogaes: *Rio*, *tio* (e não *riu*, *tiu*), *sorrio* (no presente) e *sorriu* (no preterito).

4

O uso do *h* ou do *accento graphico* para indicar o hiato: *sahia* ou *sala*; *cahindo* ou *caindo*; *bahia* ou *bala*. Porque não só ninguém usa o *h* nos grupos *oi* e *ui* (*soh ia*, *dohia*, *fruhia*), como mesmo no grupo *ai* o *accento* já está muito adoptado, é preferivel o *accento graphico*. E assim já se está praticando

INTRODUÇÃO

XXXVII

na escripta dos verbos: *caiu*, *saiu*. Como o *h* em qualquer caso não sóa, deve ser sempre supprimido, excepto nas letras *lh* e *nh* ⁽¹⁾.

A Academia adoptou a suppressão do *h*, exceptuando o caso em que fôr letra inicial: *caía*, *sair*, etc., mas *homem*, *hoje*.

Tambem supprimiu o *h* precedido de prefixo: *inabil*, *dezumano*.

5

As variações da nasal devem ser uniformizadas escrevendo-se: *irmã*, *derão*, *darão*, *orgão*. Comtudo, por ser regra facil, póde ser adoptado o *m* antes de *p*, *b*, *m*; mas não em *circunferencia*, *circundar*, *consigo*.

Neste particular do emprego das nasaes, a Academia adoptou regras especiaes: escrever *am* por *ão* atono, *orgam*, *fizeram* (fizerão), etc. Tambem adoptou a grafia *ã* (tonico) *irmã*, *manhã*, e *an* (atono) *órfan* (no masculino: *orfan*).

A Academia conservou o uso do *m* (*circumferencia*, *ambos*, etc.), como estava no uso commum.

5

Os chamados *grupos gregos* não devem ser conservados.

O *th* grego deveria desaparecer de todas as palavras; já desapareceu de algumas: *cantaro* (e não mais *cantharo*), *asma* (e não *asthma*, e no seu derivado *enthusiasmo*), *tisica* (*thisica* e *phtisica*). Todavia ainda ha quem escreva *th* em *sys-thema* e *cathegoria*, o que no proprio grego não ha, e escreva á moda franceza e errada *Thereza* em vez de *Tereza*.

A Academia adoptou a simplificação: *teoria*, *asma*, *teologia*.

(1) Por excepção adopte-se a graphia *ha* do verbo *haver* para distinguir aquella voz de outras: *a*, *á*, *ah*!

7

O *ch* grego (=k) deveria igualmente quanto fosse possível ser eliminado. Já o foi nas palavras seguintes: *colera*, *carta*, *colica*, *época*, *melancolia*, *escola*, *corda*, *coro*, *ecoar*, *caracter*, *anacoreta*, *almanac*. É verdade que de vez em quando algum etymologista o recorda escrevendo *cholera*, *epocha*, etc. No grupo *chi* poderíamos como os espanhóis substituí-lo por *qu* e escrever: *monarquia*, *química* e de facto já o fazemos em varios casos: *maquina* (e não *machina*), *Joaquim*, *Malaquias* (em vez de *Joachim*, *Malachias*, nomes hebraicos mais traduzidos no grego dos Livros sagrados). Ainda neste caso haveria a vantagem de escrevermos *quilo* com mais acerto do que *kilo* que em grego não contém o *k*.

A Academia adoptou estas simplificações com respeito ao *ch* grego: *química*, *monarca*, *monarquia*.

O *x* devia ser transcripto prosodicamente por *is*, *s*, *ss* e *cs* e *x*, nas palavras de qualquer origem.

A Academia deixou intacto o *x*, e não adoptou nenhuma simplificação quanto ao uso d'esta letra

8

O *ph* deveria igualmente ser banido por inutil em proveito do *f*, o que em varios momentos da historia da lingua já se tem tentado. Já podemos considerá-lo excluído das palavras: *estrose*, *triumfo*, *catastrofe*, *fleugma*, *fleimão*, *fanal*, *frenesi*, *Felippe*, *Filinto*, *faisão*, *profeta*, *escrofula*, *fantasia*, *Sofia*.

Em algumas palavras ainda ha hesitação: *diphthongo* (influxo da Acad. franceza) ou *ditongo*; *filarmonica* ou *philharmonica*.

A Academia adoptou a simplificação *ph*=*f*: *fantasia*, *filosofia*, *hidrofobia*, etc.

9

Devem ser reduzidos a *ce* os grupos *sce*, *sci*: *sciencia*, *cenario* (*ciencia*, *cenario*).

INTRODUÇÃO

XXXII

Deve ser substituído por *j* o *g* antes de *e* e *i*: *imajem*, *jenio* (imagem, genio).

A Academia adoptou a simplificação *sc = c*: *ciencia*, *cena*, *cenario*, *nacer*.

Adoptou a simplificação *g = j*, excepto quando inicial: *genio*, *gente*, *imajem*, *selvajem*.

10

O *y* é outro signo inutil. Já não é usado em *lagrima*, *chimica*, *alchimia*, *poderia*, pois, *desapparecer*.

Tambem deveria ser supprímido nas palavras indigenas, onde o *y* foi empregado para designar um som especial que não sabemos nem costumamos pronunciar: *Itaguahy*, etc.

A Academia supprímio o *y* em todas as palavras.

11

Os grupos *ps*, *pt*, *ct*, *cç* deveriam perder o primeiro elemento nas palavras gregas ou latinas onde já não sôa: *baptismo*, *baptisar*; *Ptolomeu*, *psalmo*, *esculptura*, *septembro*, *captivo*, *exempto*, *exacto*, *facto*, *selecto*.

É claro que deve ser conservado onde a pronuncia ainda o exige: *rapto*, *septo*, *psychologia*, etc.

A Academia adoptou esta simplificação nos mesmos termos em que está referida.

A Academia exceptuou para todos os casos acima referidos os nomes *proprios de pessoas e de lugares*, que devem conservar a graphia que já tinham.

O texto dos *Autores Contemporaneos* conserva a orthographia das edições anteriores, e que é a mais seguida nas escolas.

Nas anotações seguimos as regras propostas pela Academia Brasileira.

ÍNDICE DAS MATERIAS

	PÁGS.
ADVERTENCIA PRELIMINAR.....	V
INTRODUÇÃO — Da lingua portugueza com relação ás lin- guas romanas congeneres — <i>Dr. C. V. Reinhardtsttner.</i>	IX
Notas sobre a orthographia usual — <i>João Ribeiro.....</i>	XXIX
O Paraíba — <i>J. de Alencar.....</i>	1
Emilia — <i>Idem.....</i>	5
Ler e escrever — <i>A. Castilho.....</i>	9
As sociedades — <i>Padre Lopes Gama.....</i>	13
A raposa e a cegonha — <i>Conto popular.....</i>	18
O kagado e o teyú.....	19
O macaco e o coelho.....	21
Camara nupcial — <i>J. de Alencar.....</i>	22
Travessura — <i>M. A. de Almeida.....</i>	25
Dedicatória — <i>José Bonifacio, o velho.....</i>	29
Portuguezes colonisadores — <i>Latino Coelho.....</i>	32
O passado — <i>J. M. de Macedo.....</i>	33
Duende — <i>Alexandre Herculano.....</i>	36
Os conquistadores — <i>Gonçalves Dias.....</i>	38
A abdicação de Pedro I — <i>Drummond.....</i>	43
Guerra do Paraguay — <i>Fernandes da Cunha.....</i>	48
A palavra — <i>Latino Coelho.....</i>	52
Irmãs do Coração de Maria — <i>Mont'Alverne.....</i>	53
Cecilia — <i>José de Alencar.....</i>	64
Sobre os escravos — <i>Tavares Bastos.....</i>	66
Infancia do Padre Vieira — <i>João F. Lisboa.....</i>	69
Primeiros triumphos de Vieira — <i>Idem.....</i>	73
A Igreja grega — <i>Abreu e Lima.....</i>	77
O Parocho da aldeia — <i>Alexandre Herculano.....</i>	82
O Barão de Humboldt — <i>Latino Coelho.....</i>	84
Resultados da guerra hollandeza — <i>Varnhagen.....</i>	98
Quilombo dos Palmares — <i>Ignacio Accioli.....</i>	102
Paizagem — <i>Raul Pompeia.....</i>	108
Liberdade da Igreja — <i>Bispo do Pará.....</i>	115
As condecorações — <i>Salles Torres Homem.....</i>	116

INDICE

VIII

PAGES.

Depois da abdicação — <i>Justiniano J. da Rocha</i>	122
Um exórdio — <i>Fr. Francisco Mont'Alverne</i>	126
No fim da guerra civil — <i>D. Romualdo de Seixas</i>	129
Peroração — <i>José Bonifácio, o moço</i>	134
O crescimento da terra — <i>Visconde do Rio Grande</i>	138
Direito e dever cívico — <i>Theophilo Ottoni</i>	140
A sciencia da natureza — <i>A. Castilho</i>	144
A mulher — <i>Idem</i>	147
A revolução pernambucana (1817) — <i>José Luiz de Mendonça</i>	153
Civilisamento dos Indios — <i>Azeredo Coutinho</i>	156
Sublevação do povo no Maranhão — <i>João Francisco Lisboa</i>	164
O architecto — <i>Alexandre Herculano</i>	167
Santarém — <i>A. Garrett</i>	170
Conquista da Espanha — <i>A. Herculano</i>	175
Castello de Faria — <i>Idem</i>	181
Fragmento de uma lição de economia politica — <i>Tobias Barreto</i>	191
Corrida de touros de Salvaterra — <i>Rebello da Silva</i>	195
Martim Moniz — <i>A. Castilho</i>	205
Milicia estrangeira — <i>Evaristo da Veiga</i>	208
Anniversario — <i>Alvares de Azevedo</i>	211
A bandeira da monarchia — <i>Candido Mendes</i>	212
Má fé dos colonisadores — <i>Visconde de Cairú</i>	216
O sebastianismo — <i>Oliveira Martins</i>	218
Pelo Brasil de 1809 — <i>Hippolito da Costa</i>	222
Primeira lição de direito criminal — <i>F. Bernardino Ribeiro</i>	226
Officio de Almeida Garrett.....	239
O poeta de albuns — <i>Latino Coelho</i>	245
Santarém — <i>Almeida Garrett</i>	248
A mochila de ouro — <i>Conto popular</i>	253
Como e porque sou romancista — <i>José de Alencar</i>	255
O contentamento — <i>Camillo Castello Branco</i>	303
Os salteadores em Portugal — <i>Idem</i>	304
Literatura brasileira — <i>Pinheiro Chagas</i>	306
O terremoto de Lisboa — <i>Oliveira Martins</i>	307
Um sermão do Padre Vieira — <i>João F. Lisboa</i>	311
A Historia — <i>J. M. Pereira da Silva</i>	319
Paizagem — <i>Eça de Queiroz</i>	322
Um milagre — <i>Idem</i>	322
Ultimo serão — <i>Pinheiro Chagas</i>	323
Camões defendido — <i>Odorico Mendes</i>	326
O velho senado — <i>Machado de Assis</i>	332
	337

Anexo M – Tabela de excertos de temática ampla em *Iris Classico* (1873[1859])

Parte	Título	Autor	Tema	Nacionalidade	Página
Primeira Parte	Nobreza adquirida pelo valor e virtude	Alvaro Ferreira de Vera (15??-1645)	Ascensão social por via de favores a realaleza.	Portuguesa	53
	Brevidade nos despachos	Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	Crítica à lentidão dos serviços públicos em Portugal e Brasil.	Portuguesa	56
Segunda Parte	A mocidade brasileira	José da Natividade Saldanha (1796-1830)	Culto ao patriotismo.	Portuguesa	98
	Do que padece o assucar desde o seu nascimento na canna até sair do Brasil	André João Antonil (1649-1716)	Processo de produção do açúcar.	Portuguesa	98
	Fragmento curioso para a historia da sciencia maritima	Pedro Nunes (1563-1623)	Conhecimentos teóricos acerca da navegação.	Portuguesa	105
	Titulo singular	Frei João do Sanctos (1570-1625)	Favorecimentos políticos.	Portuguesa	121
	Despreso de benemeritos	Pedro da Costa Perestrello (??-1831)	Crítica ao modo de atribuição de honrarias.	Portuguesa	139
	A primavera	Marquez de Paranaguá (1821-1912)	Celebração à natureza.	Brasileira	145
	Saudades	Thomaz Antonio Gonzaga (1821-1912)	Saudades da amada.	Brasileira	149
	A noite	Marquez de Paranaguá (1821-1912)	Cântico à natureza.	Brasileira	154
	Panegeryco da sciencia	João de Barros (1496-1570)	Louvor à ciência marítima.	Portuguesa	178
Terceira Parte					

Quinta Parte	A Primavera	Marquez de Paranaguá (1821-1912)	Saudações à primavera, momento de renovação.	Portuguesa	265
	Nictheroy	Januario da Cunha Barboza (1780-1846)	Cântico a Niteroi.	Brasileira	270
	Aos gregos	José Bonifacio de Andrada (1763-1838)	Culto aos áureos tempos do grego e à cultura clássica.	Brasileira	282
	O Pastor	Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	O bucolismo dos pastores.	Portuguesa	286
	Sítio de Lisboa	Luiz Mendes de Vasconcellos (1542/43-1623/30)	Sacralização de um lugar venerado pelos portugueses.	Portuguesa	290
	A Primavera	Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	Saudação à primavera e a renovação.	Portuguesa	294
	Carta para a rainha D. Catharina, mãe de el-Rei D. Sebastião	D. Hieronimo Ozorio, Bispo de Silves (1506-1580)	Conselhos políticos.	Portuguesa	296
	O passarinho preso	Manuel Maria Barbosa Du Bocage (1765-1805)	Crítica a condição de cativa dos escravos.	Portuguesa	302
	Discurso sobre a vida, e estylo dos pastores	Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621)	A vida e o estilo pastoris.	Portuguesa	305
	Grandeza das sciencias natuares	Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875)	A justeza das coisas e a seleção natural.	Portuguesa	316

Anexo N – Demais excertos e temas de *Autores Contemporaneos* (1917)

Título	Autor	Tema	Nacionalidade	Página
Ler e escrever	Antonio Castilho (1800-1875)	Valorização da leitura, escrita e da cultura livresca.	Portuguesa	9
Dedicatória	José Bonifacio, o velho (1763-1838)	A origem da dedicatória das obras e sua orientação para os amigos dos escritores.	Brasileira	29
A sciencia da natureza	Antonio Castilho (1800-1875)	Louvores aos estudos da ciência da natureza.	Portuguesa	144
A mulher	Antonio Castilho (1800-1875)	O papel de submissa da mulher na sociedade.	Portuguesa	147
Corridas de touro de Salvaterra	(Luís Augusto) Rebello da Silva (1822-1871)	Acidentes que levaram a suspensão das corridas de touros em Salvaterra.	Portuguesa	195
Oficio de Almeida Garrett	Almeida Garrett (1799-1854)	Integridade e transparência de um homem a serviço de seu país; patriotismo de Garrett.	Portuguesa	239
O poeta dos álbuns	Latino Coelho (1825-1891)	Crítica sobre a representação social idealizada nas fotografias.	Portuguesa	245

Anexo O — Anúncio de *Iris Classico* em *A Marmota* (1859)

REVISTA HOMEOPATHICA
PUBLICAÇÃO DA
**CONGREGAÇÃO MEDICA
HOMEOPATHICA**
REDIGIDA PELO DR. J. J. REBELLO.
Publica-se mensalmente e assigna-se a 55 rs. por
anno, nos Consultorios, rua de S. José n. 58;
Quitanda ns. 19 e 41, e rua d'Ajuda n. 61.
O 1.º NUMERO DE OUTUBRO CONTEM:

A — Revista Homeopathica — Acta da Instalação
da Congregação medico-homeopathica-Fluminense
— Officio da Congregação Homeopathica ao Pre-
sidente do Conselho Homeopathico do Porto, A.
Ferreira Moutinho — A homeopathia em hospitais
do Rio de Janeiro — Evidencia homeopathica pelos
factos — Noticia bibliographica. *Palladium* — Con-
ferencia sobre a Homeopathia, pelo Dr. Miguel
Grunier.

OBRAS MODEBNAS DA

Loja de Paula Brito.

Confederação dos Tamnyos, poema, pelo
Sr. Nigalides, 1 vol. 35000
Vicentina, romance pelo Sr. Dr. Macedo,
3 vols. (nova edição) 45000
Carteira de meu Tio, pelo mesmo, 3 vols.
(nova edição) 25000
Primo da California, comedia pelo mesmo
Fantasma Branco, comedia, pelo mesmo 15000
Fatalidades de dois joranos, romances do
Sr. Teixeira e Sousa, 3 vols (nova
edição) 35000
O Filho do Pescador, pelo mesmo, 1 vol.
(nova edição) 25000
Cavalleiro Teutonico, drama pelo mesmo 25000
Tres dias de um noivado, poema, pelo
mesmo 25000
Novio, comedia, pelo Alceio Penna 15000
Bibliotheca das Senhoras, 5 vols. 25000
O Sr. José do Capote, folheto 100
Efeitos do Vinho Novo, folheto 100
Figurinos das Senhoras (a escolher) cada um 55000

64 — PRAÇA DA CONSTITUIÇÃO — 64

LIBRETOS

que se vendem, avulsos, a 15000 rs. cada um,
e, juntos, com grande obstimento na
LOJA DE PAULA BRITO
64 — Praça da Constituição — 64

Operas Italianas.

Rigoletto. D. Sebastião em Africa.
Martyres. Maria de Radom.
Maysis no Egypto. Lucia de Lammer-
Anna Laprin. moor.
Maria Padilla. Roberto do Diabo.
D. Pascoal. Marino Faliero.
Templaricos. Fidanista Cora.
Rainha do Chypre. Vestal.
Puriticos. Leonor.
Norma. Breve de Venosa.
Saltadores. Mérop.
Horacios e Curia- Laila Miller.
cios. Lombardos.

Operas nacionaes.

Maria de Iamaracé (original pelo Sr. Dr. Do-
Simoni), Volta da Columella (traduzido pelo mesmo
Sr.). Prestigio da Loi (original) pelo Sr. Porto-
Alugre.

Resumos:

Barbeiro de Sevilha, Sotomahala e a Filha do
Regimento.

O FILHO DO PESCADOR

Publicou-se a 3.ª edição desta tão linda e pro-
cedado romance do Sr. Teixeira e Sousa. Um lindo
volume de 248 paginas. Preço 25000.

IRIS CLASSICO

ORIENTADO E OFFERECIDO
AOS MESTRES E AOS ALUMNOS DAS
ESCOLAS BRASILEIRAS
PELO SR. CONSULEIRO

José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha

Vende-se na Livraria do Sr. Pinto de Sousa,
rua dos Cigarras n. 43. Preço 15000.

É impossível, em um só volume, e por tão dimi-
nuto preço, achar-se um complexo de tantas cousas
boas, instructivas, recreativas, curiosas e agrada-
veis, tanto em prosa, como em verso.

No — *IRIS CLASSICO* — não ha um só facto historico
de cuja veracidade se possa duvidar; um só discurso
que não seja de um fôro moral e proveitoso; uma só
phrasa que não seja portuguez: é o verdadeiro li-
vro da mocidade, porque para a mocidade foi elle im-
presso. O que se acha nas suas 233 paginas é esco-
lha, talvez, de mais do que volumes e trabalho feito
por quem estava mais que muito habilitado para o
fazer. Nós o recomendamos ao publico, porque de
toda a consideração o achamos digno, parecendo-nos
que bastaria unicamente o nome do seu illustre au-
tor, para que elle merecesse, tanto dos Brasileiros
como dos Portuguezes residentes nesta corte, a accei-
tão de que em tudo é digno.

GAZETA

DO

INSTITUTO HAHNEMANICO DO BRASIL

PUBLICADA SOB A DIRECÇÃO DO
DR. SATURNINO SOARES DE MEIRELLES.
Apparece — duas vezes por mez, — e assigna-se a
65 rs. por anno no Laboratorio especial da
Homeopathia pura, rua de S. José n. 58.

78 — LOJA DO CANTO — 78

PRAÇA DA CONSTITUIÇÃO

ESPECIALIDADE EM

Fornecimentos para Repartições Publicas e
Estabelecimentos Commercias.

Essa casa, além de muitos artigos, como sejam
chá, perfumarias, charutos, porcelanas, crystais,
brinquetes, etc.

Serve sempre bem, desde muito tempo, a grande
número destes estabelecimentos, reunindo tudo o
que é necessário para desempenhar qualquer en-
comenda de objectos de escripta, encadernação,
lithographia, typographia, etc., etc. Seus lucros
nas encomendas são apenas uma pequena com-
missão sobre o custo das fazendas na Europa,
d'onde manda vir directamente.

78 — PRAÇA DA CONSTITUIÇÃO — 78.

H. E. TAVARES & Comp.

CONTADOR & COMP.

EMPRESTÃO DINHEIRO

70 — Praça da Constituição — 70

Dadas as garantias precisas, os annuncios são
nimamente zelosos no cumprimento do seus do-
veres, e, tomando as medidas necessarias, fazem
todas as suas transacções com segredo e cautela,
havendo em tudo a melhor boa fé.

AO

LIVRO D'OURO

55 72 55

PRAÇA DA CONSTITUIÇÃO

Leopoldo da Azeredo Coutinho — vende papel,
objectos de escripta e de fantasia, livros, charu-
tos, chá, café, e um sem numero de cousas inte-
ressantes — Boas, bonitas e baratas.

Forneco, com vantagem, as Repartições publicas
e Estabelecimentos Commercias.

26

RUA D'AJUDA

Novos perfumes para lenço:

Rainha Victoria, perfume extrahido de uma planta
aquatica de Amazonas.
Seringa ou philadelphus, indigena.
Lotus do Egypto.

Erius cheirosa, da India Oriental.
Sambão e patchouly, nova composição.
Alambar da India, perfume do principe Alberto.

Frangipanni, dito, perfume eterno.

Australia Watlie, perfume dos Principes.

Bloom of Hester, muito raro.

Essencia de violeta selvagem.

Mulva-rosa.

Lis aquatico.

Essencia de roseodá inglez, muito mais forte do que
o rezedá francez.

Os perfumes acima mencionados são recommen-
dados ao mundo elegante, por serem os mais puros
e bellos até hoje produzidos.

Existem, além desses perfumes, mais de cem
qualidades diversas.

O publico fica sciente de que estes productos são
se vendem no proprio laboratorio e deposito

RUA DA AJUDA N. 26.

ESPECIALIDADE EM

Agua da Colonia canellada.

Tão boa, sim; melhor, não.

Nova tinta para escriptorio, a 480 rs. a garrafa;
na rua da Assembléa n. 44 (armarinho). Esta tinta
já bem conhecida pela sua excellentissima qualidade e
modico preço, torna-se recommendada aos Srs.
consumidores.

117 — OUVIDOR — 117

MAQUINAS DE COSTURAR

DE SINGER & C.ª

Esta casa é notavel pela especialidade em maqui-
nas de costurar, que trabalham muito e custam
pouco.

Não podia apparecer cousa melhor e que de mais
utilidade e vantagem fosse para as senhoras: uma
boa maquina é melhor do que um bom marido, e
[não desafiando nas immensas que por ali se ven-
dem] são notaveis as de

SINGER & C.ª

117 — Rua do Ouvidor — 117

Trabalhe, moço, trabalhe

Que com isso se hão achar:

Porque Deus disse — trabalhe,

Que eu te prometto te ajudar.

Quem não trabalha não pôde

Ter dos Céos a protecção:

Só o que vem do trabalho

É que de Deus é o pão.

A quem gosta do trabalho

Gosta Deus de abençoar:

« Trabalhe, moço, trabalhe,

Que com isso se hão achar! »

HOTEL YPIRANGA

242 — RUA DO HOSPICIO — 242

R. M. DOS SANTOS

Participa no respeitavel publico e a seus fregue-
zes que encontrando neste estabelecimento uma
sala bem ornada e com as melhores iguarias que se
pôde desfrutar e onde tambem recebe pensionistas,
encarregando-se, outrossim, de apontar jantares
na mesma sala

RIO DE JANEIRO.

N. B. O estabelecimento acha-se aberto todos
os dias uteis até meia noite.

Typ. de Paula Brito — 1858.